

Historia Social do Brasil

1.º TOMO

ESPIRITO DA SOCIEDADE COLONIAL

1936

Série 5.^a

BRASILIANA

Vol. 40

BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

PEDRO CALMON

Da Academia Brasileira

HISTORIA SOCIAL DO BRASIL

1.^o TOMO

ESPIRITO DA SOCIEDADE COLONIAL

(2.^a EDIÇÃO)



1 9 3 7

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

INDICE

Duas palavras	6
Explicação	7

1. — A SOCIEDADE

I. Perfil de uma civilização	11
II. Nova Lusitania. — As castas. O negociante. O lavrador. O fenomeno açucar	22
III. Os contrastes da vida colonial. O esplendor rural. A senhora. Mulheres da cidade e do campo	38
IV. Miseria e grandeza dos colonos. A indumentaria. O povo mestiço. A casa. A torre e o sobrado. A higiene. O transporte. A mesa. A cama e a rede. O interior das casas. Raridade do dinheiro. A lingua atada	49
V. Soldados, doutores e padres. O morgado. As milicias. O letrado. O frade. A freira. A falta de mulheres. O homem religioso. O individualismo	80
VI. A madre Igreja. O protetor do culto. O mundanismo das festas. Capelas-núcleos sociais. A povoação jesuitica	102
VII. A Instrução e os jesuitas. O collegio unico. A escola primaria. O ensino secundario. Os tres estabelecimentos. Os medicos. A renovação da paisagem. O colono tipico. O obscurantismo	117
VIII. Criminalidade e amôr. O ciume na colonia. O criminoso escravo. Os "feudos". Decadencia e teratologia do familiarismo. Policia e justiça	137

2. — O HOMEM

IX. A formação do povo. Europeus e mulatos. Psicologia portuguesa. O mestiço. A esquivaça da familia branca. A negra	155
X. O negro, fator nacional. O trafico. Procedencia e distribuição. A seleção. Tres tipos	171
XI. O mamaluco, lusiada do sertão. O bandeirante. O meio-indio. Conquistadores. O pastoreio. A fazenda de criar	192

XII.	O misticismo da riqueza. Os caminhos pastoris. Ouro e diamantes. As cochilhas e a estancia. A era do algodão O café. Correntes negras. Norte e sul. Outros rumos	211
------	--	-----

3. — ORGANIZAÇÃO

XIII.	O governo. O Estado e o colono. A autonomia local. As obras publicas. Comunicação	233
XIV.	A xenofobia colonial. As balizas. Perigo externo . .	251
XV.	O sentimento nacional. O nativismo	261
XVI.	Fim da era colonial. O Brasil dos dois lados do Atlantico. A urbanização. Sociabilidade. Tolerancia. A lingua atada. A revolução dos costumes. A independencia	272

4. — O ESPIRITO

XVII.	A paisagem "emboaba": Vila Rica	295
XVIII.	California — 120 anos antes	306
XIX.	Santuarios de escravo e senhor	314
XX.	A impressão oriental	324
XXI.	A arte da colonia	330
XXII.	Reino da flora	340
BIBLIOGRAFIA	351

DUAS PALAVRAS

A «HISTORIA SOCIAL DO BRASIL» abrange dous tomos:

I. ESPIRITO DA SOCIEDADE COLONIAL, que em nova estampa se publica;

II. ESPIRITO DA SOCIEDADE IMPERIAL, compreendendo os fátos da evolução e da organização nacional depois da Independencia até a extinção da monarquia.

A 2.^a edição do primeiro tomo permitiu-nos atualizar a bibliografia, acrescentar outros informes e fixar novos aspectos dos problemas relacionados com a formação social e economica da Pátria.

Em ambos os volumes insistimos em realizar a História brasileira fóra das linhas classicas da cronologia, da sériação de acontecimentos, dos compendios escolares e da classificação corrente. Fizemos, á margem da explicação desse passado, um ensaio de sociologia histórica, um balanço de forças economicas, um estudo da vida intelectual, um calculo de fatôres morais, uma teoria de pinturas de costumes, uma sequencia de quadros pitorescos, analyse e synthese dos quatro seculos do Brasil.

A novidade que haja nestes dous livros deve atenuar-lhes as lacunas e suprir as falhas: no genero das tentativas, e quando se concluem com liberdade de plano, pela ausencia de modêlos, são por certo desculpaveis, e hão de escusar-se, os traços indecisos, as linhas incompletas, os perfis ténues, os resumos excessivos. Valha-nos o pensamento patriótico, que nos orientou o trabalho, o sentimento da verdade, que lhe dedicamos, e a honestidade da pesquisa, que ele contem.

P. C.

Rio de Janeiro, Fevereiro de 1937.

EXPLICAÇÃO

Da 1.^a edição

Na "Historia da Civilização Brasileira" (), Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1933, fizemos a síntese da evolução brasileira. Agora, em diverso plano de verificações historicas, estudamos os principais aspectos da formação nacional. Restringimos este ensaio ao período colonial, considerando que nos tres primeiros seculos a vida social entre nós adquiriu as definitivas características, elaborando, com o mais variado material humano, no espantoso meio tropical, um tipo inconfundível de familia, de povo, de nação. Traçando, com uma discreta intenção didatica, os quadros originais desse passado, sacrificamos ás linhas gerais o pormenor, aos "simbolos" a fórma, ao conjunto as particularidades: as notas, que documentam e autorizam o texto, indicam os rumos desprezados, que conduzem a todos os alveolos da história pátria.*

São as origens do Brasil que descrevemos: com a preocupação da verdade, a critica das fontes, a avaliação

(*) Vide Vol. XIV — desta Serie, em 3.^a edição.

e a comparação dos fatos, a curiosidade dos movimentos e a explicação das forças: o "espírito da sociedade colonial"...

Finaliza o presente volume um largo capítulo de impressões de viagem: foi quando abandonamos a contribuição arquivística e librêscas, para lêr a escrita de pedra dos monumentos religiosos de Minas Gerais.

P. C.

Rio (Museu Historico Nacional), Setembro de 1934.

1

A SOCIEDADE

PERFIL DE UMA CIVILIZAÇÃO

Na historia da civilização, a do Brasil tem um sentido novo, porque foram os portuguezes os primeiros colonos que ensaiaram abaixo do Equador a fundação de uma grande sociedade agricola.

Não tiveram precursôres nem mestres: tiraram da sua faculdade de mimetismo — aceitando as fórmulas de trabalho do povo indigena — e da sua admiravel iniciativa — importando a planta, conquistando a terra, criando o *engenho* e entabulando o commercio — uma colonia e um Estado. “Como salienta Payne, na sua “History of European Colonies”, os portuguezes colonizadores do Brasil foram os primeiros europeus a verdadeiramente se estabelecerem em colonias, vendendo para esse fim quanto possuíam em seu país de origem e transportando-se com a familia e cabedais para os tropicos” (1). No oriente extraíram riqueza: negociaram-na. No Brasil agricultaram a terra: produziram.

(1) Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, p. 26, Rio 1934.

Até então, nenhum outro povo fôra tão longe gran- gear culturas, instalar industrias, enraizar-se num país remoto e desconhecido — “a Terra de Santa Cruz pouco sabida”. Os portugueses da Asia voltavam, opulentos; os do Brasil ficavam, fixados pelo “latifundio”.

A exploração das riquezas da India pertencia ao ciclo economico mistico da Idade Média (2). Acharam os portugueses o caminho maritimo do oriente e desviaram a corrente comercial das especiarias até então encadeiada, pelos negociantes de Veneza, do Egipto e da Persia, através dos areiaes afro-asiaticos. O Atlantico vencera o Medi- terraneo. O genio das navegações dominára o intercam- bio terrestre. Em 1503, a segunda expedição de Vasco da Gama déra aos armadores um lucro de 1 milhão de ducados, para uma despesa de 200 mil. El-Rei D. Manuel mandára vender a Flandres e Alemanha os produtos orientais por um preço infimo em relação ao elevado custo por que chegavam á Veneza, e já em 1512 as galeras da Serenissima Republica volviam de Alexandria vazias e desacreditadas (3). Começára uma nova éra da his-

(2) «O plano das Indias e as guerras marroquinas foram, na concepção do Infante, um grande conjunto, um plano unico», cf. a sugestiva tése de Joaquim Bensaude, *Origines du plan des Indes*, tradução mandada fazer por Felix Pacheco, *Jornal do Comercio*, Rio, 12 de Outubro de 1930. Vd. tambem Felix Pacheco, *As quinas e o alkorão*, Rio 1930.

(3) Charles Diehl, *Une Republique patricienne*. Venise, p. 196, Paris, 1925. Holandezes, cem anos depois, apegados ao rotei- ro de Vasco da Gama, «voltaram carregados de imensas riquezas». (Abate Vallemont, *Gli Elementi della Storia*, IV, 400, Veneza, 1738): o Atlantico do norte vencera definitivamente.

toria da humanidade. O episodio das viagens lusitanas do oceano indico prolonga a Idade Média no Levante. A Idade Moderna inicia-se na America, com o aproveitamento agricola e a renovação — sobre bases inéditas — da sociedade imigrada.

Alviano, dos “Dialogos das Grandezas”, reparára justamente, que não havia em Portugal grandes casas e rendas “com o dinheiro que levassem do Brasil”. Elucidára Brandonio: “Isso é maior indício de sua riqueza, porque os homens da India, quando se dá vêm para o Reino trazem consigo toda quanta fazenda tinham, porque não ha nenhum que tenha lá bens de raiz... Mas os moradores do Brasil toda a sua fazenda têm metida em bens de raiz, não é possivel serem levados para o Reino, e quando alguem para lá vai os deixa na propria terra, e desses deveis de conhecer muitos em Portugal, e assim não lhes é possivel deixarem cá tanta fazenda e comprarem lá outra, contentando-se mais de a terem no Brasil pelo grande rendimento que colhem dela” (4).

Aqui, nada havia feito.

Como a Serra do Mar fechou á invasão portugueza o altiplano sul-americano, a cordilheira dos Andes ocultára aos povos adiantados da costa do Pacifico a baixada brasileira. Os quichuas nunca souberam bem o que existia de barbárie e misterio, para lá das suas montanhas nevadas. O rio Amazonas, que arranca de um flanco da muralha andina a massa liquida, para desagua-la no Atlantico, não carreára a cultura peruana ou quitenha: talvez levasse

(4) *Dialogos das Grandezas*, ps. 131-2, ed. Garcia.

ao estuario marajoara os elementos vagos de uma arte superior — e alguns desgarrados subditos dos incas cuja memoria já Orellana não encontrou.

Nem civilizações aborígenes, nem riquezas acumuladas, nem imperios asiaticos atçaram aqui a cobiça ao europeu: este, para prosperar na terra, lançou-lhe a semente exòtica. Plantou a cana de Cabo-Verde, trouxe d'Africa quem a cultivasse, passou-se para o Brasil com as suas armas, com o seu cabedal, com as promessas que lhe fazia el-rei de muitas regalias. Porque a extração do páu de tingir (“brasil”) (5) fosse a sua primeira occupação, chamou-se “brasileiro” (homem do “brasil”): sômos ainda

(5) João Ribeiro faz derivar de «bresil» ou «braçail», designação francesa do páu de tinta, que desde o seculo XII aparece no cancionero bretão, o nome do Brasil. O mesmo lenho era conhecido em Veneza, por «verzin» ou «berzino». Chamara-lhe Marco Polo «byrço»... Gil Vicente, no «Auto da Fama» (1510) já falava em «terra do Brasil», cuja riqueza, segundo Camões (c. X, 140), era o «pau vermelho». Pretende J. Ribeiro que fosse o nome do Brasil o primeiro galicismo que incorporamos á lingua... Deixou claro Gustavo Barroso (*Aquem da Atlantida*, p. 153 passim, S. Paulo 1931) que o nome Brasil provem da ilha do mesmo nome que, desde o seculo XIII, surge nas cartas semi-fantasticas do Atlantico. De «braz», seguramente, é que ele não deriva, como queriam os cronistas classicos. A «New zeitung ausz presillandt», 1515, indicava constantemente a terra «do brasil» — como se diria costa «do ouro», costa «do marfim», terra «do fogo», ilha «da madeira»... Referia-se á conhecida madeira de tingir, capaz de identificar as terras descobertas, não a uma nova especie «côr de braza...» (Vd. Capistrano de Abreu, nota a Varnhagen, *Historia Geral do Brasil*, 3.^a ed., I, 11-2).

designados com o qualificativo dos primeiros exploradores. Do mesmo modo por que os naturais de Minas Gerais se chamam até hoje "mineiros".

Apenas o "brasileiro", para extrair a madeira rôxa, teve de aliar-se ao selvagem: o francês e o português disputaram-lhe o auxilio, entre Cabo Frio e Pernambuco. Depois, para armar os "engenhos" e estender as plantações, repeliu-o e cativou-o. O navegante, que pretendia cortar o "brasil", subornava ou trucidava os gentios, conforme os casos. Mas, para pacifica-los, ajeitando entre eles uma acomodação definitiva, foi preciso que viesse o missionario e que o mamaluco — filho de india e branco — se constituísse o intermediario astuto e andêjo. O jesuita desarmou as coleras, ensinando a mistica da sociabilidade; o mamaluco valeu-se da inexperiencia das tribus enganadas pelas suas falas tupís para as escravizar ou destroçar. Foi aquele o agente de conciliação colonial; este o da dominação do cristão e do mestiço sobre os povos indigenas. A arma que utilizaram foi, igualmente, a lingua geral da costa, o tupí, em que se entendiam as principais nações vermelhas: tanto o mamaluco como o padre, por meio dela atraíram os homens simples do mato e os subjugaram; o padre, para que tivessem uma vida civilizada, o mamaluco, para vende-los aos agricultores do litoral. As rivalidades, que sempre existiram entre indios, ("Não ha neles nenhum vicio, a não ser que um povoado guerreie a outro", segundo a "Nova Gazeta da Terra do Brasil", 1515), quebraram a sua resistencia á religião ou á violencia. Aceitaram o apoio dos portuguezes para ba-

terem as tribus inimigas; dividiram-se; os colonos exploraram e promoveram as suas guerras de mutua destruição; e assim, em meio seculo, a grande população selvagem do Brasil desamparou as regiões de léste, para que o forasteiro, em pequeno numero e assemelhado ao indio pela sua prodigiosa adaptação ás condições do país, por ele entrasse vitoriosamente.

O jesuita foi o “bandeirante” da primeira hora: achou os rumos do sertão; o mamaluco foi o “bandeirante” dos descobrimentos geograficos: internou o povoamento e deu á colonia um contorno continental. Naturalmente os dois pioneiros, o da cruz e o da espada, lutariam pela preservação da sua conquista. O padre não consentiu no cativo dos gentios, indispensavel, entretanto, ao trabalho rude das lavouras, ao desenvolvimento da onda invasôra. E o mamaluco rebelou-se contra o padre. A colonização cindiu-se em dois tipos diferentes, já no ano de 1554, quando Anchieta e os seus companheiros fundaram o Colégio de S. Paulo. De um lado ficou, nas suas terras baixas e agricolas, o cristão fixado pelas suas lavouras, patriarca numa sociedade mestiçada de indios e negros, trabalhadores escravos descidos dos sertões pelos mamalucos ou importados d’Africa pelos navegantes portuguezes. Do outro lado, espalham-se pelo planalto os homens seduzidos pelas amplas perspectivas do país aberto, em cujos horizontes longinquos a lenda cabocla escondêra fabulosos tesouros, as minas encantadas, as cidades misteriosas. Ao nomadismo do altiplano contrapôs-se o sedentarismo da baixada. A’ “bandeira” de deslocamento fá-

cil, guiada pelo mamaluco que copiára os costumes gentílicos e se substituíra ao índio, o engenho moralizado pela Igreja, hierarquizado pelo Estado, enriquecido pelo comércio internacional. A Serra do Mar foi o forte divisôr de águas. A barreira natural. A' juzante dessa muralha penhascosa estendia-se, beirando o mar, a agricultura do colono grangeada pelos seus escravos. Circunscreviam-na tanto a natureza como os tapuias indebelados. Porém lá em cima era o livre sertanista que viajava desembaraçadamente em todas as direções pelo continente dentro, agricultor por necessidade, fazendo á moda tupi as suas "roças", mas pastor por vocação, caçador de índios por industria, caçador de esmeraldas ou de jazidas de ouro depois — raramente se comunicando com as povoações do litoral, quasi sempre insubmisso a toda fórmula de governo, obediente apenas aos seus chefes familiares, também seus capitães.

A iniciativa portugêsa creou o Brasil agrario da costa; a audacia mamaluca juntou-lhe, a esse Brasil de formação exterior, cuja principal riqueza, o açúcar, foi importada, como o colono branco e o trabalhador africano, o "massiço brasileiro", a bacia dos grandes rios da America do Sul, a maior porção desta.

As distinções entre os homens na colonia foram simples. Brancos e negros. Livres e escravos. Paulistas e "emboabas". O conflito destes simboliza a luta, pela apropriação do "dourado" interior, entre o "brasileiro" plasmado pelo bravio isolamento do altiplano, atrás da serra marítima, e o advena que descobriu, com a navega-

ção do rio de S. Francisco, a inflexão paradoxal do seu curso, o rumo franco do sertão. O caminho liquido venceu a serra-limite. A condensação demográfica das Minas Gerais — que foi o grande fato da colonização do Brasil no seu III seculo, como no II fôra a recuperação do nordéste aos holandêses e no I o ciclo açucareiro do litoral — desviou para o oéste e o sul o mamaluco desalojado pela disciplina, pela cooperação, pela tenacidade das hordas intrusas.

A idéia de uma America portugueza, unida, homogênea, imagem tropical da metropole, apoderara-se do espirito do colono desde as primeiras viagens. Brasil era toda a America submetida ao seu rei. Coincidia — a reforçar aquele conceito de unidade colonial — com a costa onde o gentio falava uma “lingua geral”, apesar dos seus diferentes climas, da difficil intercomunicação marítima, impossivel em varios trechos, e dos obices naturais — as cadeias de montanhas, a barreira florestal, a tapuiada, inimiga dos indios tupis, os rios de meia agua, o deserto sêco. Mas, sem a corrente do S. Francisco, não teria o *emboaba* tomado o logar ao incola, a sociedade litoranea não se desdobraria até ao centro do país, a civilização brasileira não se meteria por terra dentro, remorada pelas montanhas, dispersada pelas planicies, polarizada pelos vales, mas impelida, para os grandes deslocamentos, pelos rios nacionalizadores, o S. Francisco (o rio *emboaba* do povoamento do nordéste e de Minas), o Tietê (o rio *paulista* da incorporação de Mato Grosso), o Amazonas (o rio *português* do balisamento septentrional).



Casa-forte do século XVII. O solar de Megaípe, Jaboatão, Pernambuco. Tipo de "castelo" rural. Civilização do açúcar. (Aquarela de A. Norfini, Col. do Museu Histórico).

As duas “civilizações” desenvolveram-se num meio físico proprio, com fatores etnicos distintos, em condições sociais antagonicas. A escravidão, a fortuna agricola, a propriedade, o commercio, o Estado e a religião déram áquele Brasil costeiro a sua fisionomia peculiar ás colonias equinociais, com a separação das castas, a concentração urbana, a solidariedade rural, a imitação da Europa cujas idéias e modas as frotas nos traziam anualmente, em troco do açúcar, do tabaco e do algodão. Nos entrementes a dispersão sertaneja, o *desertão*, a luta ao gentio, a “razzia” contra as missões dos jesuitas espanhóes do Paraná-Uruguai-Paraguai, a miscegenação cariboca, a frugalidade das aldeias sertanejas, os seus habitos guerreiros, a vida pastoril dos descampados, o distanciamento das familias, a ausencia das forças compressôras, a assimilação do indio, modelaram um tipo original de “brasileiro”, que durante dois seculos manteve, nas suas “fazendas”, uma independencia desdenhosa em relação ás influencias estrangeiras. A aproximação entre os dois moradores, com a descida do “sertanejo”, com a subida do “litoraneo”, constituiu o epilogo da “era colonial”.

Essa “era colonial” abrange, pois, as seguintes fases:

- A da exploração extrativa do litoral;
- a da penetração pacifica do interior;
- a da fixação agricola da costa;
- a da substituição do jesuita pelo mamaluco no devassamentó dos sertões;
- a da organização da sociedade colonial á beiramar;

- a da dispersão paulista;
- a da entrada “emboaba” — quando o rio de S. Francisco anulou, no nordeste, a barreira da Serra do Mar — e litoraneos e sertanejos lutaram, nas montanhas centrais, pela posse das minas;
- a do internamento da civilização, com a transformação do “bandeirante” em mineiro;
- a da formação de um sentimento nacional — cujo exclusivismo engendrou a emancipação política da colônia.

II

NOVA LUSITANIA

As castas — O negociante — O lavrador —
O fenomeno açucar

As castas

A casa colonial atende á necessidade de abrigar, sob o mesmo teto, um numeroso grupo de escravos. As “senzalas”, espalhadas á volta do solar, eram rurais; na vila, a famulagem habita com a familia branca — porém abaixo desta, nos porões, indispensaveis á “casa grande”. A mansão reproduzia, deliberadamente, a hierarquia social: no andar nobre morava o senhor, ao nivel ou abaixo do solo, a sua escravatura (6) “havendo muitas familias que das portas para dentro têm 60, 70 e mais pessoas

(6) Cf. o viajante John White, que esteve no Rio de Janeiro em 1787, Affonso Taunay, *Na Bahia Colonial*, p. 466.

desnecessarias”, acrescenta Vilhena (7). O largo saguão os reunia: uma escada ampla levava — subindo — á soleira do fidalgo; uma poterna escusa abria para a escada de pedra que — descendo — conduzia aos socavões dos pretos. Os seus respiradouros eram gradeados, os seus quartos eram carceres, a sua humidade era doentia. Em cima respirava-se o ar coado pelas rotulas encruzadas, cujos crivos entremostravam a paisagem cheia de sol; em baixo, a vida era abafada e silenciosa, embutida na penumbra, ajustada á tréva, necessariamente coincidente com a resignação e a estupidez do homem que nascera cativo.

O gosto de possuir escravos, e, na proporção deles, apresentar o volume da sua fortuna, tornára a existencia, assim nas cidades como nas fazendas, ociosa, suave, oriental (8). O negro não era sómente capital, braço, industria; era titulo, “situação”, dignidade. Pela quantidade de criados se media a importancia dos colonos; naturalmente pela sua inatividade — quando o trabalho era ocupa-

(7) *Cartas Soteropolitanas*, I, 139 (Edição Braz do Amaral).

(8) Viu Emerson: «Lá onde crescem as bananeiras, o organismo animal é indolente...» Mas previniu: não é isso invariavel. (*Société et Solitude*, p. 23, trad. de Dugard, Paris 1918). Não importava muito o clima, estimulante ou depressivo: «Apesar da doçura do clima, os habitantes deste distrito não são menos indolentes que os das partes septentrionais do Brasil». (Saint Hilaire, *Viagem ao Paraná*, trad. de David Carneiro, p. 167, Curitiba 1931). — Ao Maranhão falára Vieira, em 1653: «Direis que os vossos chamados escravos são os vossos pés e mãos; e tambem podereis dizer que os amais muito, porque os criastes como filhos, e porque vos criam os vossos».

ção de escravos — se lhe graduava a aristocracia. “As famílias não têm educação, nem a podem ter com o tráfico de escravos”, dizia José Bonifácio. Isso observára Montesquieu dos peninsulares: “Quem permanece assentado dez horas por dia consegue precisamente o dobro do apreço de quem não o está mais que cinco, porque adquire a nobreza refastelando-se o homem numa cadeira” (9). Em Minas Gerais, nunca se vira homem branco tomar nas mãos um instrumento agrário, afirmou Southey (10). O governador Paes de Sande dissera, em 1692, dos paulistas: “aquele cuja muita pobreza lhe não permite ter quem o sirva, se sujeita, antes, a andar muitos anos pelo sertão em busca de quem o sirva do que a servir a outrem um só dia”. Formou-se assim uma elite preguiçosa, a manejar uma população negra, cada vez mais densa e misturada. E a classificação social simplificou-se. Primitivamente, fôra de colonos e degredados. Depois, de portugueses, índios e mestiços. Já agora, era de brancos, pardos e pretos. A côr significava nobreza (11); havia uma comum origem plebéia — o tronco africano; na elaboração de uma sub-raça brancoide consistiu a elevação e a reabilitação do homem. Que, na frase do padre Loretto Couto, “todo aquele que é branco na côr, entende estar fóra da esfera vulgar...” Ao europeu, mesmo ao degredado, por algum dos duzentos e cincoenta casos de

(9) *Cartas Persas*, p. 168, trad. de Mario Barreto.

(10) *Historia do Brasil*, VI, 480.

(11) Von Martius, *Através da Baía*, 2.^a ed., p. 76, trad. de Pirajá da Silva; Loretto Couto, *Desagravos do Brasil*, p. 227.

desterro previstos nas Ordenações, sobretudo por judaísmo, não se pedia contas de procedencia e conduta, numa terra inundada de escravos: a sua tez era recomendação, a sua alvura qualidade. “Os que vivem nas Indias não têm menos arrogancia quando consideram que têm o sublime merito de serem, como dizem, homens de casta branca” — escreveu Montesquieu. Seria impossivel a estratificação de uma aristocracia histórica naquele ambiente irreparavelmente desnivelado; mas se criou uma distinção profunda de castas — com a sua razão ethnica, do pigmento, e a sua logica social — de camadas superpostas.

Justamente o diz o autor dos “Dialogos das Grandezas” (12):

“... Sabemos que o Brasil se povoou primeiramente por degredados e gente de máu viver... Nisso não ha duvida. Mas deveis de saber que esses povoadores, que primeiramente vieram a povoar o Brasil, a poucos lanços, pela largueza da terra deram em ser ricos, e com a riqueza foram largando de si a ruim natureza, de que as necessidades e pobrezaas que padeciam no Reino os faziam usar. E os filhos dos tais, já entronizados com a mesma riqueza e o governo da terra despiram a pele vermelha, como cobra, usando em tudo de honradissimos termos, com se ajuntar a isto o haverem vindo depois a este Estado muitos homens nobilissimos e fidalgos, os quais casaram nele, e se aliaram em parentesco com os da terra, em fórma que se ha feito entre todos uma mistura de

(12) *Dialogos das Grandezas do Brasil*, edição da Acad. Bras., p. 142. Tambem Gabriel Soares, *Roteiro*, p. 115.

sangue assás nobre”. Porém a metamorfose, assinalada em 1618, era sensível ainda no fim do seculo — e a satirizou Gregorio de Matos:

.....
Só sei que deste Adão de massapé
Procedem os fidalgos desta terra (13).

“Quando os estrangeiros pobres venham estabelecer-se no país, em pouco tempo, como mostra a experiencia, deixam de trabalhar na terra com seus proprios braços e logo que pôdem ter dois ou tres escravos, entregam-se á vadiação e desleixo, pelos caprichos de um falso pundo-nor” (14). Queixava-se o vice-rei marquês do Lavradio, que até os lavradores do Minho que se passavam ao Brasil esqueciam aqui a sua agricultura. Esta só podia ser grangeada pelo negro: a lei, que preservava o morgadio, o costume, que favoneava a indolencia, a escravidão, que dispensava o trabalho, completavam o ambiente preguiçoso do colono. A sua prosapia impedia-o de commerciar; só o portuguez era negociante — principalmente aqueles homens do Minho, que “abrangem em *si quanto é commercio*” (15). O desprezo ao mercador afetava tradições e

(13) Pedro Calmon, estudo, *Obras de Gregorio de Matos*, VI, 33, ed. da Acad. Bras.

(14) José Bonifacio, *Representação á Assembléa Constituinte*, Paris, 1825.

(15) Relatorio do marquês de Lavradio, *Rev. do Inst. Hist.* t VI, ps. 409-86. Os colonos, segundo La Barbinnaï, dividiam-se em tres classes: senhores de engenho, negociantes e maritimos. *Nouveau voyage au tour du monde*, III, 186, Paris 1717.

atavismo, semelhante ao horror do cavaleiro pelo tratante, do romano pelo usurario, do cristão pelo judeu.

O negociante

Talvez a origem israelita do comercio brasileiro motivasse aquela invencivel antipatia, do agricultor contra o mercador. De fato, os judeus dominavam o grosso trato na Baía, por ocasião da Primeira Visitação do Santo Officio, em 1591 (16), e foi por isso, ajunta o viajante François Pyrard, que a inquisição — apesar das suas isenções — (17) não se instalou ali... “mais il n’y a point d’Inquisition, ce qui est cause qu’il y a si grand nombre de christianos nuevos, que sont juifs ou race de juifs faits christians” (18). A segunda Visitação do Santo Officio, em 1618, arrolou, sòmente na Baía, uma centena de judeus (18-a). O bispo D. Constantino Barradas fôra amigo da “gente de nação” (19): e o padre Antonio Vieira, educadô nesse país tolerante, o homem que “reinou em nome de D. João IV” (20), havia de

(16) *Denunciações da Baía*, ed. Capistrano, p. 214.

(17) P. Simonem Marques, *Brasília Pontificia*, etc., p. 280, Lisboa, 1749.

(18) Pyrard de Laval, *Voyage etc.*, p. 539, Paris, 1615.

(18-a) Rodolfo Garcia, *Denunciações da Baía*, separata da *Bibl. Nac.*, p. 20, 1936.

(19) *Denunciações da Baía*, p. 89; Rodolfo Garcia, *Denunciações de Pernambuco*, p. XXII, S. Paulo, 1929.

(20) Oliveira Martins, *Historia de Portugal*, II, 131, ed. de 1908.

levar á Europa a mesma opinião, favoravel aos hebreus. Os dominicanos, que os perseguiram, jamais se tranferiram ao Brasil (21).

Foi ao judeu português que mais aproveitou a passagem de Portugal, em 1580, ao jugo espanhol. Invadiu, transpondo as fronteiras coloniais, o Perú e Buenos Aires. "... Uno de los elementos más decisivos en la constitución de la sociedad rioplatense fué la abundante inmigración de judíos portugueses, mercadores los más: actuaban como factor de progreso economico y desenvolvían los hábitos de contrabando que iniciaron lo prosperidad de estas regiões". "A pesar de las dificultades opuestas por los españoles, un siglo después era descendiente de judíos portugueses buena parte de la "gente principal", según puede inferir-se del analisis de los apellidos porteños de la epoca" (22). Ricardo Palma descreveu, "em toda a importancia e em toda a extensão, o vulto da imigração luso-judia na capital dos Incas" (23). Estendera-se ao Mexico, ás Antilhas, á Nova Granada: como na Europa irradiara pela Italia, pelos países flamengos, pela Alemanha e pela Inglaterra.

Ainda em 1696, ao viajante Coréal os portugueses na Baía pareciam "comumente ricos, muitos afeiçoados ao

(21) Southey, *Historia do Brasil*, VI, 439.

(22) José Ingenieros, *La Evolución de las ideas argentinas*, I, 25, Buenos Rires, 1918.

(23) Argeu Guimarães, *Os Judeus portugueses e brasileiros na America Espanhola*, Journal de la Soc. des Amér. de Paris, t. XVIII, 1926, p. 303.

comercio e geralmente de raça judia” (24). Os cristãos novos, disse numa comedia o poeta baiano Botelho de Oliveira, tinham na mão o rosario e no coração... as contas (25). Vedara-lhes a lei os cargos municipais (26). Como, geralmente, aos mercadores. A Camara do Maranhão anulára, em 1700, a eleição de almotacé de um individuo que vendia sardinhas e berimbáus. Uma provisão de 1705 dispusera que na de Olinda “não poderiam servir mercadores” que assistissem com loja aberta... (27).

“Um escrivão da mais insignificante Camara não póde encartar-se na propriedade do seu officio sem provar, verdadeira ou falsamente, a perpetua inação de seus braços, e dos de seus pais e avós. De sorte que os netos de Pedro Grande, Imperador da Russia — ironiza o desembargador Rodrigues de Brito, nas suas *Cartas Economico-Políticas* — não poderiam entre nós conseguir os

(24) Taunay, *Na Baía Colonial*, p. 291; v. tambem Paulo Prado, *Paulistica*, p. 18, S. Paulo, 1925.

(25) Tradução de Claudio de Souza, *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 165, p. 568. Tambem Gregorio de Matos, *Obras*, IV, 182, edição da Academia:

Quantos com capa cristã
 Professam o judaísmo,
 Mostrando hipocritamente
 Devoção á lei de Cristo!

(26) V. Saint-Hilaire, *Voyage — Rio de Janeiro et Minas*, I, 226, Paris, 1830; Southey, op. cit., VI, 479.

(27) Varnhagen, *Hist. Ger. do Brasil*, 3.^a ed. integral, III, 393, anot. por Rodolfo Garcia.

cargos de escrivães, por ter aquele heróe manchado suas mãos quando no Texel pegou na enxó e no machado”.

Nas Minas Gerais, o paulista odiára o “emboaba”, porque este era mascate. Enriquecia trocando mercadorias: tafularias por ouro em pó, bugigangas por sangue e vida. Apenas o mascate, vencendo o paulista, enobreceu-se: e foi a de Minas a capitania onde os negociantes não se consideraram diminuidos pela sua profissão.

O comercio, alhures, foi mistér de burguezes imigrados. Entretanto, prosperando, subiam, da loja ao engenho. A passagem — na Baía e em Pernambuco — da sua taberna de vinhos ou do seu balcão de fazendas para o solar rural ao pé da fabrica de açúcar (28), reproduzia a parabola do enobrecimento. Porque na propriedade da terra e do engenho, não na consanguinidade do colono, estava a sua qualidade. Em Minas Gerais, recolheria Saint-Hilaire o adagio: “Pae taberneiro, filho cavalheiro, neto mendicante” (29).

(28) Na Baía, a evolução do comerciante a homem nobre exprimia-se, topograficamente, pela mudança do bairro baixo, onde moravam os mercadores, para a cidade alta, onde residiam os aristocratas. «Nela (praia) residiam todos os comerciantes, com as suas casas, fazendas e escritorios...» (*Requerimento de J. M. Santos Lopes*, 1802, ms. da Bibl. Nac., Cons. Ultr., doc. 28366). O mesmo fenomeno poderia ser apreciado em Ouro Preto, Tomaz Brandão, *Marilia de Dirceu*, p. 86, Belo Horizonte, 1932.

(29) *Voyage*, I, 66. — No norte dir-se-ia: «pai rico, filho nobre, neto pobre».

Ribeyrolles havia de dizer: "O Brasileiro reina, e o português governa..." (30).

O lavrador

O engenho honrava, como outrora o castelo. Ter engenho equivalia a ser dono de terra hereditaria — senhoriagem que foi titulo, e ao qual se atribuíam isenções e prerogativas. A primeira carta nobiliarquica passada pelo imperador Pedro I, ao morgado da Torre, lhe elevou expressamente aquele titulo, da senhoriagem, plurisecular, ao baronato da Torre de Garcia d'Avila. O "senhor de engenho", mesmo sem outro documento alem do seu livro Razão, era meio-fidalgo. O ardil fôra simples: quisera el-rei multiplicar os engenhos, e decretára o enobrecimento dos que os construissem. Era um recurso imemorial de estimulo, tão eficaz como a isenção de taxas, durante dez anos, para o açúcar exportado, favor que o aumentou prodigiosamente. A lei que impedia a execução, por dividas, dos senhores de engenho, não podendo os credores penhorar-lhes mais que a safra (31), e a lei de familia que dava ao primogenito a sucessão integral, impedindo a divisão do patrimonio, acrescida do costume que tinham de não vender os seus escravos, incluídos no dominio he-

(30) Ch. de Ribeyrolles, *Brasil Pitoresco*, II, 43, Rio 1859.

(31) Provisão do governador Pedro da Silva, de 30 de Setembro de 1636, insistia: não eram penhoraveis os engenhos por dividas pequenas. (*Documentos Historicos*, XVI, 388).

reditario (32), haviam de consolidar aquela aristocracia de emergencia, corrompida pela instituição do cativoiro, de “espírito preguiçoso”, segundo o marquez de Lavradio, explorada pelo comercio, immobilizada, desmoralizada pela ignorancia, pela sensualidade, pelo misticismo que lhe floresceram a inatividade.

Numa sociedade condensada em torno de alguns empreendimentos mercantís, como foi no seculo I a do Brasil, sobretudo a fortuna distinguiria os homens. E aqui os distinguiu. Qualquer colono podia plantar a sua roça de fumo, apascentar o gado na terra comum, mascatear as miudezas nos portos. Um engenho de açúcar, porém, requeria importante cabedal, um consideravel começo de riqueza. Fôra o proprio infante navegador, D. Henrique, quem fizera transplantar para a ilha da Madeira cana de açúcar da Sicilia e lá estabelecera as primeiras fabricas. Em 1618, segundo o autor dos “Dialogos das Grandezas do Brasil”, a montagem de um engenho exigia 10 mil cruzados. Comprara Antonio Vaz o de Santa Cruz de Torres por 32 mil cruzados em 1589, e em 1590 vendera metade dele por 16 mil (33). O numero de escravos variava alí, entre 60, ao tempo de Fernão Cardim, e 130,

(32) Southey, *Historia do Brasil*, IV, 419. Disse Tollenare: «Nenhum homem que se respeita quer vender um tal escravo na região onde reside». *Notas Dominicais*, trad. de Alfredo de Carvalho, p. 144.

(33) Frei Jabotão, *Catalogo genealogico*, Rev. do Inst. Hist., v. LII, . 238. O engenho de Seregipe, dos jesuitas, em 1635, valia 50 mil cruzados.

ao tempo de Tollenare (34). O material da industria, as construções, as matas e os currais anexos, as carretas, os barcos, consumiam enormes quantias. Sem esse dinheiro, ninguem se elevava, na colonia, a “senhor de engenho”: e porque o mais fácil credito era dos judeus, não dos cavaleiros portugueses, aqueles dominaram, nos dois primeiros seculos, a lavoura do Brasil.

O fenomeno açúcar

A industria do açúcar tem uma origem capitalistica. Oficialmente, foram os mercadores de Lisbôa os dinheirosos socios dos colonos que armaram engenho. Por trás dos mercadores de Lisbôa se dissimulava o banqueiro, flamengo ou alemão. “Nestes felices anos de Martim Afonso favoreceu muito esta sua capitania (S. Vicente) com navios e gente que a ela mandava, e deu ordem com que mercadores poderosos fossem e mandassem a ela fazer engenhos de açúcar e grandes fazendas...” (35). Pero de Góes trouxéra os capitais de um rico Martim Ferreira, para desenvolver a sua capitania (36). O duque de Aveiro mandára levantar em Porto Seguro oito engenhos, “e provocou a outras pessoas de Lisbôa a que

(34) Havia engenhos com duzentos trabalhadores, 60 bois, um consumo de 3 mil carros de lenha por safra, Domingos do Loretto Couto, *Desagravos do Brasil*, ed. da Bibl. Nac., p. 176.

(35) Gabriel Soares, *Roteiro do Brasil*, p. 96.

(36) G. Soares, *op. cit.*, p. 77.

fizessem outros” (37). Floresceu a capitania de Ilhéus, “onde homens ricos de Lisbôa mandaram fazer engenhos de açúcar, com que se a terra enobreceu muito...” (38).

Já em 1549 dizia Duarte Coelho, “que os mais poderosos faziam engenhos, outros os canaviais...” (39). Da vila de Machico, na Madeira, se passaram á Baía alguns nobres agricultores, a quem D. João III sugerira a transmigração (40), e “a Portugal, e a Galiza e ás Canárias” mandara Duarte Coelho pedir “homens praticos” — que montaram engenhos analogos aos das ilhas e introduziram no Brasil o sistema cooperativo do “lagar do principe”, ou “engenhos reais” de que nos falam Gabriel Soares e frei Gaspar de Madre de Deus. Estes eram as moendas que recebiam as canas de todos os lavradores vizinhos, com a obrigação de as reduzir a açúcar mediante um beneficio de metade, ou da terça parte do produto. Depois, quando a terra foi de propriedade diferente, o senhôr dela teve a quarta parte dessa safra — como acontecia com os jesuitas do colégio de Santo Antão (41).

Firmára-se com isso uma dupla subordinação. Do plantador ao fabricante, devendo-lhe a materia prima; e

(37) G. Soares, *op. cit.*, p. 65.

(38) G. Soares, *op. cit.*, p. 57.

(39) Capistrano, nota a Varnhagen, *Hist. Ger.*, 3.^a ed. integral, I, 230.

(40) Pedro Calmon, *Historia da Civilização Brasileira*, p. 18 passim.

(41) Descrição da fazenda que o colégio de Santo Antão tem no Brasil, *Anais do Museu Paulista*, IV, 778.

deste áquele, não podendo furtar-se á moagem. Porém implicou isso igualmente uma hierarquia: o dono do engenho era o suzerano da região em que se incluía, como fazendeiro-vassalo, o cultivador dos canaviais. A esta ultima categoria pertencia, por exemplo, o pai de frei Vicente do Salvador: lavrador de canas no engenho de Bernardo Pimentel (42).

Produto de exportação, o lucro do açúcar decorre da sua grande venda para os mercados redistribuidores de Holanda.

Do interesse dos importadores e comissarios holandêses pelo açúcar (para o consumo das especiarias portuguesas desde o seculo XV havia uma "Feitoria de Flandres") resultou a rapida prosperidade da colonia em 1550-1580.

No espaço de sete meses tinham saído da Baía "mais de quarenta navios carregados"... Gandavo deu para Pernambuco, em 1576, 33 engenhos, e 13 para a Baía (43). Sete anos depois, eram na Baía 36 e em Pernambuco 66, produzindo 200 mil arrôbas — portanto mais 150 mil do que em 1576 — segundo os padres Cardim e Anchieta (44). Em Olinda, a crêr em Gabriel Soares, "ha mais de cem homens que têm de mil até 5 mil cruzados de renda, e alguns de oito, dez mil cruza-

(42) *Confissões da Baía*, ed. Capistrano, p. 158.

(43) *Tratados da terra e gente do Brasil*, ed. R. Garcia, pags. 27 e 29.

(44) *Tratados cit.*, ps. 319 e 334.

dos” (45). Sendo de setecentos vizinhos a população de Olinda, e de cerca de 2 mil a do seu termo, a proporção ali de pessoas abastadas foi espantosa. Talvez não houvesse em domínios de Portugal maior concentração de agricultores ricos do que em Pernambuco, em 1587 (46)!

A influencia dos negociantes israelitas estendia-se ao engenho produtor, á firma embarcadora, ao intermediario de Lisbôa a quem era consignada a mercadoria, ás praças consumidoras do centro e do sul da Europa. Quando a Espanha se colocou de permeio entre os engenhos do Brasil e os compradores flamengos, estes imaginaram a organização de uma Companhia mercantil de conquista e empreenderam a guerra de 1624-1654.

A explicação dessa guerra no-la deu, sem o perceber, frei Vicente do Salvador, ao narrar: “Costumavam ir ao Brasil urcas flamengas despachadas e fretadas em Lisboa, Porto e Viana, com fazendas da sua terra e de mercadores portugueses, para levarem açúcar”. “... Porém sendo el-rei informado que por essas urcas serem mais fortes e artilhadas, todos queriam carregar antes nelas e cessava a navegação dos navios portugueses e quando os quisesse para armadas não os teria, nem homens que soubessem a arte de navegar, parecendo-lhe bem esta razão a el-rei e outras que o moveram a escrever ao governador Diogo Botelho e aos mais capitães não consentissem mais

(45) *Roteiro do Brasil*, p. 355.

(46) Pereira da Costa, *Historia*, in *Trabalhos da Conferencia Assucareira de Recife*, p. XV, Recife 1905.



Igreja jesuítica e padrão de terras. Saco de S. Francisco, da Praia Grande. Seculo XVII. (Aguarola de A. Nerfini. Col. do Museu Histórico).

em suas capitánias *entrar navio algum de estrangeiros* por via de mercancia nem por outra alguma, mas os metessem no fundo e perseguissem como a inimigos" (47).

(47) Frei Vicente, *Historia do Brasil*, 3.^a ed., p. 404. O aumento da produção açucareira no II século não correspondeu ás espectativas dos cronistas do I. Estimou o autor dos «Diálogos das Grandezas» em 500 mil arrobas a exportação, em 1618. No periodo de Nassau fôra de 2.070.135. Ao findar esse século, apenas 1.295 mil arrobas. Entretanto o preço se mantivera, quasi estabilizado. O preço do quilo de açúcar (segundo os nossos calculos), que em 1618 era de 87 réis em Portugal, onerado de todos os impostos, subira, em 1693, a 160 réis. Dada a quebra do valor da moeda, pôde-se dizer que não sofrera alteração. — Não se deve esquecer que o regime de livre-comércio fizêra do açúcar da ilha da Madeira, do açúcar do Brasil depois, um produto geralmente aceito de toda a Europa. — O limite do lucro era, em 1635, de 2 cruzados por 15 quilos. Caindo o preço da arroba a 4 e 5 tostões, o prejuizo do senhor do engenho era sensível. (*An. do Museu Paulista*, IV, 78).

III

OS CONTRASTES DA VIDA COLONIAL

O esplendor rural — A senhora — Mulheres da cidade e do campo.

O esplendor rural

A' cidade nascente, contrapoz-se o engenho. Como antigamente o castelo se opunha á vila; o fidalgo ao vilão. Aqui, o fazendeiro, que não trabalhava, ao negociante que lhe comprava barato a produção e vendia caro as utilidades. A riqueza, a pompa, a fartura da casa campestre contrastaram com a humildade da casa urbana. A arejada e orgulhosa vida da casa-grande, com a pobreza dos portos atestados de africanos do trafico, pestilentos e mesquinhos. A cidade tinha uma apparencia feia de feitoria d'Africa; o engenho, a vaidade aparatosa de pequenas côrtes independentes e agricolas, como a La Bar-

binais aparecêra o engenho Mataripe, na Baía, "...sci-tuée au bord d'une rivière, l'on y trouvait assez d'agrémens pour passer le tems sans ennui" (48). "De uma coisa me maravilhei nesta jornada — já em 1583 escreveu o padre Cardim — e foi a grande facilidade que têm em agasalhar os hospedes, porque, a qualquer hora da noite ou dia que chegavamos, em brevissimo espaço nos davam de comer, a cinco da Companhia (afóra os noviços) todas as variedades de carnes, galinhas, perús, patos, leitões, cabritos, e outras castas e tudo têm de sua criação..." "Que na fartura parecem uns condes, e gastam muito" (49). "As mulheres andavam tão louças e custosas que não se contentavam com os tafetás, os chalmotes, os veludos e outras sêdas, se não que arrojavam as finas telas e os ricos brocados; e eram tantas as joias com que se adornavam que pareciam chovidas nas suas cabeças e gargantas... Tudo eram delicias e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso", afirmou Frei Manuel Calado, autor d'*O Valeroso Lucideno*. Com os seus cavalos de 200 e 300 cruzados, o gosto dos banquetes que duravam varios dias, a abundancia da adegas e o fausto das equipagens, os senhores rurais de Pernambuco.— antes da invasão holandêsa — (50) eram os mais

(48) *Nouveau voyage* etc., II, 244.

(49) *Tratados da terra e gente do Brasil*, ed. Garcia, p. 320.

(50) Vd. Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil*, 3.^a ed., p. 8.

esplendidos subditos del-rei de Portugal em toda a sua monarquia. Prodigos, magníficos, gentís, bravos e desdenhosos da poupança, do entesouramento de capitais, de qualquer commercio que não fosse a sua exportação de açúcar — reduziam a prazer, ostentação e galanteria o imenso rendimento da industria. Em 1587, de Pernambuco disse Gabriel Soares: “É tão poderosa esta capitania que ha nela mais de cem homens que têm de mil até cinco mil cruzados, e alguns de 8, 10 mil cruzados...” (51). Um dos mais opulentos senhores de engenho foi ali Felipe Cavalcanti, tronco da principal familia da terra (depois se diria, “quem não era Cavalcanti era cavalgado...”). Outro, Cristovão Lins, chefe de “clan” numeroso. Pois ambos não escaparam á usura de um judeu prestamista, de nome João Nunes, denunciado á Inquisição em 1594: “e que tão publica e facilmente faz as onzenas e contratos onzeneiros como se foram licitos e não foram proibidos, e ele denunciante lho’s viu fazer com algumas pessoas a saber, com ele mesmo, e com Felipe Cavalcanti, e com Cristovão Lins e com outros com os quais fez onzenas mui crueis...” (52). Enriqueciam e esbanjavam, aqueles

(51) Gabriel Soares, *Roteiro do Brasil*, p. 355.

(52) *Denunciações de Pernambuco*, ed. Garcia, p. 200, São Paulo, 1929. Escreveu o jesuita da «Descrição da fazenda que o colégio de Santo Antão tem no Brasil»: «Porque não ha senhor de engenho no Brasil que não deva muitos mil cruzados e enquanto moem não se entende com as coisas da fabrica do engenho... sempre vivem de esperanças dos açucares valerem e subirem, e sempre assim fôra, a não estar impedido o commercio». *An. do Museu Paulista*, IV, 793.

excelentes patriarcas, com uma facilidade admiravel, ora perdularios como “uns condes”, ora perseguidos dos credôres de Recife que, a modo de João Nunes o judeu, lhes avançavam as quantias, cobrando-se com juros imorais. A invasão holandêsa interrompeu, em Pernambuco, a amavel e doirada sociabilidade dos fidalgos descendentes dos companheiros de Duarte Coelho. Tambem as mesmas guerras devastaram o reconcavo da Baía, successivas vezes pilhado, como em 1640 aconteceu, após o destroço da armada do conde da Torre, não deixando o almirante Lichtardt de pé, em toda a região açucareira, senão uns quatro ou cinco engenhos (53). Depois, com a volta ás suas velhas propriedades dos senhores emigrados e a reconstrução das fábricas, a antiga lei de nobreza restaurou os formosos aspectos da existencia rural, entre a capela da casa-grande, núcleo religioso, a lauta mesa que reunia periodicamente a aristocracia dos arredores, os pátios onde, nos seus exercicios equestres, os moços se adestravam nas artes da cavalaria. A’ “lei de nobreza”, definira uma carta de brazão d’armas, de 1754: “servindo-se com criados, escravos, cavalos, e armas, como pessoas nobres que eram...” Os batizados, os aniversarios, os casamentos, a festa do santo padroeiro eram comemorados ao jeito portugûes, dos banquetes, dos “autos” ou comedias e das cavalhadas assistidas por numerosa e illus-

(53) Vd. as nossas anotações aos «*Sermões Patrioticos*», de Vieira, p. 79, Rio, 1933.

tre gente. Descreveu Gregorio de Matos “umas comedias, que se representaram no sitio de Cajaíba”, e um “festejo de cavalos na Cajaíba” (54), que demonstraram a magnificencia e o bom gosto da familia aristocratica da Baía, nos seus engenhos prosperos. O conde de Sabugosa, percorrendo o reconcavo, em 1724, admirou esses costumes elegantes que, de resto, por tradição inseparavel do morgadio, só com ele desapareceriam. “Se chega um hospede aos engenhos do reconcavo — salientou Martius um seculo depois, encontra em toda parte, nas grandes moradas, comodidades e revelação de riqueza no modo de viver e na criadagem numerosa” (55).

A senhora

O engenho devia produzir quasi tudo — como uma laboriosa e autonoma colméia, governada na casa grande pela diligencia da mulher, governada no campo e na fábrica pelos feitores criolos. Fóra, era o trabalho de cem, de duzentos escravos negros que os administradores mestiços, responsaveis pela ordem e pela atividade do seu rebanho humano, vigiavam e guiavam, mandando, ensinando, castigando. Dentro, era o bando das “mucamas” educadas para os serviços menores daquela coletividade, que obedecia ao espirito e á energia da matrona. As raparigas teciam, cosiam, alimentavam; os homens cultivavam os canaviaes, transportavam as carra-

(54) Gregorio de Matos, *Obras*, ed. da Acad. Bras., III, 219 e 266.

(55) *Viagem através da Baía*, ed. Pirajá, p. 114.

das de cana para as bagaceiras, punham a mover o engenho, áccionado pela agua do rio ou pelos animais atrelados á almanjarra, faziam o açúcar, as caixas, o embarque. O senhôr desempenhava, em meio da sociedade azafamada do seu solar e das suas senzalas, um papel secundario. A sua prosapia e a sua fortuna distanciavam-no dos labôres rudes. Engendravam as mucanas de dedos ageis, á volta da “senhora”, a paciente industria caseira. A intelligencia e a vontade do fidalgo repousavam, como fatigados depois de um esforço heroico — a instalação do engenho, o desbravamento da terra, a conquista do Brasil: reinou na casa-grande um matriarcado pródigo. Na cidade a mulher escondida, suspeitada, requestada, como se anulou, durante todo o periodo colonial: mas no engenho, temperando a solidão com a sua vida devota e ativa prevaleceu como efectiva dona da casa, prudente, incansavel, virtuosa e economica.

Mulheres da cidade e do campo

A mulher, faceira e bela na adolescencia, envelhecia muito cedo naquella tranquillidade de lar industrioso. Engordava, adquiria a tristonha lividez que Mrs. Kindersley lhe reparou (“sempre macilentas, ou antes, esverdinhadas”, disse o viajante John White), perdia aos poucos a vangloria do sexo, com o gosto de vestir-se, encantar, interessar, e aos quarenta anos já era uma autoritária e enfezada matrona, cujos habitos haviam sofrido uma completa influencia da sua inquietá famulagem mestiça. Ainda em 1820 Debret a viu no Rio de Janeiro, de chi-

cote ao alcance da mão, para castigar moças e moleques que á sua volta trabalhavam (56).

Havia no ginecêu colonial os grandes traços da família moura encorporada á portugûesa nos tempos heroicos. Os viajantes estrangeiros (57) acharam analogias perfeitas entre a dama brasileira, que se sentava á moda mourisca, ("in the Turkish style" disse Henderson), que se encapuçava num véo como as avós berberes, que era pelos homens tratada ao jeito oriental — menos a poligamia mussulmana —, e a mulher arabe. Concorria, decerto, para aproximar os dois tipos extremos da evolução social portugûesa, a construção das casas pelo traço peninsular, misteriosas por fóra, defendidas pelas adufas de estreito crivo, brancas e despidas, porém abrindo, no interior, em pátios refrescados e artisticos, povoados da numerosa escravaria empregada nas atividades domesticas.

A reclusão feminina — que tanto impressionou aos viajantes estrangeiros — foi excessiva nas cidade, e entre os emboabas. As famílias nativas sempre se mostraram mais acessíveis, joviais e curiosas; as portugûesas, desconfiadas, isoladas e tristes. Em S. Paulo a mulher foi mais franca e sociavel do que na Baía e no Rio de Janeiro.

(56) J. B. Debret, *Voyage Pittoresque*, II, 33; Henderson, *A History of Brasil*, p. 346, London, 1821.

(57) Hippolyte Taunay et Ferdinand Denis, *Le Brésil*, II, 94, Paris, 1822. Sobre o mediavelismo da família americana, vd. Arthur W. Calhoun, *A Social History of the American Family*, II, 79, Cleveland, 1918.

A' medida que a cidade aumentou, a mulher se retraiu.

Nos primeiros tempos participou, varonil, dos perigos e labutas da colonização. Fôra o seu periodo heroico. Em 1583 estava o Rio de Janeiro despejado de moradores, que todos os homens validos tinham ido, com Salvador Correia, ao sertão. Surgindo no golfo tres náus francesas, a esposa do governador, D. Inez de Souza, reuniu as "mulheres com seus chapéus nas cabeças, arcos e frechas nas mãos, com o que, e com o mandarem tocar muitas caixas e fazer muitos fogos de noite pela praia, fizeram imaginar aos francêses que era gente para defender a cidade..." (58). Das senhoras de S. Paulo sabemos que, ao tornarem das Minas os maridos batidos pelos "emboabas", lhes estranharam a frouxidão, exigindo que voltassem a vingar os mortos e castigar os intrusos.

John Mawe deixou-nos um retrato simpatico da paulista desembaraçada, gostando de dansar, de trajar-se bem, de passear, um tanto masculina, decerto pelo habito de acaudilhar os escravos na ausencia dos pais e dos maridos sertanistas, sadia e corajosa. Era a mais européia das damas brasileiras. Martius achou-a simples, alegremente despreocupada. Queixou-se contudo Saint Hilaire, que no teatro de S. Paulo só achara homens, que os esposos paulistas continuavam a ocultar aos forasteiros as

(58) Frei Vicente, *Historia*, 3.^a ed., p. 268.

companheiras (59), como os pernambucanos (60), como os baianos, cujas beldades eram “menos viziveis ainda que no Mexico...” (61). Ficou o proloquio: “da Baía *eles* e não *elas*; de Pernambuco, *elas* e não *eles*: de S. Paulo, *elas* e sempre *elas*”. Mas nas Minas, onde os costumes portuguezes se conservaram mais puros, o naturalista faz invariavelmente as refeições, nas fazendas em que se hospedou, sem deitar olhós á dona da casa. Como que não pertencia á sociedade domestica. O zelo atavico do colono a guardava nos inviolaveis aposentos, donde jamais saíra para ver pessoa estranha. Foi assim grande a surpresa de Saint Hilaire, ao encontrar no Paraná — na fazenda Carambeí — duas moças de bôa presença, que o acolheram distintamente. “Desde o Rio eu não via senão prostitutas e negras; foi para mim uma novidade deliciosa passar uma tarde com duas senhoras honestas e amaveis” (62).

Em 1757, no baile que o governador do Rio de Janeiro ofereceu aos officiaes de uma esquadra francêsa,

(59) Leopoldo Pereira, *S. Paulo nos tempos coloniais*, p. 142, S. Paulo, 1922.

(60) Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 129.

(61) Coreal, apud Taunay, *Na Baía Colonial*, cit., p. 271. «Vejo a maior parte das senhoras definhar em molestias nervosas, procedidas da inação e enjôo em que vivem...» Rodrigues de Brito, *Cartas Economico-Políticas*, 2.^a ed., p. 62. Em Santa Catarina, La Pérouse reparára a mesma ciumenta reclusão da mulher.

(62) Saint-Hilaire, *Viagem no interior do Brasil*, trad. de David Carneiro, p. 119, Curitiba, 1931.

nem uma só mulher apareceu. Informa La Flotte (nisto menos crível) que “tres ou quatro marmanjos, envergando roupas femininas, faziam de pares para os que queriam prestar-se a essa ridicula mascarada...” (63).

(63) Taunay, *Visitantes do Brasil Colonial*, p. 101, São Paulo, 1933.

IV

MISERIA E GRANDEZA DOS COLONOS

A indumentaria — O povo mestiço — A casa. A torre e o sobrado — A higiene — O transporte — A mesa — A cama e a rede — O interior das casas — Raridade do dinheiro — A lingua atada.

A indumentaria

A pobreza do colono na sua cidade da costa reflectia-lhe a vida sem impacencias, a resignada promiscuidade da familia mestiça, num ambiente intermediario entre o solar e a senzala. As casas eram desataviadas, os moveis escassos, a indumentaria ridicula, a alfaia mesquinha. Só as suas igrejas foram opulentas e o culto fulgurante.

O homem trajava-se sumariamente de camisa e ceoulas no seu interior burguez ou mesmo em pequenas

visitas, como o carcereiro de Lindley em Porto Seguro (64). O viajante Koster encontrou ainda no Piauí o visconde de Parnaíba — que por dezoito anos governou a provincia — vestido assim, como o negociante da Baía, segundo Lindley, o fazendeiro das minas, visto por Mawe, e o homem do Rio de Janeiro, descrito por Debret (65). Ao rebate de holandêses no Rio, em 1623, porque “muitos não apareciam por andarem descalços e não terem com que lançar librês, ordenou (o governador Martim de Sá) uma companhia de descalços de que ele quis ser o capitão, e assim ia diante deles nos alardos descalço e com umas ceroulas de linho...” (66).

No seculo I, as meninas da Baía só andavam em camisa (67). “Vão aos domingos á igreja com roupas os berneus de cacheira sem capa”, reparou em S. Paulo o padre Cardim (68).

O supremo recato consistia em velar a mulher o rosto com um véu e não permitir que lhe vissem os pés. Em casa, a rotula substitua o manto: o transeunte lobrigava-lhe a sómbra, mas não lhe punha os olhos. O lar era nisso um pequeno convento: a rotula ou a urupema

(64) Afonso Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 12, Baía 1928.

(65) *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, II, 43.

(66) Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 3.ª ed., p. 508.

(67) *Denunciações do Santo Oficio — Baía —* ed. Capistrano, p. 122.

(68) *Tratados da terra e gente do Brasil*, ed. Garcia, p. 356.

substituía a grade. Na rua, embiocava-se a rapariga como uma romana gabada por Tertuliano. Elogiou-lhe Bluteau a modestia: “que por todo o ouro do Perú não permitiriam algumas delas (portuguêsas), que lhes vissem a extremidade do calçado...” (69). Escreveu Montesquieu: “Permitem que as mulheres sáiam á rua com os peitos descobertos, mas não querem que mostrem o calcanhar, ou que descubram a ponta do pé” (70).

Ainda em 1802, “a roupa comum das senhoras consistia em uma unica saia sobre a camisa...” Ao saír, a mulher cobria com o mantelete os cabelos, conforme o preceito do apóstolo S. Paulo ou o costume oriental que, inconcientemente, ela tanto respeitava. Mas em casa, andava “em mangas de camisa, com as golas tão largas que muitas vezes caem e se lhes vêm os peitos...”, “muitas vezes descalças, e de ordinario sem meias, com camisas de cassa finissima...”, proprias para o clima, descreve, e justifica, Vilhena (71). Ferdinand Dénis viu á rua a baiana de saia, camisa bordada e manta em que se enrolava quasi inteiramente (72). Chamou-se “vestidos de igreja” ao de tecidos caros, e “penteados igrejaís” aos complicados penteados que a mulher depois adoptou. Aquele vestido só servia para as solenidades do culto e figurava nas verbas testamentárias, como patrimonio do preço de uma casa ou de um moleque de Guiné.

(69) F. J. Souza Nunes, *Discursos Politicos-Sociais*, p. 130, ed. da Acad. Bras., 1931.

(70) *Cartas Persas*, trad. de Mario Barreto, p. 168.

(71) *Cartas Soteropolitanas*, I, 47.

(72) Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 178.

A neta vestia o traje de avó, que lhó'herdára, como o neto cingia a espada do antepassado, ou o morgado conservava a mansão da família. O luxo era exterior, para o público, nas festas que arruinavam a gente de meia fortuna. Então o exagero contrastava com a indigência, a ostentação com a miséria. "E eu vi já afirmar a homens mui experimentados na côrte de Madrid que se não traja melhor nela do que se trajam no Brasil os senhores de engenho, suas mulheres e filhas, e outros homens afa-zendados e mercadores", escrevera o autor dos "Dialogos das Grandezas", em 1618 (73).

O povo mestiço

Exagerava o povo a ostentação de tecidos cáros e jóias aparatosas. Principalmente a mulata, afrontava com a sua vaidade de luxos escandalosos a parcimonia da vida colonial. A gente de côr, em Pernambuco e na Baía, depois em Minas Gerais, resistiu sempre ás ordenanças coíbitivas da riqueza e demasia do vestuário. Os vestidos do padre Belchior de Pontes, escreveu o seu biografo, eram de algodão, "pano tão pouco estimado que até os escravos trabalham pelo não vestirem" (74). O bispo do Rio de Janeiro, D. Francisco de S. Jeronimo, fôra forçado a decretar, em 1702, a proíbição do uso de sêdas ás escravas, atendendo á imoralidade que havia nos cos-

(73) Ed. Garcia, p. 140.

(74) P. M. Fonseca, *Vida do Ven. P. Belchior de Pontes*, ed. de S. Paulo, p. 37.

tumes mineiros. Os *emboabas* só excepcionalmente transportavam consigo as suas famílias. De ordinario constituíam lar transitorio nas minas, unindo-se ás escravas e povoando com a sua descendencia mestiça as “lavras” e “catas” das Gerais (75). Chica da Silva, a manceba do contratador dos diamantes do Tijuco, que foi a mulher mais opulenta do imperio portuguez no seculo XVIII, tinha sido escrava, e pompeava um fausto de rainha nos mesmos sitios onde trabalhára de parceria com tantos cativos africanos e crioulos. Fazia-se acompanhar, á missa, de doze mulatas bem trajadas (76). Um filho de Chica da Silva foi desembargador no reino. As ruínas do seu palacio e do lago artificial, que para ella construiu o milionário contratador, são em Minas os mais impressionantes vestigios da grandeza e delirio do periodo diamantino. A igreja do Rosario de Vila Rica fôra feita com o produto das esmolas das negras e mulatas que iam das “catas” com a cabeça polvilhada de ouro e a *lavavam* alegremente á porta do templo em construção, transferindo ao louvôr de Deus a fortuna que os mineradores lhes prodigalisavam... Não havia, nas vilas litoraneas, preta fôrta que não possuísse braçaletes de ouro que lhe enchiam os braços, colares que lhe cobriam o peito, mostrando-se, nos dias grandes, extraordinariamente abasta-

(75) Em Minas, em 1768, havia 2 negros para um branco, 4 mulatos para 2 brancos e 3 mulatos para 4 negros. (Southey, *Hist. do Bras.*, VI, 468).

(76) J. Felicio dos Santos, *Memorias do Distrito Diamantino*, 2.^a ed., p. 129.

das. As leis suntuarias não conseguiram, realmente, impedir no Brasil o despropositado esplendor da mestiça, apostada em suprir com as suas tafularias e tesouros as diferenças sociais. “Convidou-os o ouro — viu Antonil — a jogar largamente e a gastar em superfluidades quantias extraordinarias sem reparo, comprando (por exemplo) um negro trombeteiro por mil cruzados; e uma mulata de máu trato por dobrado preço, para multiplicar com ela continuos e escandalosos pecados”. As “mulatas de partes” valiam ali 600 oitavas de ouro, em 1703!

A casa. A torre e o sobrado

O clima faz a casa. O meio — ajudado da experiencia colonial do europeu. O solar da fazenda, a mansão do engenho, mesmo a habitação urbana nos dois primeiros séculos reúnem as condições da defesa, do refrigério, da dominação e da comodidade do colono; por isso têm um traço oriental, uma solidez militar, uma topografia invejavel, uma amplitude característica. Para evitar o indio, o morador fortificou-se. Fez Duarte Coelho, ao chegar a Olinda, “uma torre de pedra e cal...” (77). Ao proprio indio pediu a palissada; mandou Tomé de Souza fazer “primeiro uma cerca muito forte de pau a pique” (78); só mais tarde, com a fixação pros-

(77) Gabriel Soares, *Roteiro do Brasil*, ed. Varnhagen, p. 34.

(78) G. Soares, *op. cit.*, p. 113. «Os indios por si mesmos edificaram para nosso uso esta casa». (Anchieta, *Cartas*, ed. da Acad. Bras., p. 43).

pera, a substituiu pela muralha. As casas da Baía, em 1549, foram “cobertas de palma, ao modo do gentio...”

Diogo Dias, “que era o derradeiro que estava nas fronteiras da capitania de Tamaracá”, “tinha muita gente e escravos e uma cerca mui grande feita com uma casa forte dentro, em que tinha algumas peças de artilharia...” Os potiguares destruíram-na em 1574 (79). O filho daquele levantou em Goiana o seu engenho, como “uma casa forte de madeira de taipa e mão dobrada, donde, com os arcabuzes que os brancos dentro tinham e o seu gentio com arcos e frechas” se defendeu dos barbaros, até lhe queimarem a propriedade (80).

Expulso o selvagem e florescentes as lavouras, o reduto, ou a “torre”, cedeu lugar á casa-grande.

A colonização, passando da fase heroica á economica, trocou o fortim artilhado, feito para repelir, pelo sobrado vasto e patriarcal, feito para reunir. Foi o provedor mór Pero de Góes quem construiu a melhor casa da Baía ao tempo de Tomé de Souza: comprou-lha o governador, para moradia do bispo D. Pero Fernandes Sardinha, por 80\$000, pagos metade em 1552, metade em 53 (81). Em algumas povoações o “castrum” desaparece, absorvido pela “civitas”: em outras, como na Baía e no Rio de Janeiro, a esta — burguêsa e aberta — continuou a

(79) Frei Vicente, *Hist. do Bras.*, ps. 226-7.

(80) Frei Vicente, *op. cit.*, p. 231.

(81) Varnhagen, e nota de Capistrano de Abreu, *Historia Geral do Brasil*, 3.^a ed., I, 312.

proteger o “castellum” amuralhado e dominante á velha moda (82).

Não havia na terra artistas que estilizassem a construção; porém o colono trouxera a sua idéia dos casais portuguezes expostos ao sol crú, a sua lembrança das alfamas, a visão das “verandahs”, dos “mucharabiehs”, das fortes paredes brancas, dos telhados proprios para o desaguamento nas grandes chuvas e para a sombra das grandes calmas. Juntou esses elementos de arquitetura árabe e peninsular e levantou a casa-grande. Encontramos habitações iguais no sul da península iberica e em Marrocos. O muro liso era dos castelos; a janela com a adufa moura, granadina; a varanda, que convidava ao repouso após a refeição abundante, alentejana.

Descreveu o padre Cardim a primeira mansão colonial, a de Garcia d'Avila: “Agasalhou o padre em sua casa armada de guadamecins com uma rica cama, deunos sempre de comer aves, perús, manjar branco, etc. Ele mesmo, desbarretado, servia a mesa e nos ajudava á missa, em uma capela, a mais formosa que ha no Brasil, feita toda de estuque e tintim de obra maravilhosa de molduras, laçarias e cornijas; é de abobada sextavada com tres portas, tem-na mui bem provida de ornamentos” (83). “Grande e bela casa”, viu em 1610, na Baía, o viajante François Pyrard. Mas a maioria das habitações baianas foi de adobe ou de tijolo, á mingua

(82) Vd. Maunier, *Fonction économique de villes*, p. 550, Paris, 1910.

(83) *Tratados*, ed. Garcia, p. 312.



Casa-forte. Período "emboaba". Mansão destinada á defesa do ouro de el-rei. S. João del Rei. Minas
(Aguarela de A. Norfini. Col. do Museu Histórico).

de pedras, que não existem perto da cidade: tanto que, desabando um bairro todo em 1723, em consequencia das chuvas, só então o fez construir o vice-rei em solida cantaria (84). Ainda em 1613, levantara Baltasar de Aragão “de pedra e cal o muro e portal da banda do Carmo, que até então era de terra de pilão. . .” (85).

Nas terras férteis do litoral, ao pé do edificio maciço, a capela e as senzalas desdobraram os telhados chatos, enquadrando o terreiro. A pequena povoação negra cresceu sob a proteção daquela varanda: trocavam-se as influencias, que transformavam a sociedade colonial, o seu espirito, e as suas raças. Aí, era tudo mestiço. O trabalhador, a maneira de viver, a estetica que se lhe adaptava, a sua mística, a sua economia, a sua alma. A’ miscegenação geral damos o nome de elaboração brasileira. Produzia-o o meio, á ação do clima tropical, do trabalho fixador, da escravidão — principal responsavel por todas aquelas coisas: a casa-grande, o seu feitio, a sua preponderancia, o seu corolario etnico, o “espirito colonial” em suma.

Relativamente á fôrma, a casa-grande apresenta-nos tres tipos successivos. No seculo I, é das gravuras do livro de Hans Staden: dentro, no recinto das caiçaras

(84) Rocha Pitta, *Historia da America Portuguesa*, p. 630, Lisboa, 1730.

(85) Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 3.^a ed. p. 482.

tupicas, (86) a construção forte, cujo unico elemento decorativo era a varanda mosarabe, conhecida no Brasil desde o seu inicio e ainda predominante na pobre arquitetura rural, que os portugêses nos herdaram.

No seculo II, a casa era a dos quadros de Eckout e da descrição de La Barbinnais — o solar de alas, abrindo ao meio na escadaria, com a sua porta nobre, um patio interno, a preocupação hierarquica, embora aliada á necessidade da defesa, a exemplo de Megaípe, em Pernambuco, e do castelo da Torre, na Baía.

Perde esta ultima qualidade — de construção castrense — no seculo III, quando as chinezices amaneiradas lhe dão o ar palaciano da decadencia barôca, tradução colonial da arte francêsa, que no Brasil exagerou a linha dos telhados, lavrou as portadas, aumentou as janelas, embelezou as escadarias, criou a “lanterna”, a “mansarda”, o “salão”, o “copiar”.

Mas se o clima — e a tradição mosarabica — abria a casa em eirados e pátios, arejando-a, a agressiva modestia colonial fechava-a com a tela indigena da “urupema”. As moradas mais faustosas gradearam-se apenas de rotulas conventuais; o comum do casario ajustou ás padieiras as “urupemas” de taquara. Alexandre Rodrigues Ferreira achou-as no Pará, no fim do seculo III, “malditas urupemas de um tecido de palha tão junto que

(86) Segundo Nordenskjöld, a casa genuinamente indigena era redonda ou oval; a casa quadrada de duas aguas tinha a influencia européa. Roquette Pinto, *Rondonia*, 3.^a ed., p. 126 nota.

nem se conhece quem está por dentro...” Mascaravam a casa, como a capona e a mantilha mascaravam a mulher, como a capa de volta reбуçava o homem. Vedava o sol, a aeração, a alegria exterior. Condensava a humidade, conservava a penumbra, habituava á tristeza. Porisso os dous gráus da urbanização da vida brasileira foram os atos violentos, do marquez do Lavradio e de D. João regente (87), mandando aquele arrancar as urupemas do Rio, fazendo o outro substituir as adufas pelas vidraças. A cidade transformou-se, quando lhe meteram em casa o sol. A sociedade modificou-se com a luz que lhe banhou a alcova: começou a sentir o prazer civilizado de viver, rasgando á natureza as suas janelas e sorvendo um trago sadio de ar. A “urupema” foi um simbolo da primitiva melancolia e da pobreza da colonia.

A higiene

O gosto do accio, o habito dos banhos — emolientes, voluptuosos, ao sabôr arabe — e uma constante atração da agua, dêram aos costumes brasileiros uma feição de sibaritismo que em Pernambuco e na Baía se requintou na mais gostosa e sensual indolencia.

Não se fartaram os viajantes de comentar a limpeza, a praxe das abluções, o escrupulo de lavar-se frequente-

(87) Escreveu Martius, no Rio: «Possuindo as casas, segundo costume oriental, sacadas fechadas diante das janelas, foram substituidas por ordem real por balcões abertos».

mente, dos habitantes do Brasil. O espanto era maior, porque semelhante higiene não se generalizára ainda na Europa. O palacio de Versalhes não possuia banheiros. O livro “Les Lois de la galanterie française”, apparecido em 1644, dava como uma novidade o uso, que ia cativando a bôa gente, de “lavar todos os dias as mãos e quasi sempre o rosto...” Chegára a ser moda, disse Brantôme, calçar o amante as meias que a amada usára dez dias (88). Não se deve esquecer que Santa Vitalina pecára porque numa sexta-feira santa aspargira d’agua o rosto febril... A grande medida profilatica adotada por Pedro o Grande fôra a proibição das longas barbas aos russos. Luiz XIV nunca banhou inteiramente o corpo... “O uso do banho é permitido, contanto que não se tome por volupia”, avisava o Dicionario das Ciencias Ecclesiasticas, de 1760 (89) — posterior ás mais belas fontes de Ouro Preto e Mariana.

O colono ainda naquilo imitou o indio que, á beira dos rios, levava uma limpa vida anfibia (90). O aceio oriental, que os inglêses trouxeram da India, com as banheiras, aclimára-se na casa brasileira como a “varanda” e a adufa. A paixão dos banhos fluviaes foi intensa

(88) Louis Bordeau, *Histoire de l'habillement et de la parure*, p. 155, Paris, 1904.

(89) Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, p. 276, Rio 1932. Almeida Garrett invectivou o costume, «mui vulgar», de irem os banhos diminuindo, com a idade... *Da Educação*, p. 63, ed. de Lisboa 1904.

(90) Vd. Cardim, *Tratados*, ed. Garcia, p. 303.

em Pernambuco e em S. Paulo. A Tollenare encantaram as mulheres de Recife, debatendo-se, como oceanides núas, na agua transparente do Capibaribe iluminada de luar. Familias inteiras, a matrona, as raparigas, as mucamas, banhavam-se harmoniosamente no rio claro, limitando-se a mergulhar, como ninfas assustadas, quando os curiosos, para ve-las, se debruçavam das pontes.

“Era costume antigo em S. Paulo — escreveu o Padre Manoel da Fonseca — ou porque fosse maior a sinceridade daqueles tempos, ou porque, estando menos povoada esta terra, dava ocasião mais oportuna, saírem seus moradores no tempo do verão, nas horas em que o calor do sol mais se acende, a banhar-se nos rios Tietê, Tamanduateí, que com as suas aguas regam aquella cidade” (91).

O transporte

O colono, que em sua casa não usava bragas, além das ceroulas, e resumia nalguns mōxos o mobiliario, tinha por deshonoroso andar a pé, entre negros e pardos. A rêde (92), depois a cadeira de arruar, foram-lhe obrigatorias, como o sapato de fivelas das ceřimonias e o bengalão pombalino. Na Baía, não havia homem de posição que se arriscasse só, pelas ruas angustas. Foi

(91) *Vida do Veneravel Padre Belchior de Pontes*, ed. da Com. Melhoramentos de S. Paulo, p. 14.

(92) *Dialogos das Grandezas*, p. 264.

objeto de publica admiração Mrs. Lindley, por ter uma vez saído a pé pela cidade. O palanquim (93), ou a “serpentina” (“que são as cadeiras, andas e côches que lá se usam”) (94), escondia, distinguia, elevava o colono, como a adufa do solar, como a cadeira de espaldar, como a cama de docel. “Tiram os habitantes grande garbo de se avistarem, cada qual na sua rêde”, asseverou o viajante Dampier. Estacam ás vezes pelas ruas, entabolando longas conferencias... “Não ha quasi pessoa de posição, sobretudo mulher, que saia á rua sem ser em rêde” (95). Ferdinand Dénis insiste: quem não possuia cadeirinha na Baía não era gente... (96). Em Recife, registou Tollenare, não se via nas ruas mulher branca (97). O corregedor do Rio de Janeiro, em 1722, mandara que “nenhuma mulher desta cidade possa andar em cadeira não sendo de conhecida nobreza...” (98).

Quanto mais numerosa a escravatura, mais respeitavel era a guarda de que se acompanhava (99), nos pas-

(93) «... num portatil leito uma rica cama...» (*Lusiadas*, c. VII, LXIV).

(94) Gaspar Afonso, in *Historia Tragico-Maritima*, III, 327, Lisboa, 1736.

(95) Taunay, *Na Baía Colonial*, ps. 311-12. A cadeirinha sucedeu á rêde no seculo XVIII; mas Gregorio de Matos já se referia á «portatil silha», em 1682... (*Obras*, II, 191, ed. da Acad.).

(96) Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 153.

(97) *Notas Dominicais*, p. 24.

(98) *Autos de Correições de Ouvidores do Rio de Janeiro*, edição da Prefeitura, 2.º vol., p. 47, Rio, 1931.

(99) Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, I, 47.

seios e viagens, o fidalgo da terra ou o negociante rico. Apresentava a sua famulagem, como o barão feudal apresentara as suas *lanças*. Orgulhosamente fardava os seus negros de côres gritantes, agradáveis á admiração do povo mestiço. E gabavam-se, os mais abastados, de possuir a sua banda de musica de escravos, indispensavel ás tocatas, dansas, procissões, e quantos festins a devoção e a alegria promoviam.

A primeira filarmônica que se formou na terra, toda de negros, foi a de Baltazar de Aragão. Admirou, em 1610, ao viajante François de Pyrard (100). Dois seculos mais tarde encontrou Martius o mesmo costume: "Ao terminar o banquete, aparece um grupo de musicos, cujos acordes, por vezes desafinados, convidam afinal a dansar o *lundú*, que é graciosamente executado pelas moças" (101). Grandes musicos, principalmente os daho-meianos (102), que afinal predominaram na Baía, e os benguelas, no Rio de Janeiro, os negros se rodeavam de sonoridades e descantes, no trabalho, no culto, no contentamento, na dôr. Trouxeram "uma nota alegre ao lado do Português taciturno e do indio sorumbatico" (103)....

(100) Tambem Frei Vicente do Salvador, *Hist. do Bras.*, 3.^a ed., p. 482.

(101) *Através do Brasil*, p. 80.

(102) Novás Calvo, *Pedro Blanco El Negrero*, p. 75, Madrid, 1933.

(103) Capistrano de Abreu, *Capitulos de Historia Colonial*, p. 18, Rio 1907.

A mesa

No reconcavo da Baía, em 1583, foi o padre Cardim banquetado com “bom serviço de porcelana da Índia e prata...” (104). Dois seculos depois, assinalava Martius: “Nas casas mais ricas dão-se, de tempos em tempos, grandes banquetes, nos quais o dono da casa ostenta o esplendor real, muitas vezes antigo, da sua mobilia e louça...” (105). “Se chega um hospede aos engenhos do reconcavo, encontra em toda parte, nas grandes moradas, comodidade e revelação de riqueza no modo de viver e na criadagem numerosa” (106). Integra o aparato domestico a parentela, proporcional á abastança. O patriarcado do fazendeiro exercia-se principalmente á volta da mesa enorme. O bispo do Pará falou de um mestre de campo, João de Moraes Bittencourt, que se sentava majestosamente á mesa com mais de trinta filhas e filhos. A politica dos jantares — e mesmo das iguarias — tornou-se, naturalmente, correlativa das agitações locais. A mesa unia — e dividia. Consagrou o nacionalismo ou cimentou a dominação. Gomes Freire de Andrada celebrou a pacificação maranhense, em 1685 (107), servindo aos vereadores do Pará

(104) *Tratados* etc., p. 302; e Gabriel Soares, *Roteiro*, p. 125.

(105) *Através da Baía*, 2.^a ed., p. 80.

(106) Martius, *op. cit.*, p. 114.

(107) João Francisco Lisbôa, *Obras Completas*, III, 268, Maranhão, 1865.

um banquete exclusivamente português. Os patriotas de Recife, em 1817, iniciaram a sua revolução comendo lautos almoços, absolutamente brasileiros. Distinguíam-se pela cozinha. Os jacobinos almoçavam os quitutes da terra por odio e desafio ao lusitano que, do seu lado, escarnecia deles, como de manjares barbaros... (108). Ao festim sucedia o jogo.. "O jogo, e jogo forte, é o unico divertimento da classe alta" (109).

O homem da costa era essencialmente guloso.

Levantava-se a familia com a aurora. "Almoçavam ás oito da manhã, jantavam a uma da tarde, á noite rezavam o terço, que durava uma boa hora, ceivavam de garfo, e metiam-se logo na cama depois de tomado o competente banho". "A maior parte, julgando insufficientes as tres comidas, fazia outra ás onze, e merendava antes do terço" (110). A super-alimentação, os fortes pratos, o abuso africano dos condimentos, a escassez ou ausencia de legumes, a gula habitual, exacerbada pela arte das cozinheiras negras, que transformára a mesa portugêsa, barbarizando-a — colaboravam, com a vida sedentaria e preguiçosa do fazendeiro, para aquele ar de enfado, de precoce esgotamento, de gordura flacida,

(108) «... Tinha havido banquetes brasileiros dos quais se excluia o pão e o vinho da Europa; servia-se com ostentação a farinha de mandioca e a ruim aguardente nacionais...» Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 76.

(109) Tollenare, *op. cit.*, p. 127.

(110) Visconde de Araxá, *Reminiscencias e Phantasias*, I, 175, Vassouras, 1883.

que se lhe tornou peculiar. Onde os habitos foram frugais, a moralidade rigorosa, os exercicios fisicos frequentes — no sertão, longe dos núcleos negroides — a vitalidade do homem, a sua longevidade, a esbelteza do seu corpo, a pureza dos traços raciais o fizeram muito diverso do litoraneo gastronomo e parado. A influencia era menos do clima e da região economica, que da escravidão e da mulher educada na senzala.

Na fazenda havia tudo — de bens materiais e espirituais — que a vida social exigia (111). Confundiam-se ali produtor e consumidor (112). A tribu bastava-se a si mesma, excéto quanto ás utilidades manufacturadas, que recebia da metropole pelas frotas de retorno. O egoismo do pequeno “clam” tinha limites geográficos, quais os da vasta propriedade hereditaria. A falta de communicações e a ausencia de commercio frequente lhes simplificára de começo a economia, o governo, a sociedade. Depois, com a formação urbana, que engendrou a rêde mercantil, regulando a distribuição dos valôres, as fazendas se deixaram franquear pelas influencias exteriores. Perderam o seu carater primitivo, de terras cerradas. A estrada cortou-as. A troca dos productos alterou-lhes a vida rotineira. O tropeiro foi o agente de ligação entre o interior e o litoral. Suceder-lhe-ia, no seculo XIX, o “caixeiro viajante”. A civilização

(111) Southey, *Hist. do Bras.*, VI, 325.

(112) Capistrano de Abreu, *nota a Cardim*, ed. Garcia, p. 433.

consistiu na inter-dependencia. Trouxe o enriquecimento e um luxo exigente.

A cama e a rede

Nos tres primeiros seculos, entretanto, o cabedal dos fazendeiros foi o mais restrito possivel. O traste nobre foi a catre. As casas de Vila Rica tinham camas maravilhosas, segundo Mawe. Era costume antigo preferirem os colonos belas camas a outra especie de mobiliario — sempre mofino, e reduzido a cadeiras, mesa, e bofete ou arcaz. Garcia d'Avila, “agasalhou o padre em sua casa armada de guadamecins, com uma rica cama...” (113). Anchieta — narrou Simão de Vasconcelos — desprezou o leito que lhe ofereceu, no seu engenho, Antonio Cardoso de Barros, para atirar-se a uma rêde tupi, a que se habituára.

Em Pernambuco — segundo o mesmo padre Cardim — deixando de parte os grandes banquetes de extraordinarias iguarias, “o agasalhavam (ao Visitador) em leitos de damasco carmezim, franjados de ouro, e ricas colchas da India (mas o padre usava da sua rêde como costumava)” (114).

Porque a rêde estava em todos os casebres e traduzia humildade, o leito alto, torneado, docelado, sobre estrado, respirava fidalguia e poder. A cama, movel

(113) Cardim, *Tratados* etc., p. 312.

(114) *Tratados*, ed. Garcia, p. 329.

pesado, custou a chegar ao planalto. Simbolizou a sociedade agrária e sedentária do litoral. O sertanejo semi-nomade, o bandeirante, o vaqueiro, só conheceram a rêde de fio, que lhes legára o indio. O homem da terra-dentro conservou os utensilios e engenhos do indio. Apropriou-se da sua civilização primitiva — e substituiu-a. Tomou-lhe, mais que o cabedal da experiencia, os costumes, a sua attitude diante da natureza e dos problemas da vida campestre, a indole do selvagem. Muitos foram como o paulista Antonio Pires de Campos, que reinou — respeitado morubixaba — sobre os borôros... (115). A essa civilização superposta podemos chamar de mamaluca. Continúa, perpetúa o aborigene. Ele desapareceu, caçado pelos colonos; porém, subsiste, na realidade social dos vencedores, absorvido por estes, redivivo no seu mimetismo, conciente ou hereditario. A sociedade colonial divide-se em duas camadas: a da rêde — que é a mamaluca — e a da cama — que é a liforanea. Aquela é a pastoril, do interior do país; a outra, a agricola, da região européizada. A dormida caracteriza a raça e a economia. Paulistas disseram a Martius: “se não fôssemos os primeiros que descobriram as minas de ouro, seríamos ainda benemeritos da patria graças á cançica e á rêde, que primeiro imitamos dos indios”.

Em 1620 só havia, em S. Paulo, uma cama que pudesse servir ao corregedor: requisitou-a, com repugnan-

(115) David B. Warden, *Histoire de l'Empire du Brésil*, I, 128.

cia do proprietario, a Camara da vila (116). Os haveres de um fidalgo paulista no seculo I — Pero Leme — limitavam-se a “um colchão, um travesseiro, duas rêdes, uma caixa preta, um espelho, dois calderões, um castiçal, uma frigideira, dois ralos, um frasco de vidro e uma cadeira de espaldar . . .” (117). A familia sentava-se numa esteira — e dispensava a mesa. Dormia-se e comia-se á moda tupica. A ausencia de talheres que, segundo Fernão Mendes Pinto, os japonezes exprobraram aos portuguezes, no começo ainda do seculo XIX era notada de Koster, Lindley (118) e Dénis. Os habitos andejos dos homens e a influencia indigena da mulher, mãe dos inquietos mamalucos do planalto, tornavam ali desnecessario o movel nobre: aquella cadeira de espaldar, especie de trono, em que o chefe da familia afirmava a sua autoridade sobre a pequena tribu, era o traço mais vivo da hierarquia, que a miseria geral não sacrificára. A cadeira de espaldar no planalto, como a cama de sobre-céu no litoral, equivalia a um pergaminho: Pero Leme era “fidalgo muito antigo nos livros de El-rei . . .”

(116) Taunay e Alcantara Machado; veja-se deste «*Vida e morte do Bandeirante*», p. 54, S. Paulo, 1929.

(117) Alcantara Machado, *op. cit.*, p. 52.

(118) Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 16.

O interior das casas

O enriquecimento gradual do bandeirante transporta para S. Paulo amostras do luxo português, principalmente as obras de madeira e a baixela oriental, a prata espanhola trazida do Perú através da cordilheira e do pampa, e os tecidos da China, que na segunda metade do século XVII constituíam ativo comércio na costa. Ainda assim — observa Alcantara Machado — o inventário do poderoso Valentim de Barros acusava simplesmente, em 1651, o leito gradeado com a sua colcha de bordados d'ouro, cortinado e docelado, um espelho grande, um cofre, duas arcas que serviam de guarda-roupa, seis cadeiras de espaldar e um tamborete, duas tambuladeiras, um púcaro, seis colheres de prata (119).

Os inventariantes da Baía do mesmo século revelam semelhante modestia da vida interior — apesar da importância do comércio e dos quarenta navios que nos traziam anualmente as quinilharias da Europa e até as pedras dos edificios. Em 1764, Mrs. Kindersley, confirmando Dampier, só encontrou nas paredes baianas “toscos pratos de cobre ou de madeira com imagens sacras. A's vezes em enorme comodo só havia um máu sofá, um par de escabelos e um crucifixo” (120). O paço do governo geral era pauperrimo, disse Martius. O do Rio de Janeiro espantou a Bougainville, pela mesma

(119) Alcantara Machado, *op. cit.*, p. 57.

(120) Apud Taunay, *Na Baía Colonial*, p. 388.

nudez (121). Além das igrejas e de certas casas patricias, muito decoradas, a vida brasileira transcorria num ambiente miseravel (122). O litoral opulentou-se a partir de 1776, em consequencia dos altos preços obtidos pelo açúcar e pelo algodão, resultantes da guerra da Independencia dos Estados Unidos. Surpreenderia Koster em Recife, com a chegada dos primeiros negociantes. ingleses, a transição entre os costumes, nitidamente coloniais, e a adaptação á elegancia e bom gosto estrangeiros (123). O viajante sintetiza as suas impressões contando que o chá da India, áquele tempo, ainda era vendido em boticas, com as drogas medicinais (124). Até 1776 — quando se iniciou a intensiva colonização do nordeste — as regiões mais civilizadas do Brasil tinham os limites dos engenhos do Maranhão, de Pernambuco e da Baía, e de certas zonas metaliferas das Minas (125), com os seus escoadouros do Rio de Janeiro e de S. Paulo. Fôra daquelas terras revolvidas pelo trabalho escravo, a

(121) Apud Afonso Taunay, no *Jornal do Comercio*, Rio, 28 de Setembro de 1930.

(122) Pedro Taques descreveu a abastança de fazendeiros coño o padre Guilherme Pompeu de Almeida, Francisco Rodrigues Penteado, Bento do Amaral da Silva, que possuíam mobilia de prata e se tratavam á lei de nobreza... Taunay, *Anais do Museu Paulista*, V, 27. Foram exemplos isolados.

(123) *Voyages dans la partie septentrionale*, I, 47.

(124) *Voyages etc.*, I, 49.

(125) Saint Hilaire, *Voyages dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*, I, 209, Paris, 1830.

sóbriedade do homem e a sua atividade rotineira elaboravam uma contextura social primitiva, ainda indigena, que mais nada pedia á influencia exterior.

Raridade do dinheiro

A escassez de dinheiro tolheu, em todo o periodo colonial, o desenvolvimento das cidades brasileiras. O numerario sempre foi raro e volante: as trocas de mercadorias davam ao comercio uma rotina estreita, a evasão da moeda anualmente enfraquecia as suas possibilidades aquisitivas, e porque não pudesse o agricultor guardar as sobras das suas vendas, não se livrava da usura do commissario que lhe adiantava as utilidades, "atravessando" as safras.

Isso disséra Vieira no "sermão dos peixes": "Vem um mestre de navio de Portugal com quatro varreduras das lojas, com quatro panos e quatro sêdas, que já se lhes passou a era e não tem gasto: e que faz? Isca com aqueles trapos aos moradores da nossa terra: dá-lhes uma sacadela e dá-lhes outra, com que cada vez lhes sobe mais o preço e os bonitos ou os que o querem parecer, todos esfaimados aos trapos, e ali ficam engasgados e presos com dividas de um ano para outro ano e de uma safra para outra safra e lá vai a vida. Isto não é encarecimento. Todos a trabalhar toda a vida, ou na roça, ou na cana, ou no engenho, ou no tabacal: e este trabalho de toda a vida, quem`o leva? Não o levam

os coches, nem as liteiras, nem os cavalos, nem os escudeiros, nem os pagens, nem os lacaios, nem as tapeçarias, nem as pinturas, nem as baixelas, nem as joias; pois em que se vai e despence toda a vida? No triste farrapo com que saem á rua e para isso se matam todo o ano”.

A circulação metálica coincidia com a chegada das frotas. “... Até os maranhões remotos, do seu algodão batem moeda, quais índios a fazem de pano torcido...” (126). No principio do século II corria na Baía muita prata espanhola — disse Pyrard de Laval — em virtude do intenso commercio de carnes salgadas, couros e laranjas de Buenos Aires. Até 1694, os negociantes do litoral recolhiam, sistematicamente, por ocasião das armadas, o meio circulante, exportando-o para o reino, de preferencia ao açúcar ou ao fumo. Com esses recursos, drenados periodicamente, compravam em Lisboa as coisas bem reputadas no Brasil, realizando melhores negocios do que os fariam se adstritos á per-

(126) D. Francisco Manoel de Melo, *Apologos Dialogais*, (1655), I, 130, ed. de 1900. Em 1568, o padre Inacio de Azevedo, escrevendo ao geral S. Francisco de Borja, alegava não haver dinheiro aqui, donde, «os que de Portugal tiverem de ir para o Brasil vão para ser recebidos lá, porque o Brasil não os pôde sustentar em Portugal...» (Doc. cit. pelo P. Serafim Leite, *Jornal do Comercio*, Rio, 8 de Maio de 1934). Em S. Paulo, «não raro á propria Camara se tornava impossivel liquidar debitos em moeda. Assim, a 30 de Abril de 1592, era o seu porteiro, á falta de numerario, pago... em palha». (Taunay, *S. Paulo nos primeiros Anos*, p. 83, Tours 1920).

muta dos generos. A fuga do ouro agravou-se, com a crise de preços dos produtos tropicais. Quando o açúcar, em consequencia das dificuldades externas (guerras de Holanda e Castela, enjôo das praças alemãs atendidas pelos mercadores judeus de Recife durante a occupação flamenga, florescimento de plantações coloniais ingêlsas e francêsas), sofreu uma forte baixa, o intermediario deu de despreza-lo, em proveito de transações mais seguras. Em 1690 a situação tornou-se catastrophica. Escrevera o padre Vieira, em 1689: "Este ano deixaram de moer muitos engenhos, e no seguinte haverá muitos poucos deles que se possam fornecer" (127). Advertia, em 1691: "Ouço que na baixa da moeda perde esta praça mais de 500 mil cruzados, e que ainda a pouca que lhe havia de ficar se leva para Portugal, porque lá tem mais conta" (128).

Positivava, em 1692: "A ruina mais sensivel e quasi extrema que este estado padece, e sobre que se pede pronto remedio a S. M., é a total extinção da moeda"... "que os mercadores acham mais conta mandando dois cruzados de prata que não pagam fretes nem direitos, que mil réis em açúcar, ficando logo o dito dinheiro livre para negociarem com ele e não estar esperando pelas descargas, vendas, cobranças, etc... (129)". O remedio seria a cunhagem de moeda provincial que, por seu fraco teôr, não se prestasse á exporta-

(127) Vieira, *Cartas*, II, 304, ed. de 1886.

(128) *Cartas*, II, 333.

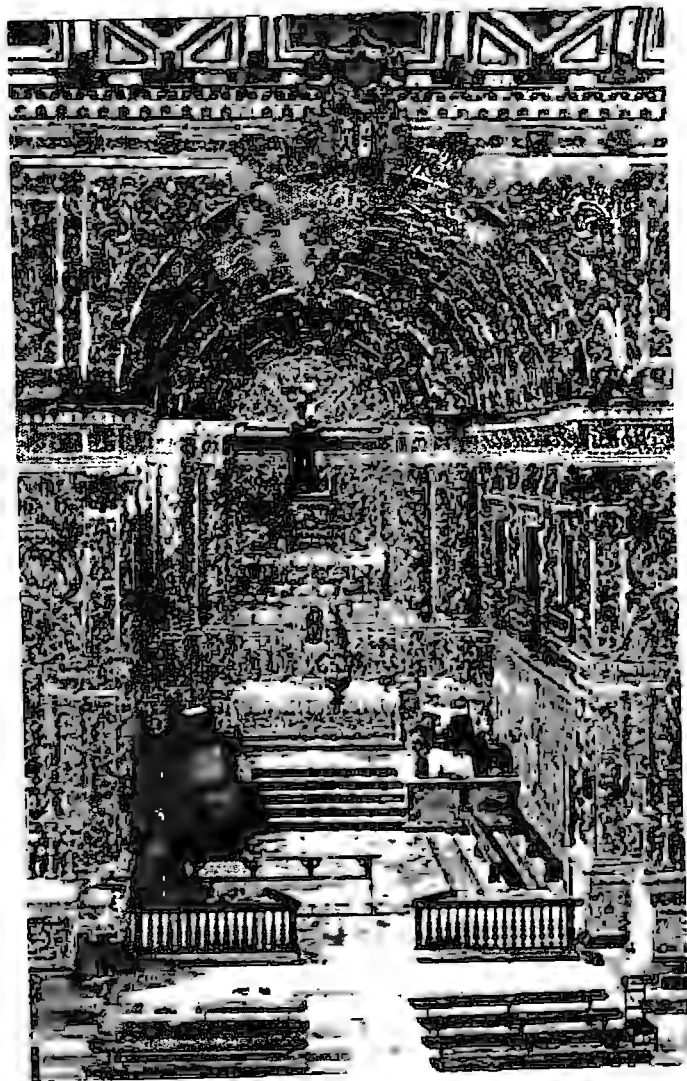
(129) *Cartas*, II, 337.

ção. “A causa desta mudança — explicou Vieira — foi haver muitos anos que os mercadores achavam mais conta em levar o dinheiro, que não paga fretes nem direitos, que as drogas carregadas com tantos; o que tem deixado esta praça, noutro tempo tão opulenta, totalmente exausta de moeda, com que não ha quem compre ou venda, nem com que” (130). Foi fundada na Baía uma casa de moeda em 1694, para lavar peças de ouro e prata inferiores de 20% ás da metropole, com a rigorosa proibição da sua remessa para fóra do Brasil: e assim se conservou na colonia um giro privativo e sufficiente (131). Apenas o lavrador não via essa mesma moeda provincial. O proprio mineiro não a guardava. Exclamaria porisso Bougainville: “As minas do Brasil não produzem dinheiro” (132). Entesoirava, ao invés de cruzados, escravos. Os mercadores recebiam-lhe a produção em conta do fornecimento anual, e o saldo ficava com o negreiro, porque se considerava verdadeiro capital a juro alto o trabalhador africano ou a mãe preta. Saint Hilaire ainda encontrou em Minas Gerais, em 1818, essa preocupação, de transformarem os fazen-

(130) *Cartas*, II, 343. Para se ter uma idéa da evasão do ouro, basta dizer que as frotas, entre 1714 e 1746, levaram do Brasil, valores no total de 268.651.060 cruzados. João Lucio, *Épocas de Portugal Economico*, p. 485.

(131) Vd. Saturnino de Padua, *Moedas Brasileiras*, p. 35, Rio 1928.

(132) M. Albert-Montémont, *Voyages autour du monde*, I, 10, Paris, 1857.



**Igreja de S. Francisco da Baía. Maravilha de arte portuguesa.
Seculo XVIII. (Capela-mór. Fechando o arco, a corôa de D. João V).**

deiros em escravos as suas economias. Não havia no país bancos de depósito (133), nem sociedades comerciais, nem a exploração da propriedade urbana. Entretanto o negro fazia produzir a terra e aumentava a família trabalhadora, multiplicando, com a prole que seguia a sorte do ventre, o patrimonio e a influencia do senhôr. De começo, a fortuna foi computada pelo numero de caixas de açúcar. Depois, pela porção de trabalhadores forçados. Do senhor de engenho se dizia que fabricava 300, 500 caixas. Do fazendeiro de café se diria que tinha 600 ou mil negros. Como hoje dizemos que um argentario possui 6 ou 10 mil contos. A unidade de valôr era o negro. O mecanismo da riqueza colonial simplificava-se na interdependencia das suas molas: o navegante da costa d'África vendia a prazo o escravo ao importador, que o revendia, á conta da colheita, ao produtor rural. Liquidadas as dividas, o lucro do primeiro era formidavel em relação á sua despesa, mas os ganhos do commissario ainda mais consideraveis, enriquecendo-o em pouco tempo, a termos de acumular os fartos dotes das filhas freiras, dos filhos frades ou doutôres, e os morgados em que convertiam afinal a abastança malsinada.

(133) O Banco do Brasil que foi criado em 1808, lutou com a desconfiança publica até desaparecer, em 1829. O seu aparente florescimento foi devido ao melhor freguez, o governo (Alberto de Faria, *Mauá*, p. 230, Rio, 1926). A economia brasileira só se familiarizou com a instituição bancaria a partir de 1845, no começo da era industrial.

Decorria do sistema economico do litoral a exiguidade da circulação monetaria, avaliada, ao chegar ao Brasil o principe regente, em 10 mil contos de réis (134). A proposito de uma taxa prevista por lei de 1803, observára um cronista: "Tendo a Demarcação Diamantina 25 léguas em quadro, é a importancia da taxa territorial de 1.200 contos, importancia que não ha em todas as minas" (135). Mesmo nas minas ricas.

(134) Vid. critica de Lindley, Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 66.

(135) Pizarro e Araujo, *Memorias Hist. do Rio de Janeiro*, VIII, 316, Rio, 1822.

SOLDADOS, DOUTORES E PADRES

O morgado — As milicias — O letrado —
O frade — A freira — A falta de mulheres
— O homem religioso — O individualismo

O morgado

Os filhos do senhor de engenho tomavam tres direções que, não raro, depois de muitas voltas, acabavam na mesma casa familiar que era apanagio do primogenito. Este, o morgado, herdeiro da terra, seguia o destino paterno. Reproduzia os costumes avoengos. “Parecem uns condes...”, admirára o padre Cardim. Pintava o escudo darmas, quando o tinha, na portinhola de uma traquitana ou de uma liteira, que, vaidosamente, o transportava através dos caminhos vicinaes. Nascia e morria naqueles sitios de canaviaes onde os negros, semi-nús,

cultivavam o *massapê* debaixo de um sol tórrido. O título que ambicionava era de um posto de milicias. Honorario, administrativo, disputado como seriam os postos das milicias num país cujo exercito pago, escasso e apatico, guarnecia apenas algumas praças do litoral, tão afrouxado nos seus costumes militares (ninguem queria ser soldado, afirmavam os governadores) (136), que os soldados brancos tinham escravos para lhes carregarem a espingarda, e os officiais europeus distraíam a atividade em negocios e jógos, desinteressados dos exercicios de caserna, do adextramento da tropa — recriminaram os viajantes que aqui estiveram. Tanto que o conde de Azambuja, para chamar aos quarteis uma juventude orgulhosa, tornára honorifico o serviço das armas, com a instituição do corpo de cadetes (1763)...

O essencial, naquela ficticia carreira de armas, era o seu aspecto feudal. O senhor de engenho acumulava, com o governo da sua propriedade, a policia da sua região: comandava um regimento invisivel, dizia-se official del-rei, podia convocar os moradores, respondia pela tranquillidade local, atendia ás requisições do governador e da justiça. Coronel das ordenanças, a sua patente era mais administrativa do que militar: acrescia-lhe, á hierarquia, a autoridade. Cada regimento usava o seu uniforme proprio, a sua côr,

(136) Moreira Guimarães, *Rev. do Inst. Hist.*, 1.º Congr. Nac. de Hist., III, 466. «... Nunca me foi possível, por mais esforços que fizesse, juntar capazes de qualquer ação 200 cavalos e seus respectivos soldados...» (Oficio do gov. Cunha Menezes, 1777, *Anais da Bibl. Nac.*, vol. 31, p. 386).

o seu figurino. Talvez não houvesse exercito no mundo mais variadamente vestido : pois cada vila, cada corpo, cada fração daquelas numerosas milicias tinha official e soldados fardados por um modelo inconfundivel. A's vezes só havia no lugar um coronel de ordenanças. Não dispunha de tropa, e de muitos anos não chamava ás armas os moradores, mesmo para as mostras anuas que as antigas leis determinavam. Porem não deixava de ostentar o seu rico fardamento, razão exterior do respeito que infundia, e das prerogativas que gozava. “Um chefe de regimento em Portugal não se apresenta tão luzido, em galões como um alferes do Brasil”, escreveu, em 1781, José da Silva Lisboa. A John Mawe, surpreendeu nas Minas o fazendeiro indolente, que por toda a semana arrefecia, com a sua “meia roupa”, na varanda, na rêde, á sombra, e nos domingos se transfigurava, uniformizando-se magnificamente, vaidoso dos seus dourados, do seu cavallo e do seu garbo.

Na região do altiplano e nas fronteiras, onde os habitos guerreiros se confundiam com os da vida pastoril e sertaneja, o amor da farda e o costume das armas improvisaram as boas milicias do Brasil colonial. Dos paulistas, já em 1776, dizia o morgado de Mateus, “tomam com gosto o estado militar...” Os filhos dos casais ilhéus localizados em 1737 no Viamão, seduzidos pela aventura campesina, fizeram-se os centauros do pampa: descendentes de pescadores, a lida dos seus currais, a resistencia a charruas e castelhanos, a necessidade de dominar as cochilhas com as suas cavalgatas os transmudaram em ca-

valeiros invencíveis. Os “gauchos” provêm de um pacato povo marítimo. “Forçosamente os rio-grandenses tornaram-se aventureiros e soldados; só por militares tinham atenção; a Saint Hilaire déram o titulo de coronel. A quem não montava bem ou não sabia laçar de cavallo, xingavam de baiano ou maturango” (137).

As milicias

Nas grandes horas, entretanto, as milicias surgiam do seu misterio, a aristocracia epicurista saía á guerra, rejuvenescida pela sua bravura hereditaria, e as linhas ideais de um exercito, perdidas na serenidade da vida rural, voltavam a desenhar um espirito marcial. As milicias nominaes vigiavam, defendiam, fechavam o país: porque eram o povo inconcientemente organizado. Trouxera-se de Portugal, com os forais das capitancias, essa espontanea intuição do que fosse o povo armado: lá, na metropole, a independencia nacional, a nacionalidade dependera dele. Com o seu chuçó, o seu municipalismo aggressivo, a sua obstinação camponeza, as milicias tinham salvo, salvariam ainda Portugal — insuspeitamente notou o principe da Paz nas suas “Memorias” (138). Na Baía, segundo

(137) Capistrano de Abreu, *Capitulos de Historia colonial*, 1.^a ed., p. 206.

(138) *Mémoires du Prince de la Paix*, III, 191, Bruxelles, 1837.

Martius, somavam 19.932 homens (139)! Vinte e seis regimentos de milicianos teve Minas Gerais...

O letrado

O filho segundo, esse ia estudar á Europa. As familias abastadas tinham nisso o seu velho orgulho. Mandavam um rapaz a Coimbra, bacharelar-se e seguir a carreira letrada. A universidade era um idéal comum: a magistratura, o canonicato, honravam por seus privilegios, elevavam o homem a um nivel egregio, davam-lhe principalmente, na colonia, uma eminente situação, a par dos cargos de governo. Os doutores pertenciam á classe da nobreza, "capazes de entrar nos cargos nobres..." (140) Não havia no Brasil escolas superiores.

Os Colegios dos jesuitas formavam mestres, não licenciados. Segundo Anchieta, já em 1584 havia aqui "mestres formados em teologia de consciencia, filosofia e

(139) *Através da Baía*, 2.^a ed., p. 84. De um livro de uniformes brasileiros do seculo XVIII, ms. do Museu Historico Nacional, ofertado pelo Dr. J. A. Figueira de Melo que o trouxe de Portugal, constam os tipos de milicianos do nordéste e os «ordenanças do mato», cujo unico traço marcial eram a espingarda e a competente patrona. O foral da capitania da Baía, de 1534, n. 15, mandava: «Os moradores, povoadores e povo da dita capitania serão obrigados em tempo de guerra de servir nela com o capitão se lhe necessario fôr...»

(140) Antonio de Villas Boas, *Nobiliarquia Portuguesa*, p. 148, Lisboa Occidental 1727; *Ordenações*, livr. 3.^o tit. 29, etc.

latinidade" (141). A universidade foi uma só. Devéras os jovens brasileiros não aprendiam a Coimbra as ciencias e letras que os fizessem sábios: o ensino era irremediavelmente abstrato, nitidamente dogmatico. Porém os estudantes se familiarizavam, se entendiam e se concertavam. No Brasil, a ausencia de comunicações entre as capitánias e o isolamento das populações, explicavam a indiferença dos colonos para o que não fosse a sua região, o seu *clan*, a sua industria. O proprio governador geral não podia visitar as diversas capitánias sem expressa permissão régia (C. R. de 19 de Março de 1614 e Alv. de 21 de Fevereiro de 1620). Em Coimbra, entretanto, pela primeira vez os estudantes percebiam a existencia de uma patria, enorme e primitiva, que lhes pertencia. A idéia nacional surgiu assim. Elaborou-a, ás margens do Mondego, a mocidade, renovada todo ano, que dos engenhos de açúcar e depois das fazendas de criação e das lavras mineiras se fôra a estudar leis e canones na universidade. A idéia — e a literatura nacional; a politica — e a avaliação do Brasil.

O frade

O terceiro filho entrava para a Igreja. Professava aos quinze anos. Fazia-o frade a mãe piedosa. Não havia numerosa familia sem o seu frade, advogado ao pé de

(141) *Breve relação das coisas relativas aos Colegios etc.*, 1584, p. 56, Vd. capitulo VII.

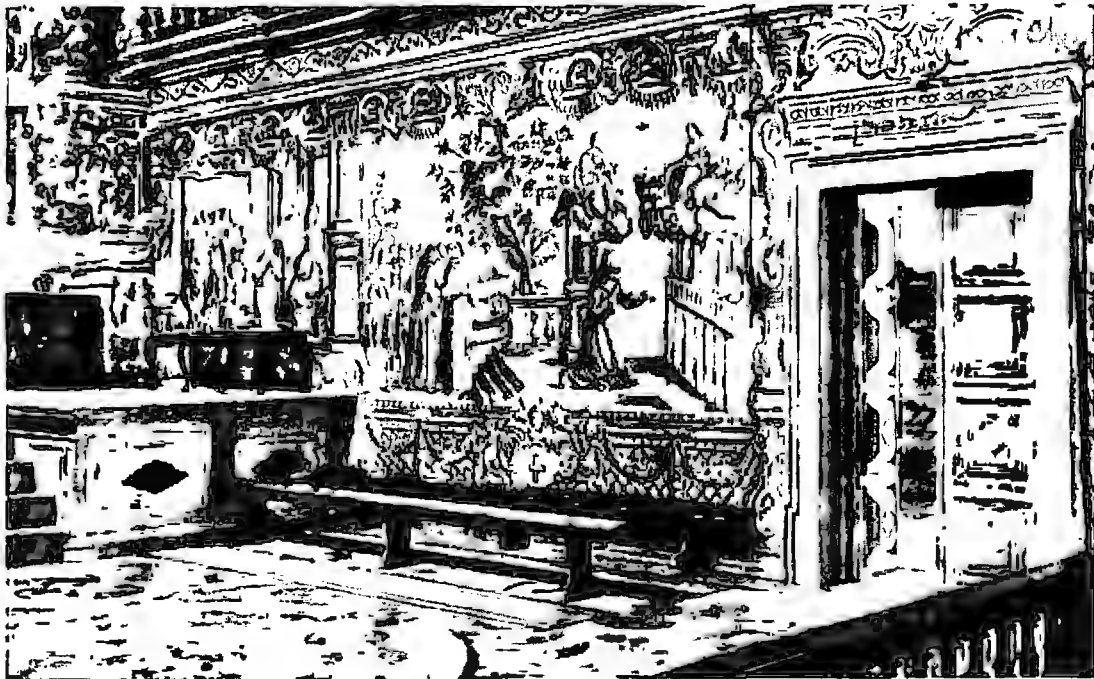
Deus, a cuja virtude e ilustração se amparava a tribo — seu conselheiro e confidente, o apoio de que dispunha a matriarca para dirigir os negocios da casa (142). As filhas que não casavam, tendo dote, tambem se metiam freiras nos conventos. As altas paredes religiosas resguardavam a alma, assegurando-lhe a pureza cristã. A vocação viria depois, com o habito, o cercilho e o voto. O importante era penetrar os humbrais do convento, para aí ficar. As raparigas não saíam nunca. Em compensação os rapazes saíam sempre (143). Um arcebispo da Baía afirmou, em 1777, que os frades ali, “á excepção dos carmelitas descalços e beneditos”, tinham “vida e costumes pouco conformes aos votos...”, “morando mais em casa de parentes e amigos, ou pelos engenhos, do que nos seus conventos... (144)”. Enquanto não houve clausura feminina no Brasil (145) (e até o ministerio do marquês de Pombal) as moças abastadas iam professar em Portugal. No reino, já em 1632, havia 338 conventos de

(142) «... Que nada era neste mundo quem não tinha um filho religioso da Companhia, e, a não ser nesta, em alguma das outras religiões que tinham por segunda classe, motivo porque ainda hoje se acham restos de familias com quatro e cinco irmãos religiosos e religiosas, e algumas com outros tantos clérigos, e por esta razão foram imensos cabedais cair em corpos de mão morta...» (Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, I, 282-3).

(143) Vd. Henry Koster, *Voyages dans la partie septentrionale du Brésil*, I, 59.

(144) Anais da Bibl. Nac., vol. 37, ps. 368-9.

(145) Rod. Garcia, nota a *Dialogos das Grandezas*, p. 75.



Igreja de S. Francisco da Baixa. Os azulejos de Lisboa, 1736, doados por D. João V.

religiosos e 111 de freiras, fóra os recolhimentos de donzelas e convertidas, seminarios de estudantes... (146) Um sujeito da Baía remeteu de uma feita as seis filhas, com o dote de 6 mil cruzados para cada uma, a se fazerem monjas no reino (147). Aquilo enobrecia, orgulhava, distinguia. O homem rico, entre um casamento de sorte duvidosa e a tranquilidade conventual, onde a menina-e-moça adquiria, com a ascese, merecimentos para a familia — preferia para ela o “véu”, a “sepultura em vida”, o místico desposorio. Interessava tambem a reclusão monastica de filhos e filhas ao morgado: “tudo afim de acumular a riqueza paterna num unico filho e lisonjear assim a vaidade da familia com o lustre de um luxo corruptor nutrido com as lagrimas de seus irmãos” — segundo o autor das “Cartas Economico-Políticas” (148). As principais casas conventuais foram levantadas no seculo XVIII. Teve a Baía, depois do convento do Deserto, para cuja construção el-rei, o Senado e os fieis contribuíram com importantes donativos: o convento da Lapa (1744), o da Soledade (1753), o das Mercês (1745), os recolhimentos dos Perdões (1729), da Santa Casa (1715), de S. Raimundo (1755). Ao todo, sete asilos religiosos para mulheres. E os de frades foram onze — insuficientes para os 728 clérigos que na Baía havia, em 1779, que

(146) Alfredo Pimenta, *D. João III*, p. 79, Porto 1936.

(147) Handelman, *Historia do Brasil*, ed. do Inst. Hist., p. 490.

(148) R. de Brito, *op. cit.*, p. 59.

— censurava o prelado — “nesta parte do mundo são religiosos por trazerem algumas vezes o habito, porque se o não trouxerem, em coisa alguma tinham diferença de um pai de família...” (149)

A freira

Internavam-se as raparigas em idade tenra, aos oito e dez anos, antes que a vocação se lhes definisse, ao contacto das emoções sociais. O mosteiro era definitivo, variado, independente. Quem lá se acolhia, em sociedade, que só a morte extinguiu, com tantas outras companheiras igualmente sacrificadas ao mesmo ideal, senão forçadas ao mesmo destino, perdia a noção de que o resto do mundo se fizesse de lutas e sofrimentos, habituava-se á industria, ao ritmo, á rotina dos claustros, e atingia comumente á longevidade num ambiente de progressiva exaltação religiosa. Os sentimentos mundanos de numerosas professas, os costumes freiraticos, a atitude de protesto da mocidade masculina em face das grades que confinavam a mocidade feminina, onde as mulheres casaduras minguavam, porém enumeravam as freiras — envolveram muitos conventos nos seculos XVII e XVIII em ar profano, que as conversações ao parlatorio, as teatralidades de côro, o comercio das gulodices, o caso dos enrêdos amorosos que as servas alimentavam com a sua

alcovitice, as noviças entretinham com a sua ingenuidade — tornaram escandaloso, celebre. O episodio da freira das “Cartas”, Mariana Alcoforado, repetiu-se sobremodo em Portugal (150) e no Brasil — indignando os preladados, vexando as comunidades. A ronda aos conventos e o namôro das grades, integram os costumes luso-brasileiros, vinculam a noviça á vida social, da qual o arbitrio paterno a apartára antes da idade da razão, inspiram as belas letras, criam a musica (151) e a literatura das serenatas e dos “outeiros”, evitam que o mosteiro realize completamente a sua missão de isolamento espiritual.

A reação contra os abusos e os sacrilegios preocupou todas as administrações portuguezas — bispos e governadores aflitos com a insolencia dos “freiraticos”, as licenças e a frouxidão da disciplina monastica.

No Brasil, o centro das intrigas dessa especie foi o rico convento do Desterro, da Baía, a mais velha, a mais luxuosa casa de freiras que aqui houve. Ali viu La Barbinnaís uma representação teatral em que as recolhidas se exibiam, no côro baixo, a uma assistencia aristocratica, permitindo-se atitudes improprias do lugar, e delas. Isto em 1716. Pois dois anos depois — contraste que resumia o drama da clausura — naquele mesmo convento morria, em odôr de santidade, soror Vitoria da Encar-

(150) Vd. Henry Bordeaux, *Marianna, La Religieuse portugaise*, p. 66, Paris 1934.

(151) Sousa Viterbo, *Artes e Artistas em Portugal*, p. 186, Lisboa, 1892.

nação, cuja prodigiosa vida o arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide escreveu, exemplo de penitencia como Santa Rosa de Lima, modelo de mortificação, prodígio de humildade digno dos hagiologios (152).

Como os mosteiros portugueses do século XVIII, conserva o do Desterro na sua arte interna os traços elegantes e profanos de uma vaidosa decoração, mais de farto solar que de cenobio inviolavel. Possui as suas capelas, nas galerias arejadas pelas amplas janelas, azulejadas de painéis bucolicos, com os tetos deliciosamente pintados, os altares doirados, os retabulos religiosos juntos daqueles panos de ceramica mural de Lisbôa em que ha amôres e pastorais envolvidos em festões primaverís. Certamente algumas celas — onde havia tão formosas capelas — seriam enfeitadas e joviais como as que descreveu, condemnando, o padre Manoel Bernardes. Respira-se ainda nas claustras espaçosas, nos corredores iluminados pela fenestração alegre, nos côros admiravelmente ornados, o ar festivo, distinto e plácido da velha clausura á cuja volta enxamearam os mais diversos sentimentos (153).

(152) Recomendamos a leitura desse livro, editado em 1725, como de um breviario da vida de renuncia e exaltação mística dos conventos de freiras contemporaneos de Soror Mariana.

(153) Tomemos por exemplo a Gregorio de Matos. Na sua obra se referem a freiras, do Desterro da Baía ou de Portugal, as seguintes poesias: *Obras*, I (ps. 148 e 149), II (p. 62), III (ps. 42, 43, 44, 45, 59 e 218), V (ps. 39, 254, 274, 281, 306 e 307) e VI (ps. 188 e 195).

Quevedo, traduzido por Gregorio de Matos, acentuára a delicadeza do enamorado “secular”, que

*“Todo humilde e cortezão,
Declara a sua afeição,
E como se agravo fôra,
Chamar-lhe sua senhora,
Chama-lho, e pede perdão”* (154).

O lirismo nacional vicejou em carmes, dedicados ás occultas personagens. Até a politica as investiu. Uma carta-régia de 1725 estranhou que se intrometessem “pessoas seculares na eleição da Prelada para o convento das suplicantes (Desterro)...”, “solicitando votos o desembargador Diogo Mendes Duro, o secretario de Estado Gonçalo Ravasco e o sargento-mór da Ordenança Teotonio Monteiro e mais que todos fr. Emiliano de Madre de Deus, religioso de S. Bento, primeiro motor de tantas perturbacões...” (155).

Para 75 freiras, enchiam o Desterro 400 escravas — declarou um arcebispo da Baía: servidas pelas suas negras, não iam ao refeitório, não trabalhavam, não faziam vida comum, tratando-se antes como “sinhás” nobres.

“Ainda que no dito convento hajam algumas religiosas de bôa vida (informou, em 1764, o prelado, D. Fr. Manuel de Santa Inez), contudo pelas inobservancias das

(154) Gregorio, *Obras*, V, 276.

(155) Braz do Amaral, anot. ás *Cartas*, de Vilhena, II, 490.

leis proprias do seu estado e profissão, que na maior parte ha, é o dito convento o escandalo desta cidade, ainda que muitas pessôas desta as fomentam e patrocinaem ou sejam por parentesco ou amizade licita ou ilicita” (156).

Logo que se fundou, entretanto, o convento de Santa Clara na Baía, em 1669, a quantidade de casamentos diminuiu. E de tal forma decresceu, que ano houve em que na capital do Brasil só se celebraram dois. Pois em 1584, referiu Anchieta, o seu numero fôra de 458...

O inglês Lindley, no principio do seculo passado, presenciou os festejos da entrada de uma rica menina para o convento da Soledade. “Embandeiraram em arco varios navios do porto e salvaram. Em frente ao convento tocaram, o dia todo, bandas de musica e houve leilão de prendas. A’ noite fez-se um fogo de artifício realmente magnifico. Trezentas jardas tinha a sua armação, e a queima durou duas horas ininterruptas” (157).

“... Suponho que toda mulher do Brasil será freira”, reparou D. Lourenço de Almeida, capitão general das Minas, em 1731, estranhando a fundação de outro convento no Rio de Janeiro (158).

E o conde das Galvêas, na Baía, em 1739: que os chefes de familia recusavam casar as filhas, metendo-as

(156) *An. da Bibl. Nac.*, vol. 31, p. 65. Sobre a vida claustral do seculo XVIII na Baía, Wanderley Pinho escreveu um completo e interessante ensaio, que a revelou.

(157) Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 12, Baía, 1928.

(158) *Revista do Arquivo Publico Mineiro*, II, 351, ano 1933.

nos conventos, do que resultava casarem sómente as pessoas de pouca consideração para se livrarem os rapazes do recrutamento, acrescentando que em toda a cidade se haviam celebrado em 1738 dois casamentos apenas... (159).

A falta de mulheres

Realmente, foram as mulheres brancas tão escassas (160) e requestadas, que os governadores e os padres reconheciam estar nisso a razão da mestiçagem crescente, do envilecimento natural dos povoadores. A viagem difícil, de início, trouxera rudes marinheiros. Vieram depois degredados, muitos “tirados dos fundos das enxovias e levados a embarcar em grilhões”, segundo Vieira. A’s centenas. Gente de má vida, judeus, aventureiros. O padre Nobrega, desolado em meio da multidão de homens brutos, que á falta de esposas roubavam as índias ás suas tribus, (segundo Anchieta, “é para espantar” a esquivança casta das escravas ensinadas pelos padres, tão furiosamente as acometiam os cristãos), (161) tomando-as á mão armada, desencadeando a luta com os gentios, criando em pecado e crime as famílias mamalucas — reclamára para el-rei, que mandasse mulheres brancas, mesmo erradas, que casariam. Para desterrados — outras desgraçadas. En-

(159) Braz do Amaral, Anot. ás *Cartas*, de Vilhena, II, 490.

(160) Rod. Garcia, *Denunciações de Pernambuco*, p. XXX.

(161) *Cartas*, ed. da Acad. Bras., p. 149.

contrariam marido, um lar, a redenção. Tres seculos depois, a Australia se povoaria assim. El-rei deu de enviar as erradas, e tambem as orfãs (162). Tres destas, fidalgas e indigentes, foram troncos de prosapias notaveis. “Todos se me escusam, que não têm mulheres com que casem, e conheço eu que casariam se achassem com quem; em tanto que uma mulher, ama de um homem casado que veiu nesta armada, pelejavam sobre ela e a quem a haveria por mulher, e uma escrava do Governador lhe pediam por mulher, e diziam que lha queriam forrar” (163).

Quantas chegassem, casavam-se, prosperavam, e ainda os esposos tinham de vigia-las, com o seu feroz ciume mouro, tão raras, tão espiadas, tão comentadas eram na pequena cidade, na sociedade misturada. No começo da colonização litoranea, como no da exploração mineira, a nostalgia da mulher européia oprime o *clam* pobre: “... Porque — escreveu ainda em 1731 o capitão general D. Lourenço de Almeida — em todas estas minas não ha mulheres que hajam de casar, e quando ha alguma (que são raras) são tantos casamentos que lhe saem que se vê o pai da noiva em grande embaraço sobre a escolha que ha de fazer do genro...” (164).

(162) Frei Vicente, *Historia*, p. 154.

(163) Nobrega, *Cartas do Brasil*, ed. da Acad., p. 79.

(164) *Revista do Arquivo Publico Mineiro*, I, 350, de 1933.

O homem religioso

A vida religiosa, de um lado, do outro a desmoralização dos costumes, chegaram a ameaçar de extinção a raça européia na colonia infestada de africanos. A parte feminina da raça branca se tomára de um misticismo extremo, e os homens, contagiados pela promiscuidade das senzalas (165) (“educados e criados pelas escravas, por elas adquiriam esta inclinação com o leite”, justificou La Barbinnaís) concorriam para multiplicar a mestiçagem — e um povo pardo, um novo povo, que gradualmente se substitua á elite dominadora.

Aquele misticismo aparente espantára os estrangeiros. “Ninguém anda sem rosario na mão, terço ao pescoço e um Santo Antonio sobre o buxo. São todos pontuais a se ajoelharem pelas ruas ao toque de Angelus, mas ao mesmo tempo não ha quem não tome as precauções de não sair de casa sem um punhal á cava, pistola no bolso e espada das mais compridas á ilharga esquerda...”, descreveu o viajante Coréal (166). O mesmo costume encontraria em Madrid a duquesa d’Abrantes (167) — quan-

(165) La Barbinnaís, apud Taunay, *Na Baía Colonial*, p. 367.

(166) Taunay, *Na Baía Colonial, Rev. do Inst. Hist.*, vol. 144, p. 272. Confirmado por Lindley, Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 49; e Koster.

(167) Duchesse d’Abrantès, *Souvenirs d’une ambassade*, I, 264, Paris, 1837.

do, ao toque de Angelus, todos os transeuntes se imobilizavam, e oravam recolhidamente, de fazer inveja a musulmanos que os vissem. “Cada português tem seu santo, cada santo seu dia, e neste convidam os seus devotos os musicos...” (168). “Se não fossem os seus santos e as suas moças seriam os portuguezes prodigiosamente ricos”, anotou igualmente La Barbinnais. No palacio governamental da Baía se rezava pelos cantos — observou o mesmo viajante (169). Menos, decerto, do que no reino se rezou, durante os governos de D. João V, de D. José e da sua filha, que enlouqueceu apavorada do inferno. Horror de perder-se, principalmente de deixar a alma do pai a salamandrear nas labarêdas eternas, que edificou o seu imenso templo do Coração de Jesus, o “convento novo” que foi a paixão, o sonho, o objeto do seu reinado... Também Felipe II, em cumprimento de uma promessa feita em vespersas da batalha de São Quentino, construiu o Escorial — o que fez dizer a um estrangeiro, que o mêdo do rei devera ser do tamanho do desmesurado mosteiro votivo... A ironia é justa em relação a D. Maria I. Porém a rainha delirante pertencia á geração do marquez de Alorna, tão religioso que se ante-via almoçando com a Virgem Santa e el-rei D. Sebastião, e do conde de Vila Nova, cuja mania era vestir o balandrau e, como um penitente, tanger a sua campainha atrás do Santissimo em procissão...

(168) Southey, *Hist. do Brasil*, VI, 443.

(169) *Nouveau voyage* etc., III, 206.

O religiosismo do colono era, por força, mais de verniz que de consciência — porque na sua raça se debatiam as mais contraditórias impiedades: o animismo do negro, o materialismo do judeu, a incredulidade do índio, as superstições medievais. O seu problema espiritual tinha as cores do ambiente e do “melting pot”, confundidas ou suavizadas pela persuasão catequista. No litoral o catolicismo permeiava-se de fetichismo africano; no sertão ele se irrisava de novelística tupi. A religião do homem rude devia ser complacente e exterior, como a sua própria civilização. Disciplinava-lhe a vida laboriosa, mas não lhe governava as paixões primitivas. Era mais uma condição social do que um clima de alma. Nisto não se parecia com as igrejas jesuíticas: a sua beleza era de fachada, pois no íntimo fre-miam as coleras ancestrais da gente guerreira, tormentada e esquiva, que povoára primeiro o Brasil. Daí, sobre o exagero espanhol da crença, a irreverência costumeira do colono — que muitas vezes ao dia dava ao estrangeiro a impressão de ser um monge, com os seus rosários, e de ser um salteador, com as suas pistolas. A natureza, a herança, a economia da terra, faziam o colono, preliminarmente, senhor de si mesmo (que não havia “nenhuma subordinação nem obediência” na terra, estranhára La Barbinnaís). Dos paulistas disséra um governador: “Aí vivem quasi á lei da natureza e não guardam mais ordens que aquelas que convém á sua conveniência” (170). O individualismo primitivo irradiava-se na sua cidade, na

(170) Paulo Prado, *Paulística*, p. 24.

sua economia, no seu pensamento. “Comme chacun fait bâtir la maison à la fantaisie, tout est irrégulier, desorte qu’il paroît que la Place principale ne se trouve là que par hazard” (171). Reparára Charles Waterton em Recife: “Observa-se que cada casa foi construida segundo o capricho do dono, sem que se atendesse á conveniencia publica” (172). Porisso tambem a impressão espantada de Koster: “...é que o Brasil não foi até os ultimos anos, para o governo e para os subditos, mais que um lugar de passagem...” (173).

O individualismo

Essa independencia feudal vinculava-lhe as coisas á volta com a sua individualidade rebelde a todo jugo. Era dono do seu engenho, da sua capela, dos seus escravos, da sua familia. E porque a sua autoridade limitava as demais e, no reconcavo, sobrelevava á propria autoridade espiritual, como nos condados despoticos a do suzerano sobrelevára á do bispo, a autonomia do colono lhe completava, em um traço de grãdeza e barbarie, a catadura de ho-

(171) La Barbinnaï, *Nouveau voyage*, II, 181.

(172) Vd. Alfredo de Carvalho, *Estudos Pernambucanos*, p. 145.

(173) *Voyages dans la partie septentrionale du Brésil*, I, XXXIV.

mém simples. Talvez não houvesse no mundo quem menos obedecesse do que ele (174).

Mais gregario que o sertanejo, o agricultor da mata não passára da fase familiar da sua evolução preguiçosa. Os proprietarios uniam-se para determinadas cerimonias, que lhes exigiam um entendimento vago. Principalmente se uniam pela teia dos casamentos que fixavam a sua pequena aristocracia. Mas não havia entre eles um interesse economico, ou um senso de cooperação, que realmente os aliciasse e articulasse, numa força organizada. “Se exceptuarmos algumas irmandades e associações de beneficencia como as casas de misericordia, sempre benemeritas e sempre vivazes, as manifestações coletivas eram sempre passageiras: mutirão, pescarias, vaqueijadas, feiras, novenas. Entre o Estado e a familia não se interpunham coordenadores de energia, formadores de tradição, e não havia progressos definitivos. Um individuo podia tentar uma

(174) Vd. depoimento de Vitor Jacquemont sobre o Rio de Janeiro de 1828, Taunay, *op. cit.*, p. 512. Da tendencia para a desunião, vd. Southey, *Hist. do Bras.*, VI, 410. Do seu excessivo individualismo, Saint Hilaire, *Voyage — Rio de Janeiro et Minas*, I, 307; Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, I, 92. Esse o fundamento individual da «ingovernabilidade» — conceito primário ácerca da nossa evolução politica. Um homem do Imperio disse que a sua provincia era «ingovernavel». Outro ajuntou que «ingovernavel» era o Brasil. E Bolivar: «A America do Sul é ingovernavel...» (Coment. de A. Siegfried, *Amerique Latine*, p. 139, Paris, 1934). Notára no Brasil Charles Darwin: «Banida a idéia da escravidão, ha algo de delicioso nessa vida patriarcal, tão absolutamente separado e independente do resto do mundo a gente fica».

empresa e leva-la a bom exito; com a sua ausencia ou com a sua morte perdia-se todo o trabalho, até vir outro continua-lo passados anos, para afinal colher o mesmo resultado efemero" (175). "De onde nasce tambem que nenhum homem nesta terra é republico, nem vela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular" — queixára-se o padre Simão de Vasconcelos.

Os limites dos engenhos separavam, mais do que aproximavam. No seculo III a terra de Saubára estava de tal sorte dividida que de um sobrado a outro os proprietarios se avistavam. A região açucareira de Pernambuco igualmente se cobrira de numerosos canaviais com os seus engenhos vizinhos. Pois a Tollenare espantou, em 1816, o individualismo que lá isolava os habitantes, quando da associação os maiores lucros tirariam, realizando trabalhos publicos que aproveitassem a todos (176).

(175) Capistrano de Abreu, *Capitulos de Historia Colonial*, p. 215. Vd. tambem Oliveira Vianna, *Populações Meridionais*, 3.^a ed., p. 369.

(176) *Notas Dominicais*, p. 70. O sentido dispersivo do povoamento do Brasil dominára os núcleos coloniais estrangeiros, como, por exemplo, os da região florestal da Baía. Apesar de serem os germanicos individuos mais propensos á vida gremial, ali se transportaram, das suas fracassadas colonias, para fazendas isoladas, «grandemente afastadas umas das outras». (Otto Quelle, *A Atuação germanica no Estado da Baía*, na Rev. do Inst. Geogr. e Hist. da Baía, n. 59, p. 460, 1933). Foi o que se observou com os casais ilhéus que passaram o Rio Grande, «...sem conhecimento da Região nem do trato civil dos homens...» (Borges Fortes, *Casais*, p. 176, 1932).

O governo português tolerava-os assim, porque os governadores, que nos vinham da metropole, não tinham poder, senão prestigio, para os submeter. A Igreja vencia-os pela constante assistencia. A evolução economica — com a abertura dos caminhos e a interdependencia comercial — concluiria o trabalho de absorção do potentado enfeudado, cujo ciclo abrange a maior parte da historia brasileira.

VI

A MADRE IGREJA

O protetor do culto — O mundanismo das festas — Capelas-nucleos sociais — A povoação jesuitica — O asilo sagrado.

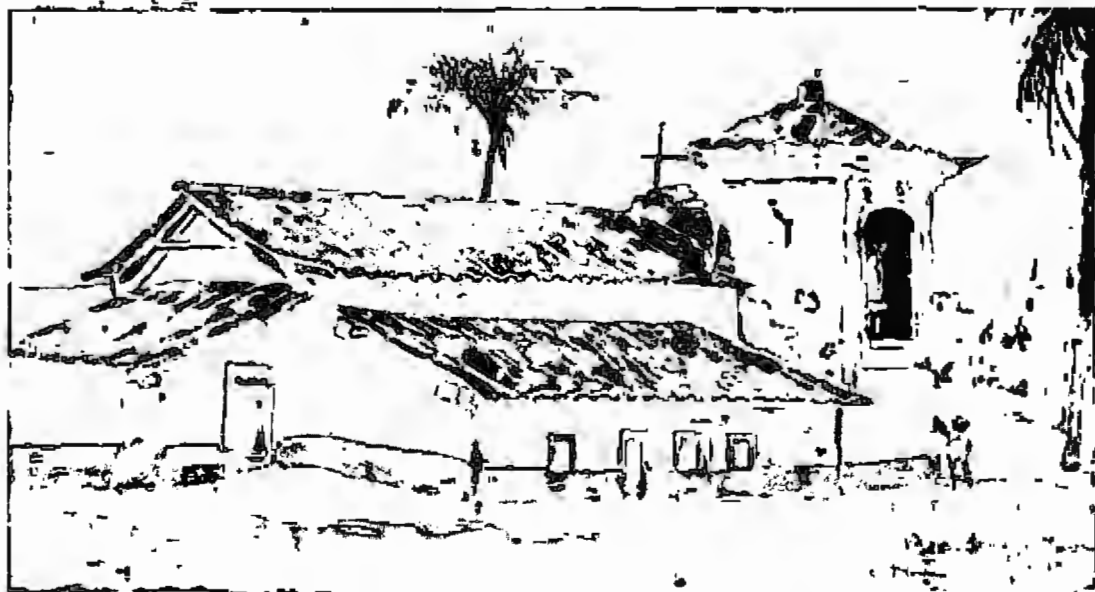
O protetor do culto

A sociabilidade, no meio individualista em que a colonia se formou, movia-se em torno da igreja, que aglutinava as atividades esparsas como um centro comum de moralidade e espiritualismo, e de algumas familias predominantes, que precipitaram a criação tribal das nossas vilas.

A igreja aproximava, unia, concentrava os grupos regionais; e as grandes familias, vertebradas pelo sentimento do *clam*, que o tipo gregario da exploração agricola exigia — populosos engenhos, larga escravatura, fazendas que viviam dos proprios produtos — davam autonomia, côr

loçal ás pequenas “colonias” místico-economicas. A fatalidade desse desenvolvimento feudal, fracionando-se a sociedade brasileira pelas junturas dos seus núcleos familiares, autarquias presididas pelo matriarcalismo agrícola ou pelo patriarcalismo pastoril, deu á organização da autoridade, e á idéia do Estado, o seu elemento primário: a base da familia proprietaria. De resto, o conceito do poder publico continuou praticamente associado ao do patrio poder, estendendo-se dos eitos rurais, onde era o senhor de engenho arbitro da vida dos seus servos, ao municipio constituido como intermediario entre os interesses da região (e do povo) e os do rei, e á capitania. Mas o proprietario da terra, que dominava realmente, em determinadas áreas, uma sociedade que não tinha direitos contra ele, senão devêres (177) — passara a responder pelo esplendor do culto divino — a sua obrigação religiosa — e pela bôa ordem — a sua obrigação politica, razões da força que se lhe reconhecia. Como defensor da ordem, teve cargos militares e administrativos: as patentes das ordenanças, os postos municipais, as comissões régias; como

(177) O *providencialismo* do senhor de engenho era místico (pelo culto), militar (pela milicia), economico (pela produção), social (pela familia): porém ás vezes o «pater», que concenava um escravo á morte, reforçava a sua autoridade fazendo-se medico da sua tribu. «São bem conhecidos alguns lavradores do reconcavo que, por caridade, curam muita gente com feliz successo, como o senhor do engenho de Poucoponto...» (R. de Brito, *Cartas Economico-politicas*, p. 64).



Capela-forte. Período "emboabas". S. João del Rei. (Aguarela de A. Norfini. Col. do Museu Histórico).

protetor da fé, teve isenções eclesiásticas: as suas capelas privilegiadas, a vinculação das freguezias, o patrocínio das festas sacras. Todo engenho tinha o seu capelão que de ordinario ganhava arrobas de açúcar (178). Já ao tempo de Gabriel Soares o seu ordenado era melhor que o de conego da Sé! (179).

Nas cidades e vilas, as festas de igreja reuniam periodicamente uma população esquiva (180), fugidia á conversação social, errante entre as fazendas isoladas e as suas casas urbanas fechadas por pesadas rotulas. As missas quotidianas não mostravam a mulher, mas a ocultavam, porque tinham os padres o cuidado de celebra-las na ante-manhã, mal a claridade da alvorada desmaiava as estrêlas. As devotas, apressadamente, veladas pela "capona" que as igualava, realizavam a susto, sem serem pressentidas pelos homens, a sua tarefa religiosa. Encontramos esses habitos de medroso rito, nas velhas cidades impregnadas de tradições austeras, na Baía, em Mariana, em Ouro Preto (181).

(178) Loretto Couto, *Desagravos do Brasil*, p. 176.

(179) Gabriel Soares, *Roteiro do Brasil*, p. 120: «Pelo que querem ser antes capelães da misericórdia ou dos engenhos...»

(180) «S. Paulo havia de ser como essas cidades de Minas e Goiás, que ficam desertas durante a semana e que se povôam sómente quando o cumprimento dos deveres religiosos obriga a comparecerem os lavradores da vizinhança». (Saint Hilaire).

(181) Augusto de Lima Junior, *Mariana*, Rio, 1932. Recomendamos a leitura desse comovido relatório sobre os costumes de uma cidade eclesiastica — talvez os mais fieis ao passado colonial conservados no Brasil. — Visconde de Araxá, *Reminiscencias e Fantasias*, I, p. 124.

Referiu o conde de Ericeira as tropelias feitas na Baía, em 1639, pelos soldados expedicionarios, pilhando nas ruas, ao amanhecer, as devotas que furtivamente iam á igreja (182). Acocoravam-se ao longo das naves, humildes, caladas, cabisbaixas, e promiscuamente — sem o luxo dos bancos, que hierarquizassem a assistencia — rezavam com um fervor exemplar. Á saída dos templos, nos domingos, é que o rapazio admirava as moçoilas, é que o trajo rico emocionava a colméia pobre, é que o namôro tecia os seus enredos, é que o gosto da vida interrompia, por instantes, a melancolia colonial. Porem as festividades dos templos eram as oportunidades verdadeiras que tinham moços e raparigas para se verem livremente, e falarem sem sustos. (183). Porque tais convites interessavam a todo o povo e á sombra da comemoração pia eram as gentilezas mais belas que desdobravam, aos olhos da multidão, a bravura, a fortuna, a intelligencia da gente de prol. Corriam-se cá fóra os touros; as cavalhadas com as suas sortes e floreios; as representações teatrais violentas e trágicas, sentimentais e profanas, liricas e piedosas; as cavalgatas dos forasteiros opulentos, os seus cortejos e as suas surpresas. E as procissões congregavam clero e nobreza; e as dansas populares divertiam as ralés; e a musica de negros alegrava a população; e as dissipações dos fidalgos — na mesa lauta, nas missas esplendorosas,

(182). Pedro Calmon, Anotações aos «*Sermões Patrioticos*» de Vieira, Rio, 1933.

(183) Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 132.

nos jogos publicos, nas escolas, na indumentaria, no armamento — espalhavam a fama de certos santos predilectos (S. Gonçalo de Amarante, Santo Amaro, S. Miguel, Santo Antonio, a Senhora da Conceição, a Senhora do Rosario, S. Benedito, S. Pedro Gonçalves, a Senhora da Candelaria, S. José, a Senhora da Fé, a Senhora da Gloria, a Senhora do Amparo, a Senhora do Carmo...) e o nome dos potentados perdularios. Comentára Le Gentil, em 1728: “Si on ôtait au Portugais leurs saints et leurs maîtres, ils deviendraient trop riches”.

Segundo o desembargador Rodrigues de Brito, “bastaria a despesa que se gasta numa procissão para fazer desaparecer todas as ladeiras da Baía” (184).

Numa festa das Onze Mil Virgens, em Santos — segundo Pedro Taques — Dionisio da Costa gastou uma arrôba de ouro (185).

O padre Guilherme Pompeu, celebrando na sua fazenda a Conceição da Virgem, tinha camas para cem hospedes e serviço de prata que os honrasse.

Os Vieira Ravasco, da Baía, mostravam-se tambem magnificos na cavalheiresca comemoração das companheiras de santa Ursula :

(184) *Cartas Economico-politicas*, p. 50, 2.^a ed.

(185) Taunay, *Anais do Museu Paulista*, V, 27.

.....

Gastou com liberal mão...

Nesta festa sem cautelas (186).

.....

O mundanismo das festas

Ao viajante Froger, na mesma época, impressionou o mundanismo com que ali se fazia a procissão de Corpus Cristi — a mais oficial, a mais ostentosa de todas: seguida “de bandos mascarados, músicos e dançarinos que com as posturas lubricas perturbavam inteiramente a ordem da santa cerimonia” (187). Os festins de S. Gonçalo de Amarante, ilustrados em 1690 por um sermão de Vieira, aos quais comparecia o governador geral com o sequito de cavaleiros, tiveram de ser suspensos em virtude das desordens e escandalos que os transformaram, gradualmente, de atos religiosos em bailes plebeus (188). La Barbinnais deixou um quadro amargo desses costumes: em S. Gonçalo, apenas o vice-rei appareceu (era o marquez de Angeja), levaram-no para a igreja, onde teve de dansar e pular, “violento exercicio que lhe não ia nada bem com a idade e posição: mas seria uma impiedade dig-

(186) Vd. Gregorio de Matos, *Obras* (Edição da Academia Brasileira), IV, 42.

(187) Cf. Taunay, *Na Baía Colonial*, cit., p. 290.

(188) Sabugosa proibira porisso reinados de negros na festa do Rosario, o entrudo, ifogueiras de S. João, festas de S. Gonçalo.

na de fogo se não prestasse essa homenagem ao santo de Amarante (189). Lindley, em 1804, assistiu aos folguedos do Bonfim, “em que os devotos reuniam a religião á volupia”, “lavando a consciencia dos velhos pecados e cometendo novos” (190). Rigorosas medidas policiais civilizaram depois as festas de igreja: assim, o medico John White (1787) descreve amavelmente a da ermida da Gloria, no Rio de Janeiro, com as moças, muito enfeitadas das flôres que os apaixonados lhes davam, passeando livremente á volta dos corêtos... como hoje acontece, na praça da matriz sertaneja (191). Eram as reuniões publicas, notou Tollenare. Segundo Henderson, só na procissão de Corpus Cristi as mulheres saíam á rua, no Rio de Janeiro (192). Acrescidas dos espetaculos de cavalaria que celebravam nascimentos, casamentos e aniversarios das pesôas reais, foram os divertimentos coletivos que na sua enfadonha existencia se permitiu o colono, desconfiado e sobrio.

(189) Cf. Taunay, *op. cit.*, p. 372. Costumes analogos ainda encontramos no sertão, vd. J. da Silva Campos, *Tradições Baianas*, p. 76, Baía, 1930. E no Rio, cf. La Flotte, Taunay, *Visitantes do Brasil Colonial*, p. 99.

(190) Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 36, Baía, 1928. «... E para maior fervor da sua devoção formam dansas e outros licitos divertimentos...», Loretto Couto, *Desagravos do Brasil*, p. 158.

(191) Cf. Taunay, *Rio de Janeiro de Antanho*, Rev. do Inst., v. 144, p. 463.

(192) Henderson, *A History of Brazil*, p. 66.

Devoções

A aristocracia, patrocinando o culto, dedicou-lhe as suas riquezas. Poucas igrejas no Brasil foram edificadas com os recursos do Estado: representam, quasi todas, a oblata dos fieis — milionarios como Domingos Afonso Sertão, que construiu o noviciado dos jesuitas, na Baía, devotos como aquele padre que levantou por força de um voto a matriz de Caeté, modestos como aqueloutro que fez junto das suas lavras a “capela do padre Faria” de Vila Rica, ou associados, como os pretos que por aí afóra levantaram as suas igrejas da Senhora do Rosario, os pardos (ex.: Conceição do Boqueirão, da Baía), os negociantes (ex.: Corpo Santo e Conceição da Praia, na Baía), os soldados (ex.: Rosario da Baía, Conceição de Recife, Cruz dos Militares, do Rio), os homens do mar (ex.: Candelaria, do Rio), ainda os negros fôrros, os ourives, os tropeiros, os mercadores... Templos votivos, que absorviam a herança dos doadores; templos consagrados ás diferentes classes; templos de homens brancos e certas familias ou certas profissões; templos construidos, como mausoléus, para guardarem os ossos ao fundador, ou, como monumentos, para lembrarem feitos (ex.: Bomfim, da Baía, e Guararapes, de Pernambuco) — finalidade das fortunas, recurso de catequese e cristianização. Assim, naturalmente, a arte mais perfeita, os interiores mais luxuosos, a alfaia mais nobre, os edificios mais notaveis da colonia, foram religiosos; religiosos como os mentôres

da sociedade — o vasto clero — e os laços de disciplina que a constringiam.

O povo, que não podia levantar capelas, contentou-se em pendurar das fachadas de suas casas os oratorios. O padre Angelo de Siqueira, no meiado do seculo III, introduziu no Rio de Janeiro o gosto desses nichos suspensos, diante dos quais, “desde as Ave Maria até uma hora da madrugada”, os moradores celebravam o seu culto da Virgem: mais de cem oratorios iluminaram a cidade com os seus cirios, povoaram-lhe as noites com os grupos orantes que nas esquinas das ruas, em cõro, entoavam canticos (193).

Capelas=nucleos sociais

As povoações começavam pela capela. Imitavam nisto o Brasil, cuja colonização começou pelo cruzeiro, chantado pelo descobridor. Tomé de Souza construiu a fortaleza da Baía; mas, concomitantemente, os seis jesuitas que trouxéra armaram o santuario da Ajuda. O sertanista que assentava o seu arraial, dava-lhe por centro uma cruz de madeira; com as primeiras choupanas, o templo aparecia — casebre de oração transformado depressa em igreja solida, unico edificio apresentavel das aldeias sertanejas, até bem perto de nós. Porque a igreja era a casa

(193) Vd. Alberto Lamego, *A Terra Goytacá*, III, 37, Bruxelles, 1925.

de Deus — para o culto — e o fortim do lugar. As suas paredes protegiam; o seu campanario erguia-se, dominador; as suas portas abriam-se ao asilo e ao perdão. “...Edificamos com eles (os índios) as suas igrejas, cujas paredes são de barro, as colunas de páu tósco e as abobadas de folhas de palma, sendo nós os mestres e os obreiros daquela arquitetura com o cordel, com o prumo, com a enxada e com a serra e os outros instrumentos (que também nós lhes damos) na mão...”, declára Vieira, no “Sermão da Epifania”.

A povoação jesuitica

As povoações coloniais de origem jesuitica tiveram, invariavelmente, a fôrma quadrangular — copiando o colégio rural dos padres — centralizada pela igreja-gene-triz. A longa rua acompanhando a estrada real e a vasta “praça da matriz”, foram os elementos comuns ás nossas cidades no seu inicio: o caminho das tropas era o seu bairro comercial, e o largo da igreja o seu nucleo social. Aí, posteriormente, elevou-se o pelourinho; defrontando o templo, os paços do consêlho; unidos a ele, os solares; e no meio do largo, quando caíu o pelourinho, o corêto das festas anuais. Os póvos reuniam-se “no largo da igreja matriz...” (194). Chamava-os o sino. Orientava-os o

(194) Vd. docs. Barão de Studart, *Notas para a Historia do Ceará*, ps. 226 e segs., Lisbôa, 1892.

vigario. Atraía-os a religião. Todas as vilas sertanejas se geraram daquele “largo da igreja matriz”, como São Paulo e Curitiba, Porto de Cima e Mariana, Castro e Sorocaba, Aquiraz e Itú, Serrinha e Joazeiro... (195). A tendência urbana, para a expansão das chacaras, desligando-se do bairro central, só seria possível com a expulsão dos índios vizinhos, a segurança dos campos: os jesuitas resolveram, á moda das castelánias antigas e dos acampamentos de tropeiros, o seu problema militar. Fecharam-se em quadra, abaluartados na capela de botaréus fortes — como, ás noites, faziam os bufarinheiros com os seus pacotes — e do seu sitio alto avassalaram a região circunjacente. Essa preocupação, do sitio elevado e da igreja solida, teve-a o mamaluco, discípulo do missionario, em todo o seu ciclo bandeirante. Porisso a paisagem brasileira tanto se repete: num horizonte descortinado, o campanario; na aldeia pobre, a capela e o quadrado de construções; nos campos gerais, a colina mais empinada coroada pela vila defensavel; e onde fôsse mais visivel, o cruzeiro — especie de padrão de posse, consagração solene da terra a Deus...

O colono tipico — o jesuita — ensinou aos advenas a arte de valer-se do meio, contra o meio. Criou, assim, a civilização americana: exteriormente transplantada da

(195) «... O Irmão Leão... querendo eternizar esta nova Residencia fabricou aos índios casas de taipa de pilão, começando a ordena-la em modo de quadra, que já hoje se vê fechada...» (P. Manuel da Fonseca, *Vida do Padre Belchior de Pontes*, Comp. Melhor. de S. Paulo, p. 146).

Europa, com as linhas classicas e a ciencia universal; porém, de fato, resultante da observação e do aproveitamento das condições ambientes. O colégio rural da Companhia foi a primeira "fazenda" organizada do país. O primeiro empreendimento racional; a primeira tentativa de exploração metódica dos recursos naturais; a primeira realização da economia complexa, extrativa, selvagem, e um commercio de especies, barbaro. Mas o jesuita, temendo o catecumeno, que tão frequentemente lhe fugia e o ameaçava, teve o cuidado de dar á sua "fazenda" uma fisionomia de reduto — quadrangular, com a igreja fechando um dos angulos, as paredes espessas com janelas altas, mais seteiras do que balcões, e a crasta interna que tanto abrigava a comunidade pacifica como a população refugiada. O Colegio de Campos é essa casa, cujos traços marciais — atalaias do deserto — vamos encontrar no pampas argentino ou no Ceará, onde quer que os padres, pastores e lavradores, construíram as suas mansões em país infestado de gentios (196).

O asilo sagrado

A igreja ou o convento era um abrigo seguro. Quem se recolhesse á casa de Deus, não podia ser de lá tirado pela justiça del-rei. Outra garantia não tinha o delin-

(196) Vd. Guillermo Furlon S. J., *Los Jesuitas y la Cultura rioplatense*, p. 107 (com ilustrações), Montevideo, 1933.

quente: mas o respeito ao “sagrado” desafiava a ira dos governadores, a sua sanha policial, a vingança do braço secular. Raros executores da lei ousaram infringir aquele costume cristão, graças ao qual o edifício religioso lucrava o prestígio — e a preeminência — de gazalhado comum, de todos que temiam (197).

Por pouco não entraram em conflito armado o governador geral e o bispo da Baía, por não querer aquele deixar asilado na ermida de N. S. da Escada a Sebastião da Ponte, a quem el-rei mandára prender (198).

No seculo seguinte, o irmão, o sobrinho de Vieira, e seus adeptos, desafiavam as coléras do governador, recolhidos ao Colégio dos Jesuitas ou ao Convento de Santa Tereza. A tropa espiava-os, impedia-lhes a fuga, mas não se atrevia a ir tirá-los de lá!

Em 1725, o governador do Rio de Janeiro, Vahia Monteiro, se queixava dos contrabandos recolhidos pelos conventos da cidade, onde “estão continuamente seguros os criminosos, e devedores, havendo muitos que se conservam um e dous anos dentro dos conventos com tanto escandalo da justiça que se não acautelam dela...” (199).

(197) Pedro Calmon, *Historia da Civilização Brasileira*, 2.^a ed., p. 138.

(198) Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 3.^a ed., p. 222.

(199) Doc. in *Annaes do Archivo Nacional*, XV, 26.

VII

A INSTRUÇÃO E OS JESUITAS

O colégio unico — A escola primaria — O ensino secundario — Os tres estabelecimentos — Os medicos — A renovação da paisagem — o colono tipico — O obscurantismo.

O colégio unico

A Igreja transportou para a America a “intelligencia”. Até a expulsão dos jesuitas, tiveram estes padres o monopolio do ensino. Sómente o pulpito foi livre: e os conventos guardaram, para o uso dos frades, os poucos livros que transpuseram o oceano naqueles tempos de escassa leitura e muita devoção. O padre tornou-se o letrado, no seu sentido vulgar: o rapaz que se dava a estudos deixava de preferencia a povoação rude, a fazenda remota, a barbárie dos engenhos, para se meter

noviço nas casas religiosas: professava. As imunidades do clero lá dentro protegiam a inquietação intelectual, dirigiam o espirito para as audacias literarias, faziam que ele se projetasse sobre a sociedade esmagada pelo verbo sagrado, pela erudição monastica, pela teologia jesuitica. Perseverar nos estudos, era abandonar o mundo. Foi o caso daquele moço paulista aplicado aos livros porque pretendia ser missionario. “Alguns parentes — escreve o padre Manuel da Fonseca — vendo-o já de crescida idade, julgando que gastava o tempo debalde, opunham-se a este designio, dizendo ao pai que o tirasse do estudo...” (200). Donde se tem que os filhos dos colonos, ao tempo do padre Belchior de Pontes, aprendiam apenas o que os da epoca do padre José de Anchieta iam ouvir aos pátios da Companhia: o “ler e escrever” (201).

A catequese fôra o cuidado inicial. Universalizaram os jesuitas o seu metodo racional e astuto de pacificar, atrair, domesticar e aldeiar os indios. Depois, desenvolvendo a sua influencia, que se não devia cingir a um determinado aspecto da vida colonial, mas lhe interessaria a toda a contextura, os jesuitas instalaram e multiplicaram os colégios.

(200) *Vida do Padre Belchior de Pontes*, p. 193.

(201) «Suas occupações com os proximos são: ensinar os meninos dos Portugueses a ler e escrever...» (*Academia, Informação da Prov. do Bras.*, 1585, vd. *Cartas etc.*, ed. da Acad. Bras., p. 417). Dessas escolas primárias, de «ler e escrever», tinham em Pernambuco, Baía, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente e Piratininga.

Criára-se a Ordem quando a colonização do Brasil começava a preocupar D. João III. Antes ainda de constituida a Companhia de Jesus, aquele lúcido Dr. Diogo de Gouvêa, conselheiro avisado e exáto do rei de Portugal destacado em Paris, lhe recomendára o emprego dos companheiros de Loyola na catequese colonial. Propunham-se a seguir os mareantes pelo roteiro dos descobrimentos: eram os padres da contra-Reforma, amplificadores da Igreja, os argonautas da cruz. Em 1549 trouxe Tomé de Souza os seis primeiros jesuitas. Seis anos depois a Companhia se apoderava da Universidade de Coimbra: por que “dirigissem e lessem as artes e tudo o mais que lessem os mestres franceses”. E em breve, em Portugal e no Brasil, possuíam o privilegio de cátedra. Aqui, principalmente, só houve aula particular onde os jesuitas não se estabeleceram: mestres do collegio unico, ensinaram, diligente e sistematicamente, á sociedade heterogenea e desagregada desta nova Lusitania.

A escola primaria

Não é verdade que eles se déssem tanto ao ensino superior que se não ocupassem do primário (202). Apenas concentraram na escola superior a grande ambição da sua politica educativa: que era a elaboração da elite culta

(202) E' a critica de Gabriel Compayré, *Histoire de la Pédagogie*, p. 115, Paris, 1911.

e religiosa, que realizaria os objetivos místicos e sociais de Santo Inacio. Essa escola secundaria formava os professores. As aulas rudimentares alfabetizavam. As classes adiantadas ilustravam-se em ciencias e letras sagradas. Na base do sistema repousava o catecumeno; em cima ficava o prégador. A pedagogia jesuítica, profundamente religiosa, devia desabrochar em filosofia moral. Mas, aquela aula preliminar de ler e escrever, contar e cantar, da qual se afastavam os meninos logo que recitavam a jaculatoria e redigiam os bilhetes, aquela aula distribuía, pela maioria da população branca, o minimo de conhecimentos de que a vida necessitava. Principalmente porque era a aula de linguagem: e as crianças, criadas á teta da mulher indigena, falavam em casa e no campo o idioma tupi. Do indio aprendêra o padre a lingua em que o doutrinava, cuja gramatica compôs, cujas subtilezas distinguiu e regulou: e applicára essa arte á ensinança da juventude branca e mamaluca.

De começo, o missionario entrára o sertão para converter á fé de Jesus. E de tal sorte fôra bem sucedido, que sugerira Nobrega, em 1552: “E se vierem cá alguns tamborileiros ou gaiteiros, parece-nos que não ficaria principal nenhum que nos não dêsse os seus filhos para os ensinar” (203). Um ano depois da fundação de S. Paulo, destinada a aproximar dos indios os jesuitas, seus mes-

(203) P. Serafim Leite, art. no *Jornal do Comercio*, Rio, 8 de Maio de 1934.

tres (204), Anchieta avisava: “Temos uma grande escola de meninos indios, bem instruidos em leitura, escrita e em bons costumes, os quais abominam os usos de seus progenitores” (205). Floresceu em Piratininga a sua aula de gramatica (206): foi mediante os canones do vernaculo que a instrução iniciada irradiou pelo planalto.

Assim pelas aldeias de neofitos da Baía: “... em cada uma ensinam os filhos dos indios a ler, escrever, contar e falar portuguez, que aprendem bem...” (207). A facilidade que tinham os indigenas das Indias orientais de aprender o portuguez, lingua geral em Asia e Africa no seculo XVI, (208) repetia-se no Brasil: a expansão do idioma correspondia á efetiva conquista do territorio.

(204) P. Serafim Leite, *Os Jesuitas na vila de S. Paulo*, p. 8, S. Paulo, 1936.

(205) *Cartas*, ed. da Acad. Bras., p. 79.

(206) *Cartas*, cit., p. 178.

(207) Anchieta, *Cartas*, cit., p. 416. Vd. exaustivas informações, P. Madureira, *A Liberdade dos Indios*, etc., II, 400, Rio, 1929. Exatamente como nas «missões», onde ensinavam «primeiras letras, latinidade, musica e baile» aos guaranis (Francisco Bauzá, *Hist. de la dominacion española en el Uruguay*, I, 358, Montevideo 1895). Conclue-se que o sistema jesuitico de ensino não foi o mesmo na Europa e na America. (P. Luiz Gonzaga Cabral, *Os Jesuitas no Brasil*, p. 149, S. Paulo).

(208) David Lopes, *A expansão da lingua portuguesa no oriente nos seculos XVI, XVII e XVIII*, p. 52, Barcelos, 1936.

O ensino secundario

O "Ratio Studiorum", promulgado em 1586, reformado em 1599, organizou o ensino integral dos jesuítas, com os tres cursos ou periodos, de Artes (filosofia e ciencia), de teologia e ciencias sagradas (209). Abrangia o curso de Artes tres anos: o primeiro consagrado a Aristoteles e São Tomaz; o segundo, á fisica e ciencias naturais, em todas as modalidades exploradas pela observação ou pelo calculo; e o terceiro, á fisica especial, ou aplicada. "As outras disciplinas são ensinadas como preparação para a teologia", segundo Loyola: daí a situação hierarquica desta cadeira, de quatro anos, no conjunto da pedagogia inaciana.

As "Constituições", de 1559, primeira legislação escolar da Companhia, pelas quais se moldaram de inicio os seus estabelecimentos do Brasil, exigiam simplesmente cinco anos para as letras e sete para os estudos universitarios de filosofia e teologia (210). Da primeira parte desempenharam-se os colégios, como o de Pernambuco e do Rio de Janeiro, com a sua "lição de casos", "classe de gramatica" e "escola de ler e escrever" (211), e os

(209) Vd. P. Madureira, *Rev. do Inst. Hist.*, Congr. Intern. de Hist. tom. VI, p. 397.

(210) Fr. Guex, *Histoire de l'Instruction et de l'Éducation*, p. 955, Lausanne 1906.

(211) Anchieta, *Informações*, 1854, in *Cartas*, ed. da Açad., p. 412.

“casos”. Porque na Baía houvesse “colegio, escola e noviciado”, também aí se ensinava “latim, artes, teologia e casos de consciencia” (212), talvez em extensão análoga á das “classes” da universidade de Evora, regidas pelos jesuitas desde 1553, “com a clausula de nela se não ensinar o direito civil, o canonico no fôro contencioso, nem a medicina” (213), disciplinas privativas de Coimbra.

Os tres estabelecimentos

Foram, pois, de tres categorias, os estabelecimentos jesuiticos do Brasil. O primário, de rudimentar educação dos filhos dos portuguezes e dos indios, e de instrução simples, itinerante e rural; também artistica (214), localizado nas “casas” da Companhia ou nas aldeias de catecumenos (215). O normal, dos Colégios, destinado aos meninos brancos, “educação média, dessa instrução clas-

(212) Gabriel Soares, *Roteiro do Brasil*, p. 121.

(213) Mendes dos Remedios, *Historia da Literatura Portuguesa*, p. 330, Lisboa, 1921.

(214) Vd. Visconde de Taunay, *José Mauricio*, p. 57, S. Paulo, 1930.

(215) Em 1759, as aldeias eram, no Estado do Brasil, vinte e uma: 9 na Baía, 5 no Rio de Janeiro, 7 em S. Paulo. P. José Caieiro, *Jesuitas do Brasil e da India*, publ. da Academia Brasileira, p. 55, Baía, 1936.

sica que lhes fez a reputação” (216), que formava “mestres em artes”, especie colonial de bachareis em letras. E — na ultima fase da Companhia — os Seminarios ou recolhimentos, do tipo dos que, em 1686, Alexandre de Gusmão fundára na Baía e, em 1748, o padre Malagrida no Pará (217). A instrução ministrada nas classes de ler e escrever e linguagem variava, segundo a indole das “residencias”, interessadas na alfabetização dos pequenos colonos ou na preparação da massa trabalhadora, dos caboclos catequizados, “clientes” ou protegidos dos jesuitas, que lhes administravam as aldeias. Nem os padres cuidaram apenas de criar escolas: instalaram as suas fazendas, prolongaram as suas estradas, montaram os seus engenhos, engendraram o seu commercio, anteciparam-se aos outros colonos no aproveitamento da terra e na experimentação das culturas. Trouxeram a iniciativa; o bra-

(216) G. Compayré, *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'instruction primaire*, p. 904, Paris, 1911.

(217) Varnhagen, *Hist. Ger. do Bras.*, 3.^a ed. integral, IV, 177. — A Camara da Baía requerera ao rei, em 1671, a equiparação do Colégio local á Universidade de Evora. «Pela provisão de 16 de Julho de 1675, o governo portuguez permitiu então que aos estudantes de filosofia e retorica que tivessem cursado as aulas dos jesuitas na Baía, se levasse em conta na Universidade de Coimbra e de Evora um ano de Artes (o que correspondia hoje ao curso de bacharelado em ciencias e letras), conforme se praticava com os alunos dos collegios de Lisboa e Braga». Accioli, *Memorias Historicas e Politicas da Baía*, I, 223; e Egas Moniz, *Problemas de Educação Nacional e de Instrução Publica*, p. 184, Baía, 1924.



Igreja de S. Francisco de Assis. S. João del Rei. Esplendor da arte colonial. Aguarela de A. Norfini. Col. do Museu Histórico.

ço, forneceu-o o índio aldeado. O catecumeno não saiu da escravidão do português para reentrar na barbárie primitiva: dá o missionário de civiliza-lo pelo trabalho. Como diria Vieira, no sermão da "Epifania": "Necessário é logo, não só para o espiritual, senão também para o temporal das Conquistas, que os mesmos que edificam aquelas novas igrejas, assim como têm o zelo e a arte para as edificar, tenham juntamente o poder para as defender". E na política de educar o gentio, utilizando-o, fixou o sentido econômico das "missões": tornou-se, progressivamente, o grande produtor colonial. O maior fazendeiro dos trópicos (218). O que tinha em Lisboa, na frase de Oliveira Martins, "a capital da sua agência internacional de negócios bancários, comerciais e agrícolas ultramarinos..."

Nos Colégios, o "Ratio Studiorum" fazia homens letrados e casuistas (219). Não concorriam as ciências com as letras. A natureza interessava menos que a retórica: "métra cultura da fórmula, da imaginação, do gosto, da palavra"... (220) "Sendo a maior parte dos seus professores homens letrados, os educandos julgavam-se

(218) Os jesuítas repeliram a acusação de comerciantes, que lhes fez Pombal: vendiam apenas seus produtos. P. José Caieiro, *Jesuítas do Brasil e da Índia*, publ. da Acad. Bras. prefaciada pelo P. Cabral, p. 67.

(219) Anchieta, Infor., 1854, in *Cartas cit.*, p. 415.

(220) Agostinho de Campos, *Casa de Pais*, p. 247, Lisboa 1919.

em ilustrada academia com eles" (221). As humanidades, culminando em teologia, revestidas do latim, tendendo á religião, por fim transcendente, habituavam as "classes" (e "classicos" foram os autôres lidos) á contemplação da beleza literaria, á meditação da velha poesia, ao sentimento da moral antiga. Mas os colégios não se limitavam a esse ensino de letras: educavam, e escolhiam os discipulos. As suas aulas tinham um carater de seleção e aperfeiçoamento, capaz de torna-las, como afinal fôram, escolas de professôres. A seleção obedecia á curva dos cursos. Nos pátios de ler e escrever, apartavam-se "columins" e crianças brancas. No primeiro ano de Artes, ós mais inteligentes se encarreiravam para as dificuldades e segredos do latim, enquanto os menos aptos abandonavam o colégio, restituídos cêdo á dura vida colonial. Ao cabo do curso de Artes, seguiam o de teologia os que, mais habeis, deviam sêr religiosos; e a estes confirmavam os noviciados, onde adquiriam os conhecimentos scientificos e a illustração superior, que déram á Companhia de Jesus o extraordinario prestigio e a floração intellectual que desfrutou em todo o mundo.

(221) Chateaubriand, *O Genio do Cristianismo*, trad. de Camilo, II, 249. — No colégio da Bahia deparamos curioso documento, em azulêjos murais, da instrução superior que ali se ministrava. Constam dos paineis que forram a escada da antiga bibliotéca, hoje anexa á Catedral. São alegorias da Eloquentia, da Fisica, da Filosofia (vendo-se neste ultimo quadro as comédias de Molière)... A Fisica tem por simbolo uma deusa armada da luneta astronomica, com que vê os misterios do céo. Eram as imagens das três fases do curso de Arte dos jesuitas.

Os medicos

Porque os jesuitas cultivaram as ciencias com um zêlo utilissimo. Descuidosos aparentemente da medicina, fizeram-se os medicos mais seguros e prontos da colonia. Desinteressados — dir-se-ia — dos fatos da natureza, foram botanicos eximios, grandes plantadores, os mestres da genetica vegetal no aclimar as especies exoticas, e melhora-las em novo “habitat”. Especializavam-se, com inteira liberdade para exercitarem os seus estudos, “ad majorem Dei gloriam”. Nas “missões” do sul houve padres estadistas, padres militares, padres engenheiros, ótimos artilheiros, os arquitetos de catedrais, os generais das tropas guaranis, navegantes, industriais, fisicos. A medicina em certo tempo fôra para eles obrigatoria, como a assistencia espiritual. Em cada missionario, como em cada pagé, viveu um clinico: “são medicos — afirmou Vieira no “Sermão da Epifania” — porque não só lhes curam as almas, senão tambem os corpos, fazendo-lhes comer os medicamentos, e applicando-lhes...” Assim o padre Belchior de Pontes: “Era o seu medico, applicando-lhes as medicinas, estudando-as, e fazendo delas apontamentos...” (222). Exatamente como praticára Anchieta, “curando-os e sangrando-os, porque não ha outro que o faça...” (223). Dos indios aprenderam o emprê-

(222) P. Manuel da Fonseca, *Vida do P. Belchior de Pontes*, p. 91.

(223) Anchieta, *Cartas* cit., p. 179.

go de infindas hervas medicinais, cujas virtudes ensinaram, aos outros jesuitas, dos 180 colégios, dos 90 seminarios, das 160 residencias; quanto havia, espalhados pelo mundo, no fim do seculo XVII. Ao serem expulsos, tinham na Bahia a maior botica da terra.

“A pequena cerca que os jesuitas plantaram em São Paulo, junto á sua Igreja, escreveu Eduardo Prado, é um lugar celebre na historia das plantas do Brasil. Foram ali pela primeira vez cultivadas as especies indigenas, novas para os colonos, ao lado das velhas plantas classicas trazidas da Europa, plantas ligadas á historia das raças, á sua vida, á sua poesia, e que estas raças transplantaram nas suas migrações com as suas tradições e os seus altares” (224). Os jesuitas adotaram a sóbria alimentação dos tupis. Transigiram mesmo com o fumo, que tanto lhes repugnára de começo, e a herva-mate, cujas propriedades estimulantes pareciam explicar a sensualidade e a incontinencia das populações guaraní. O crime de “beber fumo” fôra gravemente punido pelas primeiras autoridades ecclesiasticas (225); era reputado tão gentilico como a poligamia ou a tatuagem do corpo. Pois já em 1550 o padre Manoel da Nobrega defendia o tabaco: “Todas as comidas são muito dificeis de desgastar, mas Deus remediou a isto com uma herva, cujo fumo muito ajuda a digestão e a outros males corporais...” (226). No seculo II, seria a maior riqueza da terra!

(224) *Conferencias Anchiitanas*, p. 49.

(225) *Historia da Colonização Portuguesa*, I, 375.

(226) *Cartas do Brasil*, ed. da Acad. Bras., p. 112.

Tambem á herba-mate chamára um frade de “herba do diabo” (227): e tornar-se-ia, pouco depois, a principal mercadoria das “missões” meridionais.

A renovação da paisagem

A terra americana tinha uma fisionomia economica muito pobre: além da mandioca, do tabaco e do algodão, pouco mais produzia que podesse ser negociado pelo povoador, necessitada das coisas da Europa que só os frutos da nova colonia lhe dariam, á sua indigencia ainda maior que a do país. Os indios, na sua lavoura nómade, plantavam algum milho e alguma mandioca. O algodão das suas rêdes era colhido ao acaso, onde havia a planta silvestre. As frutas do seu alimento eram a pacova, e o cajú que nutria e embriagava (228). Reduzia-se-lhes a industria á fabricaço da farinha e á fermentaço da bebida. A caça moqueada, o peixe de que viviam as tribus ribeirinhas, completavam as exigencias do seu consumo. Não se demoravam no sitio do plantio senão pelo tempo da sementeira e da safra. Não guardavam as sobras da colheita senão por um breve prazo — a farinha de guerra, para as viagens e as lutas, o moquem do giráu quando a

(227) R. Martins, *Ilex-Mate*, p. 17, Curitiba, 1926.

(228) «L'arbericulture ne parait pas avoir été très développée chez les Tupinamba. Ils ne plantaient comme arbres fruitiers que des acajous... mangaves... papayers... et, pour leur utilité, des calebassiers». (A. Métraux, *La Civilisation materielle des tribus tupi-guarani*, p. 66, Paris 1928).

pesca ou a caça faltavam. Não permutamos produtos, não conheciam a acumulação individual, não se precavam contra os periodos de fome. Foram incapazes de aperfeiçoar o seu metodo de produção. Descobriram, com uma admiravel experiencia, as plantas medicinaes, mas o seu ciclo agricola, de homem que não soubera amansar animais úteis nem melhorar as arvores de fruto, não se alterou em quatro seculos.

*“As frutas quasi todas nomeadas
São ao Brasil de Europa trasladadas...”* (229)

Antes, disséra Anchieta, “as coisas necessarias ao sustento” eram “insipidissimas e de pouca estimação”; entretanto, “com as pauperrimas comidas de que usamos se fez mais robusto” (230). Os jesuitas fizeram as suas quintas — os jardins botanicos do tempo — ricas das principais variedades exoticas que os padres traziam do oriente e de Espanha. Quasi todas prosperaram na terra. Daí sugerir Vieira a el-rei “mandasse passar as drogas da India ao Brasil”. “Consistia a utilidade deste meio em que, tendo no Brasil as ditas drogas, e sendo a condução delas tanto mais breve e mais facil, as podíamos dar muito mais baratas que os holandêses com os ficarmos destruindo na India” (231). Como os portuguezes venceram os vene-

(229) Botelho de Oliveira, *A Ilha de Maré*, edição da Academia Brasileira, p. 183. Vd. nossa *Hist. da Civilização Brasileira*, p. 110, nota.

(230) Anchieta, *Cartas*, ed. da Acad. Bras., anot. por Afranio Peixoto e Antonio Alcantara Machado, p. 44.

(231) Vieira, *Cartas*, II, 227.

zianos, queria o nosso grande pregador que vencessem os flamengos: de começo o Oceano Indico derrotára o Mediterraneo; seria agora batido pelo Atlantico... A laranja da China (cantada por Gregorio de Matos) (232), nacionalizára-se na Baía, graças aos padres; e, desde o seculo I, tomando allí quintais, “palmeiras carregadas de côcos e outras de tâmaras, e de laranjeiras e outras arvores de espinho, figueiras, romeiras e parreiras...” (233).

Os coqueiros do Pacifico (234) alastraram a onda vêrde pela costa acima, da ponta de Itapoã ás restingas da Paraíba. Bordaram o litoral com a sua ondeante muralha. O Brasil ficava a meio caminho das Indias. Como a sêda, a porcelana ou o palanquim da China encalhavam aqui, com os galeões, e, dos navios da escala, se desviaram para o consumo da terra, a flora oriental deixou, de passagem, a muda e a semente. Em breve o colono se cercava de um bosque asiatico que, como o pecêgo, provava

(232) Gregorio de Matos, *Obras*, ed. da Acad. Bras., VI, 120. Vd. Ignacio José de Macedo, *Considerações sobre... monarquia portuguesa*, p. 112, Lisboa 1834; P. Calbral, *Os Jesuitas no Brasil*, p. 198 nota.

(233) Gabriel Soares, *Roteiro do Brasil*, p. 122. Mauricio de Nassau faria depois o seu jardim, com «todas as castas de arvores de frutos que se dão no Brasil, e ainda muitas que lhe vinham de diferentes partes»; e «pôs nesse jardim 2 mil coqueiros, trazendo-os para ali de outros lugares...» (Frei Manoel Calado, *Valeroso Lucideno*, p. 52).

(234) «Cultivam-se palmas de côcos grandes e colhem-se muitos, principalmente á vista do mar... sem os mais proveitos que tiram na India...» Frei Vicente, *Hist. do Bras.*, 3.^a ed., p. 33.

melhor “em terreno alheio”... “E as arvores sagradas dos bramânes, as mangueiras gigantes” (235), as jaqueiras da Índia, todo o suntuoso pomar do oriente emprestou á costa brasileira o seu formoso aspecto de horto tropical. Arrumára-o a experiencia colonial do padre — que domesticára as arvores como fazia aos homens, adaptando-os, conjuntamente, á novidade do meio americano.

O colono típico

Assim se fez o jesuita o “colono típico” no seculo II; já no III era o “colono prospero”. Começára por educar no trabalho, manual e agrario, os indios; depois, para o sustento das “residencias”, estendera as suas plantações, ampliára e internara os seus currais; afinal, enriquecendo de bens materiais que lhes doaram os particulares e os governos, organizaram as suas propriedades-modelares, as mais vastas, as mais perfeitas, as mais produtivas do Brasil (236). Essas estancias tornaram-se outras tantas escolas — de industria bem apetrechada, de economia sistematizada, de concatenação dos esforços para o fim comum. Os colonos aí aprenderam os metodos de cultivo; imitaram aos padres a construção das casas, das estradas, das obras de arte; observaram-lhes o beneficiamento dos couros, nas suas fazendas pastorís

(235) Alfredo de Carvalho, *Estudos Pernambucanos*, p. 346.

(236) Tambem no Prata, vd. P. Guilherme Furlong, *Los Jesuitas y la cultura rioplatense*, p. 108, Montevideu 1933.

(237), o fabrico do açúcar, nos seus engenhos, a agricultura extensiva dos cereais, a exportação das colheitas. Onde havia escassos artifices, os missionarios, que tudo sabiam fazer (“casi ninguna arte ay de las necessarias para el uso comun de la vida que los hermanos no sepan hacer...”, disséra Anchieta), foram os mestres naturais dos officios. Os tecelões, os sapateiros, os carpinteiros, os ferreiros. Formaram numerosos discipulos. E armaram grandès officinas. Assim, não dependeram dos artistas imigrados do reino, que no litoral ensinaram a sua profissão aos escravos negros; e difundiram, nos sertões, os conhecimentos indispensaveis á comodidade dos nucleos coloniais. As suas fazendas resumiam a civilização material do Brasil: depois dèles, se perdeu no país a tradição desses dominios-cidades, desses estabelecimentos-autonomos, alguns servidos por 2 e 3 mil escravos e produzindo, todo ano, um enorme rendimento.

Em 1759, na “Provincia do Brasil” (do Piauí para o sul) havia nove colégios, 3 seminarios distintos, 2 anexos aos colégios, 5 casas, 36 missões e 25 residencias — distribuidas por todas as capitancias (238).

Expulsa a Companhia, os imoveis rurais que ella possuia foram leiloados pelo Estado, e comprados por par-

(237) Já Gabriel Soares escrevera... «Têm muitos currais de vacas, onde se afirma que trazem mais de 2 mil vacas de ventre, que nesta terra parem todos os anos, e têm outras muitas grangearias de suas roças e fazendas onde têm todas as novidades de mantimentos...» (*Roteiro do Brasil*, p. 121).

(238) Quadros, localização etc., in Alberto Lamego, *A Terra*, Goytacá, III, 157.

ticulares que sucederam como poderam aos padres no meneio das propriedades. Quasi todas, dada a incapacidade dos n6vos donos, desmedraram, arruinaram-se: e foram essas impressionantes ruinas das grandes fazendas dos jesuitas que admiraram, no seculo seguinte, a Saint-Hilaire, ao principe Maximiliano, a John Luccock, a Martius.

O obscurantismo

Com o ensino coisa semelhante succedeu. Desorganizado em 1759, com a expuls6o dos padres, s6 muito vagarosamente se reaparelhou nos n6vos moldes, filosoficos e politicos, sob a dire6o incerta do Estado. As ordens religiosas, que at6 ent6o tinham os seus cursos internos de teologia, os padres seculares, os capel6es dos engenhos, alguns letrados p6bres, preencheram como poderam a grande falha. A reforma pombalina foi mais de metodo que de fundo. Ao inv6s da excessiva gramatica latina dos jesuitas, foram criadas "as cadeiras de ret6rica, linguas grega, hebraica e latina, como tambem as escolas das primeiras letras" (239), a que o principe regente D. Jo6o juntou uma aula de matematicas. Administrava o ensino a Real Mesa Censoria, que por sua desidia e apatia foi pouco depois supressa. Os mestres eram pagos do "subsidi6 literario" coletado pelas Camaras, que ficavam assim com o encargo de sustenta-los.

(239) Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, I, 183.

Bons professôres não iam ao sertão; e raros viéram de Portugal para o Brasil. O individualismo colonial insurgia-se contra a disciplina escolar das classes leigas, que não tinham o alto escôpo religioso dos “pátios” da Companhia: a subordinação dos estudantes e a ordem entre eles passaram a ser de alçada comum, do lente e da policia. “... Logo que constáva pelo professor que o estudante o desatendera, era mandado para o Forte do Mar, e se na indagação que dele se fazia, se tinha a certeza de que era pouco aplicado, mandrião ou vadio, então se lhe sentava praça de soldado para ensinar-lhe a conhecer a subordinação” (240). De resto, a metropole não pensava em ilustrar demasiadamente o Brasil (241). Seria provocar-lhe os sentimentos de independencia e revolta. A ditadura de Sebastião José de Carvalho e Melo foi anticlerical, mas obscurantista: em relação á colonia, não transigiu com os interesses imediatos do Estado — vigilante, intolerante, policial. Pombal reformou a universidade, racionalizando-a; mas não reconstruiu a instrução popular nos dominios portugêses. Em 1777 só havia dois professôres na Baía, onde a “falta de estudos publicos ha quasi vinte anos” (242) ofendia uma população saudosa da “ordem” missionária.

(240) Vilhena, *Cartas*, I, 292.

(241) *Anais da Bibl. Nac.*, vol. 31, p. 368.

(242) P. Madureira, *op. cit.*, II, 415.

VIII

CRIMINALIDADE E AMOR

**O ciume na colonia — O criminoso escravo
— Os “feudos” — Decadencia e teratologia
do familiarismo — Policia e justiça.**

O ciume na colonia

O colono não confiava na Justiça del-rei, que era difficil, lenta e opiniatica. Ele, ainda nisso senhor feudal, preferia exerce-la de mão propria, ou por meio dos seus negros. Os crimes eram tão frequentes no Brasil, no seculo II, principalmente os de amôr, que os estrangeiros já desembarcavam apavorados, e ao reiniciarem a viagem observavam com espanto a sorte que os livrâra de uma estocada ou de um tiro, nas ruas assoladas pelos

“embuçados” (243). Escreveu-se até que a Baía daquele tempo era a cidade onde mais se matava por questões sentimentais. Essa opinião é comum a quantos se referiram ao Brasil no século XVIII. E tanto lá se trocavam golpes sob as adufas das mulheres — cada vez mais escondidas e fatais — que os fidalgos, os juizes, os proprios ecclesiasticos não lhes escapavam, tendo de cercar-se de muitos escravos armados para não caírem nalguma emboscada. O que se passava no resto da colonia não deixava distante o exemplo da capital.

Em 1613, avisára a Camara de S. Paulo, “que talvez ha nesta vila hoje mais de 65 homiziados, não tendo ella mais de 190 moradores...” (244).

Em Sergipe, no fim do século III, teve um ouvidor denuncia de cerca de duzentos homicidios praticados numa unica freguezia. Doze sujeitos haviam sido assassinados na mesma semana (245). Mrs. Kindersley surpreendeu-se, em 1764, do numero de mortes tragicas ocorridas na Baía (246), com a impunidade que já escandalizára a frei Martin de Nantes. Confirmaria Martius, em 1817: “Em nenhuma cidade do Brasil se registam tantos assassínios como aqui” (247). Era que costuma-

(243) Os capuzes foram prohibidos, na Baía em 1682, no Rio em 1726 (Carta de Vahia Monteiro, *Anais do Arquivo Nacional*, XV, 345): eram, antes, trajo «com que passeavam na praça...» (Padre Vieira, *Sermão do dia de Reis*).

(244) Paulo Prado, *Paulistica*, p. 28.

(245) Southey, *Hist. do Bras.*, VI, 437.

(246) Apud Taunay, *Na Baía Colonial*, Rev. cit., p. 390.

(247) *Através da Baía*, p. 84.

vam os rapazes sair ás noites, de espada de arrasto e guitarra no braço, para suspirarem *modinhas* debaixo dos balcões das damas. Viu-os La Barbinnaiz, “envoltos em longos roupões, rosario a tiracolo, espada desembainhada sob a roupa, e viola...” (248). Aqueles enamorados fermentavam ciumes ferozes. Narra François de Pyrard uma tragedia em que se envolveu o filho do governador D. Diogo de Menezes — acutilado por um zeloso marido, que em seguida apunhalára a esposa (249). Em Pernambuco asilaram muito tempo os primeiros jesuitas uma fidalga a quem o marido, homem respeitavel, queria matar, por suspeitas (250). Disse o viajante Froger — que lá esteve oitenta e seis anos depois: “São os baianos extraordinariamente ciumentos, e é um ponto de honra apunhalar um marido á mulher desde que se convença da sua infidelidade” (251). “Nisto estão mais ou menos em pé de igualdade brancos, pretos e mulatos”, acrescentaria Burmeister. “Ferozes os maridos na Baía”! exclamou o viajante Frézier em 1713, ao saber de trinta uxoricídios cometidos na cidade durante o ano. Notava o francês, lucidamente, que a escassez de mulheres brancas tornava mais complicada a sua guarda — e dramatico o seu assédio. Houve um padre em Pernambuco, em 1594, que do pulpito apostrofára: “... vós outros ho-

(248) Apud Taunay, *Na Baía Colonial*, Rev. cit., p. 368.

(249) Apud Taunay, *op. cit.*, p. 260.

(250) *Historia de la fundación del colégio de la Capitanía de Pernambuco*, p. 15, separata da Bibl. Nac., 1936.

(251) Taunay, *op. cit.*, p. 291.

mens não quereis senão fazer adulterios a vossas mulheres, pois desenganai-vos, que elas na mesma moeda vo-lo pagarão..." (252).

"Se um estrangeiro tem qualquer aventura com uma mulher e esta viér a descobrir-se, não ha recursos de que os portuguezes não lancem mão para punirem, pela morte, o temerario amante", contou La Flotte (253).

Com o retraimento da mulher e a truculencia masculina os viajantes teceram a lenda infame, que alarmou a James Cook, relativamente á concupiscencia das enclausuradas fluminenses, da sua predileção pelos forasteiros e dos seus divertimentos noturnos, pitorescos e tragicomicos (254). Vingaram-se, com essas histórias malignas, da "urupemã" que defendia a dama colonial e da primitiva e cega brutalidade do homem, seu senhor.

O criminoso escravo

Nas Minas Gerais, onde a familia branca ainda não podéra ser organizada, "caso de morte publicamente executada era violar a fé da concubina, se o ofendido não preferia açoiar solenemente o culpado. Era o "adulterio da epoca", o seu "codigo de sangue" (255).

(252) R. Garcia, *Denunciações de Pernambuco*, p. XXI.

(253) Taunay, *Viajantes do Brasil Colonial*, p. 102.

(254) M. Albert Montémont, *Voyages*, II, 6, Paris 1857.

(255) Diogo de Vasconcelos, *Historia Antiga de Minas Gerais*, p. 209, Belo Horizonte 1094.

Ali, segundo Antonil, não havia homem branco que não se acompanhasse do seu negro espingardeiro. Atribuiu o padre Manoel da Fonseca o costume de entrarem os escravos armados nas terras mineiras aos atentados, que os paulistas perpetravam, castigando “emboabas”, que, em revide, arregimentavam os “congos” que traziam do litoral (256): tropas negras contra tropas mamalucas. Depois, sucessivas ordens governamentais proibiram aos cativos o porte de armas de fogo, até de páus ferrados, com que cometiam crimes frequentes. O numero de negros afeitos á luta por conta dos amos pôde ser avaliado pela expedição de 1711, que organizou Antonio de Albuquerque em socorro do Rio de Janeiro tomado por Duguay-Trouin. Compusera-se de 3 mil homens de linha e 6 mil pretos militarizados (257).

A barbárie negroide agravára, no litoral, a paixão portugêsa (258). A população era a mais escura da colonia e cada vez mais se tingia, com a abundante importação de africanos. Os escravos domesticos empregavam ao homem branco a sua selvageria; e ele a dirigia contra os seus rivais. Porisso os assassinios foram tão numerosos, frios e brutais. O amôr era do senhor; o odio era do servo. De resto, afirmou Tollenare, quem não podia vingar-se do senhôr, vingava-se nos escravos

(256) *Vida do V. Padre Belchior de Pontes*, p. 206.

(257) Duguay-Trouin, *Mémoires*, p. 265, Amsterdam 1756.

(258) Estatísticas e comentarios, in Nina Rodrigues, *As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, p. 78, Rio, 1933.

dele, como se fossem o seu gado... (259). O Dr. White, que visitou o Rio de Janeiro em 1787, atribue aos negros a quasi totalidade dos crimes (260): era tambem, segundo Bulkeley, o lugar no mundo onde se matava mais barato... Em Minas Gerais havia cerca de oitenta execuções por ano (261), de homicidas africanos.

Crimes celebres

Alguns crimes celebres do seculo XVII indicam a situação de insegurança e violencia em que a Baía se achava, apesar da sua guarnição militar, da presença de um governador geral e da ação de uma justiça togada. O provedor da Alfandega, André de Brito, homiziára-se, pela morte que déra a dois negros do alcaide-mór Francisco Telles, que procuravam assassina-lo por conta do amo. Gonçalo Ravasco, sobrinho do padre Vieira e que foi depois Secretario do Estado, estava de viagem para a Africa por sentença da Relação, em virtude da cutilada que jogára a um meirinho. Em seguida, doze embuçados, dos mais conhecidos personagens da cidade, assaltaram á luz do dia a "serpentina" em que se transportava o alcaide, com sua guarda de pretos, e o trucidaram com escandalo — fugindo depois para o Colégio dos jesuitas (262). Por

(259) *Notas Dominicais*, p. 100.

(260) Taunay, *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 144, p. 477.

(261) Southey, *Historia do Brasil*, VI, 480.

(262) Pedro Calmon, *O Crime de Antonio Vieira*, Comp. Melhoramentos de S. Paulo. Fôra um exemplo de assaltos assim,

esse tempo, um sobrinho do arcebispo D. João Franco fôra assassinado — dedicou-lhe um soneto Gregorio de Matos — e cinco moços, de distinta origem, se travestiam de bândoleiros, em Porto Seguro. Morreram no patíbulo.

O primeiro bispo de Pernambuco retirára-se para Lisboa, depois de um tiro que lhe dispararam de uma janela (263). Fernão Barbalho, homem fidalgo (264), roído de ciúmes, matou a mulher e tres filhas moças, ajudado de um filho. Acabaram no cadafalso, como o potentado mineiro Antonio de Oliveira Leitão, que, por presentir a filha no quintal a sacudir um lenço, a apunhalára, em Vila Rica...

Os “feudos”

Uma fórmula barbara e feudal da “justiça de Família” foi o reciproco exterminio dos partidos que se fizéram á roda de certos patriarcas, tão sanhudos e ferozes no seculo XVII, em S. Paulo ou na Baía, como nos seculos XVIII e XIX, nos sertões. O dissidio, longo e sangrento de Pires e Camargo, começado em S. Paulo, em 1640, por uma pegadilha entre dois fidalgos espadeiros (265),

o em que morrera o marquez de Sande, em Lisboa, em 1667. (Camillo, *Sentimentalismo e Historia*, p. 193, Porto 1897).

(263) Loretto Couto, *Desagravos do Brasil*, p. 190.

(264) Vieira, *Cartas*, II, 291.

(265) Pedro Taques, *Nobiliarquia*, ed. Taunay, I, 68; Taunay, *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*, IV, 37, S. Paulo, 1928; e *Historia Seiscentista de S. Paulo*, vol. II. Em S. Paulo,

póde simbolizar a luta de clans, que, muitas vezes, se transformou em guerras intestinas. As famílias dividiam-se em parcialidades armadas, reunidas militarmente á sombra do estandarte patriarcal, manejadas pelos odios e caprichos dos seus velhos capitães. A consciencia tribal é mais viva do que a idéa regional ou o sentimento nativista. Os *emboabas* venceram os paulistas porque eles se desuniam, em face do inimigo comum, preferindo hostilizar-se mutuamente, na exaltação das suas paixões domesticas. Taubateanos e paulistas detestam-se e combatem-se. Essa desarticulação das hostes "brasileiras", em frente aos intrusos, foi o começo da vitoria destes (266). O governador Artur de Sá, em 1697, acóde a S. Paulo para pacificar as varias famílias desavindas. Porque Timoteo Correia mandasse prender a José Pinheiro, acusado de interceptar a renda da alfandega, em Santos, o compadre do máu funcionario, Diogo Pinto do Rego, o arrancou da cadeia e com ele se forti-

fraudando a lei sobre a administração dos índios, «cada chefe de familia tinha este titulo (de «administrador»). Só no termo da vila paulistana se contavam mais de 400, e nas capitánias anexas mais de 4 mil...» (Vd. Taunay, *Hist. Ger.*, IV, 293). Isto censurára Vieira, *Cartas*, II, 359.

(266) Basilio de Magalhães duvidou da rivalidade entre os de S. Paulo e os de Taubaté, *Docs. sobre o bandeirismo*, *Rev. de Inst. Hist. de S. Paulo*, XVIII, 481. Mas os documentos publicados por Feu de Carvalho, na *Revista do Arq. Publ. Mineiro* e no seu *Ementario da Historia Mineira*, viéram mostrar que os *emboabas* se prevaleceram daquela divisão, habilmente explorada pelos invasôres portugúeses.

ficou, na sua casa da encosta de Monserrate, desafiando as autoridades do planalto. Desenha-se o dissídio entre a marinha e o altiplano, entre os negociantes do litoral e os sertanistas de S. Paulo: e descem estes com Timoteo Correia, cem brancos e 500 índios, cercam o reduto do velho Diogo Pinto e assestam a artilharia do forte da barra contra os sitiados. Compôs-se a situação com a formalidade de ficar José Pinheiro preso por duas horas: um Te Deum celebrou o acôrdo e ambos os partidos se acolheram, arrogantes, aos seus quartéis. A guerra dos Mascates, Olinda contra Recife, os aristocratas da colina contra os mercadores da beira-mar, revestiu-se de semelhante aspecto, de famílias aguerridas, acaudilhadas pelos seus chefes, conduzidas, mediante os seus laços consanguíneos, contra os comerciantes da baixada — pundonorosas, disciplinadas pelo espirito de clan, sacrificadas á solidariedade com os patriarcas (267).

Nos sertões, os chefes de família uniam ao seu grupo escravaria e peonagem. Assim Pedro Vaz de Barros: “Era a sua casa de numerosa família, tendo debaixo de sua jurisdição mais de quinhentas almas...” (268)

Fortes de numerosos negros, os agitadores das Minas puzeram muitas vezes em perigo o governo da capitania, expulsaram autoridades, afrontaram a força regular, um

(267) Vd. Varnhagen, *Hist. do Bras.*, 3.^a ed. integral, III, 395, e notas de R. Garcia. A guerra explodiu com o alarma dado pelo capitão-mór Pedro Ribeiro, a quem o governador mandára prender.

(268) P. Manoel da Fonseca, *Vida do P. Belchior de Pontes*, p. 127.

regimento de dragões mandado vir de Portugal em 1718, sem o qual o conde de Assumar não dominaria a insurreiçào dos potentados de Vila Rica e Pitanguí.

O principal insurreto de Vila Rica, Pascoal da Silva Guimarães, *emboaba* milionario, possuia mais de 3 mil negros no seu morro do Ouro Podre.

Domingos do Prado, que sublevou Pitanguí, em 1720 reunira multidão em trincheiras margeando o rio São José, que os dragões tomaram de assalto, com muitas perdas. A outro paulista rebelde, Pedro Camargo, matára em praça publica um sertanista: longe de ser o crime castigado — como de Lisbôa estranhou o rei Pedro II — déram ao matador a chefia de uma bandeira devassadôra das regiões meridionais. Borba Gato, o genro de Fernão Dias, implicado no assassinio do inspetor das minas, D. Rodrigo de Castelo Branco, acabou tenente-general e senhôr das faisqueiras de Sabará, pelo favôr que fizêra de manifesta-las, resgatando o sangue derramado com o ouro achado.

Aos régulos menos submissos, como aos Lemes, era que a justiça punia, indo prende-los com engôdos e traições aos seus matos nativos: de vez em quando, para esgarmento dos maiores criminosos, uma grande comitiva de magistrados e milicianos fazia descer dos sertões algum bandeirante famoso pelas mortes de que o acusavam. Mas, para ser desalojado do alto São Francisco Manoel Nunes Viana, comandante da reação *emboaba* de 1709 contra o governo do Rio de Janeiro, foram necessarios quatorze anos de cautelosas providencias, intimações e ameaças:

em 1725 ele seguiu a justificar-se no reino, e voltou, nomeado escrivão de Sabará, um dos mais rendosos empregos da colonia. Morreu na Baía, reconciliado com as leis (269).

Decadencia e teratologia do familiarismo

Ao familiarismo (ou coronelismo) sertanejo filia-se o banditismo do nordéste: quando os asséclas se desligam da tribu protetora e fazem os assaltos por conta propria, deixam de ser os apaniguados do senhor feudal, e resurgem bandoleiros. Nos lugares povoados, a guerra privada compete ao "coronel", ou "pater familias" arbitro dos destinos locais. Mas onde a sua influencia desaparecia, rareavam os habitantes, o deserto assegurava a impunidade e a religião e a lei reduziam-se á credence mamaluca e ao respeito á propriedade alheia, o "cabra", o "cangaceiro", o "capanga", o bandido, esqueceram a tradição das guerras familiares e desenvolveram livremente a sua aventura de devastadôres dos sertões (270). Imitaram nisso

(269) Cf. doc. inédito que publicamos em art. no *Jornal do Comercio*, Rio, de 19 de Maio de 1932, retificando os cronistas, como Diogo de Vasconcelos, *Hist. Antiga de Minas*, que indicaram sua morte em Portugal. Uma carta do vice-rei Galvêas, de 1738 (o mesmo que fôra capitão general das Minas por ocasião do «Triunfo Eucaristico») refere-se ao falecimento de Nunes Viana e á necessidade de preencher o pingue lugar com pessoa distinta.

(270) Resultado de uma energia barbara e sem direção... Vd. Gustavo Barroso, *Almas de lama e de aço*, p. 14; Silvio Julio,

aqueles antigos mercenários que, uma vez desempregados, cívavam nas populações desarmadas o instinto de barbárie nómade. As origens coloniais do banditismo nordestino (regiões onde as fórmulas primitivas da sociedade brasileira ainda guardam as suas linhas históricas) são nobres e nacionalizantes: retratam uma decadência; a da ação feudal dos despotas familiares. Os “cangaceiros” podem ser considerados, na sua formação de vagabundos do deserto encalhando as prêsas, como bandeirantes falhados: a teratologia social de uma aristocracia de bravura e de raça, (“o cangaceiro é sempre assassino, raramente ladrão”) engendrada em contraste com a precipitada civilização do litoral (271).

Etnicamente, cangaceiro e bandeirante acusam os mesmos elementos componentes: são, na sua maioria, mamalucos sólidos e andejos. Socialmente, pertencem ao mesmo meio físico, á mesma zona de dispersão pastoril, ao mesmo tipo de povoamento divergente. Ao primeiro, o isolamento conservou a ferocidade natural, exagerou-a, agravando-lhe a incapacidade de adaptação á vida gremial. Ao segundo, a orientação civilizadora restituiu ao ambiente das aglutinações familiares, a riqueza os erigiu em troncos de outras tantas tribus poderosas, e a pros-

Terra e Povo do Ceará, p. 71, Rio 1936. O tipo colonial do patriarca está ainda fixado, v. g., na ata de Joazeiro, documento de 1911, transcrito pelo autor citado: — aí os «chefes» locais se asseguram um apoio mutuo, como em aliança de potentados feudais.

(271) Ch. de Ribeyrolles, *O Brasil Pitoresco*, trad. de Machado de Assis, II, 89, Rio 1852.

peridade destas os elevou á categoria de heróes nacionais: “a raça de gigantes”, segundo Saint Hilaire.

Referiu Koster o caso do padre Pedro, um sacerdote do Ceará, que açoitava na sua fazenda guarnecida de clavinoteiros todos os bandidos das cercanias. Chamado a Fortaleza pelo governador, entrou na cidade com a sua turma de guarda-costas, postou-se á porta do palacio, e falou ao representante do rei com uma logica altiva: — O senhor conhece o sertão e sua vida... Não tenho culpa dessa vida ser barbara como é. Não a fiz. Encontrei-a, e vivo de acordo com o lugar... “E continuou sua vida barbara, mandando atrelar á bolandeira e ao engenho de cana, como muares, os officiais de justiça que caiam na asneira de vir cita-lo e os comandantes dos destacamentos que vinham sitia-lo e que desbaratava” (272). “A luta entre os Montes e Feitosas, no sertão cearense (diz ainda Gustavo Barroso) semelhante ás guerra que se faziam na Italia medieval Montecchi e Capuletti, ou na Argentina, ha quasi cem anos, Ocampos e Davilas, durou longo tempo”. O principal Feitosa, Manoel Martins, foi preso pessoalmente pelo governador Oeynhausien — mais raptado de que preso — e embarcado ás pressas para Portugal (273). Entre Cunhas e Patacas, entre Militões e Guerreiros, Mouras e Cangussús...

(272) Gustavo Barroso, *Almas de lama e de aço*, p. 35, S. Paulo.

(273) Barroso, *Terra de Sol*, 3.^a ed., p. 141, dá outros informes sobre as lutas tribais do nordéste. Inspiraram a Afrânio Peixoto o romance «*Sinházinha*», a Xavier Marques, «*Terras Mortas*», etc.

entre tantas outras dinastias de chefes sertanejos, conflitos tão vastos, trágicos e ferozes se travaram, como um derivativo do heroísmo sem emprego e da solidariedade primitiva entre os grupos colonizadores.

Policia e Justiça

À justiça familiar, feita pelas próprias mãos, fugindo á escassa e tarda justiça do Estado, se juntava nas vilas a ausencia de policiamento. De Lisbôa, antes de Pina Manique, se disse: “Não havia iluminação publica, a policia era exercida por rondas de paisanos capitaneados pelos ministros dos bairros, que não infundiam respeito algum, e a tropa de linha era a primeira a desconsiderar a autoridade civil e a fomentar aquella depravação” (274). O famoso Intendente moralizou a Capital iluminando-lhe a “rua suja” e correndo-a com patrulhas de policia montada, dois recursos extremos que transformaram os costumes noturnos do reino.

No Brasil sómente identicas providencias seriam eficazes.

Enquanto não alumiamos as vilas e não organizamos a tropa, a sociedade colonial viveu sem segurança, guardada pelos seus negros espingardeiros, contestada a força pela força.

As Camaras mantiveram os seus quadrilheiros, quatro dos quais, no seculo II, bastavam para policiar São Paulo.

(274) Caetano Beirão, *D. Maria I*, p. 252, Lisboa 1934.

Desde 1638 um esbôço de exercito — os terços — apoiou o governo geral. Os capitães-móres, com o regimento do conde de Obidos, de 1 de Outubro de 1663, tiveram as funções delimitadas, as obrigações esclarecidas, como agentes da ordem. Foram vitalícios até 1709, depois trienais: “A principio competia aos governadores o provimento destes postos; mas depois foi a eleição confiada ás Camaras; de modo que nas em que havia simples juizes ordinarios e onde os membros delas “eram officiais mecanicos e pobres singeleiros”, recaía quasi sempre a eleição em quem o *potentado* da terra indicava” (275).

O commandante de ordenanças acentuou, nos sertões, a sua fisionomia patriarcal de senhor da região. Mas as patrulhas militares varreram das cidades os criminosos profissionais. O primeiro ato de prevenção contra os delitos publicos, na Baía, foi, em 1683, ordenado pelo governador Antonio de Souza, que proibiu aos homens o uso das suas grandes capas, em que se embuçavam para o amôr e para a morte (276).

Já ao tempo de Ferdinãnd Dénis, “vivia a cidade muito bem policiada; á noite, patrulhas numerosas percorriam-lhe as ruas, prendendo vagabundos. Os assaltos de que outróra se falavam tinham, desde muito, desaparecido” (277).

(275) Varnhagen, *Hist. Geral do Brasil*, 3.^a ed., III, 420.

(276) Vieira, *Cartas*, II, 239; Gregorio de Matos, *Satirica*, I, 268 (ed. da Acad. Bras.).

(277) Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 117.

2

O HOMEM

IX

A FORMAÇÃO DO POVO

**Europeus e mulatos — Psicologia portugue-
sa — O mestiço — A esquivança da familia
branca — A negra**

Na costa agricola preponderava o mulato com a lenta diluição dos elementos puros. O numero de pardos era tão consideravel que, em 1733, foram extintas as ordenanças que eles deviam formar, para que se alistassem livremente nos corpos europeus. Na estatistica de 1819, a quantidade de mestiços (628 mil) é apenas inferior á de brancos (843 mil), aos quais se equiparam, ajuntou Alcide d'Orbigny (278).

No interior, pastoril, dominava o mamaluco; porém coexistiam os nucleos extremes, protegidos pelo indivi-

(278) *Voyage dans les deux Amériques*, p. 155, Paris, 1836.

dualismo sertanejo. Um alvará de 1755 réputou por nobres e convenientes os casamentos de brancos e indias. Condenaveis sómente eram as tisanas de negro e judeu...

Nas terras de conquista, massas de indios conversos incorporavam-se á civilização, levando-lhe todos os seus habitos domesticos. “A barbarie finalmente — acrescenta João Francisco Lisbôa — na epoca da expulsão dos jesuitas, invadia por tal modo a população que, banida já a lingua portugûesa, só da geral ou tupica se fazia uso até nos pulpitos” (279).

“Los paulistas no hacen mucho caso de oro, y prefieren maloquear indios”, dissera um governador do Paraguai (280). E formando um tipo especial de sociedade, o homem da savana meridional igualava os seus costumes ao “criolo” e ao caboclo do pampa, definindo, num meio geografico analogo, uma fisionomia racial, tambem semelhante. daquelas quatro expressões coloniais apenas a primeira, que chamariamos a civilização matriarcal-agricola, aspirou a copiar a Europa, por dentro e por fóra, vestindo-se, produzindo, pensando á moda estrangeira. As outras permaneceram indissoluvelmente indigenas. A nossa historia politico-moral consistiu na sua gradual assimilação pelas idéias e instituições que seguiram, da costa para o interior, o caminho áspero das bandeiras. “O ritmo da civilização brasileira é avançar para o oeste e dominar o grande corpo do país” (281). Essa

(279) *Obras Completas*, III, 174.

(280) Paulo Prado, *Paulistica*, p. 56.

(281) Silvio Romero, *Estudos Sociais*, p. 156, Lisbôa, 1912.

entrada, porém, sucedeu á emancipação politica do Brasil. O movimento da Independencia, sacudido pelas vibrações doutrinarias européias, agitou-se entre as populações agricolas do litoral, naturalmente gregarias e ligadas pelo mesmo clima espiritual e economico. O seu fundo comunitário, de populações desenvolvidas na mesma zona de impacencias e interesses, permitiria a uniformização ideologica, que só a sociedade secreta — correlativa da solidariedade agraria — podia então consumir. Onde a lavoura era mais prospera, as reservas intellectuais se accumulavam: Virginia do Brasil, foi a Baía. A direção do país, no seculo XIX, esteve em mãos dos grandes agricultores litoreaneos que lhe tinham feito a Independencia. Daí dizer-se que repousava o Estado sobre o trabalho escravo e se arrimava aos engenhos de açúcar e ás fazendas de café. A destruição dessas bases tradicionais de apoio do Estado — o “latifundio” e o engenho — acompanhar-se-ia da transformação social e economica do Brasil, ao findar o seculo passado.

A historia nacional circunscreve-se á formação do tipo brasileiro, á fixação das suas pretensões, á criação e vida do Estado que ele aparelhou. E’ a civilização “mulata” ou matriarcal-agricola. As outras fórmulas raciais asseguram-lhe o perimetro geografico de sua expansão e a renovação dos seus quadros etnicos. Poderíamos dizer, como Bolivar: Não nos confundimos com nenhuma outra especie humana.

Hoje, a separação dos elementos originários tem um aspecto histórico exclusivo (282). É o Brasil um dos países onde a homogeneização social se processou mais rápida e completamente. Nenhum outro povo tão ligeiro marchou para a estabilização de um tipo procedente dos mais opostos fatores; principalmente em nenhum outro as propriedades unitivas do idioma, da religião, do meio físico, se conjugaram tão intimamente para uniformizar, num imenso território (Luc Durtain disse que o Brasil é um dos cinco países verdadeiramente cósmicos) a descendência de inúmeros troncos, celtico, negroide, aborígene.

Branços e mulatos

O português foi o mais habil dos povoadores das regiões intertropicais, porque os seus climas físico e moral, entre a Europa e a África, “nação educada na mocidade por mouros e árabes”, disse Murphy, o tinham transfor-

(282) Antropologicamente, desmentiu o Brasil o pessimismo de Buckle e tornou irrisória a profecia de Lapouge, quando julgou que nos transformaríamos num Congo. Gobineau tem razão, quanto á predominância do *espírito branco*. A uniformização da raça faz-se por cima, na orientação dos seus elementos nobres; não por baixo, de acôrdo com os seus elementos inferiores. A fusão dos povos num só povo lhe resumiu, no Brasil, as qualidades positivas do seu tronco europeu: o esforço inconciente da nossa evolução consiste na diluição dos tipos primitivos-puros (caboclos e negroides), vinculados ao tipo predominante-mixto pelas condições igualitárias da nossa civilização.

mado num meridional moreno, sóbrio, predisposto á aliança com as raças escuras, apto ao trabalho onde o sol requeima a terra, resignado, aventureiro, persistente — navegante pela sua condição de gente ribeirinha, mercador pela sua herança iraelita, soldado pela sua pro genie lusitana, colono pela sua tradição moura. Emigrou, para não mais voltar (283).

Desde o meiado do seculo XV, o oceano exerceu sobre o povo lusitano, pobre, hesitante entre a ameaça espanhola, a intranquilidade religiosa e a sugestão das nóvas terras descobertas pelas caravelas do infante D. Henrique, uma atração triunfante. Tornou-se o povo mais facilmente deslocavel da Europa: o de maior capacidade de aventura e viagem, como se equiparasse a sua exigua terra á coberta de um navio, abrigo transitorio que devia abandonar cêdo, para outras, surpreendentes jornadas. A população de Portugal, ao iniciar D. Manoel o Venturoso o seu reinado, era de um milhão de homens, dos quais 300 mil em estado de participar dos riscos e glorias da epopéia marítima. Pois, entre 1497 e 1527, “durante os trinta primeiros anos do imperio portuguez do Extremo Oriente, 320 navios partiram para a Índia e transportaram 80 mil pessoas, entre soldados e passageiros” (284). Depois, Portugal

(283) «Los descubridores y conquistadores del siglo XVI fueron algo semejantes a los inmigrantes del siglo XX...» Blanco Fombona, *Los Conquistadores*, p. 196.

(284) Fidelino de Figueiredo, *Estudos de Historia Americana*, p. 21, S. Paulo.

*“Na quarta parte nova os campos ara;
E, se mais mundo houvera, lá chegara”.*

(Lus, XII, 14) (285)

Psicologia portuguesa

Aceitára, com uma surpreendente facilidade, as condições da vida equinocial, numa adaptação ativa, a imitar, no Brasil, a sua civilização espiritual e material, e numa adaptação passiva, subsistindo pelo seu acôrdo com o índio, metendo-se com ele no mato, lançando fóra a sua hereditária cultura como a um fardo, para resistir ao “meio” como um tupi. Na costa do Brasil, fez-se senhor de engenho — transplantando os costumes patrios; no interior, fazendeiro “caboclo”. A escravidão corrompeu-lhe acolá os sentimentos atavicos, de temperança, virtude e recato, que, sem a escravidão, o sertanejo conservou — pouco associativo, punindo com a morte os crimes de amôr, ignorando a poligamia da *casa-grande* ou a polian-dria da *senzala*.

O europeu era tenaz, inteligente, empreendedor: mas a sua iniciativa como a sua audacia participaram da circunstancia emotiva, essencial á atividade, á indole portuguesa. Este foi sempre um povo que pensou, agiu, realizou por explosão (observou Keyserling) — como indicam o seu idioma, os seus ciclos economicos, as curvas da

(285) Leia-se Afrânio Peixôto, nos seus magistraes *Ensaios Camonianos*, p. 388, Coimbra, 1932.

sua, e da nossa historia. Dirigiu-o, invariavelmente, algum misticismo flagelante: patriótico, religioso, marítimo-colonial.

Num do seus apologos, disse D. Francisco Manoel: “Desde a perda del-rei D. Sebastião até a da cidade da Baía, cabeça do Brasil, não fizeram os fidalgos portugueses senão passear nos coches... E ainda bem a nova não foi certa, quando já a maior e melhor nobreza se lançava como a nado em cata da vingança de seu inimigo” (286).

Semelhantemente, não se agitou senão de golpe, em crises, nevrosado por choques rudes — para correr os castelhanos, varrer os mouros, expulsar os judeus, defender o concêlho, povoar as terras achadas, marinheiro e guerreiro ao acaso, traficante e agricultor, alternadamente, capitão no oriente, minerador no Brasil, plantador ou negreiro alhures — capaz de um mimetismo completo, que lhe criou o exito brasileiro.

O mestiço

De inicio, onde o puro portuguez não medraria, engendrou uma familia mestiça, estruturou um povoamento vivaz. Foi a sua solução antropologica do problema colonial (287). Nenhum outro povo conquistador se identi-

(286) *Apologos Dialogais*, II, 57, ed. de 1900.

(287) «Os clérigos desta terra... dizem publicamente aos homens que lhes é licito estarem em pecado com suas negras, pois que são suas escravas...». Isto em 1551! P. Manoel da Nobrega, *Cartas do Brasil*, edição da Academia, p. 116.

ficou, como este, á sua missão economica. Não se isolou em elite branca, extreme e bloqueada: enobreceu, pelo cruzamento, as raças dominantes, e deu ao Brasil uma população brasileira (288).

O mestiço é vigoroso e hábil. A cruza não lhe sacrificou, nem a energia fisica do servo, nem a intelligencia do senhor (289). Tanto o branco como o negro tinham de aclimar-se: porém o mulato ou o mamaluco era a planta nativa (290). O crioulo, nos engenhos, valia mais que o africano; o cariboca, no sertão, resistia melhor que o portuguez ou o tapuio (291). Outrora e hoje (292). A proliferação, a força muscular,

(288) A primeira referencia a «Povo brasileiro», é de Gregorio de Matos, 1692, *Obras*, II, 88, edição da Academia.

(289) Vd. José Gil Fournou, *El Hombre y la Historia*, p. 48, Madrid.

(290) A experiencia brasileira desmente a classica antropologia no seu primeiro postulado: de que só o cruzamento das raças «proximas» dá bons resultados, ao passo que a mistura de mui diversas raças implica em produtos desfavoraveis (Hermann Lundborg). Nisso ia mais politica que biologia racial, apesar da autoridade de Davenport, Fischer, Ploetz, Leng, etc.; Gobineau, Lapouge, Chamberlain, Holmes, etc. Não compreendiamos, v. g., a tése americana: «O motivo principal por que o sulista se opõe energicamente á fusão das raças, é que um traço de sangue negro faz que se fique negro». (Warrington Dawson, *Le Nègre aux États-Unis*, p. 336, Paris 1912).

(291) Vd. Roquette Pinto, *Arquivo do Museu Nacional*, XXX, 320.

(292) São estas as conclusões do serviço de saúde do Exército, Coronel Artur Lobo da Silva, *A Antropologia no Exército Brasileiro*, *Arq. do Mus. Nac.*, XXX, 33.

a exaltação nervosa, geralmente o equiparam ao branco, com o qual tende a confundir-se (293). Mas a psicologia, híbrida, vivamente impressionada pela herança etológica do negro ou do bugre, pertence a uma sub-raça definida. A superioridade do mestiço tropical sobre os troncos ancestrais — em fertilidade e vitalidade (294) — manifestou-se na gradual extinção do elemento indígena, na sua vitória sobre o concorrente estrangeiro, na expansão territorial do mamaluco.

O negro, em regra, não passava da terceira geração. Até 1850, os negros sem méscia eram africanos, ou filhos de africanos. Cresceu o numero de mulatos em função da sociabilidade do escravo; o de pretos, oscilou com o trafico. Aqui, em proporção aritmetica; acolá, em proporção geometrica.

Em 1765, o governo interino da Baía notára: "... os moradores desta cidade divididos em 4 partes, quando muito só a quarta parte será de brancos..." (295).

Para 25.502 pretos havia na Baía, em 1807, 11.350 pardos, 14.260 brancos. Para 305 mil negros em Minas, em 1835, havia 170 mil homens de côr. Destes, 40 mil continuavam cativos, não obstante a mestiçagem. Uma

(293) Quatrefages, *L'Espèce Humaine*, p. 283. — Vd. a informação de d'Orbigny, *Voyage dans les deux Amériques*, p. 155, Paris 1836.

(294) Earl Einch, *Les Effets du mélange des races, Mémoires sur le contact des races*, Londres, 1911, p. 123.

(295) *Anais da Bibl. Nac.*, vol. 31, p. 97. Dois terços de negros, disse d'Orbigny, op. cit.

estimativa da população do Imperio, na mesma data, dá para 845 mil brancos e 1.987.000 negros, o total de 628 mil mestiços.

A esquivança da familia branca

A mulher branca, em grande minoria, pouco freguente na imigração e ainda desviada do casamento pelo zêlo religioso dos pais — dava apenas para formar a familia aristocratica e parte da sociedade burguêsa. Os nucleos brancoides procuravam-se, condensavam-se, defendiam-se, tecendo a sua estreita trama endogamica, acentuando as suas taras, fixando a sua tipologia numa area restrita, ciosamente cerrada, por isso, ás influencias externas, á volta da mestiçagem ambiente. Esses oasis caucasicos esconderam-se preferentemente nos ricos solares do litoral, nos refolhos das cordilheiras — como nas Minas — ou para lá da Serra do Mar — em São Paulo, no planalto paranaense. Em São Paulo, em 1674, os moradores da vila “estavam muito aparentados uns com outros assim por consanguinidade como por afinidade, pelo que não era possivel guardar-se o rigor da lei nas pessôas que hão de servir os cargos desta Republica...” (296). “Uma petição de José Góes de Moraes e Ana Ribeiro de Almeida, de 1710, alega para uma dispensa o acharem-se as familias de São Paulo tão travadas umas com as outras, como a

(296) Paulo Prado, *Paulistica*, p. 22.

todos é notorio" (297). As alianças consanguíneas dilatam o poder aos chefes patriarcaes, tornam a sua autoridade incontrastavel, inabalavel o seu prestigio. Apuram-se aí certos tipos inconfundiveis, cuja seleção sofre, no seculo III, a inflexão da exogamia, coincidente com a abertura dos caminhos comerciais. Homens robustos e longuilíneos, mas ingenuos, tendentes á indolencia, orgulhosos de sua nobreza e de sua têt; e mulheres belas, tolhidas no seu hereditario sedentarismo pela apatia da tribu, enclausuradas no seu estreito mundo. Brancas, poucas; escravizadas.

A negra

"As negras e ainda uma grande parte das mulatas, para quem a honra é um nome quimerico e que nada significa — escreveu Vilhena — são ordinariamente as primeiras que começam a corromper logo de meninas os senhores moços, dando-lhes os primeiros ensaios de libidinagem, em que de crianças se engolfam; principios de onde para o futuro vem uma tropa de mulatinhos e crias que depois vem a ser perniciosissimos nas familias. Succede muitas vezes que os mesmos senhores chamados velhos, para distincção dos filhos, são os mesmos que com suas proprias escravas dão máus exemplos ás suas proprias

(297) P. Prado, *op. cit.*, loc. cit.; Alcantara Machado, *Vida e morte do bandeirante*, p. 153.

famílias, motivando desgostos e talvez a morte a suas consortes, e tendo muitas vezes as escravas suas favorecidas a astúcia de extinguir-lhes os filhos legítimos, para ficarem mais livres de embaraços por morte dos senhores. Outros ha que nunca casam, só por não poderem largar aquella harpia, a quem os meninos vivem agarrados. Ha eclesiasticos, e não poucos, que por aquelle antigo e máu habito sem lembrarem-se do seu estado e character, vivem assim em desordem com mulatas e negras de quem por morte deixam os filhos por herdeiros de seus bens e por estes e semelhantes modos vem a parar nas mãos de mulatos presunçosos, soberbos e vadios muitas das mais preciosas propriedades do Brasil, como são aqui os engenhos, que em breve tempo se destróem..." (298). "... Preferiam ás mais belas mulheres as negras e mulatas — disse La Barbinnaís. Conhecia uma, muito agradavel lisboeta, que desposára um baiano; no entanto reinava a discordia no seu lar, porque o marido a desprezava pelo amôr de "uma negra que não mereceria as atenções do mais feio negro de toda a Guiné" (299). Segundo o via-

(298) *Cartas Soteropolitanas*, I, 138-9.

(299) Taunay, *Na Bata Colonial*, cit., p. 367. «Ha entre a servidão e a entrega sexual uma relação tão nitida...», vd. J. P. Porto Carrero, *Psicanalise de uma Civilização*, p. 94, Rio 1933. Tomemos por exemplo da boémia brasileira a Gregorio de Matos: as suas musas foram, em maioria, parias e mulatas. (Pedro Calmon, pref., *Obras de Gregorio*, VI, 45-47, ed. da Academia Brasileira). Isso não excluía o desprezo do poeta pelos pretos. (*Obras*, VI, 183).

jante Dampier, eram “muitos os portuguezes que tinham amasias negras, embora soubessem quanto era perigoso excitar-lhes os ciumes, pois, neste caso, por elas seriam envenenados” (300).

No folk-lore fluminense, ficou esta quadra:

*Se as brancas se vendessem
Ou por ouro ou por prata,
Compraria uma delas,
Para servir á mulata.*

D. Josefa Bernardina do Nascimento, mulher do rico proprietario Joaquim Vicente dos Reis, respondêra assim:

*Como as brancas não se vendem
Nem por ouro nem por prata,
Hão de ser sempre senhoras
Das cachorras das mulatas (301).*

Martius ouviu, na Baía, semelhante cantar:

*Uma mulata bonita
Não carece de rezar... (302).*

(300) Taunay, *op. cit.*, p. 313.

(301) Alberto Lamego Filho, *A Planície do Solar e da Senzala*, p. 42, Rio 1934.

(302) Cit. por Capistrano, *Capítulos de Historia Colonial*, p. 209.

Segundo Martius, em 1818, o pano de boca do teatro da Baía representava “um mulato de gigantesca estatura, empunhando na esquerda o caduceu de Mercurio, em atitude de importancia, sentado sobre uma caixa de açúcar, com a dextra estendida, apontando ao espectador admirado a ofuscante riqueza de um doirado cofre aberto... Nesse teatro trabalham, principalmente, artistas de côr. Os brancos só, raramente, em papeis de personagens estrangeiras” (303). Impressão semelhante recolhêra Bougainville no Rio de Janeiro: “ouvimos as obras primas de Metastasio, representadas por uma companhia de mulatos”, acompanhada de má orquestra, regida por um corcunda eclesiastico, de habito... (304).

Uma lei de 1774 tinha aberto aos homens pardos o acesso “a todos os officios, honras e dignidades, sem que lhes obste a diferença de côr...” Eram a classe “mais orgulhosa e inquiêta de todo o país” (305): gente presumida, aparatosa, violenta, emancipada, que se julgava superior aos forasteiros e os ridicularizava, rebelde a toda sujeição, arrogante da sua liberdade, que era a principal riqueza, onde a escravidão oprimia mais de metade da população.

A dialeção brasileira (diferença linguística), a complicada mestiçagem (diferença racial), a brandura e o sensualismo dos costumes nativos oriundos da senzala e

(303) *Através da Baía*, 2.^a ed., p. 79.

(304) Taunay, *Rio de Janeiro de antanho*, cit., p. 435.

(305) *Ann. Bibl. Nac.*, vol. 37, p. 85. (1803).

da fartura coloniais (diferença étologica), fizeram no Brasil, um “complexo nacional”, perfeitamente estranho às coisas e pessoas da Europa. Principalmente o caldeamento dos povos dá ao colono a famosa audácia mulata, de que falam todos os viajantes, alarmados pela violência, pelo orgulho, pela incontinença do homem de côr num país que era bem seu: e com a beleza do tipo, a força muscular e a vitalidade do “pardo”, planta propria do clima, aí vicejante, inextirpavel, ao findar o seculo III da colonização, quando ele se proclamara senhor, o “brasileiro”, o “patriota” (apelido que em 1817 ainda foi la-béu), contra o português, que já não podia conte-lo. A mulher mestiça dominára a sociedade colonial na primeira metade daquele seculo; o homem mestiço a empolgou na outra metade. Passou para as suas mãos enorme patrimonio. Enriqueceu-se pela herança do pai europeu; e porque tinha o monopólio do trabalho manual, das pequenas profissões, conquistou as cidades com a sua industria e o seu espirito. Em 1798 o mulato alfaiate pensa em afrancesar a Baía: quatro sujeitos morrem na forca em consequencia dessa conspiração em que se emparceiravam artifices e escravos. Era ao tempo em que as procissões das suas irmandades aparentavam mais riqueza, as suas festas mais esplendôr, a sua vida mais ostentação — repetindo (o fenomeno do matriarcado afro-brasileiro) a vaidosa alegria da mulata que espantára a Antonil, provocára as proibições suntuarias do bispo do Rio de Janeiro.

Segundo Gregorio de Matos,

*“O filho da minha escrava
E de meus vizinhos velhos,
Que eu vejo pelos artelhos,
Que ontem voltaram da trava;
Porque tanto se deprava
Com tal brio e pundonor,
Que quer lhe chamem senhor,
Se consta seu senhorio
De um bananal regadio,
Que cavou com seu suor”* (306)

E apostrofava:

*“Terra tão grosseira e crassa,
Que a ninguém se tem respeito,
Salvo se mostra algum jeito
De ser mulato.*

.....

*Os brancos quasi não podem
Mais que sofrer e calar,
E se um negro vão matar
Chovem despesas* (307).

(306) *Obras*, VI, 158; também IV, 61.

(307) Gregorio de Matos, *Obras*, IV, 103-6.

O NEGRO, FATOR NACIONAL

O trafico — Procedencia e distribuição —
A seleção — tres tipos

O trafico

A importação de negros, durante tres seculos, fôra de jeito a consolidar na America um vasto Estado etiopico. O comercio do ebano, que se não interrompeu por trezentos anos de ativa e prospera navegação, despejou no Brasil, possivelmente, seis milhões de escravos. Seis milhões de homens validos e mulheres jovens. Seis milhões de fortes trabalhadores, pacientes e sóbrios, cujos braços fizeram produzir a terra, devastaram-lhe as florestas, desdobraram os canaviais, esmontaram as minas, criaram a riqueza e — com a agricultura do litoral — a civilização do açúcar.

O calculo não é exagerado. No Brasil desembarcavam anualmente mais de 30 mil negros (308). Se no seculo I o seu numero foi inferior, nos dois seguintes foi muito superior áquella estimativa. Iam ter ao Maranhão, a Pernambuco, á Baía, ao Rio de Janeiro — arrancados ás feitorias africanas pelos mercadores portuguezes que os compravam aos “sobas” por alguns mimos e os vendiam no Brasil por alto preço. Esse preço elevado, a facilidade de navegação — que a travessia, de Pernambuco para a costa de Minas, exigia apenas treze dias de vento á feição (309) — a crescente procura, a inesgotavel oferta, sempre fizeram o negreiro o melhor negocio da terra. Rendia lucros tais, que as maiores fortunas da America foram as dos armadores do trafico. Uma viagem enriquecia um negociante; uma série de viagens, uma cidade. Os navios transportavam geralmente de trezentos a seiscentos cativos. Já em 1516 partira um navio da costa congoleza com 400 “peças” (310). No seculo III,

(308) Calogeras achou uma média de 55 mil negros para as entradas anuais no periodo prospero do trafico, *Formação do Brasil*, p. 54, Rio 1931. Em 1817 a Baía recebia por ano 12 mil escravos, cf. Martius, *op. cit.*, p. 86. Antonio José Gonçalves Chaves, em 1822, calculara em 3 milhões a importação de africanos. *Memorias Economico-politicas* reeditadas por J. B. Haphemeyer, p. 39, Porto Alegre 1922.

(309) Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 139.

(310) Visconde de Paiva Manço, *Historia do Congo*, p. 36, Lisboa 1877. Vd. J. Lucio, *Épocas de Portugal Economico*, p. 75.



Cena de chafariz. Tipos africanos. Rio de Janeiro, 1830. Original de Rugendas. Col. do Museu Histórico.

alguns patachos levavam seiscentas e mais (311). Valiam, no seculo I, 40\$ cada um (312). No Maranhão um negro custava 100\$ em 1681, 160\$ em 1703 (313), 300\$ em 1718. Em Minas Gerais, em 1703, um negro bem feito 420\$, e sabendo officio 700\$ (314). Na Baía, em 1692, valia ainda 60\$ (315). Em 1703 estava na Baía por 100\$, e em 1800 por 140\$ (316). Portanto uma carregação de escravos, orçando em 60 mil cruzados, representava seis engenhos de açúcar (que por 10 mil cruzados se aparelhavam eles) e um patrimonio enorme, onde

(311) Silva Lisbôa, *Anais da Bibl. Nac.*, vol. 32, p. 504. Os capuchinho genovez frei Dionisio de Piacenza, que descreve a viagem que fez num navio negreiro, de Loanda á Bahia, em 1669, contou a bordo 650, os homens empilhados no fundo do porão, as mulheres na segunda coberta, mulheres grávidas e crianças apartadas. A travessia consumia cincoenta dias; mas geralmente se fazia em trinta. (A. Taunay, art. no *Jornal do Comercio*, 5 de Julho de 1936). Determinara a capacidade dos navios negreiros, a carta-regia de 18 de Março de 1684, Braz do Amaral, *Revista do Inst. Hist.*, Congr. Inst. de Hist., V, 452).

(312) Frei Vicente, *Historia do Brasil*, 3.^a ed., p. 168.

(313) J. F. Lisbôa, *Obras*, III, 423. Em 1720 os brigues transportavam entre 200 e 400 peças, *Rev. do Inst. Hist.*, vol. 65, p. 338. No principio do sec. XIX chegaram a carregar 800, Novás Calvo, *El Negrero*, p. 78.

(314) Antonil, *op. cit.*, Afonso Taunay, art. no *Jornal do Comercio*, 12 de Julho de 1936, calcula em 30 contos da nossa moeda o valor de um bom escravo em Minas.

(315) *Documentos Historicos*, XXXIII, 435.

(316) Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, I, 111.

os ordenados eram tão mesquinhos que o governador geral se contentara com 300\$ por ano.

Evidentemente, o trafico devia acompanhar o desenvolvimento da lavoura e o aumento do país. E acompanhou. Em 1768, na comarca do Rio de Janeiro, para 660 mil habitantes, havia apenas 37 mil pessoas brancas. Conforme Cook, na cidade do Rio a proporção foi de 17 negros para um branco; na Baía, segundo Frézier, de 19 negros para um branco. D'Orbigny ali encontraria dois terços de negros. Por isso, em pleno seculo passado, exclamaria Benjamin Poucel: "... quand on pense qu'une population de plus de quatre millions compte à peine un million de blancs, on est effrayé de convulsion que pourraient y produire les agitations de la politique" (317). E Alfred de Brossard, com Buckle e Lapouge: "On peut le prédire hardiment, cet empire deviendrait un nouveau et immense Saint-Domingue..." (318).

De começo, o trafico fôra exclusivamente feito por navios portugueses. Com o uso, porém, das madeiras de construção nautica do Brasil — e a fundação de estaleiros, na Baía, em Pernambuco, no Maranhão, no Rio de

(317) *Des émigrations européennes dans l'Amérique du Sud*. 1850. Em um seculo a constituição do povo brasileiro se modificou inteiramente. Em 1922, conforme a estimativa de Roquete Pinto, no Museu Nacional, se compunha de Brancos 51%, mulatos 22%, caboclos 11%, negros 14%, índios 2%. Roquete Pinto *Arquivos do Museu Nacional*, XXX, 309.

(318) *Considérations historiques et politiques sur les Républiques de la Plata*, p. 288, Paris 1850.

Janeiro, em Porto Seguro, que lançaram ao mar todos os tipos de embarcações pedidos pelo governo real — passou aquela navegação da metropole para a colonia, e das mãos dos negociantes de lá para as dos negociantes de cá. Em meados do seculo III os brasileiros tinham o monopolio do trafico negreiro (319): eram os seus brigues, armados na Baía e em Recife, que faziam todo o comercio africano. E eram os capitalistas dessas praças os mais acreditados e poderosos, nas feitorias de escravos. Tanto que se vira o governo obrigado a restringir as viagens, a 24 navios para cada porto de saída, em 1699, e a intervir por que os traficantes mais ricos não embargassem a concorrência dos armadôres menores (320).

Mercados e braços

Os negociantes negreiros compravam os escravos, nos portos da costa d'Africa, aos "sobas", a uma infinidade de régulos locais, e ás proprias familias que lhos vendiam a valiosa, ás vezes unica mercadoria exportavel de que dispunham. Os principes africanos faziam os seus lotes de escravos dos prisioneiros de guerra e dos súditos condenados por qualquer dos pequenos delitos punidos com pezadas multas, que não podiam pagar, e lhes custava a

(319) Instrução para o marquez de Valença, *An. da Bibl. Nac.*, vol., 31, p. 441.

(320) *An. da Bibl. Nac.*, documentos do Arquivo Ultramarino, n. 124.

liberdade. Para conseguirem muitas “peças” empreendiam incursões militares pelos domínios vizinhos, auxiliados, ou em aliança com os europeus, que sempre os orientavam nessas atividades desenvolvidas á medida que o trafico se tornou absorvente, rendoso, geral; e passaram a mercadejar quantos vassallos pudéram. O preço era convidativo, a corrupção do negreiro era hábil, a miséria nas aldeias congas e angolezas tão terrível, que os chefes de familia cederam igualmente mulheres e crianças, em troco de fumo de corda, cachaça, polvora, peças de pano e outras “moedas”. O Padre fr. João Antonio Cavazzi, que em 1654 esteve no Congo, ali viu prantear-se um homem, arrependido de ter vendido aos traficantês varios irmãos, a irmã, e por fim pae e mãe! (321). Quando o brigue chegava, havia forçosamente de encher-lhe os porões: e as cênas mais deshumanas e atrozes então ocorriam, com o precipitado leilão dos “folegos”, o arrebanhamento do “ebano”, somada á crueldade do déspota negro a cobiça do capitão branco. Era isso a lei comum e ninguem lhe fugia, em Africa. A contribuição de guerra, que Salvador de Sá lançou ao Congo, pelo apoio que o rei déra aos holandezes, foi de nove mil escravos, para o Brasil. No seculo XIX, nessa moeda ainda se pagavam os tributos na costa do Ouro! (322).

(321) A. Taunay, art. no *Jornal do Comercio*, 5 de Julho de 1936.

(322) A. W. Cardinal, *The Natives of the northern territories of the gold Coast*, p. 9, London.

Conta Édouard Corbière o caso do príncipe da costa de Bénin que lhe vendeu a esposa, condenada á morte, no momento mesmo do suplicio (323). O século XIX continuava, confirmava o século XVI (324).

Atingjam os compradores as proprias regiões centrais da Africa. Ainda hoje, no Congo Belga, os indigenas chamam á esmola "matabich" (mata-bicho) . . . (325).

Procedencia e distribuição

No principio e no fim, o maior centro abastecedor foi Angola (326). Desde 1548 — quando se iniciou o trafico — principalmente depois de 1575, quando Paulo Dias fundou S. Paulo de Loanda, fortificando essa capital do trafico, substituiram os portos angolêses aos do norte, na grossa exportação humana, avaliada, entre 1575 e 91, em 52.053 peças (327). Sómente daqueles portos,

(323) *Le Négrier*, p. 315, Paris 1936.

(324) Vd. P. Dieudonné Rinchou, *La traite et l'esclavage des Congolais*, livro comentado por A. Taunay, *art.* no *Jornal do Comercio*, 23 de Agosto de 1936.

(325) Baron de Mandat-Gracey, *La Revue Hebdomadaire*, Février 1900, III, p. 193. Paris.

(326) Vd. tambem Capistrano de Abreu, *Capitulos de Historia Colonial*, p. 18, Rio, 1907.

(327) Visconde de Paiva Manso, *op. cit.*, p. 140. A exportação anual de Angola, em 1576, era de 12 mil escravos.

portanto, mais de 3 mil escravos anualmente recebera a incipiente colonia do Brasil. Em 1587, na Baía, 4 mil eram os negros aptos para as armas (328). Durante o seculo II a preponderancia de Angola (entre Ambriz e o rio Zaire), no fornecimento de negros, não foi disputada pelas outras feitorias da Africa (329). Nieuhoff calculou em 40 mil os escravos empregados nos engenhos, do Rio Grande até o S. Francisco (Brasil holandês), em 1646: procediam, quasi todos, dos reinos de Congo, Angola e Guiné. Ainda em 18 de Junho de 1710, a Camara da Baía representára contra a restricção do negocio dos tabacos, "com que vem a ser inutil a sua proibição em prejuizo do comercio da costa da Mina, para que venham os escravos em maior numero dos que costumam vir do Reino de Angola..." (330). Ao sul do Zaire estenderam os portuguezes grandes plantações de mandioca levadas do Brasil. Assim, afaziam o negro, no proprio

(328) Gabriel Soares, *Roteiro*, etc., p. 126.

(329) Vd. *Dialogos das Grandezas do Brasil*, ed. Garcia, p. 143. O governador Camara Coutinho, referindo-se á insurreicção do soba de Amboim, em 1692, dizia, «a falta de negros (de Angola) diminuiria a fabrica dos açucares do Brasil», *Documentos Historicos*, XXXIII, 428 (1936). No principio do sec. XVIII calculava-se em 50 mil, o numero de negros na Bahia (*Revista do Instituto Historico*, t. LIV, 337). As entradas anuais ali eram de 2 mil.

(330) David B. Warden, *Hist. de l'Empire du Brésil*, I, 88.

país, á alimentação que teria durante a travessia e no cativeiro (331); aclimava-o, antes de o vender (332).

No seculo III, a costa de Guiné voltou a atrair os negreiros lusos. A aliança do rei do Dahomey ampliou-lhes extremamente o negocio. No meiado daquele seculo os gêges dominaram os nagôs de Porto Novo, e os venderam em massa, juntamente com os minas de Ajuda (333).

A costa da Mina absorveu a terça parte da produção de tabaco da Baía, durante cem anos (334). Em 1781, cincoenta corvetas e sumacas ocupavam-se do terrível commercio, sendo 8 ou dez em Angola e as demais pela cos-

(331) Eram obrigados os negociantes da escravatura a cultivar (mandioca) quanta baste para o gasto dos seus navios, Des. João Rodrigues de Brito, *Cartas Economico-Políticas*, ed. Goés Calmon, p. 29 (Baía 1924).

(332) A influencia brasileira sobre a etologia africana, a que já alude Maurice Delafosse. O negro, habituado a alimentar-se de farinha de mandioca, desprezou sempre o trigo, Vilhena, *Cartas*, I, 160.

(333) J. Deniker, *Les races et les peuples de la terre*, p. 315, Paris 1900.

(334) As compras de negros em Angola, no seculo I, eram feitas com os buzios do sul da Baía, particulamente estimados pelos africanos. Esses buzios eram moeda corrente n'África, cf. Navegação de Lisbôa á ilha de S. Tomé, 1554, in *Noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas*, p. 94, Lisboa 1812. Frei Vicente do Salvador, *op. cit.*, p. 99. A introdução da moeda metalica em Loanda data de 1694, cf. Feo e Torres, *Hist. de Angola*, Paris 1821. O fumo tornou-se, entretanto, a mercadoria de troca por excelencia, a partir da normalização commercial, consequente á expulsão dos holandêses de Pernambuco.

ta sudaneza (335). Quinze navios faziam o trafigo de Benguela, em 1762, transportando a média anual de... 3.924 escravos. Este numero, em 1779 elevára-se a 7.065, e em 1793 a 11.172 (336). Em 1800 o mesmo negocio era alimentado por vinte navios da Baía. Eram 76 ao todo, em 1821. A contribuição de Guiné cessou em 1811 (337). “Los negros que entraban entonces en el Brasil — lê-se nas memorias de um capitão negreiro — iban del bajo Congo, Dahomey, Lagos, Beny e el Calabar. Los mandingos y los fulahs habian introducido la religion mahometana en el pais” (338). Daquele ano por diante os cruzeiros inglezes tornaram gradualmente impossivel o trafico ao norte do Equador (339). Coube a Angola en-

(335) Carta de Silva Lisbôa, *An. da Bibl. Nac.*, vol. 32. p. 504.

(336) Ms. na Biblioteca Nacional, I, 31, 30, 96, inéd.

(337) Braz Amaral, *Rev. cit.*, V, 468.

(338) Novás Calvo, *op. cit.*, p. 61. De fato, depois dos cruzeiros inglezes, os negreiros, não podendo demorar em nenhum, se abasteciam em muitos portos sucessivamente, *op. cit.*, p. 97.

(339) Lopes de Lima, *Jornal de Europa*, numero de 1 de Julho de 1928. Em 1815 Portugal extinguiu o trafico ao norte do Equador. «Los portugueses acabam justamente de suprimirlo al norte del Ecuador, pero eso no les afectaba a ellos, ya que casi todas sus factorias estaban al sur...» Lino Novás Calvo, *Pedro Blanco El Negrero*, p. 53. No seu famoso livro, «*Le Négriers*», Paris, 1936, Edouard Corbière, que esteve por aquelle tempo na costa de Benin, não se refere á navegação luso-brasileira na Guiné.

cher de congos o Brasil, entre 1815 e 1850. Mandou-nos nesse periodo coisa de um milhão de individuos!

O trafico, de origem sudaneza e guineana (haussas e gêges) (340) concentrou-se na Baía. No meiado do seculo III, até o primeiro quartel do seguinte, aquele mercado importador elaborou conjuntamente populações yorubas de Lagos e Ajudá — dominada, no principio do seculo passado, pelo mulato fluminense Cháchá (341), e negros arabizantes do Sudão, como os fúláhs (corruptela de “feláhs”) e os mestiços haussas. A importancia das exportações, da Baía para a costa da Mina, fôra de 413 contos em 1797, e de 237 contos em 1801. Nos mesmos anos, as exportações da Baía para Angola eram de 31 e 30 contos de réis. Entre 1812, desembarcaram na Baía 17.307 sudanezes e apenas 3.645 bantus. Nos cinco anos seguintes — proibido o trafico ao norte do equador, sómente 384 nagôs e 17.196 negros meridionais. Até depois da extinção do trafico, a navegação baiana, directamente para a praça inglêsa de Lagos, continuou florescente, alimentando-se do repatriamento de negros fôrros e do trato de produtos florestais.

As outras capitánias do Brasil abasteceram-se de escravos bantus dos nucleos do sul do rio Zaire, Loanda, Ambriz (onde havia duas casas de comissões de negociantes da Baía) (342), Caconda, Ambaca. A corrente con-

(340) Martius, *Através da Baía*, p. 96.

(341) Novás Calvo, *op. cit.*, p. 69.

(342) Manoel Querino, *A Raça africana no Brasil*, p. 12, Baía 1917.

goleza canalizou-se para as Minas Gerais (“Benguela e Moçambique... São os que melhor se dão no lugar”, declarou no seu relatório José de Sá Bittencourt) e Pernambuco (343). Segundo Mrs. Graham, recebeu o Rio de Janeiro, em 1821, 21.199, e em 1822, 24.934 negros de Angola (344). Walsh, em 1828, estimou em 43 mil o numero de africanos entrados no mesmo porto, bantus e moçambiques. Decerto o valor individual do preto lhe determinava o destino: o mercado requintado e farto da Baía detinha os altos, limpos e sabidos sudanêses, ou os nagôs calmos e associativos; a mineração ou as lavouras rurais atraíam os benguelas boçais, os quissamãs, os cabin-das sensuais e afetivos, os cassanges estúpidos e brevili-neos, e, peores de todos, gabões e moçambiques. “Quanto aos negros cativos, escreve Vilhena, só posso informar-te que os vindos da Costa da Mina são mais bem reputados que os vindos de Angola e Benguela e dizem ser gente melhor” (345). Dezesete anos depois, observava Tollenare: “Os mais habéis e convenientes para o servi-

(343) Martius, *op. cit.*, p. 100 not. Em 1666, segundo os missionários capuchinhos Padres Fr. Dionisio di Piacenza e Miguel Angelo Guattini, recebia Pernambuco 10 mil escravos por ano, de Angola, Congo, Dongo e Matamba.

(344) *Journal of Mrs. Graham*, ps. 146 passim. Na Baía, em 1797, a importação de escravos foi de 4.908, procedentes da Costa da Mina, e 2.151, de Angola. Vilhena, *Cartas*, I, 545. Essa importação da Baía subia, em 1817, á cifra de 12 mil por ano, cf. Martius, *op. cit.*, p. 86.

(345) *Cartas*, I, 46.

ço nas cidades são os negros d'Angola; os Cabindas e Benguelas são doces e excelentes para o trabalho agrícola; os gabões são ferozes e máus; injuria-se um negro chamando-se-o Gabão (346). Ali, todavia, a importância do commercio com o Brasil era tão consideravel, que o régulo só se entendia em português com os estrangeiros (347).

A seleção

Começava a seleção na feitoria do embarque. Continuava na viagem a bordo dos "tumbeiros". Completava-se nos depositos, onde os compradores escolhiam a mercadoria, cuidadosamente, com o seu admiravel instinto de estimação dos musculos humanos. Os máus negros iam para o Pará, onde as cotações eram mesquinhas. A necessidade que havia nas minas de braços brutos franqueára-lhes o centro do país. Generalizou-se o habito de dar ao escravo um dia por semana para o grangeio do proprio sustento, como desde o inicio da lavoura de cana se praticava na ilha de S. Tomé (348). Lavrava a sua roça e tinha a sua propriedade. Esse sistema, chamado "sistema do Brasil", foi com grande exito, introduzido nas Antilhas pelos judeus holandêses expulsos de Recife em

(346) *Notas Dominicais*, p. 144; Koster, *Voyages*, II, 258; Martius, *op. cit.*, p. 97; Antonil, *op. cit.*, cap. IX.

(347) Édouard Corbière, *Le Négrier*, p. 347.

(348) *Noticias para a historia e geografia*, p. 94.

1654 (349). Conciliára a economia do senhor com a do servo e lhe conservava os costumes de providencia e autonomia, impossiveis de subsistir no cativoiro intolerante (350).

Inundaram os congos Vila Rica, o Diamantino, o vale do Rio das Mortes por serem de mais pacifica indole, como recomendára el-rei, em 1725 (351). A Baía saturou-se de dahomeyanos animistas ou berberizados. Frezier denominou a Baía de "Nova Guiné" (352). Ao Brasil assim chamara o autor dos "Dialogos das Grandezas" (353). O aumento da escravatura pela mestiçagem no país, foi um cuidado a que se deu o negreiro mais tarde. De inicio preferira o cativo adulto, que lhe tomava no brigue o mesmo lugar, porém valia no Brasil um alto preço, enquanto a mulher e a criança só excepcionalmente conseguiam immediata colocação. Crêmos que, com a decadencia das minas de ouro e a crise do açúcar, a partir de 1737, a quéda do valor do escravo ensejára a maior importação de mulheres negras. A sua prole crioula prometia ao importador pingues resultados; ela trazia a segu-

(349) Maurice Satineau, *Histoire de la Guadeloupe*, p. 263 passim, Paris 1928; Dutertre, *Histoire des Antilles*, II, 515. Na fazenda de Santa Cruz «os escravos não trocáo o direito do sabado pela vantagem de receber da Fazenda comida e vestuario». Parecer, 1837, *An. do Arq. Nac.*, XVII, 133.

(350) Doc. in *Anais do Arquivo Nacional*, XV, 76.

(351) Antonil, *op. cit.*

(352) *Relation de la voyage de la mer du sud etc.*, Paris 1716.

(353) Ed. Garcia, p. 84.

rança de uma escravatura dócil, aclimada, útil, em contraste com os negros rebeldes, de adaptação difícil, sempre dispostos á fuga ou ao crime.

Ao tempo de Koster e Tollenare, já os navios que abasteciam a lavoura de Pernambuco carregavam 1/10 de homens feitos, 2/10 de mulheres, de 18 a 25 anos, e os 7/10 restantes de crianças de ambos os sexos (354).

Nacionalizava-se o commercio de carne humana; e foi graças a essa hábil politica do trafico que o problema da absorpção dos negros pelas nossas populações se tornou imensamente mais suave no ultimo seculo. O portugês levára á Angola as suas roças de mandioca, para habituar o congolês ao alimento brasileiro; depois trouxe a nagô ou benguela para ter os filhos no Brasil. Transportava a arvore, ao invés de apenas lhe vender os frutos. Mudou a Africa; e fixou-a.

Tres tipos

Relativamente á sua civilização material, podemos distribuir os negros em tres grupos: o grupo da primeira imigração, que é o "bantu", homogeneo, quanto possivel puro, estabilizado na sua primitiva barbárie; o da segunda, mais ou menos misturado com negrilhos e bantus, que é o do "homem de Guiné"; e, mais ao norte, méscado de autoctones de raça mediterranea, islamizado, impregna-

(354) Tollenare, *Notas Dominicais*, p. 138.

do de tradições arabicas, o grupo sudanês, ou sub-sahariano (355). Os da primeira familia, boçais, retardados, inferiores muscular e psiquicamente, formaram a plebe; os da segunda, otimamente dotados, na sua vitalidade exuberante, o elemento médio; e os da familia semi-mussulmana, a aristocracia da escravidão. Na antropogenese brasileira são fatores desiguais, que — esboçamos a sua localização — contribuíram em proporções muito diversas para a formação do nosso povo. De modo geral, não lhe trouxeram mais que o concurso biologico e a função economica, de incomparaveis trabalhadores tropicais: não enriqueceram com o seu material de trabalho a nossa industria (356), não vincularam a sua experiencia de raça equinocial á do colono, na solução dos seus problemas vitais, não carregaram para a nossa etologia senão a sua rudeza, o seu instinto musical, a sua religião selvagem, um exiguo folk-lore cedo suplantado pelo do indio, muito mais culto, e a nostalgia, a paciencia, a ferocidade, o complexo de luxuria, bondade e resignação das senzalas — como os contingentes africanos mais interessantes que no Brasil se conservaram.

Na indumentaria da escrava baiana ficou, característico, o traço bérbere. O turbante e o chale da “ba-

(355) Maurice Delafosse, *Les Noirs de l'Afrique*, p. 18, Paris 1922.

(356) Os negros introduziram em Minas a pequena industria metalurgica, que tinham no seu reino de Gambia. (Calogeras, *A Politica Exterior do Imperio*, I, 303).

iana” recordam-lhe as populações mussulmanas do Sudão. Os outros pretos os desconheciam. As primeiras “baianas” que vieram ao Rio de Janeiro (357) — informa Debret, emigradas por ocasião das lutas da Independência — não se confundiram com as africanas de cá: nem se confundiriam jamais. O vestuário distinguiu-as, menos que a raça. A “baiana” simbolizou, por extensão, a crioula graciosa e inquiéta: mas, no “melting pot” nacional, tem um lugar á parte.

Por outro lado, o vestigio mais saliente da origem angolêsa está no vocabulario africano, que se incluiu, fundiu-se no português do Brasil. Nenhuma outra lingua d’Africa contribuiu, como o quimbundo, para a dialetação brasileira (358). Foi “a lingua d’Angola” a que mais se estendeu e fixou (359): dessa persistencia faremos presunção da precedencia e importancia. A terminologia do trabalho, os nomes dos objetos usuais, a cozinha, os plebeismos, tornaram o quimbundo fonte abundante da diferenciação linguistica do Brasil. A sintaxe indigena agravou a emancipação popular do idioma. O brasileiro, diverso do português pela mestiçagem e pela mesologia tropical, teve, por fator da sua formação espiritual, tambem inconfundivel, uma lingua, tributaria

(357) J. B. Debret, *Voyage pittoresque*, II, 105. Sobre a superioridade do negro baiano, Taunay, *Visitantes do Brasil Colonial*, p. 217.

(358) Vd. Renato Mendonça, *A influencia africana no português do Brasil*, p. 34, Rio, 1933.

(359) Vd. Cardim, *Tratados*, ed. Garcia, p. 237.

e espontanea. O puro português passou a ser falado pelas elites, que o resto do povo linguajava a sua mészcla de lusitano, quimbundo e tupi, colorida de elementos extremos no litoral onde os núcleos câmitas conservavam a lingua natal (360), e no sertão, onde os mamalucos, durante dois seculos, continuaram a entender-se na materna lingua dos indios (361), “como os portugueses, com o comercio do gentio, de que se serviam, a tinham conaturalizado...” (362). Depois, ambos os idiomas inferiores, o tupico e o angolês, desapareceram; ficou-lhes, na maneira brasileira de exprimir o pensamento, o traço, nacionalizante (363). Os ultimos bandeirantes que falaram a lingua da terra foram os descobridores das minas, que chamavam aos portugueses de “emboabas”, de “Tripuhy” e “Itacolomy” ao ribeiro e á montanha de Vila Rica...

A extinção do trafico acabou igualmente côm as familias africanas do Brasil: os crioulos esqueceram a lingua ancestral, do mesmo modo que o mestiço tira ao branco, e a este procura igualar-se.

(360) Varnhagen, *Historia do Brasil*, 3.^a ed. integral, I, 281.

(361) Teodoro Sampaio, *O Tupi na Geografia Nacional*, Introd.

(362) Padre M. Fonseca, *Vida do Ven. P. Belchior de Pontes*.

«... A maior parte daquela gente não fala outro idioma, e principalmente o sexo feminino e todos os seus servos...», escrevera em 1698 o governador Artur de Sá.

(363) Vd. as observações de Humberto de Campos, *Critica*, 2.^a serie, p. 27, Rio 1933.

O meio, uniformizante, amaciava todas as arestas.

Uma surpresa antropologica, inicial, fôra a braquicefalia do crioulo brasileiro, em contraste com a dolicocefalia do negro d'Africa.

Piso, nos seus estudos medicos do Brasil holandês, impressionado pelos problemas humanos que aqui encontrou, confessára-se ignorante de muitas molestias, que na Europa se desconheciam, provindas da mistura dos sangues, num clima estranho.

O negro importado modificou o novo "habitat": como notára Vilhena, "pela epidemia e multidão de molestias que com aquella gente se transporta todos os dias da Africa para os nossos Estados do Brasil, cujo clima, tendo sido admiravel, por sadio, pouco ou nada difere hoje do de Angola, sujeito até ás mesmas chamadas "carneiradas", com que morre gente infinita... (364). E de ponto ao escriba Marrocos, (que se transferira ao Rio de Janeiro com a côrte real, em 1808), equiparar aos de Caconda, Moçambique ou Loanda os ares fluminenses, empestados pelo comercio negreiro, corrompidos pelas doenças africanas, irrespiraveis á beira do mar, onde apodreciam escravos em trapiches... (365). Transformou-o socialmente, com os costumes que o cativo gérrou, a sua

(364) Vilhena, *Cartas*, I, 176.

(365) Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, I, 187 «Toda a atenção do governo se tem fixado nos capelães dos navios, em favor dos quais temos muitas providencias: nenhuma poreo vejo eficaz em favor da saude dos miseraveis negros». (Rodrigues de Brito, *Cartas Economico-Políticas*, p. 58).

imoralidade, o seu misticismo, a sua selvageria. Formou um povo diferente de todos os povos conhecidos. Mas um povo de caracteres instáveis, constantemente modificado pelas sucessivas mestiçagens. Por todas as alianças. Pela fusão, ao acaso das navegações, de todas as raças. "Homo afer"... de todas as latitudes. Sadios e degenerados; semi-cultos e boçais; inteligentes e inadaptáveis; nobres gênitos de tribus guerreiras e estúpidos cafres... Misturados, confundidos, espalhados — pela industria do traficante e pela politica do colono (366), que assim impediu as coligações dos cativos, reunidos pela lingua e pela religião.

(366) Em 1724 não houve nas Minas uma geral insurreição de negros, porque angolas e nagôs queriam um rei diferente... (carta regia, 18 de Junho de 1725, *Anais do Arquivo Nacional*, XV, 76).

O MAMALUCO, LUSIADA DO SERTÃO

O bandeirante — O meio-indio — Conquistadores — O pastoreio — A fazenda de criar.

O mestiço de branco e negro é sedentário, sensual, inteligente e ousado; o mestiço de branco e indio é nômade, independente, aventureiro, inconstante. O “mulato” ama a terra, a que o prende o matriarcado-agricola, que o produziu, e era indolente por orgulho, diferenciando-se do cativo, que “tinha de trabalhar”; o “mamaluco” tem por pátria o deserto, induzido a conquista-lo, porque o patriarcado-pastoril o domina. O “mulato” não conhece o pai; o “mamaluco” não conhece a mãe. Foi a distinção fundamental que entre eles houve. Ambos, porém, repetem a ascendencia que parecem desprezar: o “mamaluco” é mais indio que europeu; o “mulato” é mais bran-

co que negro. Tem aquele de lutar com o gentio, e o imita; nele renasce, por uma imperiosa lei de atavismo, o caboclo rastreador, o atleta da floresta, o tupi andejo ou o tapuia feroz. O "mulato", para valorizar a sua mestiçagem, copia as idéias, a educação, os atos do branco; exagera-os; acumula-os sobre a herança psicológica do negro, o seu feitichismo animista, a sua instintiva humildade, o seu erotismo primário. No primeiro caso, é um civilizado, que se barbariza; no outro, é um barbaro, que se civiliza. E as raças inferiores encontram neles os seus algozês. O "mamaluco" é o "descedor de índios"; e o "mulato", o "feitor" da escravatura. O maior inimigo do negro e do índio é o mestiço, seu descendente. Como que se vingava do proprio sangue, malsinando-lhe a origem. Destruia-se, na pessoa dos parentes, numa purificação inconsciente (367).

O bandeirante

O "bandeirante" era geralmente mamaluco: que "por lhes saberem a lingua e pelo parentesco..." "trariam mais facilmente" os índios, segundo Frei Vicente do Salvador (368). Porém admiráveis sertanistas nasceram em Portugal.

(367) Vd. Frei Vicente, *Hist. do Brasil*, 3.^a ed., p. 278.

(368) O mamaluco é um grande enganador de índios. Francisco Capara, de Pernambuco, descera 200 porque os intimidou com as suas tatuagens. (*Denúncias da Baía*, ed. Capistrano, p. 127). Além de convence-los por imposturas, os indu-

A sua aventura continental assemelha-se á aventura marítima, dos descobridores. Porisso o seu timbre atávico, de viagem á fortuna, a inclúe — apesar do mamaluco — no mesmo capítulo das vastas travessias que renovaram o mundo no século XV. Entre a bandeira e a navegação ha uma coincidência (369), de interesse mercantil, de raça empreendedora (370), de enormes distancias, de lendas que atraíam, de perigos que dramatizavam a audacia do português, ou do seu descendente mestiço. Em varios testamentos de “bandeirantes” apparecem exemplares dos “Lusiadas”. Era o poema um dos raros

ziam por estratagemas. Hyeronimo de Albuquerque «por lhes saber falar bem a lingua», levou-lhes um feixe de arcos e outro de rocas e fusos devendo ficar com os instrumentos mulheris os caboclos que não seguissem á guerra...» Acompanharam-no, pressurosos. (Frei Vicente, *Hist. do Brasil*, p. 466). No começo do século XIX, entretanto, escreveu o autor da «Poranduba Maranhense»: «Ignoro se os portuguezes, estabelecidos no Brasil, em toda a parte falaram o tupinambá; é certo que por todo o Brasil se encontram objetos com os nomes desta lingua...» (*Revista do Inst. Hist.*, t. LIV, 186).

(369) Alcantara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 245.

(370) Earl Finch, *Congrés Universel des Races*, ed. de Spiller, p. 126, Londres 1911. O mamaluco ai é elogiado como exemplo de feliz mestiçagem. O inicio da guerra do gentio da Paraíba, segundo Frei Vicente, esteve nos desatinos de um mamaluco, o qual, «filho de um homem honrado, tirou mais á ralé da mãe que do pai...» (*Hist. do Brasil*, 3.^a ed., p. 225). Entretanto os mamalucos de Piratininga, «juntamente com seu pai», hostilizaram os jesuitas... (Anchieta, *Cartas*, ed. da Acad., p. 46).

livros que chegaram a S. Paulo e acompanharam o pioneiro, na sua abalada. Também o sertanista pobre se valia da "armação", ou adiantamentos feitos pelos abastados, com quem dividia o produto da expedição, se era venturosa. "A" incursão os documentos paulistas do tempo chamam "entrada, jornada, viagem, companhia, descobrimento" e mais raramente, "frota" (371). Monção era, em nautica, vento propicio, e, em Araratiguaba, a expedição de canôas. A acentuar a semelhança psicologica, do nauta do "periplo" e do sertanista do Brasil, havia a navegação fluvial do Tietê-Paraná, estrada real por onde os paulistas galgaram o continente. A canôa foi ali a sua montaria, e o rio o seu aliado. E' certo que essa superioridade, do portuguez sobre o espanhol, aquele propenso ás artes da marinharia, o outro menos disposto a elas (372), iria dar ao Brasil a posse dos grandes cursos dagua da America do Sul, com exclusão do Orenoco e do estuario do Prata. Por outro lado, disse o padre Montoya, enquanto o paulista era infatigavel caminheiro, o castelhano só sabia viajar e guerrear a cavallo.

O meio-indio

O mamaluco simplificára os costumes portugueses, tomando aos do indio aquele jeito de viajar, alimentar-se, viver, bater-se; mas o seu espirito era lusitano. Distin-

(371) Alcantara Machado, *op. cit.*, p. 250.

(372) Domingo F. Sarmiento, *Facundo*, cap. 1.º, p. 3.

gue-se pela sua mania ambulatória. E' um nómade indifferente aos accidentes geograficos, que não percebe os limites coloniais. Vai ao Perú, tão facilmente como ao Paraguai e ao Tapajós (373). "... Gente usada ao trabalho do sertão, que com bom caudilho passam o Perú por terra, e isto não é fabula", protestava, em 1663, a Camara de S. Paulo (374). "Em principios do seculo XVII foram numerosos os portuguezes e paulistas que pelo interior das terras vicentinas procuraram galgar o Paraguai, conta-nos um documento de Sevilha, o auto do governador Martin de Ledesma Valderrama, mandando que á sua presença comparecessem todos os subditos de Portugal entrados em terras de além Paraná pela via de S. Paulo. Vinte e cinco homens obêdeceram á intimação..." (375). Em 1619, alguns deles chegaram primeiro ao alto Uruguai — segundo uma carta do governador Don Diego de Góngora (376). "De sus intentos de conquistar el Perú, consta papeles autenticos, y cartas de la Audiencia de Charcas; y de otras personas zelosas del servicio de V. M. por las cuaes consta haberen llegado ao paso de Santa Cruz de la Sierra, tierra ya vecina á Potosi...", denunciou o padre Ruiz de Montoya a Felipe

(373) Pedro Calmon, *Hist. da Civilização Brasileira*, p. 76.

(374) Paulo Prado, *Paulistica*, p. 27.

(375) Afonso Taunay, *Na Era das Bandeiras*, ps. 88-9, S. Paulo 1922.

(376) Emilio A. Coni, in *Boletin de la Junta de Historia y Numismatica Americana*, VI, 47, Buenos Aires 1929.

IV (377). E acrescentava: "... tanto en andar a pié, y descalzos, que como pudieran por las calles desta Corte, caminan por aquellas tierras, y valles, sin ningun estorbo, trecientas y cuatrocientas leguas, sin que jamás les falte la comida, porque saben escoger el tiempo en que los piñones están sazonados, y los parages donde han de hacer provision. Saben las poblaciones de los gentiles, de cuyas labranzas se sustentan, y previenen para adelante; la miel silvestre es mucha, y la diligencia de los Tupis en buscarla es rara; con que caminan con regalo". "Embrenham-se até no reino de Cumã e nas partes do Perú". "Só depois de muito tempo é que chega a noticia de ser o expedicionario falecido no decurso de *sete anos, confirmam e afirmam e juram numero de testemunhas de experiencia que bem sabem o risco e perigo do sertão*. Ou vem uma certidão do *cura beneficiado deste assiento de minas de Potosi e sus anexos en la provincia de los Chichas del Peru*, ou de outro lugar mais remoto, a atestar a morte de um morador *en el Brasil en el logar de San Pablo*,

(377) Cf. Taunay, *Historia geral das bandeiras paulistas*, IV, S. Paulo 1928. — Sobre a expansão portugûesa pelos Andes e rio da Prata, vd. R. de Lafuente Machain, *Los portugueses en Buenos Aires*, Buenos Aires 1935; Martin Noel, *Boletin de la Junta de Historia y Numismatica*, VIII, 305 (influencia artistica portuguesa em Buenos Aires).

Foi talvez Antonio Rodrigues, jesuita aceito pelo P. Nobrega, quem ensinou primeiro aos portugueses o caminho do Perú (Vd. Serafim Leite, *Antonio Rodrigues etc.*, separata da Bibl. Nac., p. 18, Rio 1936).

como aconteceu com Antonio Castanho" (378). "Bichos do mato", chamou-lhes uma vez o capitão general das Minas Conde de Assumar (379); senhores do mato, diríamos agora.

Têm a sua tecnica da guerra ao inicio, que os sertanistas das outras regiões imitam e observam. Assim, o regimento que levou o povoador baiano Pedro Leonino Mariz, na sua bandeira de 1727, mandava obedecer ás "regras paulistas da campanha", poupando aos indios de bôa fala, como tupins e tobajaras, "que costumam admitir pombeiro" (380), e batendo os de "lingua travada", tais aimorés, suruquins, mongoióos..., que "pela frase dos paulistas é dar albarrada", ou acometer de imprevisto e arrazadoramente, depois de os terem seguros por se aproximarem de rastos, "sem tosse nem espirros..." (381). Copiam aos indios, o sistema de plantar as roças nas suas estações de repouso, pedindo assim á terra nova a mandioca, o milho, a batata, o fumo, das futuras jornadas. O primeiro cuidado de Fernão Dias, ao entrar o Sabara-bussú, foi mandar que Matias Cardoso fizesse as suas roças no vale do rio das Velhãs. O primeiro arraial

(378) Alcantara Machado, *op. cit.*, p. 252.

(379) Doc. in Feu de Carvalho, *Anais do Museu Paulista*, IV, 632, S. Paulo 1931.

(380) *Regimento de Mariz, códice da Bibl. Nac., 1727 inédito*, cap. 25.

(381) *Regimento ci.*, cap. 28. Aquela, era a tatica de guerra dos tupis, cf. Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 3.^a ed., p. 66.

das Minas se chamou de “roça grande” (382). A “bandeira” tomava, por isso, o aspecto indistinto de um nomadismo de aventureiros, sem prêssa de chegar, aguardando, a espaços, que a sua lavoura transitória produzisse a farinha de páu da viagem. Sem essa farinha sêca do índio o sertanista não descobria os sertões: “e os marinheiros (disse frei Vicente) fazem dela sua matalotage daqui para o reino. . .” (383). Mais facilmente se locomoveu nos “campos gerais” porque aí tinha, profuso, o pinhão, das araucarias — o seu trigo farto, o “pão que não semeára”, no dizer do cronista. Destruía sistematicamente o “gentio de corso” (tapuias) e escravizava os de lingua geral! (384)

Conquistadores

Inconcientemente, o bandeirante amplía as áreas da colonia. Devéras, só se estabelece nas regiões a que atinge quando aí descobre minas de ouro, ou quando o governo lhe manda parar e ficar, para defende-las. Sem esse interesse fixador, preando índios, a sua passagem não deixa vestígios, ou sulca de ruínas as missões jesuíticas. Não é um povoador; é um conquistador. Muda-se o seu destino quando a era aurífera se inaugura. O

(382) Augusto de Lima Junior, art. *Jornal do Comercio*, 15 de Abril de 1934.

(383) *Hist. do Brasil*, 3.^a ed., p. 38.

(384) Carta do governador geral, 19 de Julho de 1693, *Documentos Historicos*, XXXIV, 86, (1936).

bandeirante é um heroico e estoico produtor de riqueza; onde, nos sertões, ela se lhe depara, surge o paulista. Por cem anos, desce indio; de todos os centros de população selvagem, “goazes”, “carijós” (que, por mais comuns, são os servos no planalto, os primeiros escravos que trabalham nas Minas Gerais) “guaranis”, “puris”, “borôros”, “parecis”. Mantem com os povos hispanicos um contacto permanente. Compra-lhes, ou os combate. Conserva-se paulista, apesar das suas viagens interminaveis, paulista de S. Paulo, mais gregário, paulista de Taubaté, mais intratavel — segundo o conde de Assumar. E dá ao Brasil regiões continentais, que explorara, tanto através do planalto central, como subindo o Paraguai e o Paraná. Esta ultima circunstancia explica um seculo de diplomacia nacional: “Las llaves de las puertas interiores del Imperio hallábanse en manos del Paraguay, Uruguay y Argentina” (385).

Em 1747 criara-se mistica singular: a de que nas “missões” dos jesuitas havia fabulosos tesouros, que valiam mais que a posse portuguesa do lado direito do rio da Prata. O autor das “Mémoires de Sebastien Joseph de Carvalho et Melo” (386) attribue-lhe o tratado de 1750, que devolveu á Espanha a colonia do Sacramento, em troca dos “siete pueblos” jesuiticos. Depois o Brasil teria de orientar a sua politica exterior para a garantia

(385) Ramon J. Cárcano, *De Caseros al 11 de Septiembre*, p. 67, Buenos Aires 1933.

(386) *Mémoires etc.*, Paris 1784.

da comunicação fluvial com Cuiabá: foi assegurando esse caminho que definiu o sentido da sua influencia continental.

O sertanista inventa países. Devassa o Mato-Grosso, capitulo da sua aventura mineira, e o Rio Grande do Sul, epilogo da sua aventura indianista. A metropole apercebe-se das suas conquistas depois de consumadas: o "utis possidetis", o direito da ocupação engendrando o de soberania, é a ficção diplomatica que reconhece a prioridade do bandeirante, e o erige em descobridor (387).

O pastoreio

No litoral, a evolução da riqueza consistiu na expansão agricola, repelindo o pastoreio. E tanto este recuou, que a Baía, Pernambuco, o Rio de Janeiro sofreram sempre a carestia das carnes e, não raro, a ausen-

(387) O bandeirante abrija o caminho á colonização metódica. A's vezes o governo não se apercebia dele. Mas ele orientava o governo. Numa arguta carta a Martinho de Mendonça, escrita da Baía em 29 de Março de 1737, o vice-rei conde das Galvêas avisara: Não tinham os portugueses tomado Montevidéu, «mas ocupamos o Rio Grande de S. Pedro que na minha opinião nos é de muito maiores conveniencias, não só pela vantagem dos sitios e por formarmos um continente sem interrupção até a Laguna, mas porque me parece que será muito mais facil no tratado que se espera para a demarcação dos limites entre as duas nações, que os castelhanos nos cedam o Rio Grande do que Montevidéu...» (*Codice Galvêas*, ms. na Bibl. Nac., inédito).

cia completa de gado de córte. Nos sertões, o ciclo foi pastoril e mineiro, voltando á sua fase patriarcal, das fazendas de criação, quando o bandeirante, semi-nómade, deixou de procurar minas e caçar índios. Os pastôres foram, inicialmente, conquistadores de outro genero, e os rebanhos a sua tropa exparsa. O problema do sertão era o das imensas distancias através dos desertos sêcos (“caminhos de mobilidade e dispersão”) entre os vales sobejamente irrigados (“zonas de concentração ativa”). O homem não os avassalaria, sem o gado. O boi tem o instinto da humidade e do espaço. Sabia procurar a agua; e a sua multiplicação nos desertos pôde dar a estes uma fisionomia economica, como terras pastorís por excellencia. As povoações desenvolveram-se á beira dos rios; mas o gado foi tomando o sertão todo. Levando-o, o homem se transportava. Sempre adiante. A agricultura é de si mesma restritiva; o pastoreio é expansivo. O gado passou a conduzir o homem; e, para o conservar, o pastor dividiu o sertão em vastas propriedades. Notou Koster que os fazendeiros ignoravam os limites reais dos seus domínios, ou “sesmarias” (388). As fazendas do Piauí tinham, forçosamente, duas leguas de deserto, uma das outras — (389). Como as do pampa (390). “...Levan-

(388) Sobre o étimo, A. Herculano, *Historia de Portugal*, IV, 241, Lisboa 1862.

(389) Southey, *Hist. do Brasil*, VI, 389.

(390) Sarmiento, *Facundo*, cap. 1.º, etc.

tada uma casa coberta pela maior parte de palha, feitos os currais e introduzidos os gados estão povoadas tres leguas de terra..." (391).

O padre Belchior de Pontes, ainda no seculo II, viu os "campos gerais" do Paraná, onde "habitam aquelas vastissimas campinas muitas familias... abastadas dos bens da fortuna precedidos de grande manadas de gados caseiros e silvestres" (392).

Era vertiginosa a entrada do gado: em dois seculos, o sertão se povoou. Diz Arruda Camara, que antes da seca de 1793 os vaqueiros exterminavam periodicamente o gado selvagem, para que não estragasse o gado curraleiro. Os indios catequizados e os mamalucos mais facilmente se davam aos trabalhos de "ferra" e carneagem do que aos da enxada e plantio. A agricultura presupunha comunicações, mercado, solidariedade; só o pastoreio vivia de si mesmo, na independencia triunfante das savanas, associada a liberdade do vaqueiro (com o "sentimento de infinito", de que falou Humboldt) á fartura da sua existencia. Em poucos anos, o peão fazia-se criador. Começava por socio do fazendeiro; acabava fundando, duas leguas além, o seu pouso, dono de um reba-

(391) «Roteiro do Maranhão a Goyaz», Revista do Inst. Hist., vol. 62, I; e Capistrano de Abreu, *Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, 2.^a ed., p. 100.

(392) Padre Manoel da Fonseca, *Vida do Veneravel Padre Belchior de Pontes*, p. 99.

nho, do qual muitos outros se desagregariam, quando os filhos se lhe emancipassem, reclamando também casa á parte (393). No nordéste, os vaqueiros serviam de graça cinco anos; tinham depois, todos os anos, a quarta parte do produto (394). Lá não corria dinheiro, não se cultivavam hortas, os trabalhos coletivos eram realizados apenas para obviar a grandes males — como a reprêsa do rio Pontal, para a formação de tanques, ou a rudimentar irrigação usada no Crato (395) — e todo commercio se reduzia ao dos bufarinheiros pelas estradas sertanejas.

A fazenda de criar

As fazendas têm pouco pessoal. A escravidão desaparecia gradualmente, á medida que penetrava o sertão. Desaparecia com o negro, que rareava, e com a sobriedade dos costumes, que não permitia a manutenção de larga

(393) «Le P. Duhalde dit que, chez les Tartares, c'est toujours le dernier des males qui est l'héritier, par la raison qu'a mesure que les ainés sont en état de mener la vie pastorale, ils sortent de la maison avec une certaine quantité de bétail que le père leur donne, et vont former une nouvelle habitation...» (Montesquieu, *De L'esprit des lois*, livr. XVIII, ch. XXI, ed. Garnier). Os costumes tartaros e arabes do pampeiro venezuelano (Baralt, cf. Parra-Perez, *El Regimen Español en Venezuela*, p. 45, Madrid 1932) aparecerem na savana gaucha e no deserto nordestino.

(394) Southey, *Hist. do Brasil*, VI, 391.

(395) Southey, *Hist. do Brasil*, VI, 391 e 394.

familia. Doze homens faziam todo serviço, numa fazenda do norte (396). Porque eram pagos do seu mesmo trabalho, não havia mistér de capital o meneio das propriedades. O povo, que se distribuia pelos arraiais, contentava-se com uma lavoura indigena e a pequena criação. Da carnaubeira tiravam quasi todas as utilidades. Contra a seca tinham a sua “cacimba”, e quando esta se esvaziava havia o umbuzeiro, sempre-verde, ultimo refugio do sertanejo, pela sombra e pelo fruto, traço de união entre o inverno e a estiagem, que radicava ao seu chão ardido o homem sofredor e perseverante, “docil e supersticioso”, segundo um observador antigo (397). Envolvendo-o numa teia de habitos economicos e de idéias primitivas, o índio continuava a domina-lo; reproduzia-se e resuscitava nele.

O Sertanejo

O sertanejo passou a morar, trabalhar, caçar como o indigena. Simplificou-lhe a “ocara”, fazendo de sapé e pindoba a sua cabana. Dentro, armou a “rêde” de fio de algodão “que deu character aos guaranis” (398) e armazenou num “giráu” as reservas alimenticias. Consistiam na carne “moqueada” ou defumada e na sua habitual fari-

(396) Southey, *Hist. do Brasil*, VI, 389.

(397) José de Sá Bittencourt, in Accioli, *Memorias*, II, 415.

(398) Antonio Serrano, *Historia de la Nacion Argentina*, I, 537, Buenos Aires 1936.

nha de guerra, o pão aborigene (399), “principal alimento nesta terra”, que a roça proxima, lavrada em terra virgem, ou “capoeira”, lhe dava com abundancia. Para obter aquella farinha queimava e destruia os matos á volta, numa incessante conquista de chãos n6vos. Onde colhera, não mais plantava (400). Primariamente n6made, avançava, devastando, com a sua pequena roça de mandioca: sacrificava-lhe uma floresta inteira. Alguns punhados de farinha de p6u representavam o incendio de uma selva majestosa; grande elaborador de “capoeiras”, o sertanejo era, inevitavelmente, um algoz da natureza que t6o fartamente lhe recompensava: “todo o sistema da agricultura brasileira parte da destruiç6o das florestas, e onde n6o ha matas n6o ha cultura” (401). O tupi f6ra assim

(399) Yves d'Evreux, *Voyage dans le nord du Br6sil*, p. 22, Leipzig 1864. Anchieta, *Cartas*, ed. da Acad., p. 43. Saint Hilaire, *Voyage dans le district des Diamants*, II, 263.

O vigario de Agua Suja, na Baía, escrevendo das Minas Novas para o arcebispo da Baía, em 1794, contava que o guardam6r Jos6 de Souza Paços e varios companheiros entraram o sert6o, de pazes com os tapuios, que lhes deram frutas e «carnes de bichos triturados com os dentes e depois formadas em pasteis...» (*An. da Bibl. Nac.*, vol. 34, doc. n. 15.639).

(400) «... E como os tabacos se lavram sempre em terras fortes e novas e muito distante das aldeias...», Vieira, *Cartas*, I, 113. Vd. Frei Vicente do Salvador, *Historia do Brasil*, 3.^a ed. p. 57.

(401) Saint-Hilaire. *Voyage dans le provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*, I, 193. Vd. tambem Daniel Pedro Muller, *Ensaio d'um Quadro Estatistico da Provincia de S. Paulo*,

(402). O homem do sertão, entretanto, não o imitava apenas na sua atividade desordenada. Ia para o campo á moda dele, em "caminho da roça", formando os lavradores uma silenciosa coluna, com as mulheres ao centro, por mais defendidas. Ao jeito do indio assinalava a passagem quebrando galhos, golpeando troncos (403). Sentavam-se, comiam, dormiam, edificavam as casas de taipa, navegavam nas canôas monoxilas, como o indio. O gosto dos descantes á viola, dos "desafios" entre cantadores, glosando mutuamente as consoantes da trova, da novelística popular, feita de vangloria e lirismo, são ainda indigenas (404). Tal o desprezo da acumulação, que já vira Lery no Brasil, a pobreza indiferente, a imprevidencia, trabalhando apenas para o prato, segundo Acuña, confirmado por Martius: "Atribue-se, talvez com razão, a

1837; Euclides da Cunha, *Contrastes e Confrontos*. Os engenhos de açúcar concorreram para o desflorestamento do litoral, outrora rico de grandes matas. «Cedo se ha de ver que por falta das lenhas junto ao mar hão de ir os engenhos traz delas ao sertão como em Pernambuco...» (Descrição etc., *An. do Museu Paulista*, IV, 780).

(402) O primeiro estudo sobre o estado social dos indios na sua relação com as condições geofísicas, fez Alexandre Rodrigues Ferreira, no fim do seculo XVIII. Vd. Capistrano de Abreu, *Ensaio e Estudos*, p. 65, Rio 1932. De Capistrano, leia-se também *O Descobrimento do Brasil*, p. 250, edição da Soc. Capistrano de Abreu, 1929.

(403) Alexandre Rodrigues Ferreira, vd. *Revista Nacional de Educação*, p. 9 (1934).

(404) Cardim, *Tratados* etc., p. 308.

visível preguiça e a rusticidade dos habitantes á circumstancia de serem eles em grande parte “tapuiada”, isto é, de procedencia indigena”. Equilibravam-se, porem, aqueles vicios, com o instinto de independencia, o isolamento desconfiado, o amôr ciumento da terra, que tornavam povoador precioso o sertanejo, desinteressado do comercio inter-regional, fiel aos seus costumes e tradições como uma arvore ás suas raizes. Foi, por isso, o herdeiro diretto do espirito colonial. Esse espirito, rechassado do litoral pela imitação estrangeira, cristalisou no interior a mentalidade mamaluca do pastor. Caracterizou-lhe a vida, pelas analogias sociais de que se cercava: autoridade, idéia, habitos coloniais, engendrando relações, disciplina, misticismos, igualmente coloniais. “Durante seculos, a fisionomia da Sociedade Sertaneja não se tem modificado em nenhuma de suas atividades, quer morais, quer fisicas, quer psiquicas” (405).

O Brasil, socialmente, não é uma estratificação de classes, sim de épocas. Não se divide em camadas humanas, mas em seculos justapostos. Se na costa, ou nas regiões intensamente cultivadas, fremente a mesma atividade dos países possuidos pela maquina, na faixa agricola o trabalho ainda tem aspectos do seculo XVIII (406), nos campos pastorís a sociedade tem ainda traços do seculo XVII, e o seculo XVI sobrevive nas florestas do oeste,

(405) Gustavo Barroso, *Terra de Sol*, 3.^a ed., p. 175.

(406) Vd. Tollenare, *Notas Dominicais*, e Koster, *Voyage*, etc.

onde o drama da catequese e do aldeamento dos indios continúa a desdobrar-se, á imagem do dia primeiro da colonização. "Entre uno y otro hombre (observou Alberdi) hai tres seculos de diferencia" (407). E' por isso que a historia da civilização brasileira, indistintamente desce, no tempo, e se estende, no espaço, encontrando, á medida que se insinúa no passado, e tambem invade o sertão, os fatos da evolução colonial. Como a pureza ideal do idioma pode ser descoberta em determinadas colonias, que recolheram e conservaram a melhor tradição da lingua pátria, o colono tipico ainda se encontra no nordés-te do Brasil. Ele quasi não mudou. No Imperio, julgava-se governado pelo rei de Portugal; na Republica, julgava-se governado pelo imperador do Brasil. Vive num quadro social obsoleto; vibra com os seus velhos sentimentos coloniais; repete a resistencia de quinze gerações de sertanejos. Os seus arraiais invariavelmente abrem em quadra, tendo ao meio a capela, como eram as aldeias indigenas que os jesuitas construíam. O fazendeiro, que é chefe espiritual do clan, continúa a ser "major" ou "coronel", como os antigos officiais das or-

(407) J. B. Alberdi, *Las Bases*, p. 77, ed. de B. Aires 1915. Pensamos, como Alberdi, que «la unica subdivision que admite el hombre americano español, es en *hombre del litoral y hombre de tierra adentro o mediterraneo*». Diriamos que se diferenciam cronologicamente: o ritmo vital, acelerado na costa, quasi insensível no interior, operou os seus contrastes. No sertão encontramos um quadro archeologico da nossa civilização colonial: quanto á raça, ao idioma, á economia, aos costumes, ao folk-lore, á mística.

denanças, cujo governo administrativo-militar deixára na povoação indeleveis saudades. O pároco tem poderes aproximados aos do missionario historico. Pouco se faz sem ele; nada se faz contra ele. Onde não ha vigario, sobreleva o “monge”, o ascéta que reúne as virtudes do feiticeiro e do padre, reincarnação do “pagé”, a quem as familias confiam os casos de consciencia e a justiça gremial. O misticismo do sertanejo é intenso e complexo. Participa do religiosismo portugûes, da credence aborigene e de certo fetichismo africano: exige um chefe espiritual, e consideraveis manifestações exteriores do seu culto. Este complica-se de ingenuidades tupis, graças ao medo dos genios florestâis, e das forças naturais, — e de ancestralidade européia; o culto é mamaluco, como o vaqueiro. Sái o homem com o seu escapulario, o amulêto e o naco de fumo que contentava a “caapora”, se o tocaíava na estrada... O espirito colonial, transpondo as serranias do Brasil, impregnou-se de todas as influencias religiosas dos povoadores, recebendo do indio as impressões definitivas do seu respeito á natureza. Os jesuitas transigiram com elas no ensino do catecismo, adequado á compreensão dos “columins”. O padre José Anchieta fôra o precursor da literatura brasileira, pelo lugar que reservara, no seu teatro e na sua poesia, a fauna e flora da terra. Prevaleceu, naturalmente, o vezo de adaptarem os indios á sua novelistica os simbolos cristãos. De fato os aceitaram, porém, sem prejuizo dos mitos nativos. Estes, formam a trama de lendas e explicações cosmogonicas, em que o sertanejo ainda embaraça a imaginação.

O MISTICISMO DA RIQUEZA

**Os caminhos pastorís — Ouro e diamantes
— As cochilhas e a estancia — A éra do al-
godão — O café — Correntes negras —
Norte e sul — Outros rumos.**

Os caminhos pastorís

O povoamento de uma colonia, que ao europeu prometia facil e abundante riqueza, havia de fazer-se aos golpes de deslocamentos em massa, provocados pelas espectativas repentinas de lucro desmedido. A população branca dividia-se naturalmente em duas classes: a dos homens estabelecidos, cuja faculdade de fixação creára a sociedade colonial, e a dos elementos instaveis, cujo espirito empreendedor ou atavico nomadismo (judeus, ciganos, aventureiros) os levavam a todos os sitios ricos do

mundo. Aqueles, foram os lavradores do litoral: no fim do II seculo possuíam mil e quinhentos engenhos de açúcar e exportavam 37 mil caixas de 35 arrobas (408). Os outros, arrancaram pelo sertão, orientados pelos roteiros paulistas. Foram os “emboabas” da primeira hora, antes da grande imigração portuguesa para as minas, e deixaram nas tradições economicas do Brasil um exemplo, que até hoje se repete. E’ o das correntes internas de povoamento transitorio.

Essas correntes descreveram no mapa do país caprichosas curvas, entre os núcleos de condensação e os campos de dispersão, atraídas pelo rumor de um ganho milagroso.

A primeira “entrada” tumultuosa dirigiu-se, em 1591, ao São Francisco, para as pradarias tomadas aos caetés de Sergipe: em breve os ocupantes daquelas terras pastorís eram 30 mil, e o seu gado, multiplicando-se fabulosamente rio acima, ia abastecer todo o nordeste.

O aumento dos gados do vale de S. Francisco por aí haveria de guiar a invasão holandêsa, depois de ocupado Pernambuco. Nassau tratou de fixar em Penedo a sua extrema, por “se aproveitar de copiosissimos gados que havia na campanha” (409). Os moradores do litoral

(408) Varnhagen, *Hist. Geral do Brasil*, 3.^a ed., III, 411. O rendimento da lavoura açucareira ao tempo de Antonil era de 2.535:142\$800. O fumo dava 334:650\$000. A exportação de couros andava em 201:800\$000.

(409) Francisco de Brito Freire, *Hist. da Guerra Brasilica*, p. 406, Lisbôa 1675.

baiano já faziam descer do S. Francisco as rêses de córte; os do Brasil holandês valeram-se das mesmas reservas. No meiado do seculo XVII as pessôas poderosas da Baía possuíam fazendas de criação no S. Francisco, como depois as de S. Paulo as tiveram nos campos de Curitiba. Formavam um longinquo e fácil patrimonio, confiado á guarda de feitôres que, periodicamente, remetiam os rebanhos necessarios ao comercio da costa, por algum dos sete caminhos que comunicavam com a baía de Todos os Santos a região do S. Francisco (410). Segundo Antonil, os cûrrais passavam de quinhentos em 1711. Eram cento e seis da banda da Baía. Quanto ás rêses, “as de parte da Baía se tem por certo que passam de meio milhão: e mais de 800 mil hão de ser as da parte de Pernambuco; ainda que destas se aproveitam mais os da Baía, para onde vão ter muitas boiadas, que os pernambucanos” (411).

Antes da abertura do caminho do Rio Grande (1727-1734), o gado consumido nas Minas Gerais proveiu dos campos do Piauí, como, em 1718, lembrava o conde de Assumar: “costumam sair do Piagui e Paranaguá em distancia de quatrocentas leguas deste governo todos os gados que servem para sua subsistencia...” (412). Recomendou a prisão de Manoel Rodrigues Soares, potenta-

(410) Vd. P. Calmon, *A Conquista*, p. 175 e segs., Rio 1929.

(411) André João Antonil, *Cultura e Opulencia do Brasil*, Lisboa 1711, ps. 184-5.

(412) Carta de 8-11-1718, *Revista do Arquivo Publico Mineiro*, ano XXIV, II, 502.

do do rio das Velhas, porque se ele “subisse para o sertão desgraçaria o Governo das Minas, sitiando-o pela fome... (413). Em breve, apenas expungida de índios a mata, cem fazendas de gado margêam o rio das Contas! (414).

Com o descobrimento das minas, dezenas de milhares de pessoas de todas as origens e condições sóbem o rio de S. Francisco, até o rio das Velhas (415), ou transpõem, partindo do Rio de Janeiro, de Paratí, de S. Paulo, a Mantiqueira, internando-se de escantilhão pelas montanhas das Gerais, onde o ouro rebenta á flux. São 50 mil num ano. Aquilo antecipa de seculo e meio, a California... (416).

Ouro e diamantes

“Cada ano, disse Antonil, vem nas frotas quantidade de portugueses, e de estrangeiros para passarem ás minas. Das cidades, vilas, reconcavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os pau-

(413) *Rev. do Arq. Publ. Mineiro*, ano cit., II, 519.

(414) *Index de varias noticias pertencentes ao Estado do Brasil, e do que nele obrou o Exm. Sr. conde de Sabugosa*, ms. codice no Instituto Historico, n.º 346, inéd.

(415) A passagem das Minas para a Baía, pelo S. Francisco, já preocupava, em 1672, o governo geral (*Documentos Historicos*, VI, 22).

(416) Vd. Prof. Percy A. Martin, in *Revista do Inst. Hist.*, Congr. de Hist. da America, I, 254.

listas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos; nobres e plebeus; seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa”. A primeira cata pertencia ao descobridor, a segunda ao rei, outra ao guarda-mór, e as restantes aos que as licitassem. “E já houve quem por mais de mil oitavas vendeu a data, da qual o comprador tirou sete arrobas de ouro. Pelo que se tem por jogo de bem, ou malafortunado tirar, ou não tirar ouro das datas” (417).

Os acampamentos dos mineiros sofrem, em 1699 e em 1707, os horrores de uma fome aniquilante, porque esqueceram as roças dos bandeirantes, contentando-se em arranhar o cascalho á procura do metal. Turbilhonam por montes e vales das Minas Gerais, enquanto a fortuna de aluvião lhes sorri: depois, á noticia dos descobertos de Goiaz e Cuiabá, para lá se atiram, freneticamente, como bandos de prêsa chamados pelos despojos sanguentos (418). Improvisam arraiais, vilas, uma civilização fluutuante onde os faiscadores felizes gastam grandiosamente

(417) Antonil, *Cultura e opulencia do Brasil etc.*, ed. Taunay, ps. 215-216. Pedro Calmon, *A Conquista, Historia das Bandeiras Baianas*, p. 127, Rio 1929. Em 1732 os diamantes concentravam no Tijuco 40 mil pessoas. (Rodrigo Octavio, *Felisberto Caldeira*, p. 73, Rio 1921). Vila Rica chegou a ter 80 mil habitantes.

(418) Vd. carta de Vahia Monteiro, *An. do Arq. Nac.*, XV, 299,

a sua opulencia, á banca do jogo, em braços de mulheres de arribação, pelas tascas que lhes devoram abastança e vida. Já em 1730, entretanto, observava o vice-rei conde de Sabugosa: “As minas foram a total perdição do Brasil e a falta delas hoje será a sua ultima ruina...”

A cochilha e a estancia

Mas o paulista não descobrira apenas o ouro; conhecera os campos pastorís do sul onde os gados bravos deixados pelos primeiros espanhóes eram incontaveis, vigiados pela ferocidade do tape, mais amigo do castelhanos que do português. O enriquecimento das Gerais por tal fórmula exaggerára o preço dos muares, que se tornára um excelente negocio o transporte deles, dos campos do Rio Grande e da Nova Colonia, apesar dos perigos e dificuldades das entradas por aquelas planicies sem dono. Domingos Peixoto da Silva estabelecera-se em Laguna, a mais meridional das povoações portuguêsas aquem da Colonia do Sacramento: daí enviára o genro á occupação dos descampados com trinta criados, todos homens pardos (419), de guarda á fronteira dos gentios. Antes, os retirantes de Maldonado atingiam Santa Catarina jorndeando ao longo das praias; em 1727, a abertura da estrada “dos Conventos”, pela serra, do Rio Grandé para

(419) Gen. Borges Fortes, art. no *Jornal do Comercio*, Rio, 4 de Março de 1934.

o registo de Curitiba, rumo de Sorocaba, rasgou o escoadouro, desaguou as reservas do pampa. A estrada "dos Conventos" abraçava a cochilha; prende-a ao massiço continental; dá-lhe o sentido da pátria. A primeira tropa que, pelo caminho novo, rompe até o planalto curitibano é de tres mil animais. A estrada provoca o povoamento; dirige-o. O problema administrativo do Brasil — dada a mobilidade dos fatores humanos — parecia resumir-se na abertura de caminhos. O homem era audaz; mas a terra murada (420). A marinha ignorava o sertão. O habitante do altiplano não sabia o que na baixada se passava. Acharia Saint-Hilaire, no Paraná, famílias tão desinteressadas dos acontecimentos marítimos como os russos, do resto da Europa. A Serra do Mar cindia civilizações: a do litoral desenvolvia-se peregrina, exótica; a do interior, indígena, regional. O maior problema das Minas Gerais foi o da sua comunicação com o Rio de Janeiro, através da Mantiqueira; o de S. Paulo, a sua estrada de Santos; o do Paraná, o seu caminho de Morretes; o do Rio Grande, o seu caminho para Sorocaba. Franqueado este, a população de Laguna — em 1734 — na sua maior parte se mudou para o vale do Viamão. A exportação clandestina de couros, da colonia do Sacramento e do rio da Prata, assume proporções formidáveis. Em 1750, 140 mil couros tinham assim transitado para o Rio

(420) Vd. Capistrano de Abreu, *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*, p. 55, Rio 1930.

de Janeiro (421). Foi quando a “estancia” cercada se substituiu á “invernada” provisoria, e o pioneiro, estabelecido, tomou o lugar ao vaqueiro, nómade, que arrebanhava á tóa as cavalhadas selvagens para lá do canal do Rio Grande. A éra da intensiva criação dos gados nas “sôltas” meridionais se inaugura: e releva notar, que se dirigindo o movimento dos pastôres de norte a sul, atraído pelas reservas incalculaveis dos descampados “missioneros”, fóra dos primitivos limites do Brasil, depois o esforço desses nóvos bandeirantes se orientou sempre para o norte, a assegurar, com um povoamento ganglionar de “estações” ou “paradas”, a bôa ordem no país, entre o rio Uruguai e o arraial de Itapetininga, infestado de indios salteadores.

Pertence o capitulo adicional da aventura sertanista ainda á historia de S. Paulo: os entradôres, désiludidos da exploração mineira ou interessados no ótimo negocio de rêzes, adquiridas quasi de graça nos pampas e vendidas em Minas Gerais por 60 e 80 oitavas de ouro cada uma — vão buscal-as a Viamão e espalham fazendas de invernada desde Sorocaba até a serra catarinense. Os lugares de descanso das tropas nucleiam as futuras cidades; as casas — fortes, de transito obrigatorio, são as matrizes das vilas vindouras; e os fazendeiros recebem titulos militares — capitães mores de ordenanças, capitães de mato para o ataque aos quilombos de negros fugidos, etc. — porque fi-

(421) Doc. in art. de Enrique M. Barba, *Humanidades*, tomo XXV, p. 296 (Buenos Aires 1936).

cam com o dever de bater os “coroados” que vagueiam pelos campos gerais e desimpedir da bugrada os caminhos. Ainda em 1820, na sua viagem ao Paraná, viu Saint-Hilaire o “estancieiro” fortificado na sua propriedade, de alcatéia ao caboclo que errava pelos campos dobrados de Jaguaraíva, pelas cercanias de Castro, rechassados pelo povoador e seus escravos, que, áquele tempo, agricultavam a terra e pastoreavam os rebanhos de espingarda a tiracolo, como os americanos que primeiro se entranharam no “far west”. Em 1820, a feira de Sorocaba era a mais animada e abundante do Brasil: cerca de 18 mil muares vendiam-se ali, a compradores de todas as provincias.

A economia brasileira tem as suas expressões mais fortes nesse seculo XVIII, na cultura algodoeira ao norte, na criação ao sul.

A éra do algodão

O criador dos campos gerais é um egresso do ban-deirismo: quando as minas se esgotam, ele se afunda nas cochilhas; e ressurge pastor. Não muda de vida, realmente, porque continúa semi-nòmade, devorador de espaços, exercitando a violenta aventura, que lhe prova a coragem, o genio erradio, a fatalidade marcial. O cultivador do algodoeiro é o lavrador de canas desenraizado do reconcavo pela crise do açúcar. Planta indigena como o tabaco, o algodoeiro interessou o colono desde a sua

transmigração inicial (422). Como os tupis fiavam as suas rêdes e os seus tecidos, os primeiros portugueses fiaram: apenas não desenvolveram a agricultura do algodoeiro porque a lã lhes vinha da Europa e lá não se queria a fibra do Brasil. Foi a maquina de fição que a valorizou, quasi subitamente. Sem a industria inglesa de tecidos baratos e sem a guerra da Independencia dos Estados Unidos que lhe subtraíu a produção da America do Norte, o cultivo das nossas fibras continuaria circunscrito á Paraíba e ao Maranhão, interessando apenas á economia do pobre. Porém, quando os norte-americanos se separaram da sua metropole, já esta possuía uma exigente engrenagem industrial alimentada pelos algodões da India e da Virginia. Em 1787, a decretação de um imposto proibitivo sobre os tecidos indianos imprimiu ás fabricas de Manchester um surto espantoso. Nessa epoca concorria o Brasil com 2 milhões de libras de algodão, num total de 19 milhões, a quanto montava a importação in-

(422) «... E mais agora mando fazer algodoais, para mandar lá muito algodão, para que mandem panos, de que se vistam os meninos, e não será necessario que o Colegio de Coimbra cá nos ajude senão com orações, antes de cá lhe sermos bons em alguma cousa». Nobrega, *Cartas do Brasil*, p. 130, ed. da Acad. Bras. Os proprios padres, por humildade, usaram roupetas de algodão tingidas ao geito indigena, e que, perdendo a côr, «já parecia vermelha». (*Vida do Ven. P. Belchior de Pontes*, ed. cit., p. 37). Segundo Nordenskjold, foram os tupis-guaranis os propagadores na America da cultura algodoeira. (Vd. A. Me-traux, *La Civilisation Matérielle des tribus tupi-guarani*, p. 62, Paris 1928).

glêsa. O alto preço forçava o negociante de Recife a comprar o produto nos sertões do nordeste, entrar o Maranhão, o Ceará, a Paraíba. Os moradores intensificaram a cultura e numerosos senhores de engenho de Pernambuco, abandonando as velhas propriedades, estenderam fazendas, povoadas de escravaria, sempre para o norte, em busca dos climas favoráveis ao algodoeiro. Em vinte anos, 1786 a 1806, toda aquela áspera região, antes selvagem, ou ralmente ocupada de gados levados do S. Francisco por antigos vaqueiros da Casa da Torre, se dividia em fazendas, arraiais de tropeiros, freguezias, com a sua igreja antecipando as futuras concentrações urbanas. Com a abertura dos portos do Brasil ao commercio estrangeiro, em 1808, essa animação se acentuou, promovida pelos escritorios ingleses que se estabeleceram no Ceará, no Maranhão, na Paraíba, em Recife e na Baía, melhorando os preços, o nivel de vida, a educação geral do povo. Achou Tollenare em Pernambuco plantações de algodão com 150 e 200 negros. Em 1807 exportára 26.877 sacas, e em 1813 — 65.327... (423) A guerra anglo-americana quintuplicara o valor da fibra brasileira; a abertura dos portos duplicou o preço de todos os produtos de exportação (424).

(423) Pereira da Costa, *Historico*, in *Trab. da Conf. Assuc.*, p. XXII.

(424) Como o algodão sobrepujára o açúcar em Pernambuco, vd. Oliveira Lima, notas á *Hist. da Revolução de 1817*, p. 13, Recife 1917. O fenomeno se repetiu com a guerra americana de secessão. Vd. Alfredo de Carvalho, *Estudos Pernambucanos*, p. 349.

O café

O ciclo do café exerceu, no vale do Paraíba, e nas vertentes da Mantiqueira, uma influencia civilizadora semelhante á do ciclo do algodão. Apenas este se caracterizou individualista e dispersivo, combinando-se com o sistema, pastoril, da grande propriedade; enquanto aquele copiou á industria do açucar o seu feitio proprio, estabilizando uma aristocracia territorial igualmente servida pela escravatura numerosa, que reproduziu, nas fazendas da provincia do Rio de Janeiro, a fórma familiar e a auctoritaria dos engenhos de Pernambuco. O plantio da rubiacca, como o da cana d'açucar e o do algodoeiro, irrompeu a subitas, queimando na mesma febre os colonos desanimados da exploração mineira e dispostos a sacrificar, ao lucro fácil, todo o ritmo economico anterior. O phenomeno, distintivo do povoamento das Minas Geraes, do Mato Grosso, do Rio Grande do Sul e do nordeste, consistiu na descida de importantes familias das montanhas auríferas para os campos do Rio de Janeiro, aí plantando, em concessões de terras conquistadas aos indios "coroados", cafezais progressivos. O exodo foi das Minas, ou dos montes, para a baixada agrícola, ao contrario do que occorreu em 1700, quando desta, para os montes, subiram os colonos, arrebatados á lavoura pelo anuncio dos metais. Mas as correntes internas de deslocamento não se reduziram á passagem de uma a outra capitania das familias empreendedoras: do norte das Minas Geraes se mudaram

muitos colonos para o sertão de S. Francisco (região de Caetité), para a planície goiana e para o oeste de S. Paulo, a partir de 1850 investido pelos cafeicultores, estimulados pelo esplendor da economia fluminense.

Sobre o açúcar e o café a nobreza agrária firma a sua prosperidade em 1820. O escudo nacional, em 1822, cinge-se de um ramo de cafeeiro e de outro de fumo, a entrelaçar as duas riquezas, a da aristocracia do sul e a do povo do norte. Realmente, por todo o século XIX, o café, numa marcha incessante, da baixada para o planalto, e deste sobre o oeste, resume, na sua curva de evolução, a prosperidade económica do Brasil. Teve o sentido continental, analogo ao da “civilização mineira”, e em oposição á cultura açucareira, nimiramente litoranea. As origens heroicas do café, entretanto, ao inverso da “civilização mineira”, mobilizaram primeiramente o “metodo” emboaba, depois a “iniciativa” paulista. Foram os descendentes dos portuguezes de Minas que abateram as primeiras florestas fluminenses para plantar o seu café; porém, quando houve essa lavoura de desdobrar-se pelo norte de S. Paulo, ávida de terras novas, (425) o espirito audaz do bandeirante se revelou ainda uma vez, na rapida invasão da provincia e na sua conquista definitiva pela planta, que lhe daria a hegemonia politico-economica do Brasil. A decadencia da industria do açúcar resultou da

(425) Vd. Emmanuel Liais, *Climats, geologie, faune et géographie du Brésil*, p. 632, Paris 1872.

complicada e cara maquinaria, que multiplicára a produção das Antilhas. Além disso, a sorte dos engenhos embarçava-se na do tráfico negreiro e na da organização social. Destruido, em 1835, o regimen dos morgadios, e extinto o tráfico em 1850, as propriedades tradicionais se deslocaram do seu eixo hierarquico e o trabalho rural desfaleceu, baldado de renovação. Com o florescimento da cultura cafeeira, os fazendeiros paulistas passaram a comprar os escravos ás provincias septentrionais, onde se extremou a crise comercial do açúcar.

Correntes negras

O escravo — valôr que era — sofreu no Brasil, em todos os seus periodos historicos, a influencia dos rendimentos do trabalho. Como as correntes brancas, tangidas pela cobiça, se precipitaram do litoral para o interior, do norte para o sul, dos vales para as montanhas, as correntes negras, arrebanhadas pelo mercador de braços, se desprenderam dos núcleos agricolas para as minas de ouro, para os lavradores diamantinos, para as povoações recém-construidas nas terras riquíssimas onde podia o negro valer vinte vezes mais do que na costa. A primeira grande imigração de escravos, da Baía e de Pernambuco para as Minas Gerais, abrangeu o periodo de 1700 a 1720 (426). Foram muitos milhares de africanos

(426) Vd. doc. in Calogeras, *A Política Exterior do Império*, I, 312.



Casa burguesa, Período "emboabo". (Aquarela de A. Nardini. Col. de Museu Histórico)

roubados aos canaviais, comprados aos lótes nos engenhos arruinados, conduzidos pelos comissarios negreiros, através do S. Francisco, ou pelo “caminho novo” do Rio de Janeiro, para o Rio das Mortes ou Ouro Preto. Em 1716 um só mineiro, Pascoal da Silva Guimarães, vigiava no seu morro de Ouro Pôdre, padrao de Vila Rica, o serviço de tres mil cavouqueiros negros, quantos lhe rasgavam os veios auríferos e abriam, nas québradas ferruginosas, as galerias subterraneas. Em 1720, o numero de negros nas Minas subira a 46 mil.

“Pelas narrativas dos viajantes do começo do seculo passado, já muito decadentes tanto a faisqueira como o garimpo, ainda se encontrava em Minas Gerais uma sexta parte dos escravos existentes no Brasil, cerca de 169 mil em um total de 1.107.000” (427).

Norte e sul

Até á extinção do trafico, o norte prepondera na economia nacional. Porém, com a prosperidade das lavouras da provincia do Rio e de S. Paulo e o encarecimento consideravel do braço cativo, o grande exodo de negros, do norte para o sul, ameaçava despovoar os engenhos da Baía, de Pernambuco e do Maranhão, e condensar nas fazendas fluminenses e paulistas nóvos Congos. A imigração interprovincial acompanha o aumento

(427) J. P. Calogeras, *A Politica Exterior do Imperio*, I, 292.

das culturas cafeeiras. Em 1808 a balança comercial dependia sobretudo das capitâneas septentrionais. Ainda em 1822, o café não tinha cotação na bolsa de New York (428). Depois da Independência os americanos se interessaram pelo produto brasileiro, mais barato que o de Java e das colônias inglesas, e em breve dois terços do consumo universal eram de café do Brasil. Não perdemos, nunca mais, essa primazia: durante cem anos tem sido a forte coluna que sustenta o pêso de nosso crédito no exterior. Podiam os fazendeiros fluminenses pagar altos preços pelos "folegos" que sobravam aos desmantelados engenhos do norte; e pagaram, preferindo os trabalhadores já familiarizados com as lides rurais, praticos da vida agrícola. Dez, vinte, até 30 mil escravos por ano desceram do litoral do açúcar para os cafezais recentes, dominados pelo solar do barão opulento, á beira dos rios que levavam á côrte e traziam a civilização. No meado do século XIX as forças económicas do norte e do sul já se equivalem. Para 868.633 escravos de lá, ha aqui 871.516. Para uma produção de 442.314 contos, — 347.688 (429). Da exportação em 1871-72, apenas um terço pertenceria ao braço livre, que, "salva uma ou outra excessão, o serviço das nossas profissões produtoras é feito por braços escravos" (430).

(428) Comte de la Hure, *L'Empire du Brésil*, p. 188, Paris 1862.

(429) Visconde do Rio Branco, *Discursos*, ps. 311-14, Rio 1872.

(430) Almeida Oliveira, *O Ensino Publico*, p. 11, Maranhão 1874.

Outros rumos

A abolição final da escravatura, entretanto, só desorganizou a vida rural nas provincias do Rio, do Maranhão, da Baía e de Pernambuco: porque a imigração estrangeira, polarizada pelos climas temperados, rapidamente se substituiu, em S. Paulo, ao trabalhador forçado. Coincide com essa metamorfose economica uma triplíce movimentação de correntes povoadoras: a corrida ao Amazonas, onde os seringais nativos se oferecem á extração rendosissima (431); a colonização hervateira do Mato Grosso e do Paraná; e a curva da agricultura da Baía, que, libertando-se da fidelidade ao açúcar, e tangenciando o delirio cafezista, alcançava os cacauais do sul, cujo volume de exportação, vinte anos mais tarde, seria o terceiro do mundo.

Aquela aparente instabilidade da riqueza agricola, facilmente deslocada por misticismos economicos tão vio-

(431) Manáus é a Vila Rica do principio do seculo XX. Em 1910 a exportação do Amazonas valia 40% de toda a exportação brasileira e 60 mil habitantes viviam ali com opulencia, no coração da selva, a 2 mil quilometros do litoral. «Com uma tenacidade inegalavel — disse Artur Neiva — o brasileiro continuava a conquistar a floresta, lutando com a malaria, a leishmaniose, o indio, as fêras, e realizando prodigios de tal ordem que houve alguém que espantado afirmasse existir lugares onde não havia casas, mas a que não faltava o cemiterio...»

lentos como fugazes, foi uma consequencia da indole e hibridismo da formação nacional. Explica, todavia, a posse total do nosso imenso territorio por uma diminuta população, as harmonias sociais e antropologicas que a uniformizam sob alguns aspectos, e, com os defeitos inherentes á intranquilidade e á mistica economica da nossa gente, as qualidades animosas e aventureiras que lhe multiplicam as iniciativas e as possibilidades.

3

ORGANIZAÇÃO

XIII

O GOVERNO

**O Estado e o colono — A autonomia local
— As obras publicas — Comunicações**

O Estado e o colono

A administração portugêsa não creou o Brasil dirigindo-lhe a colonização: limitou-se a regula-la — deixando que a iniciativa particular espontanea, suprisse as deficiencias do Estado pobre, oberado de dificuldades externas, vencido pelas suas preocupações religiosas, pelos seus desastres do oriente, pelo commercio inglêz e pela incomoda vizinhança de Espanha. Além das primeiras expedições, de carater punitivo, contra os corsarios estrangeiros, e da criação de S. Vicente por Martim Afonso de Sousa — foi a fundação da cidade da Baía a grande medida do governo de Portugal para coordenar o povoa-

mento desta colonia. Esse povoamento devia ser orientado por particulares (os donatarios das capitánias), a exemplo do que se fizera na Madeira e nos Açores (432). Os jesuitas viéram cristianiza-lo, com as suas "missões". Os governadores gerais, pelo regimento de Tomé de Souza, cuidaram da defesa da terra.

Como que D. João III, fundando a Baía com os recursos do seu tesouro (cerca de 300 mil cruzados, segundo Gabriel Soares), déra aos colonos o modelo da vida tropical — com a sua cerca, os seus armazens e paços, as suas igrejas e roças, as suas autoridades e armas, para que, sem mais ajuda do seu rei, endividado em consequencia das guerras da Asia e da concorrência das outras nações marítimas, construissem pela costa (433) as "feitorias". Que... "toda esta reputação e estima do Brasil se acabou com el-rei D. João..." Voltou Portugal a socorrer o Brasil quando frotas francesas, inglesas e flamengas o investiram. O homem que imigrára trabalhou, misturou com índios e africanos a sua raça, prosperou, transformou-se, utilizando os seus dotes de adaptação, de audacia, de intelligência. O Estado não o auxiliou senão por omissão — acoroçoando-lhe as emprêsas economicas com as isenções fiscaes ou com os premios nobiliarquicos — e, com egoismo, para afastar o competidor alienigena. Portugal mandou-lhe o chefe militar, a justiça togada, a instituição municipal, um bispo e os seus padres, missionarios e arrecadadores das ren-

(432) Calogeras, *Formação Historica do Brasil*, p. 26.

(433) Frei Vicente, *Historia*, p. 153.

das publicas — deixando que o colono realizasse, de acôrdo com a propria inspiração, plasmado pelo meio, reagindo sobre o meio, modificado pelo contacto dos povos submetidos, os seus tipos originaes de economia e sociedade.

Mem de Sá veiu expulsar os francêses. “O tempo que lhe vagava da terra — informa frei Vicente do Salvador — gastava o bom governador na administração da justiça”, que “a trazia, ele particularmente a cargo por uma provisão del-rei, em que mandava que nem uma ação nova se tomasse sem sua licença. O que mandou el-rei por ser informado das muitas úsuras, que já em aquele tempo cometiam os mercadores no que vendiam fiado... E assim cessaram as demandas, de modo que, fazendo o doutor Pedro Borges, ouvidor geral, uma vez audiencia, não houve parte alguma requerente, do que levantando as mãos ao céu deu graças a Deus” (434). Já no III seculo, “tantas peias tinham os governadores pela lei, que acaso algumas vezes não poderiam eles ter a necessaria autoridade para governar na distancia a que se achavam da metropole, se as tendencias naturais do instinto de conservação e de mando lhes não fizessem propender para o arbitrio”... (435).

O excesso de autoridade e o exagerado numero de funcionarios de prerogativas vitalicias tornaram a ação publica confusa, cara e imprecisa. A justiça era tenue e medrosa no Brasil, e os tribunais numerosos. A administração era sóbria e pobre, e os seus órgãos multiplos.

(434) *Historia do Brasil*, 3.^a ed., p. 167.

(435) Varnhagen, *Hist. Geral*, 3.^a ed., IV, 322.

O povo, apenas coagido pelo governo nos núcleos populosos, progressivamente livre de qualquer repressão, á medida que o povoamento rareava, passára a ser vigiado por uma grande porção de magistrados. Em 1779 os officios na Baía subiam a quinhentos (436). Além do Tribunal da Relação, instalado em 1609, restabelecido em 1653, havia juizos subalternos, Inspeção de Açucar e Tabaco, intendencias gerais do ouro, da marinha, tribunal da alfandega, Senado da Camara, tribunal da arrecadação do subsidio voluntario, junta da Real Fazenda, mamposeria dos cativos, o fôro ecclesiastico para os clérigos, ouvidoria, juizados de fóra, de orfãos e capelas, de officios... O capitão general, representante direto do rei, não devia intervir na jurisdição de nenhuma daquellas magistraturas. Cabendo ás Camaras os interesses locais, á justiça civil e á religiosa os processados das duas naturezas, aos exatores da Fazenda o recolhimento das rendas, aos provedores e tesoureiros o pagamento das despesas e fornecimento da tropa, aos bispos a direção ecclesiastica, aos capitães-donatarios o governo das respectivas donatarias, só lhe cumpria — remanescentes funções — zelar pelo bom estado das guarnições e provêr á defesa colonial. Apenas o alto funcionario, sempre um fidalgo de confiança do soberano, dava ao seu cargo uma dignidade politica especial, constituindo-se intermediario entre as autoridades desavindas, fiscal da moralidade administrativa, superintendente da policia da terra, defensor do povo

(436) Instrução para o marquez de Valença, *An. da Bibl. Nac.*, vol. 31, p. 441.

no seu conflito com as Camaras, em ocasiões graves arrogando-se o direito de suspender as posturas municipais, proibir ou ordenar a exportação de generos, prender magnates, forçar os contratadores á prestação de suas contas, mandal-os, sob custodia, para o reino.

O governador do seculo I foi, como Mem de Sá, o bom patriarca. O do seculo II foi, como Antonio Teles da Silva ou Francisco Barreto, como o conde de Obidos ou o marquez das Minas, o soldado energico — indistintamente chefe da colonia e do exercito. E o do seculo III, como Sabugosa, Galvêas, Lavradio, Arcos ou Valença, o vice-rei apaziguador que devia velar pela ordem e segurança do país, policiando-lhe os costumes, a riqueza e as idéias. No I seculo Portugal faz o Brasil; no II o defende; no III, vive dele (437). Trocára-se “a casa da

(437) «Foi o Brasil um caudal inexaurivel... Havia as frotas abarrotadas de ouro. As que vieram do Rio e da Baía em 1764, trouxeram para os cofres do estado 15 milhões e 1/2 de cruzados, 220 arrobas de ouro em pó e folhetas, 437 arrobas de ouro em barra, 48 arrobas de ouro lavrado, 8.871 marcos de prata, 42.803 peças de 6\$400, 3.036 oitavas e 5 quilates de diamantes, etc.». (Camillo Castello Branco, *Perfil do Marquez de Pombal*, ps. 274-5, Porto 1900). «A riqueza publica, dispendida á doida em construções faraonicas de igrejas e conventos, era o produto casual das minas de ouro do Brasil...» (Teofilo Braga, *Os Arcades*, p. 9, Porto 1918). Segundo lord Anson, a Europa recebia anualmente 2 milhões esterlinos em ouro do Brasil. Montesquieu, *De l'Esprit des Lois*, p. 348 not. Ainda em 1776, conforme a carta de Beaumarchais a Luiz XIV, o ouro de Portugal era «seule monnaie qui ait cours en Amérique». Conway, art. in *La Revue Hebdomadaire*, t. VI, 228 (Paris 1900); e na

India em alfandegas do Brasil...” (438). Sofre aquele governo colonial uma evolução paralela á do Estado absoluto na Europa: á medida que se fortaleceu, sacrificou as historicas “liberdades” comunais ao arbitrio, á voracidade ou á truculencia (439).

Quanto mais o Estado diluiu a intervenção, mais o colono aumentou a fortuna: O “dinheiro dos dizimos, que é só o que cá se gasta a el-rei...”, disséra frei Vicente (440). A’ impotencia do poder publico se substituiu a capacidade de adaptação do individuo: lutando contra a enfezada e cauta legislação vigente, ampliou o campo de atividade pela conquista de novas terras, descobriu-lhe as riquezas do sub-solo, valorizou-lhe os sertões hostís. Por isso não sofreu o Brasil dirétamente (441) as consequencias da anexação de Portugal á Espanha, em 1580. Lendo-se as atas da Camara de S. Paulo, vemos que nenhuma repercussão aqui teve a catastrophe portugueza. Porém, quando houve de lançar-se de Recife os holan-

Irlanda, o grosso da circulação era em ouro português. (J. Lucio, *Épocas de Portugal Economico*, p. 438).

(438) Vieira, *Cartas*, II, 343 (1691).

(439) Vd. Antonio José Gonçalves Chaves, *Memorias Economico-Políticas*, 1822, reeditadas por J. B. Haphemayer, ps. 4 e 10, Porto Alegre 1922.

(440) *Historia do Brasil*, 3.^a ed., p. 349; *Dialogos das Grandezas*, p. 129, *passim*.

(441) Vd. Taunay, *S. Paulo nos primeiros anos*, p. 5.

«Nada houve que nos livros da Camara fizesse refletir um pouco do cataclismo em que desapareceu a nacionalidade lusitana».

dêses, foi necessario que o padre Antonio Vieira mostrasse a conveniencia de se attribuir o encargo da guerra a uma companhia de commercio, na qual entrassem, mediante gerais imunidades, capitais judaicos. Vangloriando-se, recordou o genial jesuita, que os politicos romanos proclamaram: “Nós até agora cuidavamos que Portugal se não podia conservar; mas, pois ele tem homens que sabem excogitar semelhantes arbitrios, não duvidamos da sua salvação” (442). O arbitrio milagroso reduzira-se a tirar ao Estado, em proveito de uma sociedade comercial, as responsabilidades e os lucros da recuperação á mão armada. Pelo resto do periodo colonial, sempre que o metodo de Vieira foi empregado — dando-se ao particular o que ao Estado cabia — floresceu o Brasil (443). Dir-se-ia que precisava de menos governo, mais liberdade; e que deveria desenvolver-se fôra das organizações politicas, individualista, fragmentado em parcelas familiares, ignorando, por indole e tradição, a metropole. O rei, a partir de 14 de julho de 1642, mandou apreciar os assuntos do Brasil por um conselho ultramarino. A mãe pátria viveu bem com a colonia enquanto não se fez muito lembrada. Arrendava, para isso, os cargos e os serviços. Relegava á atividade privada a função arre-

(442) *Cartas*, II, 226.

(443) O sistema de companhias cessionárias não é originariamente holandês. Portugal, no limiar da decadencia do seu imperio asiatico, transferiu o commercio do oriente a varias companhias que armavam frotas e faziam o escambo. (Fidelino de Figueiredo, *Estudos de Historia Americana*, p. 38, S. Paulo).

cadadora (leiloando as receitas, o que era um modo rude de tomar emprestado, com a agravante da estimativa ser muito inferior á cobrança). Vendia quasi todos os emprêgos, que se tornavam hereditarios, em mãos dos compradores. Por uma iniciativa moralizante viria, em 1758, um conselheiro do reino, a escolher para arrematantes dos officios homens capazes e dignos. Contentava-se ás vezes — como succedeu em Minas — com uma certa soma, obtida pela coligação dos interessados, em lugar do lançamento normal dos impostos. Abreviava, quanto lhe era possivel, a sua tarefa de órgão de coação. O Brasil foi governado realmente, não pelo rei em Lisbôa, nem pelo governador geral na Baía, porém pelas camaras municipais nas vilas e cidades, pelos capitães-môres onde existiram, e pelos chefes de familia nas suas despovoadas e vastas zonas de influencia.

A autonomia local

Foi o concêlho no seculo I — versão portugûesa de democracia grega — o governo fiel do povo pelo povo. Pouca gente, vilas mesquinhas, interesses nitidos, o inimigo indigena a ameaçar (444), hierarquia natural — fizeram o concêlho respeitado e vivaz no Brasil como ele fôra na peninsula antes da concentração monarchica: “a

(444) Foi o perigo indigena o principal motivo da união das familias de imigrantes... vd. Conde de Cabarrus, *Cartas* ps. 13-4, Madrid 1922.

resistencia organizada e real da fraqueza contra a força..." (445).

De começo, como nas democracias ancestrais, o concelho se socorria frequentemente da "junta do povo", ouvindo-o em reunião promiscua naquelas questões de mais importancia e gravidade. Porque, em 1608, fôra Sebastião Carvalho devassar em Pernambuco sobre os descaminhos do páu brasil, "se fizeram juntas de moradores cá de fóra, em que a todos pareceu que não era serviço del-rei, e assim o que haviam de fazer era não consentir... outros estiveram para lhe tirar á espingarda..." (446). Os jesuitas saíram de S. Paulo e do Maranhão por imposição das Camaras e da "plébe". No seculo II, adquirem aquelas e preeminencia decorrente da nobreza dos vereadores, da politica economica dos prosperos centros urbanos. A do Rio de Janeiro obteve por primeiro, de D. João IV, privilegios e isenções para os seus muni- cipes, analogos aos que, desde o seculo XV, gozavam os vizinhos do Porto (447). Tais regalias tornaram-se extensivas, em 1645 aos moradores do Maranhão, em 1646 aos da Baía, em 1655 aos do Pará. Em 1647 a Camara do Rio fôra honrada com uma carta régia que lhe permitia conservar as chaves da cidade na ausencia do alcaide- mór.

(445) Alexandre Herculano, *Historia de Portugal*, IV, 120, Lisboa 1853.

(446) Doc. cit., por R. Garcia, nota aos *Dialogos das Grandezas*, p. 168.

(447) Varrnhagen, *Historia Geral do Brasil*, 3.^a ed., III, 167.

Onde ha governadores com poderes gerais, é que a autonomia municipal se retrái: nos conflitos entre o representante da corôa e o concêlho, vence ordinariamente o primeiro. A Camara de S. Paulo (sacrificando a “liberdade cansada não só da distancia, ou influencia do clima, mas da falta de governador”) (448) obedece com repugnancia, mas obedece, ao governador D. Rodrigo Cesar, em 1723 — a proposito de um contrato para o córte do gado (449).

Faltando alimentos na Baía, era o vice-rei, conde de Sabugosa, quem os fazia vir do reconcavo, “escrevendo a todos os officiaes de justiça e milicia”. “Mandou proprios aos sertões, com ordens aos capitães môres e justiças daqueles distritos, para fazerem-se os gados...” E porque os especuladores enxameiassem na capital, escreveu uma severa carta ao Senado da Camara, aconselhando-lhe as providencias precisas, que ele adotou fielmente (450). Isto no seculo III; porém já no II, de Gaspar de Souza disséra frei Vicente, que o seu cuidado era tal, que lhe não escapava “o erro ou descuido do al-

(448) Rocha Pitta, *Historia da America Portuguesa*, 1.^a ed., p. 641.

(449) Afonso Taunay, *Anais do Museu Paulista*, VI, 25. Mas em 1592 «se recusou a Camara de S. Paulo a cumprir as ordens do capitão môr, Jorge Corrêa, que a intimara a entregar o governo das aldeias de indios mansos aos jesuitas. Termo solene se tomou então desta desobediencia...» (Taunay, *S. Paulo nos Primeiros Anos*, p. 77).

(450) Rocha Pitta, *Hist. da Amer. Por.*, 1.^a ed., p. 633-640.

motacé ou de algum outro" (451). Mas, nos recursos para o Conselho Ultramarino, as Camaras recobram a autoridade, anulando os atos do governo que lhe cerceiam as atribuições, a sua intervenção nas eleições dos vereadores, a pressão, ou a violencia contra eles (452). Até o governo de Vahia Monteiro, usavam os governadores, todos os anos, abonar os seus serviços com as informações que

(451) Frei Vicente, *Hist. do Brasil*, 3.^a ed., p. 486.

(452) São applicaveis ao Brasil — porem ás Camaras do seculo II — as palavras de Ingenieros sobre as da America espanhola: «No es posible ver en los Cabildos una escuela de la democracia aunque las leyes correspondientes induzam a creerlo; fué, si, la cuna del espiritu oligocrático municipal, que en tiempos ultteriores procuró confundirse con el federalismo...» (*La Revolución*, p. 39, Buenos Aires 1918). «...Que de las autonomias locales de las ciudades-cabildos surgieron, por evolución natural, las autonomias provinciales, tenomeno politico que culminó y adquirió caracteres definitivos en 1820..» (González Calderon, *Derecho Constitucional Argentino*, 2.^a ed., I, 37). Porisso formamos, tipicamente, uma federação de modelo colonial (Brunches & Valaux, *La geogr. de L'hist.*, p. 448). Diz com razão Levi Carneiro: O federalismo é o objetivo constante, inevitavel, de toda a nossa evolução politica de quatro seculos («*Rev. do Inst. Hist., Congr. Nac. de Hist.*, t. esp., parte III»). Até a formação da provincia, como complexo de interesses e sentimentos regionais, foi a velha comuna do Brasil o ativo centro de elaboração particularista. Esta conclusão deve ser acrescentada á brilhante exposição de Castro Nunes, *Do Estado Federado e sua Organização Municipal*, p. 64, Rio 1920. Aliás, Herculano afirmára: «Representavam eles (os concêlhos) de um modo verdadeiro e

deles davam as Camaras e o colégio dos jesuitas (453).

Tinham as Camaras os encargos das obras publicas.

“Quem conhece as velhas cidades de Minas, Ouro Preto, Sabará, Mariana, S. João del Rei, Pitanguí, Caeté, S. José del Rei e outras; simples arraiais como Santana do Rio das Velhas, Roça Grande, S. João, Socorro, Congonhas, etc., verificará pelas pontes de pedra, abastecimentos de agua, fontes publicas, calçamento, edificios publicos e outras obras, a operosidade inteligente dessas vereanças...” (454). Quando, em 1572, se reuniu a

eficaz a variedade contra a unidade, a irradiação da vida politica contra a centralização...» *Hist. de Port.*, IV, 120.

Segundo Alberdi, a lei de Rivadavia que destruiu, em 1821, a estrutura comunal, «foi o braço direito de Rosas.» (*Elementos del Derecho Publico Provincial Argentino*, p. 265 not., Besançon 1856). A proposito da organização mexicana, Carlos Pereyra observou, com razão, que os «exploradores» tinham o poder, e o Rei, que fazia as leis, representava a opposição. (Vd. Molina Enriquez, *La Revolucion Agraria de Mexico*, I, 91, Mexico 1932).

(453) Carta de Vahia Monteiro, 30 de Junho de 1727, *Anais do Arquivo Nacional*, XV, 211.

(454) Augusto de Lima Jr., *Visões do Passado*, p. 34, Rio 1934; e cita o Regimento de Posturas da Camara de Mariana, interessante codigo administrativo prevendo o reflorestamento dos vales; e o da Camara de Sabará, mandando plantar 20 % de trigo em relação ao milho. «De tempos a tempos reformava a Camara o seu codigo, como o fez na sessão de 14 de Abril de 1590, tomando uma série de providencias acerca da moralidade publica, das relações dos brancos com os indios, do modo de se guardarem os rebanhos, das providencias sobre incendios, etc.» (Tau-nay, *S. Paulo nos Primeiros Anos*, p. 74).

edilidade paulistana afim de, a mandado do Ouvidor Geral, votar uma contribuição para o estabelecimento do "Caminho do Mar", obra realizada em comum por todas as vilas da capitania de S. Vicentê, foi escolhido "um homem para fazer a junta com os eleitos que saíram das outras vilas" (455).

Fiscalizavam os officios e nomeavam os juizes, que á bôa moda das corporações mediavais os corrigiam: juiz de alfaiates, de ourives, de sapateiro, de espadeiro (456), que cobravam o trabalho pelos regimentos aprovados e dirimiam as questões que êle suscitava. Proviam ao asseio, ao arruamento, á policia das vilas: á ordem do seu commercio, ao abastecimento, ás communicações e ás aferições. E — como corpo politico, representavam os pòvos.

O rei mandava-os ouvir frequentemente. Não queria que impostos fossem lançados sem o consentimento dos procuradores das vilas, nem á revelia das Camaras se modificassem os regimentos da administração. "Para este efeito chamará o governador a uma junta, os procuradores das vilas, cabeças de comarca e dos mais que fôr costume chamar em semelhante ocasião, para que, ouvindo o que representarem e fazendo as conferencias necessarias, se escolha algum meio que pareça mais conveniente..."

(455) Taunay, *S. Paulo nos Primeiros Anos*, p. 82.

(456) Taunay, *Anais do Museu Paulista*, VI, 9.

As obras publicas

A administração portugueza não cuidou metódicamente da civilização material do Brasil. A colonia não teve estradas carroçaveis e grandes obras d'arte. O caracter agreste das populações sertanejas ressentiu-se do isolamento e das dificuldades com que lutavam para comunicar-se, através de caminhos tormentosos. A viagem para as regiões montanhosas representava um penoso sacrificio de tempo, recursos e animais. E porque as regiões mais procuradas eram as mais fechadas, os governos das capitancias preferiam tel-as confinadas na sua abrupta topografia, fazendo colaborar com os accidentes naturais as autoridades dos "registos", ou póstos de aduana interior.

O Brasil foi o grande país sem pontes.

No seu sermão de S. Gonçalo, recitado na Baía em 1690, lembrára Vieira que ha cento e noventa anos possuíam os portuguezes esta terra e não haviam construido ainda as suas pontes. Reparo analogo fez, em 1818, Saint-Hilaire: "La route qui conduit de Rio de Janeiro a Vila Rica n'est moins fréquentée peut-être que celle de Paris à Toulouse, et il serait bien à désirer que l'on jetât un pont sur le Parahyba. Mais les Brésiliens sont encore presque étrangers à ce genre de construction" (457). Na época aurea das Minas, foi Vila Rica dota-

(457) Em nota acrescenta o viajante: «Je n'ai vu au Brésil que des ponts de peu d'étendue». *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*, I, 61.

da de varias pontes de elegante perfil. Outras houve, no caminho de Santos a S. Paulo, caídas em 1704 (458); de resto, até 1788, era ele quasi intransitavel (459). Porem construções de interesse economico assinalado, só as fizeram nas suas vastas propriedades os jesuitas, "colonos tipicos" (460), na perfeição da sua técnica de produção, autores das pontes que lhes serviam á fazenda de Santa Cruz, da estrada empedrada de Morretes a Paranaguá, da primeira aparelhagem dos nossos portos ("guindastes dos padres") e de outros trabalhos, imitados mais tarde pelos governadores locais.

Ainda em 1807, o desembargador Rodrigues de Brito estranhava, na Baía: "Aqui mesmo, nas vizinhanças desta populosa cidade! não só o governo falta ao dever de estabelecer barcas, ou pontes, mas opõe obstaculos ao seu estabelecimento... Donde vem que a lavoura se acha limitada ás terras de beira-mar sómente, sendo todo o valor dos frutos, que poderiam ser produzidos nas do interior, absorvido pelas despesas do transporte" (461). Isso acontecia dois seculos antes. Von Schoppe, segundo o padre Vieira, pretendia fazer-se "senhor da Baía sem lhe custar um copo de sangue, impedindo os mantimentos

(458) Taunay, *Anais do Museu Paulista*, V, 94.

(459) Paulo Prado. *Paulistica*, p. 12 not. «Nos rios sem pontes, e nos lugares pantanosos, eram as cargas baldeadas nas proprias costas dos tropeiros...» Spencer Vampré, *Memorias para a Hist. da Academia de S. Paulo*, I, 55, S. Paulo 1924.

(460) cf. capitulo XI da nossa *Historia da Civilização Brasileira*.

(461) *Cartas Economico-Políticas*, ps. 49-50.

á cidade com os seus navios” (462). Só podia abastecer-se pelo mar.

Comunicações

A produção sertaneja, demandando a costa, creou “uma industria especial de transportes, confiada aos historicos e honrados tropeiros” (463).

A “tropa” de mulas fazia o comercio interno, trazendo do sertão os seus produtos e levando-lhe a manufatura importada. Depois do carregador indigena, foi a “mula” o mais proprio cargueiro para os penosos caminhos inacessiveis á carroça. Os carijós, segundo um contemporaneo, estavam “costumados a levar pesos extraordinarios pelas maiores serras, e por caminhos quasi sem caminho...” (464). A “mula”, porém, facilitou, depois de 1734 (465), a aproximação das vilas centrais das cidades da costa, venceu a serra do Mar e dominou o planalto. As “tropas”, ou caravanas de “mulas”, cada

(462) Vieira, *Cartas*, II, 228.

(463) Capistrano, *Capitulos de Historia Colonial*, 1.^a ed., p. 149.

(464) P. Manoel da Fonseca, *Vida do Padre Belchior de Pontes*, p. 91.

«Sobrecarregados como azemolas...», vid. Taunay, *Historia Geral das Bandeiras*, IV, 292.

(465) Uma carta regia de 1764 mandou incentivar na Baía a criação de muares, atendendo a que os cavalos já não eram utilizados nos transportes, em Minas. (Accioli, *Memorias*, anot. por B. do Amaral, II, 422).

uma das quais podia levar oito arrôbas, enchiam as estradas com o seu tropel, tangidas por dois ou tres bufarinhos, caboclos tão habituados á profissão que não sómente guiavam os seus muares como os carregavam e descarregavam, reparavam os arreios, davam-lhes o devido descanso nos pousos onde os fazendeiros alugavam a pastagem para os animais em transitio, e eram ainda pequenos comerciantes e correios, a quem os patrões confiavam o dinheiro, a correspondencia, o escambo. Milhares de burros carregados entravam diariamente no Rio de Janeiro (dois mil, segundo Henderson, em 1819) (466) procedentes das terras fluminenses, mineiras e paulistas; e regressavam, novamente carregados, para, ao termo de dois e tres mêses de viagem, enriqueceram os lugares mais longinquos com as coisas da capital. O algodão do nordeste, o fumo das plantações sertanejas, o café das serras, o ouro das minas, foram assim transportados, dos arraiais para os portos. No norte, o tropeiro era tambem mascate. No sul, o mascate era um tropeiro de outro genero, que conduzia a sua mercadoria em lombo de burro através de todos os caminhos, abastecendo as "vendas" que serviam de coutada ao viajante, de mercado á população disseminada e de núcleo das povoações nascentes. As "tropas" atenuaram a ausência de pontes e a natureza aspera do continente: dêram circulação á riqueza incipiente e sentido á economia dos sertões. O "tropeiro" foi o bandeirante do commercio. A civilização, que se poliu em Minas Gerais, subiu as encostas da Manti-

(466) Henderson. *A History of Brazil*, p. 61.

queira e atravessou-lhe os correços, empacotada na bagagem do “tropeiro. Era carregão e mensageiro; condutor e estafeta; o homem que transportava as utilidades e as idéias, os bens materiaes e as noticias do mundo — privilegiado caipira que sentia, periodicamente, á beira mar, a influencia estrangeira, e internava-a. Do Rio de Janeiro, levou ele, para Minas Gerais, a planta do café (467); e foi o combocero baiano que a transportou de S. Paulo para o norte de Minas (468)...

Falando do caminho de Santos, disse Kidder: “A subida da serra tem cerca de quatro milhas de solido calçamento, com mais de 180 angulos no seu curso de zig-zags. O trajecto dessa estrada se torna interessante pelo sucessivo encontro de tropas de bestas. Ouve-se primeiro a voz aspera dos tropeiros, tocando seus animais, a ecoar tão acima de nossas cabeças que parece saír das nuvens; depois se escuta o claque-claque das patas ferradas dos animais nas pedras, e avistam-se as mulas, no esforço de se segurarem ás ladeiras, parecendo arrastadas pelos ~~pe~~zados fardos que carregam” (469).

Os fazendeiros, segundo Martius, “contentam-se, todo ano uma vez, em saber os acontecimentos mais importantes pelo guia das caravanas que voltam da costa”.

(467) Daniel de Carvalho, *O Café no 2.º Centenario*, II, 581, Rio, 1929.

(468) Urbino Viana, *O Café no 2.º Centenario*, II, 664.

(469) S. Vampré, *Memorias para a Hist. da Acad. de S. Paulo*, p. 55.

XIV

A XENOFOBIA COLONIAL

As balisas — Perigo. externo

O horrôr ao estrangeiro preocupou, orientou a colonização portuguesa e espanhola da America, desde o seu inicio até a Independencia. O estrangeiro era o indesejavel religioso, porque pertencia a países de pouca, ou diferente fé; o indesejavel economico, porque “atravessava” as mercadorias ou lhes alterava o preço; o indesejavel politico, porque, revelando as riquezas da colonia, para elas atraía a cobiça das suas nações, a audacia dos ladrões do mar; e isso por tal fórma, que preferiram os ibericos arruinar-se e perder os Estados, a franqueal-os ao comercio internacional. Como o rei de Espanha mandára impedir a comunicação entre o Perú e o Pará, por que não penetrassem portuguezes em Quito, um conselheiro de Felippe III diria: “Seria preferible que los es-

pañoles anduvieran vestidos de pieles a que usaran telas y ropas estranjerias" (470). Mas houve um elemento colonial que, de certo modo, supriu, nos seculos I e II, a ausencia do escambo estrangeiro: foi o judeu. Este, além de não ter o feitichismo da nacionalidade, vivia das suas relações com os mercados de Flandres, da França e da Italia. Os seus correspondentes eram grossos mercadores em Amsterdam, em Dieppe, em Genova. Deles dependiam as cotações dos produtos americanos, o seu interesse, a sua prosperidade. Talvez custeassem indiretamente as mais esperançosas empresas da America, que os cristãos-nóvos promoviam com um capital sempre fácil, com um lucro sempre certo, com uma energia sempre feliz. O israelita encarregava-se da circulação; a produção ficava com os colonos. Mas sem o auxilio do intermediario a Europa não conheceria o açúcar do Brasil, não lhe daria depois destino aos diamantes, ao ouro contrabandado das Minas, em porção tão extraordinaria que houve apenas uma casa comercial do Rio que não o comprava aos *garimpeiros* (471), a grande parte de sua materia prima. O judeu e o jesuita popularizaram as riquezas desta terra: ambos, enleitados pela teia do comercio estrangeiro, alimentaram-no com a infração do monopólio nacional. O jesuita tinha os collegios, espalhados pela

(470) R. Blanco-Fombona, *Los Conquistadores del siglo XVI*, p. 153, Madrid, 1921.

(471) Marquês de Lavradio, atestado de 1782, a requerimento de João Francisco de Lima Fonseca, no *Correio da Manhã*, Rio, 25 de Março de 1934.

Europa, para os quais enviava as sobras da sua produção agrícola; o cristão novo tinha os correspondentes ou banqueiros, em todas as praças do continente. Graças a esses dois factores da economia brasileira, o Brasil foi muito mais conhecido lá fóra, do que a Europa aqui dentro. Francêses, inglêses, flamengos, alemães, cobiçaram por isso os seus maravilhosos canaviais, que produziam tão abundante riqueza, a riqueza mais rapida e farta do seculo, e as suas florestas beirôas entrançadas de páu de tinta: e antes que o colono adquirisse uma idéia certa, relativamente aos póvos que havia para lá da península ibérica, lhe caíram em cima os corsarios, as expedições, os ladrões do mar, comerciantes clandestinos de todas as origens.

As balisas

Em 1548 encontrára Hans Staden no oceano mais de cem navios portuguezes e espanhóes, que iam da America... (472) os holandêses, francêses e inglêses formariam maior esquadra. A colonisação do Brasil pela corôa de Portugal teve, na costa, um aspecto nitidamente militar. Havia defender toda a extensão dela, por que não desembarcassem os intrusos, assinalados na Paraíba,

(472) *Viagem ao Brasil*, ed. da Acad. Bras., p. 38. Em 1521, «tinha Portugal nos mares da Índia, a seu serviço, suas fretadas, oitenta e tantas vélas...» (Varnhagen, *Historia Geral*, 3.^a ed., I, 197).

batidos no Espírito Santo, repellidos da Baía, vitoriosos em Santos, instalados no Rio de Janeiro ou no Maranhão... A noticia de tais assaltos póde ser resumida, com a historia das fortalezas que os portuguezes levantaram, desde Santa Catarina até o Gurupá, no rio Amazonas. Onde o estrangeiro pôs o pé conquistador, foi vencido: e no lugar, construíram os vencedores um reduto, O litoral está cheio desses fortes. Não representam uma prevenção; comemoram um successo. Cavendish saqueou Santos: trataram os moradores de levantar a sua trincheira sobre o canal. Withrington appareceu na Baía, em 1587: cuidou o governo de fortificar a rocha que ha no meio do porto e de distribuir baterias pelos sitios convenientes do golfo. Onde os francezes tinham desembarcado, foi feito o forte de Cabedelo. Expulso do Rio de Janeiro Villegagnon, Mem de Sá alcandorou no morro do Castelo a cidade e lançou os fundamentos ás obras de defesa da barra. O acampamento do calvinista, na sua ilha, foi transformado em fortaleza. O ataque de Lancaster a Recife, de Cavendish ao Espírito Santo, dos francezes a Cabo Frio, dos holandêses ao Pará, deixaram o vestigio de casas-fortes que rechassaram outras tentativas, afirmaram o dominio lusitano. Porisso as principais construções portuguezas do Brasil, além das igrejas, são de arquitetura militar: a necessidade de proteger, isolar o país, levára o colono a cinto-o de redentes e guaridas que, no seculo III, achando o contorno do oeste sobre os lindes de Espanha, batisaram os nossos limites pelos rios Amazonas, Guaporé e Paraguái.

Tambem o governo português se lembra de estudar o Brasil em virtude das contendas de limites. As primeiras expedições científicas viéram para demarcal-o: "erga omnes"... Assim em 1729, quando D. João V mandára o padre Domingos Capaci organizar as cartas geograficas do Brasil corrigindo-lhes as coordenadas e levantando, com exatidão, os mapas da costa e da fronteira do sul. Em 1740 faleceu em S. Paulo o sábio jesuita, sem ultimar a gigantesca tarefa. "Era proposito diléto de D. João V proceder ao reconhecimento científico do territorio do Brasil, não desprezando a colaboração estrangeira" (473). Blasco, Schwebel e Galluzi riscaram as cartas da região limitrofe do Prata: continuaram-lhes as observações Bromelli no Amazonas, Ciera no Uruguái, Laudi no Pará, enviada de Lisbôa, a missão científica que em 1757 o governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça, mandou explorar o rio Negro (com os irmãos Sturm), Alexandre Rodrigues Ferreira em 1783, Wilchens em 1781... por que as pretensões estrangeiras encontrassem uma fronteira territorial nitida, certa, iniludível: "erga omnes..."

Perigo externo

D. João III não podia colonizar o Brasil; desprezára-o. Porém, ao rebate de pilhagens francêsas, para

(473) Fidelino de Figueiredo, *Estudos Americanos*, p. 98.

impedil-as, mandára Martim Afonso estabelecer a primeira povoação politica: foi S. Vicente. Essa idéia. de um apressado povoamento, antes que o estrangeiro lhe tomasse a possessão, perseguiu el-rei em 1534, quando a dividiu em capitánias, relegando á iniciativa particular o trabalho da conquista, e quando a subordinou, em 1549, a um governo geral. Vemos que o governador, pelo regimento que trouxe Tomé de Souza e pela sua indole, era mais general, que comandava praças de guerra, do que administrador. As suas funções tinham o limite dos concêlhos, que administravam as vilas, do clero, que velava sobre as consciencias, dos ouvidores, que distribuiam a justiça, dos donatarios, que governavam autonomamente, dos jesuitas, que tutelavam os indios, dos privilegios, que isentavam as classes. Restringiam-se á policia da costa, á chefia das forças, á vigilancia — contra o estrangeiro, que era o inimigo, e não podia sair vivo do Brasil, se cá o surpreendiam.

As ordens de extremo rigôr que déviã as autoridades cumprir, contra o estrangeiro, abrandavam-se em caso de naufragio, ou outro, que lhe legitimasse a presença na colonia. Então, o francês ou o inglês, o espanhol ou o flamengo adotava um nome portuguez e radicava-se no país, como revelam as Denunciações do Santo Officio recolhidas na Baía e em Pernambuco em 1591-94 (474).

(474) Vd. *Denunciações da Baía*, ed. Capistrano, pgs. 71, 91, 123, etc. Estevão Branco, francês, pae do mamaluco Manoel; Simão Luis, Nicolas Luis, Pero de Vilanova, franceses... A dois francêses presos no Rio de Janeiro poupára a vida Tomé de Souza,

A família colonial herdou ao primitivo “clam” vicentino ou olindense a repugnância, instintiva, pelo forasteiro, que se agravava — onde quer que ele apareceu, a insinuar-se — com o retraimento medroso da mulher, com o ciúme feroz do homem, com a intolerância religiosa do eclesiástico. A hospitalidade decorria, como um costume característico da sociedade patriarcal, da suntuosidade da casa-grande, da “lei de nobreza” em que os fazendeiros viviam, orgulhosos da mesa franca, da famulagem numerosa; porém, até aí, o estrangeiro era indesejável. Recebia-o, de má sombra, o “fidalgo”. Hospedava-o constrangidamente. Não lhe mostrava o interior da casa, muito menos a porção feminina da família. Tratava-o com suspeição e sobressalto — curiosamente, informando-se sobre o que ocorria nos outros países, e cuidando de encobrir o que se passava no seu. Pois não diziam todos — a carta régia, o sermão do padre, a tradição popular, a crônica da terra — que o estrangeiro era espião, traficante ou renegado?

Notára frei Manuel Calado, que em Recife do tempo de Nassau “nenhumas se poderiam gabar que Portugueses algum de Pernambuco se afeiçoasse a mulher das partes do Norte, não digo eu para casar com ela, mas nem ainda para tratar amôres ou para alguma desenvoltura; como por o contrario o fizeram quasi vinte mulheres portuguezas, que se casaram com os holandêses...” (475).

empregando-os nos seus officios de interprete e ferreiro. (Varnhagen, *Hist. Geral*, 3.^a ed., I, 311).

(475) *Valeroso Lucideno*, cit. por Capistrano, *Ensaios e Estudos*, p. 252, Rio 1931.

Queixou-se Henderson da hostilidade que encontrou em meio da gente do Rio de Janeiro, em pleno periodo de anglicanização do Brasil, em 1818 (476). Ao viajante Coréal os baianos apareceram “tão susceptíveis em materia de honra, tão ciumentos no capitulo das mulheres e tão ridiculos ácerca de sua grandeza, que se tornava difficil, senão impossivel tel-os como amigos” (477).

“Um estrangeiro que no Rio de Janeiro fitar uma mulher corre os maiores perigos”, disse o viajante La Flotte (478).

A esse complexo “patriarcal” (dêmos-lhe o nome) — a sociedade semi-barbara deveu a sua conservação, firmemente estruturada pelo espirito tribal, vertebrada pela escravidão, adstrita ao seu nucleo consanguineo, fechada ás reações exteriores, adaptada á terra pela propria miscegenação, civilizada pela religião e embrutecida pela senzala — os dois polos, de aperfeiçoamento moral e de obnubilação, que atraíram, por tres seculos, o colono.

Quando John Mawe chegou a S. Paulo, em 1808, teve a impressão de que nenhum estrangeiro lá estivera

(476) James Henderson, *A History of Brazil*, p. 70, London 1821.

(477) Taunay, *Na Bata Colonial*, cit., p. 271.

(478) Taunay, *Visitantes do Brasil Colonial*, p. 93, S. Paulo, 1933.



Rua comercial de Recife no meado do seculo XIX. A cidade-rica. Choque de costumes coloniais e europeus. Lit. de Carlos Perna. (Desenho de Z. Schlappriz).

ainda: "... as proprias crianças manifestavam o seu espanto, fugindo umas, contando outras os dedos das nossas mãos, e exclamando que tinhamos o mesmo numero que elas..." (479).

(479) Mawe, *Voyages dans l'intérieur du Brésil*, I, 139, Paris 1816. O viajante John Luccock encontrou um sertanejo, de Mato Grosso, convencido de que além de portugueses e espanhóis só havia no mundo gentios... No Rio de Janeiro, quando se revoltaram, em 1828, os dois batalhões, «pretos e pardos se salientaram, atacando a páu e a faca a todos os estrangeiros que encontravam». (Calogeras, *A Política Exterior do Imperio*, II, 519. Rio 1928). Sobre o odio aos francêses, Taunay, *Visitantes do Brasil Colonial*, p. 101.

O SENTIMENTO NACIONAL

O orgulho nativista definiu-se com a fixação do tipo nacional. Essa vaidade de ser colono, não europeu, “mazombo” em lugar de estrangeiro, dá á aristocracia territorial de Pernambuco e da Baía e á gente paulista uma agressividade particular. Extremou a independencia, na sua presumida nobreza, que provinha do nascimento e ascendencia brasileira. “La dénomination de Paulista est regardée par toutes les femmes comme très honorable, les Paulistas étant renommés, dans tout le Brésil, pour leurs attraits et l’agrément de leur caractère” (480). “... Parte da população — observou Martius — olha com ciúme e desconfiança os filhos do reino, portuguezes imigrados, e costuma dar-lhes, por troça, o apelido de *pés*

(480) John Mawe, *Voyages*, I, 140; Taunay et Denis, *Le Brésil*, II, 180.

de chumbo" (481). O comandante das tropas da Baía, em 1803, chamava a dos pardos "a classe de gente a mais orgulhosa e inquiéta de todo o país" (482).

Os viajantes que percorreram o nordeste no começo do século XIX admiraram-lhe os agricultores ufanos da sua prosapia de vencedores de holandeses.

A guerra desdobrára, exacerbára um movimento de amor á terra, que transparece nos mais velhos papeis da nossa Historia.

Reparára frei Vicente do Salvador. "... Digna é de todos os louvores a terra do Brasil, pois primeiramente pode sustentar-se com seus portos fechados, sem socorro de outras terras" (483). Ajuntára o autor dos "Dialogos das Grandezas": "E a razão é serem estas terras do Brasil mais sadias e de melhor temperamento que todas as demais"... (484).

O ditirambo atinge o ridiculo em Rocha Pitta: um seu fabuloso louvor do Brasil figura por isso na seléta de anedotas portuguezas e espanholas do abade Bertoux... (485). Os jesuitas ajudaram a criar, com a sua defesa apaixonada dos indios, a idealização filosofica do "estado

(481) *Através da Baía*, 2.^a ed., p. 77.

(482) Pedro Calmon, *Historia da Independencia do Brasil*, p. 13, Rio 1928.

(483) *Hist. do Bras.*, 3.^a ed., p. 50.

(484) *Dialogos*, ed. da Acad., p. 101.

(485) Oliveira Lima, *La Formation Historique de la Nationalité Brésilienne*, p. 88, Paris.

de natureza”, dos tempos idílicos que precederam ás leis tiránicas, antes do “contrato social”, que nos escravizou... (486). Os nossos poetas pintaram o país como um paraíso abundante e risonho, o “novo imperio” (487), cuja eterna primavera lembrava os sitios mitológicos, apenas conspurcados pela presença do homem. E, no seu estilo cultista, pasmavam os oradores, ante a infelicidade humana que havia nos outros climas, sem a temperança e a iluminação das nossas estações... Formaram a noção popular do país melhor-de-todos; farto por si mesmo; convidando á contemplação e ao gozo, como um jardim... no qual, remataria Humboldt, só era pequeno o homem.

O paulista continuava a ser bandeirante: altivo, guerreiro, insubmisso, afundando-se no sertão quando a autoridade o oprimia, sempre senhór do seu destino. “São os melhores soldados do Brasil”, já disséra Vieira (488); e dos filhos do país, o homem dos “Dialogos das Grandezas”; “...em suma são quasi todos liberais, belicosos, grandemente amigos da honra, pela qual se aventuram a muitas cousas” (489).

(486) Tése de Ernest Seilliére, nos seus livros «*Le Péril mystique dans l'inspiration des démocraties contemporaines*», Paris 1918, e «*Les Origines romanesques de la Morale et de la politique romantique*», p. 150, Paris, 1920.

(487) Botelho de Oliveira, *Musica de Parnasso*, p. 122, ed. da Acad. Bras.

(488) *Cartas*, I, 40 (ed. de 1886).

(489) *Dialogos* cit., p. 264.

O nativismo

Em Pernambuco, porque o rei de Portugal tergiversa, temendo Holanda, contra a qual estão em armas os moradores, estes ameaçam pedir a proteção de outro príncipe católico, certamente o de França (490). A revolução de 1817 pretenderia filiar-se á de repulsa do holandês: por isso se proclamou a “éra segunda da liberdade”. Notaria Tollenare, que os primeiros gritos revolucionarios que se ouviram em Recife foram de “viva a patria” — contra os portugueses — não de “viva a liberdade”... (491). A sedição de Beckmann, no Maranhão, exprimiu a mesma energia nativista, de povo que se insurgia contra leis opressoras, que tiveram o levante paulista de 1645, contra os jesuitas, os motins das minas contra a espoliação fiscal, as revoltas que o imposto do sal provocou na Baía. Escreveu uma feita Vieira: “Todos ficam esperando o pronto remedio, o qual se, não vier logo, entenderão estes vassallos que Portugal quer perder o Brasil, como já estivera perdido, se a fidelidade e respeito de S. A. e os prazos desta mesma esperança lhes não tiveram sustentado a paciencia” (492).

O nacionalismo tornou-se faceiro, rebuscado, arcaico: déram as familias poderosas do litoral de gabar o

(490) J. Lucio d’Azevedo, *Rev. do Inst. Hist.*, t. 78, I, 292.

(491) *Notas Dominicais*, p. 179

(492) *Cartas*, II, 251.

seu tronco indígena (493), literariamente valorizado, depois do "Caramurú" de Santa Rita Durão, do "Uruguai" de José Basílio da Gama. O índio, nas genealogias, importou em título, recomendação de sangue, atestado de raça: para separar dos aventureiros adventícios os habitantes de origem mamaluca e áqueles garantir o governo da colônia, contra os outros. O movimento da Independência só fez exagerar, exaltar-se a mania indianista dos fidalgos, Albuquerque de Pernambuco, Avilas da Baía, que proclamavam o direito sucessório, sobre a terra, mercê da mestiçagem primitiva, contemporânea de Olinda e de Vila Velha.

A simplicidade das idéias coloniais dividiu as populações em partidos: "mazombos" (os espanhóis diriam "criollos") e reinóis; brasileiros e portugueses... A política, peculiar ás metrópoles, de reservar para os europeus os melhores lugares, os postos dominantes da administração, acentuára a divergência (494). O habito que eles tinham de vir á colônia enriquecer depressa, de qualquer fórma, negociando fidalgos e militares, traficando governadores e desembargadores, confundindo-se a bôa gente e os mercadores judeus no afan de fazer fortuna, e repatriar-se — concorria para que, nas cidades comer-

(493) Vd. a sátira de Gregorio de Matos, *Obras*, IV, 50.

(494) Nas colônias espanholas, v. g., houve, até 1811, 702 bispos espanhóis e 278 americanos, 166 vice-reis espanhóis e 4 americanos, 558 capitães generais espanhóis e 14 americanos. (C. Parra-Perez, *El Regimen Español en Venezuela*, Madrid 1932).

ciais, (“esta terra é má de contentar”, disséra Vieira da sua Baía) (495), o “morôto” se igualasse ao explorador do povo, o lusiada se equiparasse ao mascate, e fosse odioso e injuriado como os outros “atravessadores”. “Além da razão de nacionalidade para determinar a ogerisa dos olindenses contra os mascates, ha a considerar ainda outra, que seria mais forte: a natural antipatia de todo devedor ao seu credor”. Daí a revolta dos imprevidentes, dos escorchados e dos falidos (496).

No “Canto Genetliaco”, bradára Alvarenga Peixoto:

“Barbaros filhos destas brenhas duras

.....

Os heróis das mais altas cataduras

Principiam a ser patricios nossos,

E vosso sangue, que esta terra ensopa,

Já produz frutos do melhor da Europa”.

No sermonario de Vieira, na satirica de Gregorio de Matos e nas “Cartas Chilenas”, transparece a mesma reprovação desses costumes, de exploração dos nativos pelos forasteiros, que arruináram em Asia o imperio portuguez: com as diferenças sociais que determinava — separando dos mercadores os lavradores — aprofundaria o dissidio racial. O Brasileiro foi agricultor, e municipe

(495) *Cartas*, II, 238.

(496) R. Garcia e Oliveira Lima; vd. nota á *Hist. Geral do Brasil, de Varnhagen*, 3.^a ed., III, 394.

pobre; o português, foi comerciante, e municipe rico. Os mestiços — a parte maior da população colonial — eram insolentemente nativistas; seguiam a parcialidade dos agricultores e, nos centros populosos, se lançavam contra os monopolistas reinóes. Estes deixavam-se assimilar pelo grupo contrário, porém ao cabo de uma geração; porque os filhos dos comerciantes europeus esqueciam a origem e a profissão paterna; faziam-se geralmente lavradores; desertavam sempre, das cidades para o interior, abandonando o lugar aos advenas, cuja evolução obedeceu a identica fatalidade. Raras foram as casas comerciais na colonia que se transmitiram de avós a netos: sómente em Minas Gerais — a terra portuguesa do Brasil por excellencia — o colono do réino conservou os traços caracteristicos, a propria indumentaria portuguesa, o orgulho da sua procedencia, a fidelidade ao seu trabalho inicial. Em Minas Gerais, entretanto, a diferença entre o “emboaba” e o paulista teve uma razão social importante: tornára-se o paulista o simbolo de uma barbárie brasileira, o “homem descalço”, especie do “gueux” flamengo ou do “farroupilha” gaúcho, o sertanista, filho de cabocla, que furava o mato a pé desnudo. E o português foi o sujeito civilizado que entrou pelo mato de botas altas. O ápodo “emboaba” referia-se ao calção ou á bota do adventicio: ridicularizando-o, significava “pinto calçado”, ave de pernas empenadas. O homem da bota venceu o homem que não a tinha. E traduziu, de toda maneira, o triunfo: já fazendo as suas cidades européias, portugúesas, religiosas, cortadas de chacaras floridas; já repelindo o pau-

lista, tomando-lhe as antigas terras, reduzindo-o, de senhor das montanhas a garimpeiro perseguido. Ha um pormenor — crêmos — que exprime a vaidade “emboaba”. Em Minas não vimos imagem de S. José que não fôsse calçada de botas lusas, fortes coturnos de pioneiro, grandes botas “emboabas” (497). O orago é português. Como os paulistas costumavam consagrar os seus descobertos á Nossa Senhora da Conceição (ha cousa de seiscentas povoações no Brasil com esta invocação bandeirante), os “emboabas” nacionalizaram o seu santo...

“Parecerá extraordinario — acrescentou Saint Hilaire — que os habitantes do distrito de Curitiba e os dos Campos Gerais, provindos, na maioria, de europeus, sem nenhuma mistura de sangue indigena, apliquem aos portugueses europeus uma alcunha injuriosa, a de “embuavas”: mas é preciso não esquecer que os filhos não são do país de seus paes, mas daquele em que nasceram e se educaram. Os nascidos no Brasil, de português e portuguesa, são brasileiros; amam tão pouco os europeus quanto os demais compatriotas e têm contra eles os mesmos preconceitos”. “Ha um odio implacavel entre brasileiros

(497) Em viagem ás paragens historicas de Minas, Gustavo Barroso chamou a nossa atenção para o fato, invariavel, de serem calçadas as imagens de S. José em todas as igrejas montanhezas, o que não encontramos em outras regiões do Brasil. Cremos explicar essa singularidade, com a observação de Saint Hilaire, relativamente ao orgulho «emboaba» das botas... (Saint Hilaire, *Viagem ao Paraná*, p. 166).

e portugueses”, disséra o *inconfidente* Maia a Tomas Jefferson (498).

Recolhemos na Baía os versos que o visconde de Taunay ouvira em Mato Grosso, aí do tempo da “rusga” (matança de portugueses, ou “bicudos”, em 1834), acolá dos dias da Independencia:

“*Maroto pé de chumbo,
Calcanhar de frigdeira,
Quem te deu o direito
De casar com brasileira?*” (499) .

Depois, explodiria a rebelião, para forçal-os a deixar o país:

“*Embarca bicudo, embarca,
Embarca, canalha vil...*”

O fenomeno foi analogo na Baía, em 1823 (o “mata manoto”), no Rio de Janeiro em 1831 (“garrafadas”), em Cuiabá em 1834, em Recife em 1848 (500). Des-

(498) *Rev. do Inst. Hist.*, tom. 3.º, p. 212.

(499) Vd. tambem Virgilio Corrêa Filho, *Notas á Margem*, p. 123, S. Paulo 1924. A quadrinha transcrita resume o despeito nacionalista, contra o concorrente europeu, ainda preferido — homem branco que era, talvez funcionario ou militar — pela familia colonial.

(500) A colonização de Mossamedes iniciou-se com os 140 portugueses de Pernambuco que dois navios foram buscar a Recife, afim de livral-os da ira popular (P. W. de Brito Aranha, *Memorias historico-estatisticas de algumas vilas e povoações de Portugal*, p. 238, Lisbôa 1871).

forço popular; expressão, inequívoca, de conflicto de raças; também a reacção económica, contra o comerciante opulento, a cujos hombros se lançava a culpa da carestia dos generos, da penuria das classes pobres — comerciante que continuára a tradição colonial do monopólio, do “atravessamento” e do “estanco”, tardiamente adaptado ás condições novas da vida brasileira. Foi a unica idéia que o movimento de 1848 nos legou, segundo Nabuco: “o preconceito vulgar da nacionalização do commercio” (501). Completava outra, de 1710: a punição da usura.

Observou Silvestre Pinheiro, que o brasileiro era mais sub-povo do que super-povo: “... que no Brasil esta classe é proporcionalmente muito menor do que na Europa; porque, tirada a classe dos Escravos e Libertos, quasi todo o resto se compõe de homens que receberam aquelle gráu de educação, que nos outros países eleva certa classe acima do que se chama povo...” (502). Parecia-lhe que as provincias se contentariam com um governo que só tratasse os interesses comuns, “abstendo-se de intervir nos que só são peculiares a esta ou aquella”.

(501) *Um Estadista do Imperio*, I, 104, Paris 1898. Ficara na tradição local a recomendação de uma das vítimas da «guerra dos mascates»: «não corteis um só quiri das matas; tratai de poupa-los para em tempo oportuno quebrarem-se nas costas dos marinheiros».

(502) Cit. de M. Bhering, *Anais da Bibl. Nac.*, vol. 43, p. XXXI. Compare-se com a observação de J. E. Rodó, *Montalvo, Cinco Ensayos*, 33, Madrid, relativamente á America espanhola. «La muchedumbre indigena quedó por bajo de la idea...».

Antes da Pátria, o concelho. Antes do todo, a parte. A luta da Independência devia, naturalmente, derivar do regionalismo exacerbado; a idéia nacional tinha de desembulhar-se da paixão municipal; esta se formára na *casa grande* fechada ao forasteiro.

FIM DA ERA COLONIAL

O Brasil dos dois lados do Atlantico — A urbanização — Sociabilidade — Tolerancia — A lingua atada — A revolução dos costumes — A independencia.

O Brasil dos dois lados do 'Atlantico

D. João pudéra resistir á Inglaterra, em 1807, e aceitar o jugo politico de França. Com isso, salvaria o reino de Portugal; mas perderia a colonia do Brasil. Perdê-la-ia, porque os inglêses lhe interceptariam as frotas, investiriam os portos, cortariam as comunicações. O sacrificio da velha monarchia aos seus dominios ultramarinos corresponde á importancia economica do Brasil — já no volume da riqueza, na massa dos seus interesses, na sua população, superior á metropole. Portugal projetára-se

no Brasil por dois seculos. Porém, no que antecedeu á Independencia, o Brasil tambem se reflete em Portugal. Minas Gerais abrigam cidades portuguezas que parecem transplantadas das margens do Tejo; mas Lisbôa se abra-seileira como se respirasse o ar quente dos tropicos. Toma insensivelmente a côr da terra que a enriquece. Era natural que a opulenta possessão impressionasse a mãe-patria decadente. Portugal repovôa-se de portuguezes que fizeram fortuna na América, funcionarios e militares repatriados, estudantes e clerigos que transportaram, de torna-viagem, as usanças brasileiras. A reação é sutil; mas a transformação é rapida. Lisbôa muda-se em cidade intermediaria, entre a Europa e o equador. Ha ali quinze mil negros, depois da lei de Pombal que proibira a escravidão no reino (503). As mulheres já se sentavam no chão, em roda, á maneira moirisca ou colonial. Pelas ruas, notaram Twiss e Byron, macacos catavam transeuntes. As cantigas, a musica, a dança do Brasil invadem o país. Viu Beresford meninas aristocraticas que, “acompanhadas pelo seu mestre de canto — um frade gordo e baixo, de olhos esverdeados — garganteavam modinhas brasileiras” (404). Mulatas do Brasil popularizaram os cantares da Baía (“turba americana”, chamou-lhes Bocage): melancolicos, eroticos, queixosos. O sensualismo e a tristeza nacionais acentuam-se. O povo incorpora-os á sua trova espontanea. O mesmo musico

(503) Caetano Beirão, *D. Maria I*, p. 264, Lisbôa 1933.

(504) Vd. Eduardo Noronha, *Pina Manique*, p. 137, Lisbôa 1923.

leva-lhe a modinha, o lundú e o *fado* (505). Aquela tem, no século XVIII, o seu esplendor; este — admiravelmente adaptado á nostalgia da Alfama — é do século seguinte. Que o “fado” procede do Brasil, como o “doce lundú chorado” e a “vulgar modinha”, julgamos provado com o depoimento do visconde de Pedra Branca, que em 1825 dava a palavra como ainda desconhecida em Portugal (506). As cheganças, que em 1745 el-rei condenou, por imorais, o “impudor canalha da *fafa* das mulatas e dos negros” (507), as *modas*, foram do mesmo clima, a “meiguice do Brasil e em geral a moleza americana”, segundo frei Alexandre da Silva: “em seus cantares somente respiram as impudencias e liberdades do amor, os tonilhões retinidos da moleza americana” (508). Joaquim Manoel e Caldas Barbosa (509), mestiços brasileiros, “dêram ao lundú um acento libidinoso como ninguem”, disse Oliveira Martins. Se, no tempo de Vieira, era o Brasil o que restava a Portugal, cujo imperio ultramarino os inimigos de Espanha tinham conquistado com as suas armadas, século e meio depois não sabiam mais os estadistas portuguezes como sobreviveria á perda

(505) Vd. Luiz Edmundo, *O Rio no tempo dos vice-reis*, p. 146, Rio 1932.

(506) Vd. João Ribeiro, *A Lingua Nacional*, p. 32, São Paulo 1933.

(507) Julio Dantas, *O Amôr em Portugal no século XVIII*, p. 186, 3.^a ed.

(508) Teofilo Braga, *Os arcades*, p. 238.

(509) Silvio Julio, *Fundamentos da Poesia Brasileira*, p. 98, Rio 1930.

do Brasil. Industrias, commercio, ordens religiosas, a nobreza de Portugal dependiam dos rendimentos coloniais; do Brasil saía o melhor quinhão do orçamento, a moeda circulante, o grosso da exportação. Desde o reinado de D. João V, a administração portugueza realiza prodigios, para defender, organizar, policiar, contentar ou corrigir a colonia, que tão exageradamente crescera. Torna-se, na côrte, idéia fixa, que a rainha D. Luiza de Guzman transmitira aos descendentes, a do asilo do Brasil em caso de invasão estrangeira, a da mudança do Estado á iminencia de uma guerra, a da transmigração como um recurso heroico. E menos para assegurar a monarchia, do que para prender o Brasil — donde a raça e a patria se renovavam... Portugal aquece-se ao seu sol tropical, apartado da Europa pelo seu destino maritimo, balisado pela ameaça castelhana, com o pé na ponte da náu, para embarcar ao primeiro sinal, como uma nação que se não sentisse bem em terra. O terramoto de 1755 influiu para essa apparencia de instabilidade, para esse mal estar indistinto, para essa inquietação de um povo agarrado á sua nêsga fertil de continente, mas com a alma transportada para duas mil leguas além, onde o Brasil engrandrá a sua civilização mestiça.

A partir de então, a politica do reino é inconscientemente americana. Faz-se em função do Brasil — que foi pretexto para a expulsão dos jesuitas, motivo da separação e da união das casas reais da peninsula, razão da diplomacia timida e ductil de D. João VI e, afinal, o verdadeiro objetivo da sua grande viagem.

A urbanização

A revolução que transformou os hábitos coloniais, modificando aquela rude fisionomia social, foi assinalada pela chegada do príncipe-regente D. João.

Achou-se de repente o Rio de Janeiro capital da monarquia portuguesa. Quinze mil pessoas, vindas com a família real, aqui introduziram os costumes, o aparato, o esplendor de Lisboa.

A gente abastada do país sentiu-se vivamente atraída pelos novos encantos da urbanização. A "cidade" faz prevalecer afinal os seus direitos (510); sobrepõe-se de vez ao "engenho", domina o "campo", polariza a riqueza. Devêras, esse movimento de concentração das elites brasileiras começara antes da transmigração do regente: datava do principio do século. Em 1806, encetára o conde da Ponte, capitão general da Baía, a construção do Teatro de S. João, acabada em 1812; esse vasto edificio de cinco ordens de camarotes curvando para o prócenio o colunado classico, era um simbolo da nova vida do Brasil, apenas impressionada pela literatura estrangeira, abrindo ás idéias francezas braços ansiosos, perturbada pela filosofia, que tão profundas consequencias economicas tivéra

(510) Em 1759, a população da cidade da Baía era de 40.263 habitantes, e a do reconcavo, de 62.833 (*Instrução para o marquez de Valença, 1779, An. da Bibl. Nac., vol. 31*).

para nós: o florescimento do nórdéste, com a guerra da Independencia dos Estados Unidos, e a elevação da colonia á categoria de metropole, com a invasão de Portugal pelas armas de Napoleão. Os passeios-publicos, aparentemente hortos botanicos, de fato jardins inglêses, destinados á conversação, á meditação, á elegancia dos encontros e ao refrigerio dos fins-de-tarde, corrigiram por sua vez as "ruas sujas", por onde os aristocratas não se arriscavam a pé, e a ausencia de comunicação assidua entre as familias: foram outros "adros de igreja", oferecidos ao apetite da sociabilidade dos filhos da terra.

Em Vila Rica, na ponte de Dirceo, com os bancos em semi-circulo, a gente de prosápia se reunia ao entardecer, cumprimentando-se afavelmente. Havia no Serro uma arvore imensa, debaixo da qual os homens de respeito, finda a labuta da jornada, respiravam juntos um ar de familiaridade e cooperação. Eram as oportunidades que tinha a mulher para aparecer, ser vista, espairecer. Mas nas povoações do litoral semelhantes assembléias só congregavam os negros, para os seus ruidosos ritos, e os mulatos, para as suas festas populares. A fidalguia isolava-se e escondia-se. A mulher continuara a espreitar a rua plebéa por detraz das rotulas moiras da janela e o sujeito nobre continuara a ocultar-se na sua cadeira de arruar, isolado, reservado, intratavel. Os parques publicos revelaram á mulher a sociedade; e déram ao pae de familia um ambiente politico, que outrora apenas adivinhára. D. Luiz de Vasconcelos fez no Rio o seu passeio-publico,

que foi, desde logo, sitio preferido dos forasteiros; constróe o conde dos Arcos o da Baía, que se tornou a antesala da cidade. A gente distinta aí se avista, pelas tardes estivais. Trocam-se impressões, criticas, idéias; e os negociantes entabulam aí os seus negocios. O teatro aumenta o interesse literario e musical; depois a biblioteca publica, corolario da nova situação de entendimento espiri-tual, faculta á mocidade a contemplação do exterior. Entre 1808 e 1821, as cidades se transformam assim. Têm insistentes motivos de sedução das populações rurais. As casas renovam-se, generaliza-se o habito de transportar-se o senhõr de engenho do solar do campo para o da cidade na estação invernosa, os governos melhoram a topografia, a hygiene, o policiamento, a iluminação dos centros urbanos e — consectorio da abertura dos portos — o luxo campeia, exigente e europeizante.

As administrações, em todas as capitánias, cuidam de imitar a do Rio, onde o governo régio promove a adaptação rápida da côrte ao cenario e ao primitivismo coloniais. As casas ricas mobiliam-se á inglêsa. O teatro, no Rio de Janeiro, reúne uma multidão esplendidamente vestida e enjojada. A cadeirinha céde lugar á traquitana. Assume a mulher, na vida social, uma importancia definitiva. Abrem-se-lhe os salões dos paços, ás festas de gosto europeu. Os preconceitos da antiga sociedade são repelidos da aristocracia: porque D. Carlota Joaquina e as infantas, após a incomoda viagem, tivessem de cortar os cabelos para livral-os de parasitos — as damas cariocas ado-

tam o penteado "a Titus"... (511). O traje, a leitura, o comercio, aproximam o Brasil de Londres (1808-1815) e de Paris (1816-1821) (512). Se é possível fixar a data-limite da introdução, na Baía, por exemplo, do estilo francês das festas nobres, foi ela 1817, quando ao conde dos Arcos a Praça do Comercio ofereceu um baile admiravel. Os convidados passavam de seiscentos, mas as mulheres foram apenas cincoenta (513). Os vestidos destas acabavam de chegar de Paris. O deslumbramento do festim e a riqueza que nele se gastou celebravam a prosperidade local: mas não havia ainda na Baía mais de cincoenta senhoras dispostas a afrontarem as luzes e galas do convite.

O resultado da subita urbanização fôra o maior distanciamento entre o campo, o sertão, o tipo pastoril da população e o litoral, com a "fascinação franceza", de que faláram Tollenare (514) e Boucher de La Richarderie (515). O espanto dos homens da costa, familiarizados com o que ocorria na Europa, diante da rotina e anacronismo dos habitantes do interior, pôde ser traduzido na es-

(511) Tobias Monteiro, *Historia do Imperio*, p. 59, Rio 1926.

(512) Vd. Hippolyte Taunay et Ferdinand Denis, *Le Brésil* etc., II, 455.

(513) *Relação do festim que ao ill. sr. D. Marcos de Noronha e Brito, VIII conde dos Arcos, etc., deram os subscriptores da Praça do Comercio aos 6 de Setembro de 1817 etc., Baía*, na typ. de C. A. Silva Serra.

(514) *Notas Dominicais*, cit.

(515) *Bibl. Universelle des voyages*, VI, 306, Paris 1808.

tupefação do príncipe regente D. Pedro, quando recebeu, em S. Paulo, em 1822, a visita do velho capitão-mór Vicente Taques, vestindo um remoto uniforme vermelho do tempo do morgado de Mateus...

Sociabilidade

As lojas, onde, diante das novidades estrangeiras, os brasileiros palestravam sobre os assuntos políticos — déram á convivência urbana o sentido nacionalista, que apressou a Independência. Observára Lindley, em 1802, a abertura na Baía do estabelecimento de um músico italiano, que anunciava concertos diários e jogos de cartas duas vezes por semana. Martius, quinze anos depois, viu nos cafés, que se multiplicavam, uma invencível predileção pelos jogos de baralho e dados e, em certas farmácias, reunidas sociedades particulares para tais divertimentos (516). Onde não havia salões literários, nem damas instruídas que exercessem a ação educativa das Ténecin e Geoffrin, a botica era o “salão”, e o farmacêutico o Mecenas. De um sabemos, que foi homem de larga e persistente influência, João Ladisláo de Figueiredo e Melo. No Rio, depois do boticário Amarante, cuja casa abrigou os inconfidentes de 1794, Evaristo da Veiga teve, na sua loja de livros da rua do Pescador, o mesmo refúgio intelectual. Foi a botica-academia, a loja-carbonária. Livrarias, quasi não existiam. Vendiam,

(516) *Através da Baía*, p. 80.

de envolta com os productos de mercearia, pequenos volumes religiosos e inofensivos livros populares (517). Só as tinham, fartas e variadas, os conventos; tambem os frades — naturalmente a porção mais letrada e conversada da sociedade colonial — monopolizavam a ciencia e os conhecimentos classicos.

A lingua atada

Nas cidades, a comunicação entre as familias fôra cerimoniaosa, rara e difficil. Faziam-se as visitas em uniformes, com o cortejo de servos, o fausto exigido pelo orgulho dos aristocratas. John Luccock espantou-se no Rio, em 1810, dos movimentos hieraticos e medidos de uma população branca travada pelas convenções sociais. Pareceu-lhe toda gente “de lingua atada”. “O primeiro grito geral que ouvi no Rio foi no aniversario da rainha, em 1810. Seguiu-se a um fogo queimado nesta ocasião, e foi um viva abafado, não frio, porém tímido; parecia perguntar se podia ser repetido” (518). Onde era o aparato que distinguia os homens, e o quitó á cinta valia por um titulo, que impunha respeito á turba vil, os solicitadores se juntavam á esquina da rua do Ouvidor de ca-

(517) «Algumas pequenas livrarias — registou Martius — onde, em vão se procuram as produções da literatura brasileira...» *Através da Baía*, p. 55.

(518) Capistrano de Abreu, *Capitulos de Historia Colonial*, ps. 209-10.

beleira, sapatos de fivela e velhas espadas pendentes, discutindo os seus negocios. Foi a mais viva impressão de coletivismo que teve no Rio o inglês. “A educação — escreveu Capistrano de Abreu — reduzia-se a expungir a vivacidade e a espontaneidade dos pupilos. Meninos e meninas andavam nus em casa até a idade de cinco anos; nos cinco anos seguintes usavam apenas de camisas. Se porém iam á igreja ou a alguma visita, vestiam com todo o rigor da gente grande, com a diferença apenas das dimensões. Poucos apreendiam a lêr”.

Colônia inglêsa

O comerciante inglês de um lado, comprando algodão no norte, vendendo tecidos no sul, a costureira parisiense, o agricultor alemão, completam o esforço da sociedade colonial para despojar-se da sua velha mentalidade. O negociante estrangeiro reforma o commercio nas suas praxes; a modista imigrada (havia tres mil francêses aforçurados em embelezar a mulher carioca em 1828, segundo o viajante Jacquemont!) ensina ás damas da terra a faceirice das côrtes (519). A predominante influencia dos dois elementos civilizadores reveza-se em

(519) Segundo Taunay & Dénis, o cabeleireiro e o mestre de dança ganhavam no Rio enormes proventos, *Le Brésil*, II, 47. Os artistas da Missão Francêsa sofreram cruéis desilusões. Tobias Monteiro, *Historia do Imperio*, p. 255 not.

1816. Desde a chegada do príncipe D. João até o Congresso de Viena, o Brasil é a séde da monarquia; porém, de fato, uma colonia inglêsa.

Tolerancia

Os frades não perdem o seu lugar na direção da sociedade, com o desembrutecimento dos núcleos litoraneos (520). Adquirem maior importancia, porque detêm a illustração universal. São mais fracas as suas virtudes, mas as suas letras são mais influentes. No interesse de combater a philosophia francêsa, estudam-na; e muitos a divulgam. Tornaram-se tolerantes e protetores dos estrangeiros, segundo John Mawe (521). Por 1820, frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio dizia a um negociante francês do Rio: "Gosto muito dos francêses, porque são homens esclarecidos" (522). A maçonaria socorreu-se do clero. O fenomeno da colaboração maçônica coincide com a grande concentração urbana (523). A idéia dissimula-se e insinua-se, mercê da sociedade secreta, cujos elementos mais prestadios pertencem ao clero nacional. Notaria Almeida Garrett esse contraste, en-

(520) *Anais da Bibl. Nac.*, vol. 43, p. XLV.

(521) *Voyages dans l'intérieur du Brésil*, I, 115.

(522) Vd. *Jornal do Comercio*, 31 de Agosto de 1930, trad. de Felix Pacheco.

(523) Vd. Martius, *op. cit.*, p. 78.

tre os eclesiasticos daqui e de Portugal: que os brasileiros eram exaltados liberais, os lusos inabalaveis ultramontanos (524). A Igreja forneceu, na crise da Independencia e nos dramas do primeiro reinado, martyres, apóstolos, soldados, arrebatados aos conventos — academias tambem de doutrinação democratica — pelas tempestades da epoca. Nisso, o pulpito conservou as suas tradições: alta tribuna, da qual os prégadores disseram aos poderosos as verdades crueis, continuava a dominar o meio social com a autoridade e o desassombro da unica palavra realmente livre que os brasileiros pudéram então ouvir. A Inconfidencia mineira fôra uma conspiração de padres e poetas; a Revolução pernambucana, de 1817, um movimento de eclesiasticos e “pedreiros livres”. A agitação da Independencia teve-os na vanguarda; a Revolução de 1824 ainda foi feita por eles.

A revolução dos costumes

Pelo tratado de 1810 — extorquido ao principe regente pela nação protetora — os direitos aduaneiros cobrados no Brasil ás mercadorias inglesas foram rebaixados a 15%. As de Portugal pagariam 16%; e as de outras procedencias, 25%. Foi a ruina do comercio portuguez — da sua navegação, dos seus homens de nego-

(524) Garrett, *Viagens na minha terra*, I, 96, 2.^a ed. A observação fôra antes de Miranda, Parra-Perez, *El Regimen Español en Venezuela*, p. 119.

cio, da sua politica economica; mas o Brasil se civilizava violentamente. “Por este tratado — disse um contemporaneo — entraram no Brasil o sapato feito, os moveis, o fato, até colchões; e eu tenho visto desembarcar no Rio de Janeiro caixões já ornados para enterrar meninos” (525). A colonia sofrêra até então a carestia dos instrumentos de trabalho, a escassez das comodidades, os habitos de um luxo exterior, caro e ridiculo: começou, a partir de 1810, a utilizar o que na Europa fazia o esplendor da casa burgueza, o seu conforto e o seu encanto. Vestindo-se bem, a mulher reaparece. Mobilando-se o solar, (526) abre-se ás visitas. As carruagens leves convidam ao passeio e as ruas, por isso, melhoram. Vêm as alfaias, o “interior” artistico, a futilidade, o superfluo elegante. Empobrecem os nòvos-fidalgos adquirindo ás pressas as tafularias necessarias ao seu estado; a economia particular desarranja-se; queixam-se os velhos mercadores da loucura geral, que alterára os costumes prudentes da classe média, acabando de desequilibrar a aristocracia rural. Em 1818, equipara el-rei os direitos alfandegarios inglêses e portuguezes. De fato, interrompera-se o contacto com Portugal. De Londres recebemos a manufatura, a iniciativa industrial, a máquina, quasi tudo.

A arquitetura, os jardins, o estilo mercantil — são inglêses. Entre 1808 e 1812 têm-se noticias de Portugal

(525) Sierra y Mariscal, Idéias gerais sobre a Revolução do Brasil, *An. da Bibl. Nac.*, vol. 43, p. 56.

(526) Vd. Ferdinand Denis, Taunay, *Na Baía de D. João VI*, p. 177.

através das gazetas de Londres. O exercito disciplina-se e veste-se á inglêsa; os homens de Estado fazem a sua educação politica pelos discursos do parlamento; Adam Smith é o evangelista da epoca. E' o tempo em que, segundo Waterton, "o capitão general de Pernambuco percorre as ruas com a aparente gravidade e compos-tura com que um estadista inglêz desce Charing-cross"... (527). Sómente depois de 1816, volta a França a concorrer com a Inglaterra na colonização espirital e material do Brasil. A restauração dos Bourbons favorece-a; ajuda-a a extorsão britanica; a politica de influencias de D. João VI — desvencilhando-se da pressão inglêsa graças aos seus entendimentos com a Austria e a França — orienta para as coisas francêsas o interesse e a curiosidade do Brasil. Sob o signo de Londres ele transformou a sua fisionomia economica; sob o de Paris modificaria a sua face politica. Importamos o trabalho inglêz e a idéia francêsa. Os panos de Manchester e os livros de Paris. Livros, moda, espirito, artes plasticas (missão de 1816, que europeizou de novo a balbuciante arte nacional), a feminilidade, a compostura, a revolução democratica, depois da revolução imperial... Linhares quizêra ser um Pitt ou um Canning; Pedro I sonhou ser um Bonaparte. A Lecór, discipulo de Wellington, nas fileiras do Brasil, vae succeder Labatut, discipulo de Massena. Ao economismo inglêz, de 1808, o regimen unitario-monarquico de 1824, copiado á doutrina de Ben-

(527) Vd. Alfredo de Carvalho, *Estudos Pernambucanos*, p. 147.

jamin Constant. Depois de 1816 o povo continuou a comprar a Londres, mas a imitar Paris. Compreendia mais a França, que a Inglaterra. Esta, que se lhe tornava odiosa pelo monopólio mercantil, foi, progressivamente, impopular; aquela, revolvida pelas suas agitações cíclicas, crescentemente apreciada. Póde-se — deste prisma da contemplação estrangeira — definir a historia do Brasil - Independente com uma fórmula: a curva do seu distanciamento da Inglaterra e da sua identificação com a ideologia francesa. Consumiria quarenta anos para libertar-se da influencia britânica (528).

(528) Fugindo o assunto ao roteiro deste livro, não é demais que lhe dediquemos uma referencia. No jogo das influencias estrangeiras, a americana se entremostra em 1789, por ocasião da Inconfidencia de Minas. Mas a conjuração dita dos afaiates, na Baía, em 1798, acusa o alvoroço produzido pelas leituras francesas, envelhecidas de cinco anos. A conspiração de 1801, descoberta em Pernambuco, denunciava a mesma contemplação. O governo português fazia perseguir os «franceses» — nome que dava aos leitores de livros e jornais de França — e com eles confundia os maçons. A transmigração da familia real estabelece a moda britânica. Como, nos conselhos da corôa prevalecera a corrente anglofila (Linhares) contra a francofila (Barca), na vida social do Brasil o influxo inglês se sobrepoz ao gaulês. A Missão Francêsa marcou o reinicio da dominação espiritual de Paris. D. Pedro I fez uma monarquia copiada á de Napoleão. Porem os deputados constituintes e o concelho de Estado que elaborou a primeira Constituição do país conheciam as principais obras referentes á Independencia e organização dos Estados Unidos. O parlamento brasileiro participou, durante todo o regimen monarchico, das duas atrações, do metodo inglês e da literatura francesa: As nossas crises políticas guardaram com as de França um isocronismo

A independência

A transmigração da família real tornou a colônia implicitamente independente. A sua emancipação política não explodiu, com as insurreições municipais, mas lhe entrou pelos portos, com o governo fugitivo. O príncipe regente D. João passando-se ao Brasil com a côrte, o tesouro, a mobília do seu reinado, a sua esquadra, tudo o que pudéra salvar, na surpresa da invasão, no sobressalto da catastrophe — perdera realmente a esperança de lá voltar, e ser de novo rei europeu. Déram-lhe, os diplomatas que vieram ao Rio de Janeiro tratar acordos comerciais, o titulo ironico de “roi du Brésil”. No Congresso de Viena, Portugal, para valer, teve de apresentar-se unido ao vasto dominio americano: porisso o príncipe regente o elevou á categoria de Reino. Instalára os órgãos essenciaes do Estado: a administração, a justiça, as forças armadas. Com a abertura dos portos, transformara-o numa potencia economica. A metropole velha arruinava-se. Foi o tempo em que o padre José Agostinho de Macedo, provando que sem o Brasil não poderia Portu-

curioso. 1830, 1832, 1848, 1870, 1884, 1889. O esquecimento das fontes norte-americanas da formação politica era quasi total ao proclamar-se a Republica, no ano-centenario da Revolução francesa. O que se sabia da politica não-francêsa provinha dos mesmos livros francêses... Tobias Barreto notou: «... chegamos ao estado lastimavel de não admitir outras idéias, não imaginar mesmo que existam, senão as que importamos de Paris». (*Ensaios e estudos de Philosophia e Critica*, 2.^a ed., p. 94).

gal manter a sua estrutura politica, aconselhara a implantação de um regimen republicano, á maneira de Veneza, pobre e resignada democracia talhada por um figurino classico... A monarquia brasileira estava fundada em 1808 (529): o imperio de Napoleão parecia solido como o de Carlos Magno, a Europa definitivamente subjugada, banida a casa de Bragança. D. João gostou tanto do Brasil que, por sua vontade, não saíria mais daqui (530). A sua politica continuava europeia: imperialista em relação aos territorios vizinhos, teorica quanto ao desenvolvimento economico, desaclimada na sua orientação cultural. Portugal não se modificou, transferindo-se para o Rio de Janeiro; mudára-se simplesmente.

A Côrte manteve os seus costumes, a aristocracia os seus preconceitos, os espiritos a sua civilização literaria, os estadistas a sua educação estrangeira. A colonização continuava a fazer-se por juxtaposição, não por fusão. A camada lusitana assentava sobre a camada tropical, orgulhosamente impermeavel. O Brasil, solicitado pela imitação do Paço, pela europeização delirante das cidades, adquiriu os habitos novos, sem se despojar dos antigos. Não se transfigurou; mascarou-se. Apenas as condições do país de tal modo divergiam das condições

(529) «No Brasil, a independencia na ordem dos fatos economicos, foi precursôra da politico-administrativa», disse um mestre. (Góes Calmon, *Vida Economico-Financeira da Baía*, p. 4, Baía 925).

(530) Vd. Pedro Calmon, *O Rei do Brasil*, Vida de D. João VI, Rio 1935.

européias, que a nossa monarquia em bem pouca coisa deveria parecer-se com as de lá.

Podia ser um simbolo dessa transição a fazenda fluminense que Darwin conheceu, vinte anos depois: num salão nobre, cadeiras doiradas de palacio, apesar das paredes caiadas, das janellas sem vidros e de um teto coberto de palha... Nas redondezas, as cabanas lembravam choças carateristicas, de hotentotes.

O principe regente sentiu-se forçado a enobrecer os homens abastados, em quem se arrimaria o novo trono. E como não havia no Brasil uma aristocracia sedimentada, senão o patriarcalismo economico, dos engenhos de açúcar e das fazendas de criação, distribuiu pelos capitães-móres sertanejos, pelos lavradores litoraneos, pelos comerciantes ricos, titulos, patentes e comendas. Formou, de afogadilho, uma elite oficial: porém a mais promiscua e desigual das elites — feita de ignorantes pastôres embrutecidos na sua guerra aos indios, de mercadores opulentos que importavam negros, de senhores de engenho polidos e magnificos cujas largas familias povoavam as regiões açucareiras. Henderson teve a impressão dessa heterogeneidade, indo a S. Cristovão beijar a mão ao rei, numa manhã de audiencia: eclesiasticos mulatos, mercieiros lusos, militares garbosos, tropeiros rudes, fazendeiros do Mato Grosso, agricultores do Paraíba, mamalucos e estrangeiros, representando as classes em que a população se dividia, desfilavam reverentemente diante do bom monarca... (531).

(531) James Henderson, *A History of Brazil*, p. 70.

As idéias políticas do Brasil assemelhavam-se ás do resto da America, onde se firmára o familiarismo europeu no trabalho escravo, para formar a sociedade rural: os homens do interior pediam liberdade para o seu commercio, franquias para o seu municipio, privilegios para a sua autoridade natural; e os das cidades queriam liberdade para o pensamento, instrução literaria, a participação do eleitor no governo, a subordinação deste ao corpo deliberante... A democracia, "como fato moderno, é um fenomeno americano" (532). Isto é, decorria da organização especial dos países tropicais: daquela antiga igualdade do colono em face da natureza intimidante, (533) da sua hierarquização pelo proprio esforço, da economia niveladôra, da origem comum de nobreza, que foi a propriedade territorial, da capacidade de independencia, a todos acessivel, que foi o sertão, da modificação fundamental dos costumes europeus no meio indianizado e dispersivo, onde tão facilmente o homem se metamorfoseára, de degredado em régulo poderoso, ou de fidalgo de quatro costados em morubichaba, pai de mamalucos barbaros... No principio do seculo IV da vida brasileira, a independencia política que eles sonharam havia de conservar o velho individualismo, a energica afirmação humana, o timbre histórico da iniciativa e da força livre do colono, que eram — no seu primitivismo agropastoril — o bem supremo.

(532) F. Nitti, *Problemas Contemporaneos*, p. 30, São Paulo 1933.

(533) Vd. Daniel Mornet, *Les Origines intellectuelles de la Révolution Française*, p. 391, Paris 1934.

O E S P I R I T O

(Paisagem emboaba)

*Impressões de uma viagem ás regiões
historicas das Minas Gerais, onde a paisa-
gem colonial conserva as, suas tintas se-
culares.*

XVII

A PAISAGEM EMBOABA: VILA RICA

“Entre as falsas histórias que contares, lhes contarás a minha verdadeira...”

(GONZAGA, *Lira XVIII*).

As montanhas tornam-se mais ásperas, os vales mais fundos, a natureza mais hostil, nas cercanias da cidade do ouro. Flutuam sobre os tôpos rochosos as nuvens brancas e os correjos serpeiam pelas barreiras ferruginosas, que uma vegetação enfezada embrulha nos seus farrapos cinzentos. Ha, por toda parte, um misterio de grotas, uma cintilação de metais, que de espaço se banham em sangue vivo — as feridas das grupiáras abertas nos flancos da serrania. O homem que passou, revolvendo a terra, como toupeira monstruosa que afocinhasse ouro, deixou na paisagem o seu rasto. Sucedem-se os barrocais vermelhos, onde os emboabas ciscaram as folhetas; e sobre as largas covas as arvores, pendu-

radas no abismo, alongam uma sombra hospitaleira. O horizonte corre por cima da cordilheira, proximo, azul, entre as rochas e o céu — e por vezes, no refego das penhas, cantando, brincando, alveja uma cascata que desliza monte abaixo, riscando na muralha calcarea um traço de frescura, tão alta que parece gorgolejar do firmamento... As tintas do quadro escurecem-se gradualmente. Colinas de ferro entapadas de arbustos negrejam á beira do caminho como blocos queimados. Andamos sobre um chão sonoro de minerais. Pisamos manganez, topazios, quartzos, rolados nos boqueirões que uivam, escondidos, nas dobras do terreno metalico. Sopra um vento humido e perfumado: traz-nos o alento do sertão, os balsamos das florestas e a pureza do ar montanhez. O barro das grupiaras lembrava fabulosos gilvazes sangrando num peito de aço. A unha do gigante continuou a arranhar o solo pedregoso, descobrindo-lhe a palpição dos veios geologicos. Os montes aproximam-se, como velhos muros desaprumados, oscilando sobre a estrada. As barrancas descem inacessiveis, sobre os ribeiros que fervilham no cascalho; o arvoredado toma á terra a sua côr encarvoadá, e os pendôres da serra se nos afiguram desolados e fumosos como se o fogo os houvera outrora lambido com a sua lingua gulosa. De repente, numa garganta retocada de verde, surgem as agulhas de uma igreja. Além, desenrola-se, trepando a montanha como um presepe, a cidade-inesperada. Palacios, templos, sobrados, numa moldura agreste de lagêdos e mata, realçando do fundo verde-nêgro, de mugre e ferrugem, de



Residencia senhorial. Período "emboaba". (Aquarela de A. Norfini. Col. do Museu Histórico).

tres montes que se amparam, como as fôrmas absurdas de uma visão — que se não julgaria possível desabrochasse ali, na mais triste e abrupta ribanceira daquele país penhascoso, a flôr de uma civilização.

Olhando Santarem, Garrett recitou uns versos de Goethe. Pois á vista de Ouro Preto, derramada pelas encostas como uma colmeia alpestre, a poesia que nos acóde é a de Gonzaga.

*“Tu não verás, Marília, cem cativos
Tirarem o cascalho e a rica terra,
Ou dos cercos dos rios caudalosos,
Ou da minha serra”.*

(Lira, XXVI)

* * *

O rio de Ouro Preto corre entre o monte do Cruzeiro e o da cidade, que se defrontam, como as alas de um teatro. Uma colina embarreira o vale, suspendendo no dorso uma cruz: ali se esganavam criminosos; por isso se chama “da Forca”. O casario rompe da beira do rio para o cimo do morro, onde se despraia, arejado, alto, heraldico. De lá descamba, debruçado sobre uma varzea fértil e alegre, para os paúes de Antonio Dias, e torna a subir, rarefeito, desmanchado em chacaras, numa ascensão difícil, para os vizos de Santa Efigenia. A serra renova-se, dobrando a sua massa quartzosa e verdeonga, como vagas de um mar petrificado, sempre no

rumo do oriente. A pedra do Itacolomi caracteriza-a, domina-a, vigia-a. E' uma guarida, um fanal, um simbolo. Em face da cidade, o morro da Queimada levanta o paredão tostado, esburacado, calvo, com a sua cintura de ruínas, os seus grotões negros; o seu itacolomito esteril, a sua cascalheira coberta de cinza e algumas arvores de sombra á volta de casas abandonadas, como a vegetação de um cemiterio. Na linha da cumiada, o morro da Queimada é o campo-santo da cidade. Daí o nome; pois aquella cidade subida aos paramos auríferos como um castelo medieval, desaparecera pelo fogo, queimada por justiça, de castigo á rebelião, quando esta rebojára entre as lapas de Vila Rica a longinqua tempestade.

O viajante pára, pensativo, entre o morro de Pascoal da Silva e o de Santa Efigenia, entre o paço do capitão general e a igreja de São Francisco, entre a matriz de Antonio Dias e a do Carmo, entre a casa de Gonzaga e a de Marilia, e sobre as ladeiras tortuosas, escarpas de chisto argiloso por onde escorre o casario, os telhados coloniais que se acaçapam colados á encosta suando a humidade da montanha e vestindo o seu limo remoto — sente desenhar-se o drama historico das minas, a tragedia do Aleijadinho, o romance do Ouvidor..

Gonzaga pertence áquella cidade, como o escultor que lhe arrancou das rochas as imagens, os frontões, as colunas, os batisterios e os pulpitos das suas igrejas. Tudo, na paisagem de Ouro Preto, nos fala do Ouvidor enamorado, da sua musa, dos seus amôres e da sua desgraça. Ali o seu solar ("Tenho branco casal e nele assis-

to...”), sombreando com o farto beiral a ladeira que le-
ya á Conceição de Antonio Dias; ali a casa de Marília,
isolada na montanha fronteira como um paço orgulho-
so; ali a matriz do Pilar, cujos livros ele rubricava; ali
os caminhos por onde, sorridente, o tricornio e a bengala
sob o braço, as gualdrapas ao vento, passava sonhan-
do; ali, o seu horizonte, o panorama que descobria, ás
manhãs, quando envolvia a terra num apaixonado olhar,
as paredes que o cercavam, a fachada de S. Francisco de
Assis que ele viu esculpir...

*“Quando á janela saíres,
Sem querereres, descuidada,
Tu verás, Marília, a minha
A minha pobre morada:
Tu dirás então comtigo:
“Ali Dirceo esperava
Para me levar comsigo;
E ali sofreu a prisão”...*

Por que Gonzaga?

Ficou-lhe, do idilio, um livro de versos. Nada
mais lhe ficou. Não desposou Marília. Foi morrer,
degredado, para a Africa; e a sua linda namorada ali
feneceu, espiando a cidade através das rotulas da sua
janela, durante oitenta anos. Jaz debaixo de uma tabua
numerada da matriz da Conceição. Sem lapide, sem me-
moria, sem homenagem. Sabe Deus se o povo, tantos
anos decorridos do desaparecimento do Ouvidor, lhe lem-

brou alguma vez a mocidade feiticeira, os seus olhos negros, “redonda e lisa testa, arqueadas sobranceiras...”
Porque Gonzaga?

Entretanto, ele voltou. Nas asas de sua lira.

*“Entra nessa grande terra,
Passa uma formosa ponte,
Passa a segunda, a terceira,
Tem um palacio defronte...”*

Como os genios voltam aos sitios de sua inspiração. Surpreendemo-lo no silencio daquelas ruas amoiriscadas, ao pé daquelas igrejas poliedricas, junto daqueles chafarizes arquiteturais, em cujas bacias de pedra cantam aguas ferreas. Amou; e sofreu. A historia de Gonzaga dilúe-se, exparsa, por aquelas sinuosas estradas e por aqueles adros geometricos de templos. Pois Ouro Preto não mudou. As casas e as calçadas são do tempo do visconde de Barbacena. A’ porta de Claudio Manoel da Costa um negro velhinho parecia ainda esperar ‘os recados de seu amo...

*“Do caro Glauceste a choça,
Onde alegres se juntavam
Os poucos da escolha nossa...”*

Na rua que sobe ao palacio do governador, com a Casa dos Contos plantada á esquerda, sobre um corrego travesso que lhe molha os botaréos, está o logar em que

morou Tiradentes, maninho e vazio como um chão maldito. A justiça da rainha salgara-o, por que não nascesse planta nem pulsasse vida no retalho da terra mineira que o agitador habitára. E não palpitou vida nem nasceu planta naquele bocado de chão forrado de sal e infâmia. Porem na praça grande, entre o paço e a cadeia, o martir deixa cair sobre a cidade um olhar desdenhoso — de pé em cima da sua coluna, o baraço ao pescoço, a alva de bronze desatada até ás sandalias, os longos cabelos batidos pelo vento frio da serra...

O governo e o povo, o proconsul e a municipalidade, costumam defrontar-se nas antigas cidades brasileiras, medindo-se e ameaçando-se. Conta Petrarca que havia em Avinhão dois cardeais inimigos, o de Talleyrand e o de Comminges, que o poeta comparou a dois touros poderosos e mugidôres sôltos nas pastagens de S. Pedro. Divergindo da candidatura do filho de João de Luxemburgo á corôa romana, recolheram-se, ferozes e armados, ás suas torres, e aguardaram, o bacinete enfiado sobre o solidéu, espiando das abelheiras o caminho deserto, o ataque prometido... Como os dois purpurados, a cadeia, talhada em pedra rosea veuada de sangue, e o paço, com artilharia distribuida pelos adarves, cingido de guaritas como um forte espanhol, os redentes espalhados pela vertente, se olhavam vespamente desde o seculo XVIII. Sobre o primeiro daqueles prédios, quatro esculturas tragi-comicas enfarruscam a fisionomia de gnomos espantadiços e musgosos... Uma delas — representando o trabalho mineiro — suspende um martelo e

o cunho da moedagem... No palacio viveram o conde de Valadares, governador ávido, D. Luiz da Cunha Menezes, governador amoroso, D. Manoel de Portugal, o governador pródigo. O estropear dos dragões parece ainda circular, como um alarido guerreiro, pela estrada lageada de Cachoeira do Campo. Entre as igrejas do Rosario e do Pilar o "triunfo eucarístico" desenrolara o cortejo maravilhoso, capaz de assombrar o pontifice em Roma, o proprio D. João V em Lisbôa, com os cavalos ferrados de ouro, ajaezados de prata, enxalmados de purpura, broslados de pedraria, puxando uma fidalguia mascarada de riquezas... Governava então Minas Gerais um extraordinario sujeito, cujo nome andara pelas côrtes da Europa enevoado de lendas quando ele, de tri-cornio pousado sobre a cabeleira branca de ocres imperiais, observava o povo mestiço de Vila Rica com a sua lunêta holandêsa. Quem lê a noticia do "Triunfo Eucarístico" logo se lembra das embaixadas de Roma de 1709 e de 1719, a ultima tão escandalosamente imponente que "se não deu outra alguma naquela Curia depois desta". O governador que fez aquele "Triunfo Eucarístico" — estariamos a dizer — tinha a raça de um conde das Galvêas... Se foi ele proprio! Foi em pessoa D. André de Melo e Castro. O mesmo embaixador recebido por Clemente XI. Assim prezou D. João V Vila Rica, que lhe mandava, a arrecadar-lhe os quintos, os embaixadores que vinham de Roma célebres e suntuosos!

As pias das igrejas, cavadas em calcareo do morro de Pascoal da Silva, ainda têm pintas de ouro nos rebor-

dos, ha duzentos anos alisados pelas trémulas mãos penitentes...

E a fantasia povôa-se de figuras gentis. Nem os embuçados, nem os governadores inclementes, nem paulistas e emboabas, nem famosos mineiros que foram ricos como o rei e infelizes como Job: mas Dirceo e Marília, o casal arcadico das endeixas, cuja lenda se transfundiou em mágoa e saudade e é, ali, o proprio espirito da cidade morta.

Gonzaga distinguu-se dos rudes colonos que bateavam ouro nos riachos e furavam a serra, acompanhando os filões na fuga através da montanha.

*“Não verás separar ao habil negro
Do pesado esmeril a grossa areia...
.....
Verás em cima da espaçosa mesa
Altos volumes de enredados feitos...”*

Os punhos de renda impediam-lhe de vibrar o almocrefe. A casaca encarnada não lhe deixava descer ás grupiaras. Era juiz e poeta. Os pés roçavam a calçada áspera de Ouro Preto; mas a alma se lhe perdera nos espaços. Asfixiava-o a cidade mesquinha; refugiava-se no seu pavilhão, suspenso sobre um solido arco no fundo da casa silenciosa, donde descortinava o morro de Pascoal lúgubre como um Calvario, a linha verde de Santa Efigenia com a igreja de Chico Rei voltada para o Itacolomi, e a rampa, matizada de murteiras, em cujo sopé mo-

rava Marília. Às tardes sentava-se o poeta num banco de pedra, respirando a alegria do seu jardim e a majestade da cordilheira. . .

· “O nosso bom Dirceo talvez que esteja
Com os pés envolvidos no capacho,
Metido no capote, a ler gostoso
O seu Virgílio, Camões e Tasso”.

(*Cartas Chilenas*, Epistola III)

O Aleijadinho lavrava então os florões da igreja de S. Francisco, a dois passos da casa do Ouvidor. Fre-miam, frente a frente, duas inquietações. O Adonis escrevia versos; o monstro rasgava a pedra azul.

XVIII

CALIFORNIA — 120 ANOS ANTES...

O milagre da Vila Rica — uma côrte que floresceu no sertão — antecipou o milagre do Aleijadinho — um lazaro que foi Bernini e Canova. Prodigiosa gente aquela — que mordeu a montanha ferrifera de Ouro Preto com os alicerces dos palacios e abrochou a paisagem com as joias das igrejas! O escultor nasceu dela. Proveiu dos conquistadores da serrania, dos decobridores da garganta rochosa que o Itacolomi assinala, chegados de surpresa, a coirama curtida dos sóis, o bacamarte aperrado, dispostos a tomar e defender o mais rico tesouro de Portugal. Mas a mãe era africana. A dôr, a humildade, a insolencia, a ternura, a ingenuidade, herdou-lhe a negra conga que trouxéra o libambo ao pescoço; o pai, este lhe legou a arte. O Aleijadinho não foi bem um homem. Caricatura ou simbolo, encarnou uma sociedade, uma classe, uma epoca. Era mulato, entravado e hediondo; Gonzaga era alvo, belo, admirado. Ambos exprimiram no seu genio a orgulhosa liberdade do povo que se formára.

Pagou-a o fidalgo no desterro d'Africa, enquanto o vilão escarneceu impunemente das autoridades. O pardo rebelou-se; e viveu. O aristocrata rebelou-se; e morreu. Poderia bater na frente, como Chénier, suspirando: "Pourtant j'avais quelque chose là!" A revolta de Dirceo foi a perigosa revolta dos poetas; e a do Aleijadinho uma mística revolta dos estilos. Ele lineou, movimentou, torceu, enfloriu e libertou a sua arte em pedra dócil — e não lha entenderam os contemporaneos, incapazes de decifrar o desafio que ha no frontão de S. Francisco, o desdem que lhe sóbe pelos pulpitos monolíticos, a audacia que lhe pende do portal, a filosofia que lhe cinge o conjunto revolucionario, de arquitetura inédita e de escultura emancipada. Sentenciára entretanto o Concilio Niceno, que a pintura é livro, para os infelizes que não sabem lêr... O Aleijadinho não falava. Para que ha de falar o escultor que cria no marmore os seus parceiros, infunde-lhes vida e espirito, dialoga com eles a sua dúvida aflita? A molestia excluiu-o do comercio das vaidades; assim quiz Deus que se integrasse na sua inspiração. Como demolia o bloco de pedra-sabão, arrancando-lhe as arestas, o corpo pôs-se-lhe a arrazar, comido de lepra. A' sua doença mutilante chamaram — ironia dos tempos velhos em que as atrizes deviam ser demonios, e as graças, perdições — a "zamperina". Do nome da deliciosa cantora veneziana que, entre 1770 e 74, apaixonára, endoidecera, arruinára Portugal: linda como uma deusa, canora como um rouxinol, rara mulher que o destino

esculpira e iluminára para deslumbrar os homens e tenta-los até á demencia...

Assistiu, indiferente, á decomposição do proprio organismo. Apodreceram-lhe as extremidades. Caíram-lhe os dedos. E com o cinzel atado ao pulso sangrento continuou a trabalhar. Fez talha em pedra como o ensamblador da Baía fez talha em cedro. No ultra-barôco mexicano só se conhece um altar vazado em granito: o de San Pablo el viejo. Pois o Aleijadinho disseminou pelas Minas Gerais as suas frontarias, os seus medalhões, os seus lavabos vaporosos, os seus púlpitos e os seus trônos... Até que a vista se lhe extinguiu, o cinzel tombou do pulso decepado, e acabou de morrer, só e resignado, estranho aos outros e superior á sua miseria e ao seu martirio, como vivera. O horrôr que fazia aos demais, e o horror que lhes teve, déram-lhe asas para subir, vencer o preconceito e a escola, selar com a sua imaginação purificada as fórmãs que criou, para o louvor e gloria de Deus. Bastára-se. Escreveu.

*

* *

Les fidèles semblaient de pierre, les statues semblaient vivre.

HUGO, *France et Belgique*

Cada igreja barôca é uma escrita. As letras são de talha, as frases são de estatuaria, a poesia é de pedra, o

poema é arquitetural, a escrita é religiosa — mas a podemos lêr. Sobretudo, ha na arte uma idéia que a explica e interpreta, uma filosofia que a traduz, uma maneira de ser e propôr, de pensar e aspirar, que lhe dá sentido e razão. Disse Byron, que os maiores poetas não escrevem os seus versos. Seguramente os materializam. Pintam, esculpem, edificam. Para estes, as “escolas” são como as casas dos tiranos:

*“He who once enters in a tyrant’s hall
As guest is slave . . .”*

A perfeição está na liberdade; só o pensamento conduz á beleza; que na repetição — o clássico — reside a servidão — o estilo... O clássico é a forma cativa; a “sapientia forma” de Petronio; a tranquilidade, a conservação. Tem uma correspondencia politica: o despotismo. Que á sombra de toda politica uma arte se desenvolve. Exatamente como uma literatura. Carlos VIII, Fra Giocundo e Budé, pertencem ao mesmo fenomeno historico. Depois do seculo XVII, a libertação do classico não é senão a libertação da idéia. O barôco é a profecia da Revolução. O escultor que primeiro substituiu a imposta greco-romana pelo curvilineo e concheado ornamento barôco, vibrou na ordem pública um golpe semelhante á ironia de Rabelais e á logica de Montaigne. Debalde opuzera Herrera a um estilo em marcha a barreira do Escorial. Tambem os jansenistas não lograram evitar Watteau e Lancret. Entendeu-se que o edificio devia ter as iluminuras

de um livro, que do contrario — disséra Diego Hurtado de Mendoza — “no tiene crucifijo ni santo á que volvera ojos”, á maneira das igrejas luteranas. A idéia foi a ventania que encrespou as aguas da literatura e das artes plasticas, produzindo igualmente Santa Tereza e a “cátedra” de Bernini, Luiz de Granada e a sé de Lima, Voltaire e Sans Souci. Diderot precisava de um pintor: foi Greuze... Á medida que a filosofia se torna liberal, e independente, e rebelde, a escultura se desprende do desenho geometrico, deriva, autonoma, do entusiasmo e da intelligencia do artista, copia-lhe as imagens interiores. Ele já não vê aos outros, senão a si mesmo. Seria a beleza sem forma sensível, de Platão. Deus está na alma, afirmou Santo Agostinho.

A arte é uma interpretação da mística. No seculo XVIII, porem, verteu a mística a vulgar, popularizou-a, submeteu-a, tangível e torturada, ao genio irritado e ansioso do escultor barbaro. Acabava este de atravessar o portico helenico da Renascença e ainda trazia nos olhos a espiritualidade das naves, dos coruchéos, das agulhas goticas, que lembram, apunhalando a luz, finos braços immobilizados, erguidos para Deus. E deixára naqueles lugares sobrehumanos a quiétude da alma religiosa: devia agora purificar-se na dôr, para conhecer a fé. Pois, para frei Tomé de Jesus, o amôr que não mortifica não merece tão divino nome. O lema de Santa Tereza fôra sofrer ou morrer. S. João da Cruz pregára “o repúdio de quanto foi creado e a morte inteira em si mesmo...” Fez-se o artista penitente. Macerou-se, disciplinou-se,

sangrou; e imprimiu á obra a angustia do seu sacrificio, a dúvida da sua consciencia, o dualismo da sua ansiedade. A arquitetura mascarou, simples, degenerada, ampla sem grandeza e equilibrada em elegancia, uma flagelada decoração contorcida, florida, curva, pinturesca, como se os muros de lisa pedra fossem a sotaina caída sobre um desordenado e aberto coração... A liberdade aproxima o crente de Deus; a arte associa-o ao culto; os arabescos murais forram de orações, como acontece nos pagodes chinezes, as igrejas doiradas; e a propria imaterialidade lhe constitue a elevação e a fuga, para o céu. O gotico, dando á catedral a sua altura aguda de penhasco de fé, alçou a inspiração ás paragens divinas; mas o barôco, pintando os tetos apainelados dos templos, fixou as mesmas paragens sobre a cabeça do homem. Ali, é o crente que sóbe, por degraus de florões, até as pontas da catedral; aqui, é o céu que baixa, convocado e definido pela audacia e pelo egoismo do genio. O exterior miseravel imita a sociedade humilde; o fulgurante interior de talhas d'ouro lhe reflete o cerebro ardente. O seu orgulho, o seu mundanismo, a sua "experiencia mistica", a sua rebeldia.

Nem a linha reta — que é a ordem monotona, nem apenas a imitação da natureza — que é o rito da obediencia. Domina a espiral indefinida, simbolo do pensamento e do sonho; e a alucinação do increado. A creatura, a vida, a imperfeição, o pecado, a contingencia, a materia, fiam a teia de um universo condenado; o mundo insensorial da idéia, onde as coisas tinham fórmãs inimitadas, o mundo teandrico e visionário dos "iluminados" espa-

nhões do seculo XVI, este prolongava os campos claros da fé alem da miséria mortal, da dôr, do odio, do amôr, dando corpo á imaginação, realidade á miragem, contorno á fantasia. . . O ebanista do seculo XVII, o imaginário dos templos barôcos interessado em sacudir as cógulas dos seus santos a um vento mistico, o pintor dos tetos religiosos — Borromini ou Jean Bérain — foram surpreendentes observadores daquela paisagem irreal. Estilizaram o delirio.

Do uníversonal ao individual, da geometria ao estilo, das leis classicas á revolução estetica do barôco, da pluralidade á unidade, segundo Henrique Wolffin, o rumo da arte acompanhou o do pensamento, livrando-se das idéias estabelecidas e dos textos antigos. O racionalismo vazase em pedra, o experimentalismo floresce em “fórmãs”, o economismo desbotôa em ornatos, o pre-romantismo literario, o soberano arbitrario do Individuo (“frei Wilkur”) de Fichte, ou o cultismo frondoso se embaraçam nas selvas e festões de um naturalismo bizarro — e o escultor descreve, profetico, a agitação espiritual — que abandonou as regiões frias da metafisica pela curiosidade da vida. “All beauty, disse Ruskin, is founded on the laws of natural forms”. Nos estilos classicos, a vida aflora de uma combinação ideal de linhas, como um acessorio vago: é o acanto de um capitel gotico, a carranca de uma gárgula, o albatroz de uma cimalha, a flor de pedra de uma rosacea, detalhe meigo de arquitetura que parece ter ali palpitado como a um canto de pátio lageado uma touceira de gerânios. Mas o barôco abre violentamente para

a natureza (a “mãe natureza”, de Montaigne) as suas fortes janelas. Copia-a, deforma-a, maltrata-a, plasma-a, ao acaso da mão larga e impetuosa que arruma (ou desmancha) por tremós e humberias, por dinteis e sanefas, as flores, os frutos e as aves que encantaram uma vez os olhos do artista. Por isso numa tábua barôca de igreja portuguesa cabem um pelicano de asas brancas, um cacho de uvas bíblicas e uma face infantil de anjo instalada no vertice dos seus remigios tenros e doirados... O conjunto é fantastico; o pormenor, verdadeiro. No todo, aquela profusão de elementos ornamentais produz a sensação de um objetivo, enramado paraíso, onde turbilhonam as “fórmãs” numa inocencia primitiva... E' barbaro, tumultuario no seu aspecto geral, a exemplo das matas equinociais, que causam terror e enleio vistas na extravagancia e confusão da sua massa húmida. Porem examinados os assuntos, destacados os tipos, isoladas as especies, numa classificação de sêres analoga á do naturalista, o barôco se nos aparece na sua definitiva manifestação pictórica. Orgânico, florestal, mezologico; escorrendo das suas colunas torcidas, uma frescura de tronco vivo; escapando, das suas corolas esculpidas, um hausto de natureza despertada; evolvendo-se, da sua flora monstruosa, uma respiração de campos verdes e felizes.

SANTUARIOS DE ESCRAVO E SENHOR

Ha no ultra-barôco espanhol — que se não confunde com o churrigueresco, nem com o barôco influenciado pelo plataresco — o encanto berniniano dos baldaquinos, que é uma das características da talha em Ouro Preto. Os altares baldaquinados não são comuns ao barôco brasileiro; porém na matriz de Antonio Dias de Vila Rica têm a graça dos altares laterais e do côro de Santa Clara de Queretaro, assemelhando-se cada edicula a um trono real, docelado e sanefado. Essa majestade da arte colonial dá ás igrejas montanhezas um aspecto perturbador — contrastando-as com o ambiente pobre e a natureza desataviada de Vila Rica, da Conceição do Sabará, de Mariana. Ali os extremos se tocam: e pôde o templo dos negros aparentar uma gravidade e opulencia de basilica. E que negros levantaram aquelas formosas igrejas — como a igreja oval do Rosario, que foi durante algum tempo a matriz de Ouro Preto, e a de Santa Efigenia abrindo para

o tópo do Itacolomi a portada nobre? Os escravos mais desgraçados, os escravos mais honrados de toda a terra.

Uma parede de museu, coberta de instrumentos enferrujados de suplicio e disciplina dos pretos de Minas Gerais, é tragica como um armazem de ferros da Inquisição. A imaginação humana esgotou os seus recursos na invenção de penas e tormentos, que subjugassem a colera e reprimissem o instinto do servo. Vira-mundos, algemas, gargalheiras, a cadeia ajustada ao pulso e ao tórnozo, a pescoceira de pontas curvas como o colar de um deus do Annam, a mascara de ferro — focinheira que dava ao homem o geito tórvo de um cão bravo — o açoite, a palmatória, o tronco chinês, o cinto com o seu cadeado pendente, as letras de fogo que eram impressas na espada do escravo fujão, o libambo, com as golilhas em série, feito para trazer os cativos das grupiaras, uns após os outros, como vara de porcos... O arsenal da dôr. A maceração, a tortura, a mortificação. Os aparelhos da morte lenta: a engenhosa instrumentação do castigo; a maldade inteligente e variada... O minerador comprava o escravo e deshumanizava-o, para que lhe fosse o manso cargueiro, o covoqueiro inconciente, o seu fiel bateador. Preferia assassinal-o, antes de lhe permitir uma reação, que se estenderia á colonia, subverteria as lavras. Matava-o, quando se insurgia; e mutilava-o, para purifical-o.

Mas o branco era egoista e timido. Necessitava de companhia, que o seguisse, e guarda-costas, para os caminhos. Tratou, assim, de selecionar os pretos fortes e bons; a estes armou, estimou, enriqueceu. Viéram os

cruzamentos. A mulher preta atraiu o áspero bandeirante. Ele a alforriou e honrou. E enquanto os negros desaclimados faiscavam nas serras, mascarados de ferro como alãos emudecidos, os africanos acamaradados dos fidalgos improvisavam nos arraiais uma civilização pitoresca e ingênua. Houve el-rei de estranhar, muitas vezes, que escravas trajassem sêda e chocalhassem nos braços de ebano grossos braçalêtes de oiro. Espantaram-se os governadores com o luxo insolito dos libertos e a desenvoltura petulante da gente de côr. E a sociedade primitiva, feita de plebeus riquissimos ou de aristocratas desterrados, tolerou sorrindo a invasão das creoulas pompeando havê-res, e dos pardos ambicionando dominio e auctoridade.

O episodio de Santa Efigenia e o caso do Rosário fazem a outra face da vida dos escravos mineiros — para alem das jazidas em que trabalhavam, acorrentados como galês, e dos ribeirões cujas areias revolviam com as suas bandejas de páu.

Eles ficavam com o direito de dansar os seus ritos e celebrar o seu culto.

Tinham tambem os seus potentados e a sua hierarquia.

Chico Rei foi o soba destronado que encontraram em Vila Rica, minerando ouro de grilhão nos pés. E reverenciaram-no. O antigo monarca ajuntou o dinheiro com que se libertou, e tratou de alforriar a sua pequena vassalagem, que catava o metal jungida de ferros. Solidarizaram-se os congos, gradualmente compraram a liberdade, e continuaram unidos, a construir a igreja que fôsse

o monumento da sua redenção. Levantaram-na do outro lado de Vila Rica, fortemente torrejada, alteando na colina verde — no seu quadro de “natureza em idílio”, como lhe chamou Martius — a fôrma branca e dominante. Milhares de pretos ensoparam as grunas de Ouro Preto com o seu sangue; lá estava a forca, para os que matavam; havia, defronte do paço, o pelourinho, para os que delinquiriam; e pelos troncos das fazendas penavam os rebeldes, zebrados de açoites, estertorando a raiva impotente... Mas o orgulho, a dignidade, o resgate da raça, tomaram aquela fôrma honesta e branca de igreja serrana, e viu Chico Rei prosternar-se diante da sua cruz a fidalguia, o Estado, a milícia, humilhados, como ele, na porta de Deus. A padroeira, que é preta votiva, tem á sua esquerda S. Elesbão, outro etiope. Dois anjos carnudos e alados suspendem sobre eles largo escudo barôco, que rompe do seu baldaquinado suntuoso. Em altar lateral Santo Antonio de Nutas, igualmente africano, sorri beatamente, um fôrro e delicioso sorriso de velho negro brasileiro...

Não bastára Santa Efigenia, e a irmandade negra levantou o Rosário, numa arquitetura original, que fosse bizarra e nova como era o homem depois de livre. Havia, á beira do adro, uma ampla pia de pedra. As negras vinham, com a cabeça enfarinhada de ouro em pó, laval-a vaidosamente naquela agua santa. Como abelhas carregadas de mel, depunham na vasta bacia a fortuna que lhes doirava a gaforinha. E mais ricas depois de mais pobres, fazendo estalar as saias gomadas, entravam,

com as sandalias cantando, pela nave redonda, onde à gloria da Senhora do Rosário se esculpíram os mais caros altares da cidade.

O templo dos africanos é unico na sua traça ousada. Se vale, dentro, qualquer das grandes capelas mineiras, nenhuma se lhe iguala no exterior, ageitado para singularizar-se entre as construções religiosas do país. É a igreja-Coliseu. Riscou-a o arquiteto a compasso. Fel-a circular como um tanque de lavagem de ouro ou uma espiral de incenso. Boleada como um seixo. Misteriosa como a gente que a edificou. Falando sempre das negras com o escumalho d'ouro esmaltando a carapinha e dos escravos, apenas livres da gargalhêira, que se revezavam nos trabalhos hercúleos da obra...

S. Francisco de Assis, é o lado oposto. A antitese, artistica e social, do Rosario e de Santa Efigenia. A joia da decadencia e da fatuidade — do tempo em que o Ouvidor namorava a sua Marilia e á beira da escarpa, com o cinzel atado ao punho decepado, o Aleijadinho narrava a sua longa historia de pedra azul...

Ouro Preto envelheceu mais depressa, porque amadureceu mais cedo. Essa California em poucos anos se tornara, de serra tristonha e núa, em populoso Potosi (534). O emboaba fôra novo Midias, que mudava em ouro os escalvados itabiritos das Gerais. Improvizara-se

(534) Potosi, situada numa altitude quasi inhabitavel, disse Eliséc Reclus, chegou a abrigar 160 mil pessoas, maior população que a de Madrid...

tudo. A vila, a força publica, o Estado, a arte, a sociedade, a aristocracia, o esplendor. Uma cidade edificada sobre um tesouro, com as suas tres pontes (do Pilar, com uma cruz de pedra ao meio do arco, dos Contos, dominada por um varadim de marmore digno de Queluz, de Antonio Dias, com a sua praça rodeada de bancos) os seus paços, as suas festas sacras, as suas fontes com inscrições virgilianas, as suas igrejas vizinhas umas das outras, mirando-se e medindo-se, numa emulação de frontões recortados e campanarios esguios... Vila em 1711, já em 1720 a condessa de Assumar oferecera ali saráus de musicas e entremezes, para os quais Pascoal da Silva reunia os cantores, e os comediantes... Homens tivera, como Manoel Nunes Viana, donos de 50 arrobas de ouro, e o nababo do alto da serra, que possuia 3 mil cativos e devia, régiamente, — trinta arrobas redondas... (535). De repente, o metal escasseou. As minas esgotaram-se. Um pavor, de miseria inesperada, estarreceu o povo, habituado a gastar perdidamente o ouro que as suas sapatorras pisavam na canga cinzenta dos morros... E foi então que o Aleijadinho lavrou — defronte do eirado do Ouvidor — o seu espantoso santuario do Pobrezinho de Assis.

O Rosario, o Pilar, a Matriz de Antonio Dias, Santa Efigenia, são os templos da prosperidade, da riqueza insolente ou do faustoso equilibrio; S. Francisco é o do paroxismo, da inquietação, da ansiedade.

(535) Duguay-Trouin, *Memoires*, p. 165, Amsterdam 1756.

aquela sociedade se dissolverá, que o silencio descera do cimo dos morros calvos sobre o vale do Tripuhy, que o mugre das ruinas cobrirá as fachadas nobres das mansões — e antes de morrer Vila Rica o seu escultor mutilado lhe cinzela febrilmente o maravilhoso sarcofago. S. Francisco, berço de uma arte, é o tumulo de uma éra. Foi a ultima construção monumental daqueles sêrros esgravatados pelos faiscadores: e como que aí se acolheu, para meditar a sua longa agonia, o *espírito colonial*. O Aleijadinho entalhou-lhe um gracioso mausoléu que ficaria bem ao centro de um parque geometrico de Robillion.

É do tamanho de uma capela privada de solar do Douro e Minho. Naquele tempo o seculo XVIII, abandonando as vastas perspectivas de Versalhes, enjoiava meudamente os “toucadores”... A madrinha do barôco foi a marquesa de Pompadour — disseram os Goncourts. E o padre Manoel Bernardes assegurara: “Vêr uma cela de freiras é ver uma casa de estrado de uma noiva...” Pequenino, leve, flocado na sua pedra olar de tom celeste — poderia Oppenort riscar-lhe a planta, Churriguera decorar-lhe o portal, D’ella Robbia esculpir-lhe os dois medalhões suavemente abertos na mesma rocha dos pilares, dos frontões e das cornijas. O Aleijadinho, Bouchardon mineiro, é um pouco Meissonier, Bérain, Borromini; ele é, principalmente, o libertador da fórma.

Estiliza ao seu geito o rococó; subtiliza-o, aligeira-o, enflora-o; e cria a “sua igreja”. Por fóra, é igual — com variantes de pormenor — ao Carmo de S. João del Rei e a S. Francisco de Mariana. As duas torres cilindri-

cas soltas na fachada sobrecarregada do portico azul, com os dois anjos suspensos aos cantos da imposta escudeirando o medalhão classico, acima deste a corôa del-rei e uma larga rosacea, ladeada por janelas solarengas, familiares e altas... O arquiteto repetiu-se, multiplicou-se; o escultor, porem, é só um. Debalde lhe procuramos — como nos paineis de Bérain — uma linha réta, na sua ornamentação tempestuosa. A porta tremida parece ali um pretexto de decoração mural que se desdobrasse, e desabrochasse, e subisse, alargando pela fachada a folhagem de pedra embaraçada nos serafins alegres que estão a cabriolar na parede caiada...

*

* *

Os pulpitos monoliticos têm á volta, como num friso etrusco, cenas comovidas em que as figuras, em harmoniosas atitudes, não se assemelham ás exatas estatuas de Congonhas — os graves profetas do Aleijadinho — nem ao alto relêvo da sacristia de S. Francisco de Assis. Havia varios artistas naquele artista — como ha multiplas tintas num crepusculo. Alternava-se o escultor ingenuo e risonho dos vultos grotescos, cuja alegria pueril lembrava o escôpro bisonho do autor dos quatro bonecos do beiral da Cadeia e das carrancas tôscas dos chafarizes de Ouro Preto — e o cinzelador audaz do medalhão de S. Francisco e das imagens de Baruch, discipulo de Jeremias, de Oseás, de Habacua, de Jonas, majestosas sentinelas da

igreja de Congonhas do Campo. Oseas e Baruch, aquele pousando a mão esquerda numa tábua escrita, o manto arrepanhado, o saio pespontado, uma forte bota de bandeirante, a barba ponteaguda, as feições duras e regulares, á cabeça energica o turbante dos judeus de Veroneso — não desmereceriam os nichos berninianos da Basilica de S. Pedro. A glorificação do santo, na fonte da sacristia, inspirou-se provavelmente no monumento de Maria Clementina Sobieski, de Barigioni. Um anjo esvoaçante suspende um medalhão, diante do qual o Pobre de Assis dobra o corpo fragil, como se o entontecesse e deslumbrasse a visão celeste... Dir-se-ia que as mãos estigmatizadas lhe tremiam, a claridade do alto lhe iluminava a face enxuta, aguçando a barba igual á de Jesus, e lhe aureolava a cabeça assustada com o seu halo de bemaventurança... Assim hesitou o artista, entre o modelo, a imaginação, a revolta, ora mimoso e sereno na sua nobre cópia do belo profeta, ora obscuro e rude na sua deformação amarga da figura humana, como se umas vezes retratasse a sua alma, outras vezes o seu corpo, motejando de si mesmo, insultando-se e revelando-se, satisfeito de se revêr, — narcisismo trágico — no manipanço tórvo que o seu escôpro talhou lentamente, numa criação perversa de terror...

Havia o Aleijadinho de entender S. Francisco, que se despojou das vaidades do mundo indo beijar a uma estrada as chagas frescas do morfético. O monstro compreendia o santo. Naquela comovente escultura em pedra azul da fonte da sacristia, palpita uma emoção de arte

agradecida e uma préce de dôr esperançada. O meigo irmão de todos os sêres foi — circumstancia importante — o vulto humano melhor modelado pelo escultor rebelde. Nenhum outro trabalho do Aleijadinho tem a mesma graça natural, essa verdade de gesto cristão, a beleza classica, e entretanto viva, de S. Francisco estático e feliz diante do serafim que Deus lhe mandou. Sente-se, adivinha-se que a cena do leproso diluiu na arte do mestiço uma suavidade imprevista e o seu cinzel, insubmisso, recortou vagamente uma oração de pedra... Porque o manso patriarca não se desprenderia do seu alto relêvo ajustado ao muro branco para oscular nas feridas repulsivas o outro lazaro, que o esculpiu?

A IMPRESSÃO ORIENTAL

A epopéia portuguesa sobreleva á aventura paulista naquelas serras pétreas de Minas. O bandeirante chegou primeiro, descobrindo; ocupou a terra; defendeu-a; mas, levado na asa da sua impaciencia, logo a abandonou ao *emboaba*, para achar outros tesouros e rasgar n6vos horizontes. O *emboaba* fixou-se. Transportou para as montanhas, através do seu largo caminho do S. Francisco, da estrada nova do Rio de Janeiro, dos carreiros de Parati e Angra dos Reis, a sua velha civilizaç6o. O arquiteto, o pintor, o ourives, o escultor, o músico, acompanharam, no couce dos comboios, os caçadores do ouro. E Portugal infiltrou-se, coou-se pelas verêdas empinadas nas abas dos montes, arrancou pelos desfiladeiros e florestas, sem deixar pelas asperezas do mato nenhuma das suas galas nacionais. Trouxe mais que o engenho, as lendas, a tristeza, a religi6o da patria; envolveu-se nas chinezices das viagens antigas e se impregnou do orientalismo da idade he-



Arquitetura luso-oriental. Diamantina. Meio do século XVIII. Rua sem influencias brasileiras. Civilização "emboaba". (Aguarela de A. Norfini. Col. do Museu Historico).

roica, quando os infanções devastam ás chuçadas musulmanos e bramânes. Os chinezismos do Carmo, da ermida da Senhora do O' de Sabará, e da Sé de Mariana, lembram, naquelas harmonias arquiteturais, o drama completo da colonização. A Índia antes do Brasil. Cataí em vez da Terra dos Papagaios. As jornadas de Fernão Mendes Pinto. Macau. Uma porta barôca abrindo sobre uma cidade chinêsa de laca e papelão. O misterio, que é igual nas navegações do seculo XVIII e na louça dos Mings. Um mundo que Portugal revelára, só com as suas caravelas, os seus mercadores semitas e os seus cavaleiros loiros do Minho. Que azulejos da Baía, que a louça mandarinesca abundante no litoral, despejada pelas náus do Oriente, atestassem a frequencia dos negocios entre o Brasil e Cantão, bem o entendemos (536); mas é espantoso descobrir-lhes os vestigios no remoto sertão de Sabarabussú fendido pela torrente cantante do rio das Velhas.

As portas achinesadas da igreja do Carmo, os sitiais de Mariana com os espaldares vermelho-fogo, e os paineis negros da capela de Borba Gato, são imagens suaves do dominio lusitano de Levante. O artista não carregou consigo, qual Samsão, as portas pezadas, desde Macau até o rio das Velhas, para ajoujal-as aos gonzos coloniais de uma igreja. Ele imitou deliciosamente os biombos chinezes de um vermelho de cobre da porcelana dos Mings no qual os pagodes de sete andares, mandarins de cabeças

(536) Martin Noel, conferencia, *Boletin de la Junta de Historia y Numismatica*, p. 304, vol. VIII, 1936 (Buenos Aires).

redondas, pequeninas mulheres e velhos filosofos, seguiam com os olhos obliquos o vôo de enormes passaros, maiores que as torres de beirais de cauda de andorinha, deuses fugitivos e alados... Na moldura dourada de talha barôca, na bôa madeira mineira, na parêde artezoada dos ebanistas do seculo XVIII, aquela almofada carmezim da China, com as aves, os sábios, os templos, resume, como um verso de Camões, a velha, angustiosa Macau, a superposição das civilizações, o conflito oriental.

* * *

As náus da India depuzeram no porto da Baía o que na China havia de mais singular e próprio. A cadeirinha laqueada de tejadilho imitando a barraca mandohú de cantos revirados. Os biombos negros carregados de aves e dragões. Os fôgos de planta. Os leques de xarão imensos e pintalgados. Porcelana (537) de todos os feitos...

*“De mandarins e bramânes cercado...
... bule fumegante”*,

de que falou Garção nos sonetos; potes, pratos, jarrões abraçados pelos grifos assombrosos, floridos como caba-

(537) Já em 1583, diz o padre Fernão Cardim, uma india oferecera a Anchieta «uma porcelana da India cheia de queijadilhas d'açucar...» (*Trat. da Terra e Gente do Brasil*, ed. Garcia, p. 298).

zes de rosas, ou historiados como páginas coloridas de manuscrito, pacientemente iluminadas nos mosteiros primitivos... Aquela "porcelana da India" concentrava às vezes a novelística chinêsa, aparentemente tão feroz, de fato mais clara e dôce que uma manhã de Maio. Lá galopava o cavalo maravilhoso do filosofo Fou-hi, seguido de Fou-hoang, o passaro imortal, tambem substituido pelo dragão das cinco garras, do Ki-lin, o quadrupede medonho, mais dócil que o cordeiro, do dragão, espirito do ar e das montanhas, em que calvagou, com os seus setenta companheiros, o imperador Han-Ti... Louça verde do seculo XVII; louça rosa, do imperador Klang-hi, depois de 1680; louça azul, em que ha, lancinante como um episodio de Shakespeare, o comovente romance do salgueiro, da curva ponte dos tres arcos, da menina, do namorado e do mandarim cruel...

*

* *

. Na arquitetura portuguesa as chinezices criam — como á arte dos palanquins — uma graça exotica de beirais arrebitados, de mansardas que têm perfis de templos com o seu telhado concavo aninhando nas extremidades gaviotas de ceramica, de copiars alumiados por lanternins como porticos mandarinescos. O paço de Oeiras, riscado pelo arquiteto Carlos Mardel, com os seus telhados mouriscos acoruchados á chinêsa, é o tipo nacional da bôa mansão setecentista impressionada pelos artistas de Macau,

apainelada de azulejos nos silhares e corôada de orientalismo, metade jesuitica, metade asiatica, como um chatim enriquecido, ou como um lusiada das navegações. Aquellas torres, com as “lanternas”, as andorinhas de cimalha abrindo as asas nos angulos das paredes, o traço exotico da construção, constituem o solido “colonial” pombalino que melhores edificios deixou no Brasil.

As cidades de Minas estão cheias dessas visões orientais. Onde o artista fez nobre e alta casa, associou a adufa arabe, o ponteagudo telhado macaista, o varandim chinês, a portada espanhola, a parede forrada de porcelana como um corredor de frades de Palmela — e reuniu num harmonioso conjunto as civilizações e os continentes. Foi a espaçosa e farta casa portuguesa. Estava a merecer a satira — achinesada como um solar de contratador de dizimos — do nosso Gregorio de Matos:

*“Um Payá de Monay bonzo brama,
Primaz da Cafraria do Pegú,
Que sem ser do Pequim, por ser do Acú,
Quer ser filho do sol, nascendo cá...”*

(SATIRICA, I, 50).

A ARTE DA COLONIA

Preliminarmente, é de comparar-se a luxuosa igreja colonial á paisagem brasileira, moldura das suas sombrias linhas exteriores.

Decerto, o barôco americano é mais rico e variado que o europeu, mercê da sugestão tropical: porém não houve paisagista que estampasse naqueles retabulos a luz crúa e o verde risonho dos nossos campos, nem entalhador que recortasse na sua tábua a forma real das coisas circundantes. O “interior” barôco é feito de inspirações, não de cópias. A ordem arquitetural e o conjunto decorativo inspiram-se na mística agitada do seculo XVII; e o detalhe lembra, ao acaso, flores, aves, frutos, de envolta com fisionomias humanas, que estavam menos na natureza do que no espirito do artista. Não ha exatidão nas imitações, nem regularidade na disposição delas, nem a preocupação mediocre e miúda da realidade. Porisso

foi o Aleijadinho um estupendo realizador de arte ultra-barôca: difficilmente se revelaria ao serviço de qualquer outra escola. Quem se dêr ao trabalho de procurar, na selva da ornamentação dourada das igrejas velhas do Brasil, os pomos da terra, e se dispuzer a classificar a botânica de todas aquelas sancas e tremós, recolherá mofina safra. Em peregrinação que emprendessemos através dos templos históricos do país, acharíamos frutas “de Espanha”, infinitas uvas, cuja pudica folhagem reproduz outros tantos ornamentos báquicos, pêras longas, romãs coroadas, maçãs redondas — e do lugar, indigenas, (como nas molduras da capela-mór dos jesuitas da Baía) alguns ananazes dissimulados entre acantos gregos. Fosse pela educação estrangeira, fosse pelo prosaismo da vida local, o toreutico imigrado julgaria inferior á sua arte a aspereza do pomar nacional que tão amavel havia de parecer ao pintor e ao escultor românticos. Como Camões (segundo Henrique Lopes de Mendonça), ele não sentiu a paisagem exótica.

Irreconhecíveis são as paisagens dos painéis, assim os da sacristia de Santo Antonio do Rio de Janeiro, da sacristia de S. Francisco de Assis de Ouro Preto e da igreja dos terceiros da Baía. Aqui e acolá aparece o homem — retratado, real, com o pigmento, a casaca pombalina, a exoftalmia característica (ou a mulher de cretina perlada e saia redonda): o interesse que a figura desperta é sobretudo notavel nos terceiros, na Misericor-

dia, em S. Francisco e na Sé da Baía (538), onde o artista lhe deu côres, indumentaria, vivacidade próprias. Ai, o cocar do indio invade a massa ornamental, nacionalizando, com as plumas largas e tremulantes, os vastos quadros de anjos gordos de Boucher, daquele corado que exasperava Grimm, de santas felizes de Fragonard, de músicos e amôres que se balouçam em guirlandas soprando nas frautas de Orfeu... O cocar não surge em Minas e é raro nas outras regiões artisticas: coincide com o culto arcádico do gentio, alimentado na Baía pelas nobres familias descendentes dele e antecipa, em escultura, Basilio da Gama e Durão. Na sacristia de marmore da Sé baiana (1678) tinha o menino Jesus, acima da cabeleira loira, não a corôa do mundo, senão o cocar farfalhante dos morubichabas. As caboclas pintadas sob o côro da igreja agostiniana da Palma (1690) e no teto da portaria de S. Francisco da Baía (1720) — recordam a da sacristia da Graça (seculo XVII), Paraguassú, matriarca mistica, que a vaidade de outros fidalgos vestiu de chamalotes e fraldins como uma marquesa, esquecendo-lhe o acan-gatäre, a açaioba a cuiambuca... Na Conceição da Praia (que possúe o mais belo teto arquitetural do país) o indio americano sacode a cabeça, manifestamente caucasica, adornada de plumas verdes, amarelas e brancas. Tambem aí a figura da Africa é alva, ruiva,

(538) A Sé da Baía, indesculpavelmente demolida em 1933, em holocausto a um urbanismo de emergencia, é varias vezes citada neste livro, devido aos estudos que a respeito da sua arte coligiu o autor em 1927-29.



Urbanismo colonial. Trêcho de Ouro Preto, valorizado pela fonte barôca. A casa nobre de Marília. Fim do seculo XVIII. Civilização "emboaba". (Aguarela de A. Norfini. Col. do Museu Historico).

nórdica como uma Valkiria... As cariátides de cordo-veias túmidas, de São Francisco da Baía, cujo traço atlético fomos encontrar no Carmo, de Sabará, hercules que carregam aos ombros as pilastras, se parecem estranhamente com aquele São Jorge apeiado e arnezado, de cotoveleiras e coxótes reluzentes, do Aleijadinho, uma das riquezas da matriz de Ouro Preto, que era a imagem de certo ajudante de ordens do capitão general das Minas. São tipos de colonos claros, musculosos, aventureiros, com a sua larga boca imperiosa e o nariz aquilino, de portugueses do norte. Pois sobre as cariátides franciscanas flabelam as eternas plumas do diadema tupi...

Devéras, o barôco brasileiro não tem regionalismos, que o matizem; varia, com a diversidade dos materiais utilizados. Em Minas Gerais, ou falta o granito, ou ocorre a pedra olar, azul, especie de gêsso consistente, preferida pelo Aleijadinho para todas as suas esculturas. A ausencia de marmores dá ás igrejas mineiras uma indifereçada pobreza, em relação ás do litoral, tambem refertas de um pomposo mobiliario de jacarandá que só excepcionalmente achamos nas montanhas (Sé de Mariana, Carmo de Sabará...) O ebanista baiano nunca trabalhou a pedra, que lhe faltava, e tivera de importar de Portugal (539); porém foi inimitavel nos varandins, nos colonelos,

(539) Vd. L. G. de La Barbinnaís, *Nouveau voyage autour du monde*, III, 181, Paris 1723. A carta-régia de 4 de Outubro de 1650, ms. na Biblioteca Nacional, inéd., trata dos navios que traziam lastro de pedra grossa para as obras do forte do Mar.

nos panos de talha de cedro e jacarandá (540), cujo rendado minucioso e tremido singulariza o convento de S. Francisco — com as suas grades —, o do Desterro — com as suas capelas internas —, o do Carmo — com a sua sacristia —, o de S. Bento — com o seu cadeiral, o Colegio da Companhia, “que talvez não houvesse em França o que se lhe comparasse”, na opinião do autor anonimo de uma relação de viagem, de 1703. Em Minas não ha conventos. Espontavam os templos á medida que prosperavam os arraiais de mineração, sacudidos pelas trepidações de uma sociedade adventicia, desconfiada, desigual. Aquela prosperidade descontinuou-se cêdo, á proporção que mais cobiçoso era o fisco, menos generosos os veeiros auríferos. Mawe, Eschewege, Saint-Hilaire, no começo do seculo XIX, já encontraram ali ruínas, abandono, evocação... As construções que se não acabaram logo, realizando um voto, cumprindo um programa, materializando uma oferenda, desmedraram, ainda inconclusas, já arruinadas, como superiores ao esforço da colmeia desalentada. Foi uma das fortes impressões que teve Castelnau em Saará: a dos santuarios incompletos. No litoral, entretanto, a base do culto era o sedentarismo de uma bur-

(540) Tambem Froger, 1695, cf. Taunay, *Na Baía Colonial*, cit., p. 291. O viajante Coréal observou: «Não vi lugar onde o cristianismo se apresente mais pomposo do que nesta cidade, seja quanto á riqueza e multidão de igrejas, dos conventos e religiosos, ou quanto á feição devota dos fidalgos...» (Taunay, *op. cit.*, p. 272).

guesia que negociava para ultramar e conservava, através das gerações, a devoção dos seus santos. As grandes igrejas e os mosteiros baianos foram a obra coletiva e secular dessa série de protetores, solidários com a iniciativa avoenga e a ela obrigados, para a continuação e a elevação dos seus monumentos. A Sé começou a re-fazer-se em 1635 e em 1677, e nunca se aprontou (541). O Colegio dos Jesuitas, ao mesmo tempo recommençado, só se concluiu no fim do seculo. S. Francisco, entre 1708 e 1753, pôde desenvolver, sobre os charcos da Palma, o molhe formidavel de convento e igreja. Iniciado no seculo XVI, o do Carmo ainda se renovava, ou completava, no seculo XVIII — e por isso saíu tão desemparelhado nas suas partes, de um lado funebre e grave como um castelo, de outro alegre e elegante como um palacio fenestrado ao gosto de Mansard...

Em Minas, tres ou cinco anos bastavam para a edificação das mais formosas fábricas, como a suntuosa matriz do Pilar que recebeu, em 1734, vindo da igreja eliptica do Rosário, o "Triunfo Eucaristico". Lembravam aqueles homens o cristianismo na sua éra catedralesca, mergulhada nas florestas gaulesas, que Edgar Quinet (ó,

(541) Viu François de Pyard, em 1610, «... une très belle église cathedrale au Assée ou y a doyen & chanoines...» (*Voyage*, cit., p. 539). Consideremos: «E' maior o gasto que se faz em fretes dos materiais empregados na construção das casas, que o seu custo». (Rodrigues de Brito, *Cartas Economico-politicas*, p. 51).

se ele visse Ouro Preto...) julgou para sempre passada. Perpassa pelas construções de terras mineiras uma impaciência de acampamento aventureiro, uma inquietação de colônia aflita, uma dúvida de gente ansiosa, que lhes imprimem o sêlo das coisas transitórias e irresolutas. Sente-se o precario, o forasteiro, o indeciso. Que o povo vivia ao Deus-dará dos seus filões subterraneos; não amanhava, senão adivinhava e caçava o alimento e a fortuna. Esta, ou lhe sobejava, e pagava-lhe fabulosamente as loucuras, ou lhe faltava, a termos de morrer de fome. Sobre a incerteza do dia seguinte havia a ameaça do rei. Rondavam pelos campos, os salteadores dos comboios. O fisco sombreava as vilas com a sua intolerancia de "capitação" e de "derrama" e as balizavam um pelourinho e uma forca. Alem da maldade dos homens e dos caprichos da terra, a paisagem selvagem acurvava o dorso pelado e ferroso, endireitando para o horizonte os pendores das serras carvoentas e maninhas...

A fé do morador, paulista ou *emboaba*, tem em todos os climas sertanejos o mesmo timbre de violencia e surpresa. Na costa, onde o tranquilo lavrador erigia as suas igrejas solidas, ela era repousada e consolada. Por isso a capela da Senhora do O' da Conceição do Sabará, que foi um dos primeiros altares das Minas Gerais, parece-nos um capitulo inteiro — em talha ainda tôska e em pintura ainda imprecisa — do drama bandeirante. Detemo-nos diante daquela ermida do Sumidouro, de onde se ouve gemer o rio das Velhas, correntoso e branco, no cascalho remexido por Fernão Dias Paes Leme — como

em face de um monumento evocativo. A sua singeleza conta a história surpreendente de Manoel Borba Gato, a sua nobreza fala dos primitivos garimpeiros, que punham sob a proteção de Nossa Senhora dos paulistas as jazidas de Sabarabussú, em cujo itacolomito os pioneiros acharam as esmeraldas; e assim pentagonal, gradeada de madeira, com frechais e empenas de velho cedro, as padieiras desgastadas, a porta almofadada, o sino antigo encarcerado num campanario carunchoso como um pomba, recorda o sertanista encoirado que a construiu, o faiscador que lhe deu as sobras da sua colheita, o estradeiro que não quiz abandonar a terra sem que a Senhora do O' lá reinasse, minúscula e risonha no seu nicho trilobado. A nave tem cinco metros. Dentro, lembramo-nos — tão semelhante são os interiores barôcos — da capela de Monserrate que D. Francisco de Souza deixou na Baía, daquelas dimensões, embora duramente vazada em pedra, para atravessar os séculos. Nas colunas do trono se enrosca uma videira, que lhes acompanha a ascensão espalmando as folhas bíblicas. Fecha o arco a corôa real, uma larga corôa de D. Pedro II, o pae de D. João V, como não ha outra em Minas (542), cujas igrejas ostentam,

(542) Torna-se necessario fixar o instinto de descobrimento do bandeirante e a sua velha suposição de que o Sabarabussú fosse a encantada região dos tesouros. Em 1643 (meio século antes dos «descobertos» das Gerais) fôra Manoel Homem Albernaz nomeado capitão do descobrimento da prata da serra do Sabarabussú. Faleceu em 1653 (*Anais da Bibl. Nac.*, docs. do Arq. Ultram., vol. 39, doc. 802). Também em 1643 fôra designado

invariavelmente, num luxo hipocrita de fidelidade, a massiça corôa de tres voltas do rei que criou a capitania, as suas vilas, as suas casas monetarias, o seu regimento de dragões, a sua primeira cidade, transformado em um dos monarcas mais pródigos da historia graças ao ouro destas montanhas. A majestade, ali, era só de Maria, Mãe do Senhor. Mas a politica aconselhára aos emboabas a farta distribuição de corôas, para que Deus e o Bragança se associassem, á porta dos templos, e tivessem os governadores a impressão de que era falsa a rebeldia, inconsequente a inquiétação dos póvos das Gerais. A corôa valoriza os portais, como no Carmo de Sabará (1773), nas Mercês e em S. Francisco de Ouro Preto, no Carmo e em S. Francisco de Mariana, no Carmo de S. João del Rei; sela o arco cruzeiro da matriz de Antonio Dias; abotôa os altares, numa profusão de ornamentos realengos, na matriz do Pilar — multiplicando o simbolo dinastico e a idéia de Portugal por quebradas e vales das Minas...

para aquele descobrimento o capitão Gaspar de Souza Ulhôa (*An. cit.*, doc. 798). Disséra Pedro de Souza Pereira, em *carta* de 20 de Maio de 1653, que Antonio Nunes Pinto trouxera pedras de prata, do Sabarabussú — e Tabaiana — no paralelo do Potosi, segundo a informação de Sebastião Cardoso de Sampaio ao Conselho Ultramarino (*An. da Bibli. Nac.*, vol. 39, doc. 1838)...

REINO DA FLORA

A natureza, a floresta, o clima ficaram de lado, fóra do perímetro urbano, assistentes desinteressados do prodígio: dez gerações a armarem a sua cópia de cidade avoengua, pedra por pedra, trave por trave, para que dos poiais das suas janelas tivessem, olhando no ar a torre de louça de uma igreja, a sensação de que não existia o oceano e ali, debaixo dos beirais achinezados, era o hausto da terra portugêsa que passava.

Foi o milagre da Baía. Outro Portugal que se alçou, ao pé e no vizo da montanha, com as mesmas casas “de portadas altas” (543), os mesmos templos, a mesma linha religiosa e civil de sereno equilíbrio, o mesmo fátuo pormenor d’arte cortezã, que aqui substituía os brazões, mais raros. Esse espirito de civilização teimosa vivejou naquelas montanhas ferríferas de Minas em des-

(543) Vieira, *Sermões*, XIII, 140.

proporção ainda maior com a paisagem, a sociedade e a vida dos lavradores. Puzéram-se o minerador a arrumar, com o seu genio de imitação, uma cidade ancestral na aba de um penhasco. Abstraiu o abismo, e espalhou os palacios pela encosta fragosa. Daquella brancura arabe que havia de admirar, em Lisbôa, a Laura Junot; propria para québrar os ardôres do tropico. Despidos muros alvos, fenestrados em cima de adufas negras, por trás das quais espiavam mulheres reclusas... Não foi o homem que estendeu a cidade; mas o ouro que a orientou. Os quintais abraçavam avidamente, com a muralha de pedra sêca, as lavras de serra acima. Diz-se que a matriz do Pilar jaz sobre uma mina e que a igreja do Rosario esconde outra. Mansões havia, que suspendiam sobre o "sarilho" das jazidas os seus jardins altos, podendo o mineiro vigiar, entre as camelias e as arvores de fruto, que lhe sombreavam o banco de cantaria, o trabalho bruto dos negros na mina da sua horta. O arraial de Pascoal da Silva derramava-se pela quebrada de Ouro Pôdre onde o metal luzia nos grotões, rolava nas enxurradas, aflórava, grosso e frequente, como se chovido do sol loiro. Foi o monte mais escavado e revolvido da terra das Minas. Hoje é o seu mais trágico recanto. Entre os escombros do morro da Queimada e Ouro Preto, dois bairros ligados por uma estrada alpestre, onde a rua dos Paulistas, a ponte de Marília e o Vira-Saia se encontraram na mesma tranquillidade de vale vêrde e calado — o contraste é sobretudo lúgubre.

Sáe-se da vida bruxolante para a morte decomposta.

O arraial de Pascoal da Silva é o cadaver de uma povoação cuja ossatura pulverulenta se contorce ao sol; aí reina, com o mato lobrego das ruínas, a paz dos tumulos. A rua que atravessamos, para alcançar a capela do padre Faria através de Ouro Pôdre, é uma avenida de necropole. Os pilares desaprumados, as frontarias a meio demolidas, paredões enlaçados de vegetação, restos de jardins que descem, lineares e imundos, até a estrada, algum sobrado fidalgo, sem telhado, as vastas paredes fendidas, arbustos debruçados dos balcões senhoris como hospedes fantasticos, que se extasiassem na destruição, acompanham longamente o viajante. Ha uma nota clara e humida, entre essa desolação: é a fonte das aguas férreas que o governador Ataíde levantou, em 1806. Debaixo do tapete de relva a velha calçada sôa: aquilo foi caminho nobre, e os bispos de Mariana, nas suas andas vermelhas, ao trote das mulas brancas xaireladas de ouro, por ali entravam em Vila Rica. Ha cem anos o arraial morreu; e inda os muros grétados e limosos se erguem, balizando-o até os alicerces negros das casas do potentado, incendiadas em 1720. A luta, entre o que o homem solidamente fez e a natureza faminta, prolonga-se por um quilometro de destroços. E' uma vila que está sendo digerida. Porque foi a capital do ouro maldito. Seguramente quinhentas bocas de subterraneos abrem-se nessa encosta calva, onde não ha mais uma arvore de sombra, siquer uma cabana de pastor feliz: as toupeiras do seculo XVIII furaram a montanha em todos os sentidos, através da capa do micachisto ferruginoso, da camáda de itacolomito, até

a massa de quartzo e carvoeira impregnada de ouro —, esburacaram-na prodigiosamente, extraíram-lhe o metal profundo das suas entranhas de ferro, apunhalando-a com o almocrafe do congo.

Aquelas galerias, onde se embainhavam os negros com as suas candeias e o seu alvião, fechavam-se ás vezes, e os sepultavam. Conta Eschewege que outras minas, com as “paredes escavadas em forma de funil, desabavam sob a ação das aguas que de todos os lados se infiltravam nos terrenos moles, sepultando trabalhadores e feitores”. Comparou-as o viajante Caldcleugh a “cortiços de abelhas”... Tinham os escravos de rasgar os “sarilhos”, que lhes enviavam um traço de luz e um trago de ar, e depois de longas horas de um fabuloso trabalho rastejavam, cegos, até o campo aberto, com uma caldeirada de cascalho fulgurante — e arquejavam, prostrados, sobre o escumalho da riqueza. Como acabava o congo — ciclopico trabalhador subterraneo — acabou o arraial que o seu sangue regára: estuporado, esquecido, exaurido, com as chagas á luz, devastado e esteril.

Sáe-se daquele inferno — cemiterio de uma civilização — por uma ponte de arco romano, que dá para o adro da capela do padre Faria, com o seu cruzeiro grego, o ar prazenteiro de ermida, principalmente a sua harmonia com o retalho verde de serra que a emoldura. Cá — transposto o correjo do Bom Sucesso — é outra vida. Abençoou-a um sentimento construtivo, que ainda parece palpitar nos braços daquela cruz pontificia: “Ouro, Pô-

dre” era o burgo da tirania, o “arraial do padre” era o oasis cristão. Em cem anos o povoado infeliz se diluiu na humidade do mato voraz; pois dois seculos e meio não lograram abater o pequeno templo sertanejo que, ao pé de uma ponte pitoresca e de uma cruz papal de tres travessões, levanta a sua fachada vulgar.

A igreja por fóra é humilima. Todo o seu luxo se reduz a uma portada vagamente barôca, com o seu dintel floreado, os seus pilares lavrados, as suas volutas em discreto relevo. Mas é soberba no interior. - O trono representa, em talha rica, a apoteose celeste. Prendem-se os serafins das colunas torcidas que abrem, no alto, as largas corolas dos capiteis. Dois anjos dependuram-se alegoricamente a um escudo. Encima-o a corôa de tres arcos de D. João V. Os pulpitos concheados, os tremós esculpidos, os altares docelados, o seu bosque de colonelos espiralados, a sua flora rococó, o seu delirio de linhas ornamentais, têm majestade e graça. Não pesam; elevam. Aquilo não é um monumento de arte; é uma poesia de escultura. Nas outras igrejas de Vila Rica ha o fausto hostil e frio, que intimida; mas ali a beleza é familiar e risonha, como se derramasse das suas ediculas de lambrequins esvoaçantes um misterioso balsamo.

Da porta da capela do padre Faria se vê o morro da Queimada, áspero e pedrento como um Calvario, o caminho de Mariana escoando-se para um vale azul e o perfil de Ouro Preto — á esquerda, com as torres de Santa Efigenia banhadas de luz no tôpo da morraria.

Os jardins de Ouro Preto são a outra face do espirito colonial. Custa-se a crêr que a vila mineira já fosse a mais ajardinada das vilas da America. Estranho contraste com a paisagem severa, de tons negros, com as suas montanhas de ferro alcandoradas sobre vales fundos e sinuosos — os jardins antigos tapeçavam de todas as côres da flora exotica os pendôres da serra. Teimava o homem com a natureza. O colono ali teimou sempre. Não ha no país uma povoação de tão invias e torcidas ladeiras como Vila Rica: pois o magnate, que edificára no cairel do precipicio um solar vasto, fizera correr por aquelas angustas ruas côches esplendidos...

*“Muito embora, Marilia, muito embora
Outra beleza que não seja a tua,
Com a vermelha roda a seis puxada,
Faça tremer a rua.*

.....
*Tu não habitarás palacios grandes,
Nem andarás nos coches voadôres;
Porem terás um Vate...”*

(GONZAGA, *Lira*, XXII)

.....
*“Pintam que nos conduz dourada sége
A’ nossa habitação...”*

(*Lira*, II, VII)

A mão brutal, que edificou naquelas frágoas as igrejas de pedra com as suas torres cylindricas, plantou naquelas rampas os jardins maravilhosos.

Na paisagem mais grave do mundo, a civilização mais jubilosa. A “tristeza”, “predisposição fundamental da alma de todos os homens” destes climas, segundo Keyserling, lá existia no horizonte pedroso, não nas chacaras mineiras de morros-além. Também o contratador dos diamantes João Fernandes Oliveira abriu um lago no seu parque do Tijuco e aí deitára a flutuar um navio, num espantoso capricho de homem da costa, que se não resignára a viver longe dela...

No Tijuco, o baile que a população ofereceu ao governador Bernardo José de Lorena por motivo da destituição do intendente de diamantes João Inacio, revelou a chacara da Gloria, de D. Josefa Maria da Gloria: “Mais de oito mil luminarias clareavam o jardim; as ruas de arvoredos limpáram-se, asseáram-se e lastráram-se de alva e fina areia; os tanques reverberavam as luzes, como gigantescos espelhos estendidos sobre o solo, e os chafarizes no centro da iluminação pareciam jorrar fios de prata, salpicando brilhantes perolãs; por cima negrejava a sombria abobada de altos arvoredos, que entrelaçavam sua folhagem. Duas bandas de musica, a de Vila Rica e a do Tijuco tocavam sem cessar á porfia. O povo percorria alegre as longas e espaçosas alamedas do jardim (544)...”

(544) J. Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino*, 2.^a ed., p. 242.

Alegria sobre terror. Vida sobre morte. Sorriso e elegancia onde havia ansiedade e crime. Porque os jardins — como então se usavam em Lisbôa, isolando as habitações — vão grimpendo a cordilheira sobre as bocas das minas, e em lanços, de cinco e seis esplanadas, desenvolvem monte acima a petulancia das escadarias e volumes d'arquitetura. Diriamos desenhados por paisagistas francezes. A reacção inglesa contra os jardins geometricos não chegára a Vila Rica. Horace Walpole ficaria no Passeio Publico, do Rio de Janeiro: "Stranberry Hill" nas montanhas de Minas seria um absurdo... igual a Ouro Preto, com a sua "massa de verdura como não se vê nos nossos climas temperados", na frase de Saint-Hilaire. O viajante John Mawe extasiou-se, no inicio do seculo passado: "Esses terraços me parecem verdadeiro "reino de Flora", pois nunca tinha visto tão grande cópia de belas flôres". E ele, que vinha de Inglaterra, conhecia Holanda...

*“Num sitio ameno
Cheio de rosas,
De brancos lirios,
Murtas viçosas:*

*Dos seus amores
Na companhia
Dirceo passava
Alegre o dia”.*

(GONZAGA, *Lira*, XXIII).

Semelhante ao jardim de Dirceo, fez o voluptuoso governador conde de Palma o seu no terrado do paço, pelo ano de 1812. Um chafariz de pedra talcosa rociava o pequeno pátio retalhado em canteiros, e nos bancos de louça o proconsul elegante — que já não lembrava os rudes capitães generaes aquartelados em Cachoeira do Campo como mastins del-rei — se rodeara da ilusão de que não fosse aquilo Vila Rica. Rasgada em medalhão de pedra, havia, sobre a fonte, esta inscripção: “Joanni Felicissimo Potentissimo Principi Amabilissimo Desideratissimo Lusitanorum Titu Devotus, atque Fidus Palmensis Comes Hoc Opus Erexit Anno D.MDCCCXII”.

Foi o ultimo jardim de Ouro Preto.

A natureza cobrou afinal os seus direitos. Sumiu-se o metal, o colono emigrou, reconquistou-lhe o mato os parques suspensos e, numa precipitada elaboração de ruínas, afogou o “reino da Flora”.

O duque de Saint-Simon não ocultou o espanto, ao encontrar, na côrte de Madrid, o duque d’Anjou, um gualpo e bonito moço, transformado em Felipe V, um rei pezaroso e senil que tomára a fisionomia e o ar dos reis espanhóes da dinastia extinta. Não julgara possivel semelhante prodigio de aclimação: um principe de Versalhes mudado num monge do Escurial. Pouco tempo depois, vitima do mal de tristeza (lipemania), que legaria a filhos e netos, Felipe V morria louco... Ouro Preto repete-nos a evolução — infausta — do primeiro Bourbon de Espanha. Lá tambem voltou a reinar o frade; e a

melancolia da cidade que morre se espalha pelas deliciosas igrejas, quanto hoje resta da cidade que viveu.

Dela disse, ha um seculo, o atilado Caldcleugh: “Nenhum lugar proporciona ao filosofo mais assunto para meditação...” A estupefação que nos causa recorda a de Saint-Hilaire, quando escalou as escarpas do Caraça á procura do ermitão frei Lourenço. O santo nonagenario lá o recebeu trémulo, no seu cenobio deserto, arden-do-lhe nas pupilas misticas uma chama curiosa, vulto da Tebaidà desterrado nos montes selvagens. E agarrando os punhos ao naturalista, com os dèdos de cêra enclavi-nhados, pediu-lhe noticia... de Napoleão.

Como o anacoreta da serra, Ouro Preto é um fan-tasma que se ilumina de uma saudade européia.

Junho — Agosto de 1934.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTÉS (Duchesse d') — *Souvenirs d'une ambassade*, Paris, 1837.
- ACCIOLI (Inacio) — *Memorias Historicas e Politicas*, ed. B. do Amaral.
- AFONSO (Gaspar) — *Historia Trágico-Maritima*, Lisboa, 1736.
- ALBERDI (J. B.) — *Las Bases*, ed. de 1915; *Elementos del Derecho Publico*, Besançon, 1856.
- ALMEIDA OLIVEIRA — *O Ensino Publico*, Maranhão, 1874.
- ALCANTARA MACHADO — *Vida e Morte do Bandeirante*, S. Paulo, 1929.
- ANCHIETA — *Cartas*. Edição da Academia. Anot. de Afranio Peixoto e Antonio Alcantara Machado.
- Anais da Bibl. Nac.*, vols. 31, 37, 39, 43.
- Anais do Museu Paulista*, IV, V e VI.
- ANTONIL — *Cultura e Opulencia do Brasil*. Ed. Taunay.
- ARAXÁ (Visconde de) — *Reminiscencias e Fantasias*, Vassouras, 1883.
- Autos de correições dos ouvidores do Rio*, ed. da Prefeitura, 1931.
- BARRETO (Tobias) — *Ensaio e Estudos*, 2.^a ed.
- BARROSO (Gustavo) — *Terra do Sol*, 3.^a ed.; *Aquem da Atlantida*, S. Paulo, 1931; *Almas de lama e de aço*, S. Paulo.
- BAUZÁ (Francisco) — *Hist. de la dominacion española en el Uruguay*. Montevideo, 1895.

- BEIRÃO (Caetano) — *D. Maria I*, Lisboa, 1934.
- BHERING (Mario) — *An. da Bibl. Nac.*, v. 43.
- BENSAUDE (Joaquim) — *Origines du plan des Indes*.
- BLANCO FOMBONA — *Los Conquistadores*. Madrid, 1922.
- BONIFACIO (José) — *Repres. á Assembléja Constituinte*, Paris, 1825.
- BOTELHO DE OLIVEIRA — *Musica de Parnasso*, ed. da Academia.
- BRANDÃO (Tomaz) — *Marília de Dirceo*, B. Horizonte, 1932.
- BORDEAU (L.) — *Hist. de l'habillement et de la parure*, Paris, 1904.
- BRAGA (Teofilo) — *Os Arcades*, Porto, 1918.
- BRITO ARANHA — *Memorias historico-estaticas*, Lisboa, 1871.
- BRITO FREIRE — *Hist. da Guerra Brasilica*, Lisboa, 1676.
- BROSSARD (A. de) — *Considérations hist. et pol. sur les Rep. de la Plata*, Paris, 1850.
- BRUNHES & VALLAUX — *La Géographie de l'Histoire* Paris, 1914.
- CABARRUS (Conde) — *Cartas*, Madrid, 1922.
- CABRAL (P. Luiz G.) — *Os Jesuitas no Brasil*, S. Paulo.
- CALADO (P. Manuel) — *O Valeroso Lucideno*.
- CALDERON (J. Gonzalez) — *Derecho Const. Argentino*, 2.^a ed.
- CALOGERAS (J. P.) — *Formação do Brasil*, Rio, 1931; *A Política Exterior do Imperio*, Rio, 1928.
- CALHOUN (A. W.) — *A Social Hist. of Amer. Family*, Cleveland, 1918.
- CALMON (Góes) — *Vida Economico-financeira da Baía*, Baía, 1925.
- CALMON (Miguel) — *Factos Economicos*, Rio, 1913.
- CALMON (Pedro) — *Historia da Civilização Brasileira*, São

Paulo, 1933; *O crime de Antonio Vieira*, ed. da Comp. Melh. de S. Paulo; *A Conquista*, Rio, 1929; *Perf. ás Obras de Gregorio de Matos*, VI ed. da Acad.; *Anot. a Sermões Patrioticos de Vieira*, Rio, 1934.

CAMPOS (Humberto de) — *Critica*, 2.^a série.

CAMPOS (Agostinho de) — *Casa de Paes*, Lisboa, 1919.

CARCANO (Ramon J.) — *De Caseros al 11 de Septiembre*, B. Aires, 1933.

CAMILLO C. BRANCO — *Perfil do Marquez de Pombal*.

CARNEIRO (Levi) — *Rev. do Inst. Hist.*, 1.^o Cong. de Hist., t, III.

Cartas Chilenas

CARVALHO (Alfredo de) — *Estudos Pernambucanos*.

CAPISTRANO DE ABREU — *O Descobrimento do Brasil, Ensaio e Estudos e Capítulos de Historia Colonial* (ed. da Soc. Capistrano). *Denunciações e Confissões da Baía* (ed. de 1922). *Notas á Hist. Ger. de Varnhagen*, t. I.

CARDIM (P. Fernão) — *Tratados da terra e gente*, ed. de R. Garcia.

CHATEAUBRIAND — *O Genio do Cristianismo*, trad. de Camillo.

CASTRO NUNES — *Do Estado Federado*, Rio, 1920.

CHAVES (A. J. Gonçalves) — *Memorias economo-politicas*, 2.^a ed.

COMPAIRÉ (G.) — *Hist. de la Pédagogie*, Paris, 1911; *Nouveau Dict. de Pédagogie*, Paris, 1911.

CORRÊA FILHO (Virgilio) — *Notas á margem*, S. Paulo, 1924.

CUNHA (Euclides da) — *Contrastes e Confrontos*.

DANTAS (Julio) — *O Amôr em Portugal no sec. XVIII*.

DAWSON (Warrington) — *Le nègre aux E'tats-Unis*. Paris, 1912.

DELAFOSSÉ (Maurice) — *Les Noirs de l'Afrique*, Paris, 1922.

- DENIKER (J.) — *Les Races* etc., Paris, 1900.
Documentos Historicos.
- DUGAY-TROUIN — *Mémoires.* Amsterdam, 1756.
- DUTERTRE — *Hist. des Antilles.*
- EDMUNDO (Luiz) — *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis,* Rio, 1932.
- EINCH (Earl) — *Les effets du mélange des races,* Londres, 1911.
- ÉVREUX (Yves d') — *Voyage dans le nord du Brésil,* Leipzig, 1864.
- FARIA (Alberto de) — *Mauá,* Rio, 1926.
- FEO E TORRES — *Historia de Angola,* Paris, 1821.
- FEU DE CARVALHO — *Rev. do Arq. Publ. Mineiro; Ementario de Historia Mineira.*
- FIGUEIREDO (Fidelino) — *Estudos de Hist. Americana,* São Paulo.
- FONSECA (P. Manuel) — *Vida do Ven. P. Belchior de Pontes,* ed. da Comp. Melh. de S. Paulo.
- FORTES (Borges) — *Casaes,* Porto Alegre, 1932.
- FORTOUL (José Gil) — *El Hombre y la Historia,* Madrid.
- FRÉZIER — *Relation de la voyage de la mer du sud,* Paris, 1716.
- FREYRE (Gilberto) — *Casa Grande & Senzala,* Rio, 1934.
- GARCIA (Rodolfo) — *Denunciações de Pernambuco,* S. Paulo, 1929; *Anot. á Hist. Ger. de Varnhagen,* vols. I a IV; *Anot. a Cardim, Tratados, e Dialogos das Grandezas,* ed. da Academia, etc.
- GARRETT — *Viagens na minha terra.*
- GONZAGA — *Marilia de Dirceo.*
- GRAHAM — *Journal of Brazil.*
- GUEUX (Fr.) — *Hist. de l'instruction,* Lausanne, 1906.
- GUIMARÃES (Argeu) — *Os judeus portugueses,* Journal de la Soc. des Amér., XVIII.

- HANDELMANN — *Historia do Brasil*, ed. do Inst. Hist.
- HENDERSON (James) — *A History of Brazil*, London, 1821.
- HERCULANO (Alexandre) — *Historia de Portugal*, Lisboa, 1853.
- HURE (Comte de la) — *L'Empire du Brésil*, Paris, 1862.
- INGENIEROS — *La Evolucion de las ideas argentinas*, B. Aires, 1918.
- JABOTÃO (Frei) — *Catalogo Genealogico*. Rev. do Inst. Hist., t. 52.
- JULIO (Silvio) — *Fundamentos da Poesia Brasileira*, Rio, 1930.
- KOSTER (Henry) — *Voyages dans la partie septentrionale du Brésil*.
- LA BARBINNAIS — *Nouveau voyage autour du monde*, Paris, 1717.
- LAMEGO (Alberto) — *A Terra Goytacá*, Bruxelles, 1925.
- LAMEGO FILHO (Alberto) — *A planície do solar e da senzala*, Rio, 1934.
- LAVAL (Pyrard de) — *Voyage etc.*, Paris, 1615.
- LAVRADIO (Marquês de) — *Rev. do Inst. Hist.*, t. VI.
- LEITE (P. Serafim) — Art. do *Jornal do Comercio*, 1934.
- LIMA (Oliveira) — *D. João VI no Brasil*, Rio, 1908; *Notas á Hist. da Rev. de 1817*; e *La Formation Hist. de la Nat. Brésilienne*, Paris.
- LIMA JUNIOR (Augusto de) — *Visões do Passado*; Mariana.
- LISBOA (João Francisco) — *Obras*, Maranhão, 1865.
- LISBOA (José da Silva) — *An. da Bibl. Nac.*, v. 32.
- LOBO DA SILVA (A.) — *An. do Museu Nacional*, XXX.
- LORETTO COUTO — *Desagravos do Brasil*.
- LUCIO D'AZEVEDO (J.) — *Rev. do Inst. Hist.*, v. 78.
- MAGALHÃES (Basílio de) — *Rev. do Inst. de S. Paulo*, XVIII.
- MALHEIRO DIAS — *Historia da Colonização Portuguesa*.

- MACEDO (Ignacio José) — *Considerações etc.*, Lisboa, 1834.
- MADUREIRA (Padre) — *A Liberdade dos Índios*, Rio, 1929.
- MARTINS (Oliveira) — *Historia de Portugal*, ed. de 1908.
- MARTINS (R.) — *Ilex-Mate*, Curitiba, 1926.
- MARTIUS (Von) — *Através da Baía*, ed. de Pirajá da Silva.
- MATOS (Gregorio de) — *Obras Completas*, ed. da Academia.
- MAWE (John) — *Voyages dans l'interieur du Brésil*, Paris, 1816.
- MARQUES (P. Simonem) — *Brasilia Pontificia*, Lisboa, 1749.
- MAUNIER — *Fonction économique de villes*, Paris, 1910.
- MELLO (D. Francisco Manoel) — *Apologos Dialogaes*, ed. de 1900.
- Mémoires de Sebastien Joseph de Carvalho et Mello*, Paris, 1784.
- MENDES DOS REMEDIOS — *Hist. da Literatura Port.*, Lisboa, 1923.
- MENDONÇA (Renato) — *A influencia africana no port. do Brasil*, Rio, 1933.
- MÉTRAUX (A.) — *La Civil. mater. des tribus tupi-guarani*, Paris, 1928.
- MONIZ (Egas) — *Problemas de Educação Nacional*, Baía, 1924.
- MONTÉMONT (Albert) — *Voyages autour du monde*, Paris, 1857.
- MOLINA ENRIQUEZ — *La revolucion agraria en Mexico*, Mexico, 1932.
- MONTESQUIEU — *L'esprit des lois*.
- MONTEIRO (Tobias) — *Historia do Imperio*, Rio, 1926.
- MOREIRA GUIMARÃES — *Rev. do Inst. Hist.*, 1.º Cong. de Hist., t. III.
- NABUCO (Joaquim) — *Um Estadista do Imperio*, Paris, 1898.
- NINA RODRIGUES — *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Rio, 1933.
- NITTI (F.) — *Problemas Contemporaneos*, S. Paulo, 1933.

- NOBREGA (P.) — *Cartas do Brasil*. Ed. da Academia.
- NORONHA (Eduardo de) — *Pina Manique*, Lisboa, 1923.
- NOVÁS CALVO — *Pedro Blanco el Negrero*, Madrid, 1933.
- OCTAVIO (Rodrigo) — *Felisberto Caldeira*, Rio, 1921.
- ORBIGNY (D') — *Voyage dans les deux Amériques*, Paris, 1836.
- PADUA (Saturnino de) — *Moedas brasileiras*, Rio, 1928.
- PAIVA MANSO (Visconde de) — *Historia do Congo*, Lisboa, 1877.
- PAIX (Prince de la) — *Mémoires*, Bruxelles, 1837.
- BARRA-PEREZ — *El regimen español en Venezuela*, Madrid, 1932.
- PEIXOTO (Afranio) — *Ensaíos Camonianos*, Coimbra, 1932; *Sinházinha* (romance), S. Paulo.
- PEREIRA (Leopoldo) — *S. Paulo nos tempos coloniais*, São Paulo, 1922.
- PINHO (Wanderley) — *Convento do Desterro*.
- PIZARRO E ARAUJO — *Memorias Historicas do Rio de Janeiro*, Rio, 1822.
- POUCEL (Benjamin) — *Des émigrations européennes dans l'Amer. du Sud*, 1850.
- PRADO (Eduardo) — *Conferencias anchietanas*.
- PRADO (Paulo) — *Paulistica*, S. Paulo, 1926.
- PORTO CARRERO (J. P.) — *Psicanalise de uma Civilização*, Rio, 1933.
- QUATREFAGES — *L'Espèce humaine*.
- QUELLE (Otto) — *Rev. do Inst. Hist. da Baía*, n. 59.
- QUERINO (Manoel) — *A raça africana no Brasil*, Baía, 1917. *Relaçam do festim etc.*, Baía, 1817.
- Rev. do Inst. Hist.*
- Rev. Nac. de Educ.*

- RIBEYROLLES (Charles) — *Brasil Pitoresco*, Rio, 1859.
- RICHARDERIE (De la) — *Bibl. Univers. des voyages*, Paris, 1808.
- RIBEIRO (João) — *A Liga Nacional*, Rio, 1933.
- RIO BRANCO (Visconde do) — *Discursos*, Rio, 1872.
- RODÓ — *Cinco Ensayos*.
- RODRIGUES DE BRITO — *Cartas economico-políticas*, 2.^a ed.
- ROMERO (Silvio) — *Estudos Sociais*, Lisboa, 1912.
- ROQUETTE PINTO — *An. do Museu Nacional*, XXX.
- SAINT-HILAIRE — *Voyages — Rio de Janeiro et Minas*, Paris, 1830; *Voyage dans le district des diamants; Viagem no Paraná*, trad. de D. Carneiro, Curitiba, 1931.
- SAMPAIO (Teodoro) — *O tupi na geografia nacional*, 2.^a ed.
- SALVADOR (Frei Vicente) — *Historia do Brasil*, 3.^a ed.
- SANTOS (J. Felício) — *Memorias do Distrito Diamantino*, 2.^a ed.
- SARMIENTO (Domingo) — *Facundo*.
- SATINEAU — *Histoire de la Guadeloupe*, Paris, 1921.
- SEILLIÈRE (Ernest) — *Le Péril Mystique; e Les origines romanesques de la morale et de la politique*, Paris, 1921.
- SIEGFRIED (A.) — *Amérique Latine*, Paris, 1934.
- SIERRA Y MARISCAL — *An. da Bibl. Nac.*, v. 34.
- SILVA CAMPOS — *Tradições Baianas*, Baía, 1930.
- SOUZA NUNES (F. J.) — *Discursos políticos sociais*, ed. da Academia.
- SOUZA VITERBO — *Artes e artistas em Portugal*, Lisboa, 1892.
- SOARES (Gabriel) — *Roteiro do Brasil*, ed. Varnhagen.
- SOUTHEY — *Historia do Brasil*.
- STUDART — *Notas para a Historia do Ceará*, Lisboa, 1892.
- STADEN (Hans) — *Viagem ao Brasil*, ed. da Academia.
- TAQUES (Pedro) — *Nobiliarquia*, ed. Taunay.

TAUNAY (Afonso d'E.) — *Hist. Geral das Bandeiras Paulistas; S. Paulo nos primeiros anos*, Tours, 1920; *Na Era das Bandeiras*, S. Paulo, 1922; *Historia Seiscentista de S. Paulo; Na Baía de D. João VI*, Baía, 1928; *Rev. do Inst. Hist.*, v. 144; *Visitantes do Brasil Colonial*, S. Paulo, 1934.

TAUNAY (H.) & Denis — *Le Brésil*, Paris, 1822.

TOLLENARE — *Notas Dominicais*, trad. de A. de Carvalho.

VALLEMONT (Abate) — *Gli elementi della Storia*, Venezia, 1738.

VAMPRÉ (Spencer) — *Mem. para a hist. da Academia de São Paulo*, S. Paulo, 1924.

VARNHAGEN — *Historia Geral do Brasil*, 3.^a ed. integral.

VASCONCELLOS (Diogo de) — *Hist. Antiga de Minas*, B. Horizonte, 1904.

VIANNA (Oliveira) — *Populações Meridionais*, 3.^a ed.

VIDE (D. Sebastião Monteiro da) — *Soror Vitoria da Encarnação*, Lisboa, 1725.

VIEIRA — *Cartas*, ed. de 1886; *Sermões*.

VILHENA — *Cartas Soteropolitanas*, ed. B. do Amaral.

WARDEN (David B.) — *Hist. de l'Empire du Brésil*, 1830.

INÉDITOS: *Codice Galvêas* (Bibl. Nac.); *Codice Sabugosa* (Inst. Hist.), *Regimento Mariz* (Bibl. Nac.), etc.

★ Este livro foi composto e impresso nas officinas da Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes”, á Rua Xavier de Toledo, 72, São Paulo — Brasil, para a Companhia Editora Nacional, Rua dos Gusmões, 118, em junho de 1937.

BRASILIANA

5.ª SÉRIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

VOLUMES PUBLICADOS:

- 1 — Batista Pereira: Figuras do Imperio e outros ensaios — 2.ª edição.
- 2 — Pandiá Calogeras: O Marquês de Barbacena — 2.ª edição.
- 3 — Alcides Gentil: As idéias de Alberto Torres (síntese com índice remissivo).
- 4 — Oliveira Viana: Raça e Assimilação — 3.ª edição (aumentada).
- 5 — Augusto de Saint-Hilaire: Segunda Viagem do Rio de Janeiro a M. nas Gerais e a S. Paulo (1822) — Trad. e pref. de Afonso de E. Taunay.
- 6 — Batista Pereira: Vultos e episodios do Brasil.
- 7 — Batista Pereira: Diretrizes de Rui Barbosa — (Textos escolhidos).
- 8 — Oliveira Viana: Populações Meridionais do Brasil — 3.ª edição.
- 9 — Nina Rodrigues: Os Africanos no Brasil — (Revisão e prefacio de Homero Pires). Profusamente illustrado — 2.ª edição.
- 10 — Oliveira Viana: Evolução do Povo Brasileiro — 2.ª edição (illustrada).
- 11 — Luis da Camara Cascudo: O Conde d'Eu — Vol. illustrado.
- 12 — Wanderley Pinho: Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cotegipe — Vol. illustrado.
- 13 — Vicente Licínio Cardoso: A' margem da Historia do Brasil.
- 14 — Pedro Calmon: Historia da Civilização Brasileira — 3.ª edição.
- 15 — Pandiá Calogeras: Da Regencia á queda de Rozas — 3.º volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").
- 16 — Alberto Torres: A Organização Nacional.
- 17 — Alberto Torres: O Problema Nacional Brasileiro.
- 18 — Visconde de Taunay: Pedro II.
- 19 — Afonso de E. Taunay: Visitantes do Brasil Colonial (Sec. XVI-XVIII).
- 20 — Alberto de Faria: Mauá (com tres illustrações fóra do texto).
- 21 — Batista Pereira: Pelo Brasil Maior.
- 22 — E. Roquette-Pinto: Ensaio de Antropologia Brasileira.
- 23 — Evaristo de Moraes: A escravidão africana no Brasil.
- 24 — Pandiá Calogeras: Problemas de Administração.
- 25 — Mario Marroquim: A língua do Nordeste.
- 26 — Alberto Rangel: Rumos e Perspectivas.
- 27 — Alfredo Ellis Junior: Populações Paulistas.
- 28 — General Couto de Magalhães: Viagem ao Araguaia — 3.ª edição.
- 29 — Josué de Castro: O problema da alimentação no Brasil — Prefacio do prof. Pedro Escudero.
- 30 — Cap. Frederico A. Rondon: Pelo Brasil Central — Ed. illustrada.
- 31 — Azevedo Amaral: O Brasil na crise actual.
- 32 — C. de Melo-Leitão: Visitantes do Primeiro Imperio — Ed. illustrada.
- 33 — J. de Sampaio Ferraz: Meteorologia Brasileira.
- 34 — Angyone Costa: Introdução á Arqueologia Brasileira — Ed. illustrada.
- 35 — A. J. Sampaio: Fitogeografia do Brasil — Ed. illustrada.
- 36 — Alfredo Ellis Junior: O Bandeirismo Paulista e o Recúo do Meridiano — 2.ª edição.
- 37 — J. F. de Almeida Prado: Primeiros Povoadores do Brasil — (Ed. illustrada).
- 38 — Rui Barbosa: Mocidade e Exilio (Cartas ineditas. Prefaciadas e anotadas por Americo Jacobina Lacombe) — Ed. illustrada.
- 39 — E. Roquette-Pinto: Rondonia — 3.ª edição (aumentada e illustrada).
- 40 — Pedro Calmon: Historia Social do Brasil — 1.º Tomo — Espirito da Sociedade Colonial — 2.ª edição.
- 41 — José-Maria Belo: A intelligencia do Brasil.
- 42 — Pandiá Calogeras: Formação Histórica do Brasil — 2.ª edição (com 8 mapas fóra do texto).
- 43 — A. Saboia Lima: Alberto Torres e sua obra.
- 44 — Estevão Pinto: Os indigenas do Nordeste (com 15 gravuras e mapas) — 1.º volume.
- 45 — Basilio de Magalhães: Expansão Geografica do Brasil Colonial.

- 46 — Renato Mendonça: **A influencia africana no português do Brasil** — Ed. ilustrada.
- 47 — Manoel Bomfim: **O Brasil** — Com uma nota explicativa de Carlos Maul.
- 48 — Urbino Viana: **Bandeiras e sertanistas balanço.**
- 49 — Gustavo Barroso: **Historia Militar do Brasil** — Ed. ilustrada.
- 50 — Mario Travassos: **Projeção Continental do Brasil** — Prefacio de Pandiá Calogeras — 2.^a edição ampliada.
- 51 — Otavio de Freitas: **Doenças africanas no Brasil.**
- 52 — General Couto de Magalhães: **O selvagem** — 3.^a edição completa, com parte original Tupi-guarani.
- 53 — A. J. de Sampaio: **Biogeografia dinamica.**
- 54 — Antonio Gontijo de Carvalho — **Calogeras.**
- 55 — Hildebrando Accioly: **O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da America.**
- 56 — Charles Expilly: **Mulheres e Costumes do Brasil** — Tradução, prefacio e notas de Gastão Penalva.
- 57 — Flausino Rodrigues Vale: **Elementos do Folk-lore musical Brasileiro.**
- 58 — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem á Provincia de Santa Catarina (1820)** — Tradução de Carlos da Costa Pereira.
- 59 — Alfredo Ellis Junior: **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano.**
- 60 — Emilio Rivasseau: **A vida dos Indios Guaicurús** — Edição ilustrada.
- 61 — Conde d'Eu: **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul** (Prefacio e 19 cartas do Principe d'Orleans, comentadas por Max Fleiuss) — Edição ilustrada.
- 62 — Agenor Augusto de Miranda: **O Rio São Francisco** — Edição ilustrada.
- 63 — Raimundo Moraes: **Na Planicie Amazonica** — 4.^a edição.
- 64 — Gilberto Freyre: **Sobrados e Mucambos** — Decadencia patriarcal rural no Brasil — Edição ilustrada.
- 65 — João Dornas Filho: **Silva Jardim.**
- 66 — Primitivo Moacir: **A Instrução e o Imperio** (Subsidios para a historia de educação no Brasil) — 1823-1853 — 1.^o volume.
- 67 — Pandiá Calogeras: **Problemas de Governo** — 2.a edição.
- 68 — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem ás Nascentes do Rio São Francisco e pela Provincia de Goiás** — 1.^o tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro Lessa.
- 69 — Prado Maia: **Através da Historia Naval Brasileira.**
- 70 — Afonso Arinos de Melo Franco: **Conceito da Civilização Brasileira.**
- 71 — F. C. Hoehne — **Botanica e Agricultura no Brasil no Seculo XVI** — (Pesquisas e contribuições).
- 72 — Augusto de Saint-Hilaire — **Segunda viagem ao interior do Brasil** — "Espírito Santo" — Trad. de Carlos Madeira.
- 73 — Lucia Miguel-Pereira: **Machado de Assis** — (Estudo Critico-Bibliografico) — Edição ilustrada.
- 74 — Pandiá Calogeras — **Estudos Historicos e Politicos** — (Res Nostra...) — 2.^a edição.
- 75 — Afonso A. de Freitas: **Vocabulario Nheengatú** (vernaculizado pelo português falado em S. Paulo) — Língua Tupi-guarani.
- 76 — Gustavo Barroso: **Historia secreta do Brasil** — 1.^a parte: "Do descobrimento á abdição de Pedro I" — Edição ilustrada.
- 77 — C. de Melo-Leitão: **Zoologia do Brasil** — Edição ilustrada.
- 78 — Augusto de Saint-Hilaire: **Viagem ás nascentes do Rio São Francisco e pela Provincia de Goiás** — 2.^o tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro Lessa.
- 79 — Craveiro Costa: **O Visconde de Sinimbu** — Sua Vida e sua atuação na politica nacional — 1840-1889.
- 80 — Osvaldo R. Cabral: **Santa Catarina** — Edição ilustrada.
- 81 — Lemos Brito: **A Gloriosa Sotaina do Primeiro Imperio** — Frei Caneca — Ed. ilustrada.
- 82 — C. de Melo-Leitão: **O Brasil Visto Pelos Ingleses.**
- 83 — Pedro Calmon: **Historia Social do Brasil** — 2.^o Tomo — **Espírito da Sociedade Imperial.**
- 84 — Orlando M. Carvalho: **Problemas Fundamentais do Municipio** — Edição ilustrada.
- 85 — Wanderley Pinho: **Cotegipe e seu Tempo** — Ed. ilustrada.
- 86 — Aurelio Pinheiro: **A' Margem do Amazonas** — Ed. ilustrada.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões 118/140 — São Paulo